



**Os Estudos Físicos de Antropologia no
Museu Nacional do Rio de Janeiro:
Cientistas, objetos, idéias e
instrumentos (1876-1939)**

Adriana Tavares do Amaral Martins Keuller

Série: Produção Acadêmica Premiada

Adriana Tavares do Amaral Martins Keuller

Os Estudos Físicos de Antropologia no
Museu Nacional do Rio de Janeiro:
Cientistas, objetos, idéias e instrumentos
(1876-1939)



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo, março 2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITOR: Prof. dr. João Grandino Rodas
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIRETOR: Profa. dra. Sandra Margarida Nitriti
VICE-DIRETOR: Prof. dr. Modesto Florenzano

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Helena Rodrigues MTb/SP 28840
Diagramação: Camila Rodrigues

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO ON-LINE
Presidente: Profa. dra. Sandra Margarida Nitriti

MEMBROS

DA - Profa. dra. Rose Satiko Gitirana Hikiji
DCP - Prof. dr. Bernado Ricupero
DF - Prof. dr. Vladimir Safatle
DH - Profa. Mary Anne Junqueira (titular)
DH - Prof. Rafael de Bivar Marquese (suplente)
DL - Prof. dr. Marcos Lopes (titular)
DL - Profa. dra. Luciana Raccanello Storto (suplente)
DLCV - Prof. dr. Waldemar Ferreira Netto
DLM - Profa. dra. Roberta Barni
DLO - Prof. dr. Paulo Daniel Elias Farah
DS - Profa. dra. Márcia Lima
DTLLC - Prof. dr. Marcus Mazzari
SCS - Dorli Hiroko Yamaoka
STI - Augusto Cesar Freire Santiago

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

K43e

Keuller, Adriana Tavares do Amaral Martins

Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro : cientistas, objetos, ideias, e instrumentos (1876-1939) / Adriana Tavares do Amaral Martins Keuller. -- São Paulo : Humanitas, 2012.
354 p. -- (Produção Acadêmica Premiada)

ISBN 978-85-7506-201-2

1. Museu Nacional do Rio de Janeiro. 2. Antropologia física. 3.
Antropologia – história. 4. História da ciência – Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 573

Ao meu marido Olivier, ao meu filho Daniel e ao meu pai Gilcio.

Lista de Abreviaturas

Instituições

ABE: Associação Brasileira de Educação

ABL: Academia Brasileira de Letras

AIHGB: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AMN: Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR)

APMJP: Arquivo Particular Maria Júlia Pourchet

BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

FMRJ: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MG: Museu Paraense Emilio Goeldi

MNRJ: Museu Nacional do Rio de Janeiro

MP: Museu Paulista

Periódicos e Jornais

ABN: Anais da Biblioteca Nacional

AMN: Archivos do Museu Nacional

BMN: Boletim do Museu Nacional

JCRJ: Jornal do Comércio do Rio de Janeiro

JSA: Journal de la Societé des Americanistes de Paris

RABL: Revista da Academia Brasileira de Letras

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RNE: Revista Nacional de Educação

RURJ: Revista da Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: Os primórdios da Antropologia.....	21
1. Uma história natural do homem Europa	
séc. XVIII e séc.XIX	21
1.1. A Sociedade dos Observadores do Homem	21
1.2. Civilização, Ciência e Raça.....	30
1.3. O debate entre monogenistas e poligenistas	
na primeira metade do séc. XIX.....	31
1.4. Os defensores do monogenismo	32
1.5. Os poligenistas e a negação da unidade	
da espécie	36
1.6. As Sociedades de Etnologia e de Etnografia	38
1.7. A Sociedade de Antropologia de Paris.....	42
1.8. A Origem das Espécies e o mundo científico	
pós - Darwin	44
1.9. A prática antropológica nos anos 60 e os	
contextos nacionais.....	48
2. O Museu Nacional enquanto ‘espaço de ciência’	
e a implantação dos estudos antropológicos:	
das origens a 1870	51
2.1. Museus e os estudos de história natural do	
homem.....	51

2.2. Os estudos sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro.....	53
2.3. O Museu Nacional, a etnografia e o aumento das coleções	56
2.4. A Comissão Científica do Ceará (1859-1861) ...	61

CAPÍTULO II: A atividade científica da Antropologia no Museu Nacional (1876-1912)

1. A prática antropológica frente às mudanças institucionais	72
2. (De) compondo o corpo da seção: quem eram os cientistas deste mundo?	85
3. As expedições científicas da 4ª seção do Museu Nacional.....	99
4. Para além do texto: construindo um laboratório	106
5. A Exposição Antropológica Brasileira.....	110
6. Os debates da antropologia e as controvérsias científicas: monogenismo, poligenismo, darwinismo	116
7. As disputas entre cientistas e instituições	135

CAPÍTULO III: A “Era de Prosperidade” da Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1912-1925)

1. A Antropologia e as mudanças institucionais (1912-1925)	146
1.1. A Administração de Bruno Lobo (1915-1922) ..	147
1.2. A Administração de Arthur Neiva (1923-1927) ..	151
2. As Atividades da 4ª seção.....	154
2.2. Antropologia e as Comemorações Científicas ..	166

2.3. Atividades de Laboratório (1912-1925).....	175
2.4. As Viagens Científicas da 4ª seção: idéias e contatos	180
CAPÍTULO IV: O Museu e a Antropologia em destaque sob a gestão de E. Roquette-Pinto	189
1. Questão Institucional.....	190
2. Os (novos) cientistas no interior deste mundo ..	196
3. O campo desvelado: as expedições científicas da 4ª seção	212
4.1 A busca de índices para classificação das raças e dos tipos	230
4.2. Antropometria	238
5. A re-escrita da história: a Antropologia no mundo e no Brasil na visão dos cientistas do Museu Nacional	246
CONCLUSÃO.....	257
ICONOGRAFIA	263
REFERÊNCIAS.....	311
APÊNDICE	335

Introdução

A escolha do tema deste trabalho também é fruto de uma história.

A decisão em continuar a estudar a relação entre a história e antropologia no doutorado se concretizou depois de muitas conversas, indicações de leituras e o contato com as pesquisas desenvolvidas pela Prof^ª. Dra. Heloisa M. B. Domingues do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Se a cidade do Rio de Janeiro no séc. XIX com suas festividades públicas foram meu objeto de trabalho anterior¹, percebi que esta história podia ser contada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, “lugar de memória”² e “espaço de ciência”³ nos estudos de ciências naturais e referência em estudos antropológicos. A particularidade do tema e a condição de residir longe dos locais de pesquisa foram aceitas pela Prof^ª. Dra. Maria Amélia M. Dantes, com quem iniciei meu trabalho na pesquisa histórica, e pelo programa de Pós Graduação em História Social da USP – DH /FFLCH, unindo assim história social da ciência e antropologia em um programa de pós-graduação em história.

Nesta época conheci o acervo do Fundo de Antropologia Física do Museu Nacional, em organização no Museu de Astronomia

1 MARTINS, A. T. A. *Festas, Memória e Identidade Nacional na Corte Imperial* (dissertação de mestrado). Dep. História/ PUC-RIO, 1998.

2 NORA, P. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.

3 DANTE, M. A. M.. *Espaço de Ciência no Brasil (1800-1930)*. RJ: Fiocruz, 2001.

e Ciências Afins (MAST) e me interessei pelo tema e pelo trabalho de Edgard Roquette-Pinto nesta área. O material apresentava uma antropologia diferente daquela que conhecemos e estudamos hoje, ligada aos estudos culturais e sociais. A primeira leitura que fiz sobre o assunto foi o estudo detalhado de Luis Castro Faria, em que apresenta uma história da antropologia física no Brasil até a década de 40. Castro Faria afirma que a antropologia que convencionalmente se chama de antropologia física é um campo da especialização da biologia, especialmente da biologia humana. Os trabalhos dos cientistas estavam associados à prática de descrever, medir, comparar e classificar e preocupavam-se em construir tipologias.⁴

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentava um forte desempenho no mundo científico no séc. XIX, voltado para o estudo e a pesquisa de ciências naturais, compartilhando inicialmente, espaços e profissionais. Como comentou Castro Faria, a Antropologia passou por um difícil percurso dentro do âmbito universitário, pois nos anos de 1930 seu espaço de ensino ficou inserido nos cursos de História e Geografia na então criada Faculdade Nacional de Filosofia⁵. Ressaltando porém o papel da instituição, este antropólogo apontava que o Museu Nacional era o “único instituto de pesquisa onde a antropologia é cultivada em todos os setores do seu amplo domínio”, possuindo seu próprio material de estudo, representado pelas coleções de antropologia.⁶

Uma história institucional da disciplina não havia sido estudada até então e esta carência tinha sido ressaltada por antropólogos⁷. Os focos dos trabalhos desenvolvidos ou tratavam da

4 FÁRIA, L. C. Antropologia – escritos exumados 2. Niterói: EdUFF, 1999. p. 1

5 FÁRIA, L. C. “A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso”. In: Antropologia espetáculo e excelência. RJ : Ed.UFRJ, 1993. pp.10-25.

6 FÁRIA, L. C. “A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional”. In: Antropologia – escritos exumados 1. Niterói: EdUFF, 1998. p.25.

7 CÔRREA, M. “Patrimônio da nação: os índios & a história da antropologia”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 4. SP; 1999; URRY, J. “History of anthropology”. In: BARNARD, A. & SPENCER, J. (ed.). Enciclopedia of social and cultural anthropology. London: Routledge, 1997. p. 228.

disciplina ou relacionavam a atividade de cientistas e suas atuações no campo.

Baseando-me na leitura de outros estudos de antropólogos e historiadores notei que apresentavam algumas características daquela antropologia física. Conforme apontou Domingues, ela constituía-se em uma prática associada aos ramos das ciências naturais. Schwarcz em seu livro Espectáculo das Raças afirmava que a antropologia se baseava “no sistema nervoso e na mediação de crânios” e que João Batista Lacerda do Museu Nacional a entendia como um ramo da biologia. Côrrea em As Ilusões da Liberdade demonstrou que o termo sofrera alterações em virtude do processo de especialização e assinalou a conotação biológica empregada em um dado momento. A autora observou em sua análise, que apesar de algumas variações, as noções de antropologia, etnologia e etnografia eram sinônimos de pesquisa ou abordagem relacionadas à questão da raça. Santos comentou que até metade do séc. XX, a maioria dos antropólogos físicos utilizava as teses tipológico-descritivas associadas aos conceitos de “raça” e de “tipo racial”, centrados na noção de fixidez e estabilidade e que, posteriormente, a antropologia sofreu alteração com florescimento das pesquisas biológicas.⁸

Assim pude construir meu objeto de estudo: analisar o processo de institucionalização da antropologia física no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O foco principal da pesquisa foi a trajetória da disciplina dentro do Museu Nacional. Atentei para alguns pontos importantes ao desenvolvimento do tema: a definição dos termos empregados na área e o papel do Museu Nacional e de suas coleções para as pesquisas antropológicas.

8 DOMINGUES, H. M. B. “Ciências no processo de exploração dos recursos naturais no Brasil”. MAST Notas técnicas-científicas. RJ. 1997. P. 7; SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das Raças: instituições e cientistas no Brasil (1870-1930). SP: Cia das Letras, 1993p. 78.; CÔRREA, M. As ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. SP: Estudos CDDPAH, 1999.p. 35-40.; SANTOS, R. V. “Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no séc. XX”. In: SANTOS, R. V. *et al* (orgs.). Raça, ciência e sociedade. RJ: Fiocruz, 1996.p. 126-128.

Voltei-me para o séc. XIX, quando se inicia o processo de institucionalização da Antropologia no mundo e no Brasil. Assim pude estabelecer os limites temporais da análise da pesquisa. Partindo da constituição da disciplina dentro da instituição, determinei como marco o ano de 1876, data em que foi criada uma seção de estudos antropológicos, anatômicos e zoológicos. Nesta trajetória, de continuidades e descontinuidades, investiguei as alterações da área e do próprio termo, tal como empregado pelos cientistas em seu próprio tempo e expressos nos quadros organizacionais da instituição. Valendo-me dos indicativos apontados pela historiografia quanto a alterações no campo antropológico ocorridas nos anos de 1940 e 1950 do séc. XX, a investigação determinou o outro marco temporal do trabalho: um projeto de reforma institucional datado de 1939, quando Heloisa Alberto Torres sugere alteração no nome da divisão para antropologia biológica.

Na análise do processo de institucionalização da antropologia e da atuação dos cientistas dentro e fora do Museu Nacional, atentei para a dinâmica e a luta do “campo científico” como pensado por Pierre Bourdieu⁹. Ao reconhecer os seus cientistas procurei caracterizar a prática científica adotada na instituição e conhecer as redes de intercâmbios constituídas. Dada a relevância da instituição e dos estudos antropológicos nela instituídos no tempo presente, consideramos duas questões: analisar a elaboração de uma memória científica pelos seus cientistas e a construção de uma tradição científica local.

Utilizando os mais diferentes documentos, muitos deles inéditos, pesquisei e explorei exaustivamente diferentes acervos no Rio de Janeiro e em São Paulo na medida em que a investigação indicava novos personagens, novos referenciais ou novos temas e problemas. É o caso, por exemplo, de cientistas como Domingos

9 BOURDIEU, P. “Campo Científico”. In: ORTIZ, P. (org.) Pierre Bourdieu. SP: Ática, 1983.

Sérgio de Carvalho e Júlio Trajano de Moura no séc. XIX e Maria Júlia Pourchet e Dinah Levi-Strauss no séc. XX¹⁰.

De fato, voltei-me para uma série de questões e temáticas nesses acervos: cientistas da seção, congressos científicos, instruções de viagens, intercâmbio de objetos entre instituições, rede de contatos entre cientistas, referenciais teóricos, lista de livros, lista de instrumentos, trabalhos desenvolvidos, excursões realizadas, educação e divulgação científica, alterações de regimentos, projetos de diretores, tensões internas e externas, atuação científica e política dos cientistas, trajetória institucional, problemas financeiros, concursos públicos, exposição das coleções, eventos comemorativos, etc.

Observei que a historiografia aponta o fato da antropologia física ser exercida pelos médicos-antropólogos, devido aos conhecimentos anatômicos e fisiológicos predominantes no saber médico. Sem dúvida que a ênfase nestes conhecimentos levou aos quadros

10 A investigação fez uso de vários acervos, conforme apresento a seguir: Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR), a biblioteca Central e a biblioteca do PPGAS- UFRJ. Ao longo de quatro anos, a seção de Memória e Arquivo vinha sendo implementada em várias áreas pelos pesquisadores da casa, e com organização e tratamento de seus curadores, o material concernente à minha pesquisa foi sendo disponibilizado em tempo hábil. Lá pude encontrar todo tipo de material, correspondências, projetos institucionais, leis, atas de reunião da Congregação, livro dos funcionários, relatórios dos mais diversos, iconografias, artigos científicos, recortes de jornais, convites, congressos científicos, coleções, etc. Neste caminho, comecei pelo acervo da diretoria do Museu Nacional em 1876, ano da criação da disciplina entre as seções da instituição. Aos poucos os outros acervos foram revelando novos cenários e nos personagens, como da secretaria do departamento de antropologia, arquivo de Heloisa Alberto Torres, do laboratório da etnologia (LACED) e parte da etnologia. Foi muito importante também o material pesquisado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Centro Cultural de São Paulo e no Arquivo Particular de Maria Julia Pourchet. Destaco o interessante acervo da Academia Brasileira de Letras, não só da Biblioteca Petit Trianon como do Arquivo Roquette-Pinto, ainda em organização, onde encontrei correspondências, conferências, cursos, notas, recortes de jornais, entrevistas, documentos de congressos e sociedades, que se somaram às informações encontradas no Museu Nacional. Foram utilizadas também as bibliotecas do FFLCH/ USP, do IFCH-Unicamp e do MAST.

do Museu Nacional uma parcela significativa destes profissionais, como João Batista Lacerda, José Rodrigues Peixoto, Júlio Trajano de Moura, Edgard Roquette-Pinto, Álvaro Fróes da Fonseca e José Bastos de Ávila. Ressalto, entretanto, que a especialização e expansão do campo antropológico permitiram que outros cientistas pudessem exercer a prática pautada nos ensinamentos ministrados na casa.

Vários estudos historiográficos enfatizaram a preponderância dos trabalhos educativos desenvolvidos por Edgard Roquette-Pinto face às suas demais atividades nos anos de 1920 do séc. XX. A atuação deste cientista nesta área estava associada ao seu projeto de nação, mas notamos que suas atividades antropológicas e médicas não foram interrompidas.

O regresso ao séc. XIX objetivando determinar a origem da antropologia física, levou-me a encontrar a antropologia como um todo e a ir além da história da antropologia física para fazer a história da antropologia no Museu Nacional. Os trabalhos de Lacerda e de Rodrigues Peixoto, pautados em estudos anatômicos e morfológicos, eram estudos de antropologia como compreendidos em seu tempo. À etnografia cabia a descrição dos usos e costumes dos índios. Mesmo quando aparecia a antropologia dita física como compreendemos hoje, os cientistas do Museu Nacional pensavam no conhecimento antropológico que englobasse, antropologia física, etnografia, etnologia e arqueologia.

Compreendida como um ramo das ciências naturais, esta prática era exercida por naturalistas e por antropologistas-viajantes que exerciam várias funções durante as expedições científicas: coletavam objetos materiais e fósseis, faziam desenhos, realizavam medições, elaboravam mapas, etc.

Com base nos dados levantados organizei os capítulos deste trabalho com os seguintes objetivos:

- Compreender ‘Os primórdios da Antropologia’ na Europa, caracterizar o papel desempenhado pelos naturalistas-viajantes no séc. XVIII-XIX, identificar as sociedades científicas voltadas para o conhecimento antropológico; discutir questões

peculiares como a polêmica monogenismo e poligenismo e entender como se desenvolveu a antropologia no Brasil.

- Analisar a dinâmica da ‘Atividade científica da Antropologia no Museu Nacional’ desde sua criação em 1876 até 1912 e compreender as mudanças político-institucionais do período.
- Conhecer a ‘Era de Prosperidade’ do Museu Nacional entre 1912-1925, analisar as alterações institucionais do período, identificar seus cientistas e compreender sua área de atuação.
- Conhecer ‘O Museu e a Antropologia em destaque’ entre 1926-1936, analisar as questões institucionais do período, entender as mudanças da prática antropológica, identificar seus cientistas e compreender o resgate de uma memória científica.

Capítulo I: Os primórdios da Antropologia

As viagens científicas empreendidas no final do séc XVIII, organizadas por instituições científicas e academias, envolviam indivíduos ou pequenos grupos de cientistas, e permitiram aumentar o conhecimento dos Europeus. Tais expedições coletavam um largo número de espécimes de plantas e animais, além de interessantes informações sobre a natureza humana de terras e pessoas desconhecidas além mar. Relatos de viagem e crônicas que tratavam da Ásia e das Américas transformavam a visão de humanidade concebida pelos europeus, derivada da Bíblia e da antiguidade, modificando profundamente sua concepção de natureza humana. Através desses textos, eles aprendiam sobre estes povos cuja aparência, costumes e crenças eram diferentes dos seus próprios¹¹.

O empenho em estudos que envolvessem sistemas de classificação sofreu profundas transformações neste período. Tais necessidades em dividir e classificar os fenômenos, o mundo e os povos foram refletidas na criação da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert. A proposta dos filósofos em classificar os fenômenos, ia além de que faziam dicionários e arquivos, pois buscavam enraizar o conhecimento na epistemologia. Como apontou R. Darnton, os criadores da *Enciclopédia*, tal como F. Bacon (1561-1626) fizera,

11 WOOD, P. B.. "The science of man". In: JARDINE, N& SECORD, J.A. & SPARY, E.C. (eds). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 197.

começaram dividindo a história em quatro sub-ramos: a eclesiástica, a civil, a literária e a natural. Mas qual o lugar que eles conferiram à História Natural? À ela cabia a parte mais extensa e original da *Enciclopédia* e a mais vasta área da árvore do conhecimento - abrangia os usos, as irregularidades e a uniformidade da natureza, pois “eles não procuraram a mão de Deus no mundo mas analisaram o trabalho dos homens”¹².

Cabia aos naturalistas-viajantes a tarefa de observar, descrever, interpretar e classificar a fauna, a flora e os homens nas expedições científicas. Associados às instituições científicas importantes, como os Museus de História Natural, esses cientistas, com o aval do Estado e certa cooperação militar, procuravam garantir o sucesso das viagens exploradoras¹³.

Para compreendermos os primórdios da Antropologia, vamos percorrer os estudos desenvolvidos pelas ciências da natureza na Europa e o papel desempenhado pelos naturalistas-viajantes do séc. XVIII a metade do séc. XIX. Acreditando na uniformidade da natureza tal como apontada na *Enciclopédia*, eles pensavam em aplicar seu modelo da natureza especialmente à natureza do homem. No processo do desenvolvimento das ciências naturais vamos: identificar algumas sociedades científicas voltadas para o conhecimento antropológico; compreender as mudanças ocorridas nas idéias de civilização, ciência e raça deste período; identificar e discutir questões peculiares a este ramo da história natural, como a polêmica monogenismo e poligenismo; e entender como se desenvolveu a antropologia no Brasil.

12 DARNTON, R. *O Grande massacre de gatos*. RJ: Graal, 1986. pp. 247-275.

13 OUTRAN, D. “New spaces in natural history”. In: JARDINE, N& SECORD, J.A. & SPARY, E.C. (eds). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.p. 249.

1. Uma história natural do homem – Europa séc. XVIII e séc. XIX

1.1. A Sociedade dos Observadores do Homem

Seguindo a tradição da história natural e a proliferação das organizações científicas napoleônicas¹⁴, foi fundada na França a Sociedade dos Observadores do Homem em dezembro de 1799. Formada por um grupo de cientistas-filósofos, entre eles médicos, naturalistas e historiadores, descendentes dos enciclopedistas¹⁵, os ideólogos, tal como eram denominados, tiveram larga atuação no Instituto Nacional constituído no governo de N. Bonaparte, tais como os cientistas P.S. Laplace (1749-1827) e J. B. Lamarck (1744-1829).

Seu fundador e secretário perpétuo foi Luis François Jauffret (1770-1850), escritor francês cujos trabalhos incluíam livros de história natural e geografia para crianças, e ingressaram no seu quadro outros importantes naturalistas, como por exemplo, os biólogos G. Cuvier (1769-1832), J. B. Lamarck (1744-1829), A. L. Jussieu (1748-1836), E. G. Saint-Hilaire (1772-1844); os médicos P.J.G. Cabains e P. Pinel (1745-1826); o químico Fourcroy (1785-1806); os exploradores L. A. Bougainville (1729-1811) e F. Levaillant (1753-1824); os lingüistas A. L. C. Destutt de Tracy (1754-1836) e R. A. C. Sicard; entre outros cientistas¹⁶.

14 Napoleão I estruturou durante seu governo, a educação superior francesa, criando escolas profissionais – Grandes Écoles e Écoles d'application, integradas em um modelo universitário que visava a formação de professores e a implementação de carreira profissional. A pesquisa científica esteve localizada no Collège de France, na École Pratique des Hautes Études, bem como no Museu de História Natural e no Observatório de Paris. Ver: FOX, R. & WEISZ, G. 'The institutional basis of French science in the XIX century'. The organization of science and technology in France 1808-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. pp. 1-28.

15 BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et alli. Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie. Paris : PUF, 2000. p.330

16 Segundo G. Socking Jr, o francês Jauffret escreveu uma introdução ao livro não-publicado 'Memórias da Sociedade dos Observadores do Homem' em 1802 com uma proposta de estudo: Antropologia Comparativa dos usos e costumes dos povos; uma Topografia

Dedicada ao estudo da ciência natural do homem no seu aspecto físico, moral e intelectual, os Observadores do Homem incluíam entre seus interesses, as diferenças raciais do gênero humano, a origem e migração dos povos, as características físicas e morais que os diferenciavam, além de conferir ilustrações sobre suas armas, ferramentas, e outros produtos de sua indústria. Com um amplo programa antropológico, tais cientistas – os ideólogos, procuravam construir o lugar desta ciência unitária do homem apresentando-a como reflexo de seus interesses e das categorias científicas que representavam no Instituto Nacional: a classe de ciências morais e políticas e a classe de ciências matemáticas e físicas, imprimindo na primeira categoria o *locus* desta nova ciência.

Em março de 1800 Capitão Nicholas Baudin (1754-1803) sugeriu ao Instituto Nacional a realização de uma grande expedição científica para a costa sudoeste da Austrália, denominada Expedição Baudin (1800-1803). Aprovada pelo comitê e pelo Cônsul, a Expedição para Austrália incluiria além dos membros da Sociedade dos Observadores, o astrônomo Laplace e o biólogo Conde de Lacépède (1756-1825), entre outros cientistas selecionados.

A seção do “estudo do homem”, a cargo dos Observadores do Homem, elaborou as instruções científicas desta expedição e é nela que o termo antropologia aparece primeiramente¹⁷. Os resultados desta orientação antropológica foram duas memórias: uma do cientista Joseph Marie de Gérando (1772-1842), novo membro da sociedade, também conhecido como Degérando, intitulada “*Consideração sobre o método a seguir na observação dos povos selvagens*”, e a outra de G. Cuvier (1769-1832) “*Uma nota instrutiva nas pesquisas*

Antropológica da França para determinar a influência do clima sobre o homem; um museu de etnografia comparativa; e um Dicionário Comparativo de todas as línguas conhecidas. Segundo este mesmo autor os membros de tal sociedade eram, em sua maioria, biólogos, físicos, químicos, exploradores e lingüistas, respectivamente. In: Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p. 16.

17 Tal menção foi citada pela Escola de Antropologia de Paris no séc. XX. Ver: École d'Anthropologie de Paris. Paris, 1907. p. 2

a serem feitas relativas às diferenças anatômicas entre as diversas raças de homem". Vejamos um pouco cada um destes trabalhos.

Degérando considerava a "ciência do homem" como parte "nobre" das ciências naturais. Aplicava-a ao mesmo método de observação – com sistematização de tabelas, descrição e análise comparativa do desenvolvimento humano e de seu comportamento. Recomendava o aprendizado da língua do nativo seguindo uma ordem progressiva por ele sugerida, que incluía gestos e linguagem articulada. Traçava formas de observar e descreve o selvagem individualmente – seu meio físico, suas características físicas e individuais, como força, movimentos, intensidade da fome e da sede, saúde e longevidade; e em sociedade – aspecto civil, político, econômico e ético-religioso, e de suas tradições. Conforme observado por Stocking Jr., Degérando pensava a natureza humana como igual em tempos e lugares e seu desenvolvimento era orientado por leis naturais, num progresso evolucionário, em que a meta era a alta perfeição representada pela sociedade ocidental européia¹⁸.

Cuvier inicia sua memória com um breve sumário do estado do pensamento antropológico, tratando das diferenças raciais, das diferenças de cor de pele e de tipo de cabelo, das diferenças de esqueleto e as influências do meio. Partindo do mesmo ponto de vista que dominou a biologia na primeira metade do séc. XIX, empregava a abordagem da anatomia comparativa, fundamentalmente estática e não evolucionária.

Vale lembrar que, naquela época, faltava material anatômico para as pesquisas comparativas, dificultando o trabalho científico, já que as descrições dos naturalistas-viajantes eram insuficientes. Enquanto alguns dos naturalistas, como C. Buffon (1707-1788) tinha conhecido os chineses pelas narrativas de viagem, Peter Camper (1722-1789) só tinha analisado um esqueleto chinês, e Cuvier já descrevia um esqueleto inteiro em infinitos detalhes. As

18 Stocking Jr., G. Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.26-28.

diferenças raciais também começaram a ser apreciadas, seja pelos estudos de P. Camper com suas medidas de ângulo facial, seja pelas investigações de J. Blumenbach (1752-1840).

Neste contexto, Cuvier sugeriu aos viajantes a necessidade de se “visitar onde os mortos eram depositados” para coletar material fóssil, especialmente ósseo, instruindo-os: dos cuidados da remoção do corpo; da preparação do objeto e a forma de conservação mais adequada para remetê-lo à Europa. Lembra que tal ato podia ser visto pelos marinheiros como bárbaro, “mas numa expedição cujo propósito é o avanço da ciência, é necessário para os chefes permitir que sejam governados somente pela razão”¹⁹.

Com atitude e foco diferente de Degèrando, mais atento ao domínio etnográfico e etnológico do conhecimento antropológico, Cuvier se preocupava com a “raça” e as diferenças físicas inerentes e permanentes que distinguiam os grupos humanos. Para este cientista “raça” era importante para determinar características culturais peculiares do homem.

O encarregado de seguir tais instruções na seção de Antropologia da Expedição da Austrália foi o médico François Perón (1775-1810), cujos estudos desenvolvidos na área merecem destaque. Apresentou o trabalho intitulado “*Observação sobre antropologia, ou história natural do homem, a necessidade de se ocupar com o avanço da ciência e a importância de se admitir no grupo do Capitão Baudin um ou mais naturalistas especialmente treinados com a finalidade dessa pesquisa*” (1800) conseguindo assim ingressar como membro do grupo de Baudin, editando mais tarde outras investigações realizadas durante a viagem.

Perón foi incumbido de publicar o material antropológico coletado na Expedição assim que chegasse a Paris. Neste estudo, intitulado “*História Filosófica de vários povos considerados nas suas relações morais e físicas*”(1803), listou parte dos objetos coletados

19 *Apud.* por Stocking Jr , G. *Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.30.

pelos naturalistas-viajantes como, por exemplo, instrumentos, armas, roupas e outros artefatos, vocábulos dos nativos, um esqueleto humano do Moçambique e algumas ilustrações de nativos.

Realizou pesquisas com os selvagens empregando o uso do dinamômetro inventado por Regnier, comparando medidas de força física entre vários povos como, por exemplo, Tasmanianos, Australianos, Malaio do Timor, Franceses e Ingleses. Tais análises foram incorporadas ao trabalho *‘Experimentos sobre a força física dos povos selvagens da Terra de Diéman (Tasmânia), da Nova Holanda (Austrália), e dos habitantes do Timor’*. Esta série de estudos foi publicada em seu livro: *‘Viagem da descoberta das Terras Austrais... (I e II)’* entre os anos de 1806-1816. Conforme apontou G. Stocking Jr., os resultados das medidas científicas de Perón, expressos em tabelas, procuravam demonstrar que a variação apresentada estava diretamente associada ao grau de civilização de cada povo.

Escreveu outra memória sobre a questão das diferentes raças humanas, investigando as peculiaridades do cadáver de uma fêmea conhecida com o nome de Vênus Hottentotte (1817)²⁰.

Como observou Stocking Jr, as instruções e investigações realizadas na Expedição Baudin demonstram, de uma forma geral, o desenvolvimento particular das ciências antropológicas na França no séc. XIX. Se a Sociedade dos Observadores do Homem definia a antropologia como o estudo do homem natural em seu duplo aspecto, cultural e físico, em meados do séc. XIX, estes dois domínios vão seguir diferentes rumos. Conforme veremos a seguir, houve uma separação nos domínios deste conhecimento, deixando o estudo cultural do homem mais voltado para as sociedades etnográficas e o estudo de suas características físicas, associado à Sociedade de Antropologia de Paris de P. Broca.

20 Segundo o autor, F. Perón se especializou em Zoologia e Anatomia sob orientação de G. Cuvier no Museu de História Natural de Paris. Sobre seus trabalhos ver: Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.31-34.

Entretanto, a noção de se pensar o homem do ponto de vista unitário, esteve muito presente entre os Observadores do Homem. Ressaltemos que suas preocupações em explicar as diferenças entre os homens levaram cada um dos autores, Degérando, Cuvier ou Péron, a respondê-la a sua maneira: o primeiro esperando que o estudo das tradições pudesse dar uma “luz”, e não encontrou resposta; os outros dois, acreditando que fossem encontrá-las na idéia de “raça”²¹.

A Expedição de Baudin enfrentou vários problemas: muitos de seus membros, como Jauffret, desertaram ainda no início, além das doenças e mortes ao longo do caminho. Apesar de ter fracassado nos seus propósitos políticos e geográficos iniciais, apresentou notável mérito científico. Os objetos antropológicos colecionados por seus membros não sobreviveram completamente, sendo anexados mais tarde como parte da coleção da Imperatriz Josephine, já que o museu proposto pela Sociedade dos Observadores do Homem não foi construído. Em 1814, parte desses objetos foi destruída e em 1829 o restante foi vendido.

Com a reorganização do Instituto Nacional e o fim da classe de ciências morais e políticas, a Sociedade dos Observadores do Homem finalmente se dissolveu em 1804 com a proclamação do Império Napoleônico.

1.2. Civilização, Ciência e Raça

No séc XVIII, D’Alembert, Condorcet e todos os filósofos iluministas pensavam a história humana como uma sucessão de

21 Sobre a separação dos domínios da antropologia na França G.Stocking Jr afirma que P. Broca em seu estudo ‘Histoire des progrès des études anthropologiques depuis de la foundation de la Societé em 1859’ publicado em 1869, argumenta que depois que as Guerras Napoleônicas destruíram as contribuições antropológicas trazidas pelos viajantes, a Sociedade dos Observadores do Homem se voltou para questões históricas e etnologia psicológica. O autor replica que P. Broca não tenha compreendido adequadamente as características da Sociedade.(p.20) Sobre os comentários das memórias da Sociedade. Ver: Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.20, 21 e 35.

estágios em direção a uma sociedade futura ideal. A idéia de civilização vista como destino de toda a humanidade e pertencente a todos os homens, estava atrelada ao pensamento iluminista francês que pregava certo otimismo igualitário, bem como era, em parte, reflexo do pouco nível de conhecimento das diferenças físicas humanas. De acordo com tal noção, civilização era a mais alta posição da hierarquia deste estágio e progresso era a palavra usada para qualificar avanços em direção a uma sociedade científica e moral.

As idéias de “progresso” e “civilização” coexistiram tensionadas, lado a lado, com outras idéias primitivistas que estavam encorporadas na tradição do Nobre Selvagem. Isto foi possível, segundo G. Stocking Jr., porque a idéia de civilização era compreendida como parte da capacidade ‘natural’ de todo homem, quando livre de forças de superstição e dogmas e sem limitações ambientais. Por outro lado, esta mesma coexistência implicou numa avaliação positiva da capacidade primitiva²². Entretanto, não se admitia que as culturas indígenas pudessem contribuir para o progresso da ciência moderna. Tal fato, lembra P. Petitjean, levou a não se reconhecer as práticas dos povos não-ocidentais como precursoras. Este modelo dominante e limitado de pensamento compreendia a existência de várias tradições científicas, mas defendia a existência de uma única ciência moderna²³.

Na passagem do séc. XVIII para o início do séc. XIX, ocorreram mudanças no pensamento europeu, não só na concepção de natureza humana como também na idéia de civilização. O romantismo europeu foi contrário ao sentimento igualitário e a noção da perfectibilidade de todas as sociedades tal como pregado pelo iluminismo. Caracterizado pelo impulso da diversidade, apontava para um importante potencial racial. Apesar desse largo ponto de

22 Stocking Jr., G., Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.37.

23 Petitjean, P. ‘Science and the ‘Civilizing Mission’: France and the Colonial Enterprise’. In: Stuchtey, B. Science across the European Empires (1800-1950). Oxford: Oxford University Press. (no prelo) p.110.

vista do desenvolvimento cultural humano, G. Stocking Jr. lembra que a imagem do negro de J. G. Herder tinha implicações raciais²⁴.

Durante este período, mais e mais homens viram a idéia civilização como uma conquista peculiar de certas raças, substituindo a hierarquia cultural pautada no modelo de progresso científico, por novas hierarquias baseada em teorias raciais. Devemos lembrar que a noção de civilização elaborada em cima de tal modelo, percebeu a dificuldade de aliar a realidade material e social simbolizada pela civilização industrial com a idéia primitivista do homem selvagem. A distância visível entre este último e o europeu civilizado, apontou que o passado não podia ser a chave explicativa das origens dos povos e da diferença entre grupos humanos. Ao separar o primitivismo da noção de progresso da civilização, civilização voltou-se para uma interpretação racial e, se até então pertencia a todos os homens, passou a referir-se ao homem branco europeu.

A indicação desta separação pode ser explicada na noção de nobre selvagem. No início do séc. XIX, ainda não tinha acontecido realmente a exploração e colonização da África, mas a forte presença da civilização européia em áreas dita “selvagens”, levou os observadores a ver os selvagens como degradados e primitivos, definindo a noção anterior que tanto tinha povoado a imaginação da Europa Ocidental e a branca América do Norte.

Conforme apontou Petitjean, uma certa ocidentalização da ciência decorreu dessas mesmas considerações antropológicas pois argumentava-se que a origem da ciência clássica estava na Antiga Grécia e no Renascimento Europeu. Assim a integração do conhecimento não-europeu em ciência sofreu um processo de

24 Segundo G. Stocking Jr., a maioria dos historiadores da idéia de raça relacionaram esta potencialidade da raça com o pensamento político europeu e a busca das origens européias, justificando atitudes em relação as pessoas de pela escura, especialmente os negros. Para outros escritores, lembra o mesmo autor, a idéia de raça aparece como uma defesa ideológica no momento em que a escravidão e o tráfico negreiro recebem largos ataques. Ver: Stocking Jr, G..*Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.36.

desqualificação pois se considerou o conhecimento local um sistema estático, impróprio para o progresso²⁵.

A divisão entre europeus civilizados e primitivos refletiu também na divisão presente neste período entre: ciência moderna universal e conhecimento local; entre sociedades históricas e pré-históricas; entre sociedades progressivas e estáticas. Tal concepção de ciência estava pautada na superioridade do homem branco e no modelo civilizatório europeu. Até a metade do século, ciência tornou-se a medida de todo o progresso. “O progresso do conhecimento”, segundo Petitjean, “bem como o progresso técnico e social, estavam diretamente assimilados com o progresso da ciência”²⁶.

As mudanças na concepção de natureza humana, na idéia de civilização e ciência e a importância da interpretação racial, vão ganhar contornos específicos no debate controverso entre os monogenistas e poligenistas, como veremos a seguir.

1.3. O debate entre monogenistas e poligenistas na primeira metade do séc. XIX

Conforme discutido acima a civilização do séc XIX passou a ser vista em termos raciais, mas a precariedade de material anatômico para a pesquisa demonstrou que a noção de raça precisava ainda ser explicada.

A noção de diversidade e o sentimento anti-igualitário que caracterizaram o período em questão, estavam em contradição com o ressurgimento da ortodoxia religiosa e com a questão da unidade bíblica da humanidade. A religião conservadora aceitava a noção de raça como força casual da história, pois era vista como um produto

25 Petitjean, P. ‘Science and the ‘Civilizing Mission’: France and the Colonial Enterprise’. In: Stuchtey, B. Science across the European Empires (1800-1950). Oxford: Oxford University Press.(no prelo) p.112.

26 Petitjean, P. ‘Science and the ‘Civilizing Mission’: France and the Colonial Enterprise’. In: Stuchtey, B. Science across the European Empires (1800-1950). Oxford: Oxford University Press.(no prelo) p.112.

do processo histórico e do meio. Assim todas as raças humanas deveriam ser reduzidas ao discurso monogenista de Adão e Eva.

A doutrina poligenista, por outro lado, defendia que as diferenças físicas entre homens eram difíceis de serem explicadas como produto de um ambiente limitado por uma explicação bíblica da existência humana na Terra ou conciliadas com a idéia de uma espécie única. Portanto, Deus criou outras espécies.

O aumento do contato cultural entre europeus e não-europeus e o aumento da sofisticação da ciência biológica, multiplicaram a informação da diversidade humana para além do conhecimento do Conde de Buffon (1707-1788) ou de C. Linnaeus (1707-1778).

Pensar a humanidade enquanto totalidade, era refletir não só sobre sua unidade e diversidade mas sobretudo sobre a origem do homem. Vamos conhecer os diferentes autores que congregaram essas duas vertentes na primeira metade do XIX, demonstrando que suas diferenças foram refletidas as formas de institucionalização da antropologia na maior parte dos países europeus²⁷.

1.4. Os defensores do monogenismo

O monogenismo, visão predominante até meados do séc. XIX, reuniu boa parte dos estudiosos que acreditavam na unidade de todos os povos através da criação única de Adão e Eva, ou seja, pensavam a origem a partir de uma única fonte. Segundo Gould, este argumento foi o mais popular, porque as Sagradas Escrituras não podiam ser rejeitadas levemente. Este foi o caso do naturalista francês do séc. XVIII C. Buffon, defensor da unidade da espécie²⁸.

Referindo-se ao homem do ponto de vista do naturalista, Buffon em seu livro *História Natural do Homem* de 1749 fez uma história da história natural do mundo, da vida e do homem. Vejamos, por exemplo, a noção de espécie que ele emprega.

27 SCHWARCZ, L. M. .O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil (1870-1930). SP: Cia das Letras, 1993. pp 47-54.

28 GOULD, S. J. A Falsa Medida do Homem. SP: Martins Fontes, 1999. pp. 26-29.

Na *Enciclopédia* de Diderot e D'Alambert, conforme aponta A. Kremer-Marietti, Buffon define:

A espécie, é uma palavra abstrata e geral, que não existe se considerarmos a natureza dentro da sucessão do tempo, da destruição constante, da renovação constante dos seres. Comparando a natureza de hoje com a de outros tempos, os indivíduos atuais aos indivíduos passados, nós podemos ter uma idéia exata do que é a espécie, da comparação do nome e da semelhança dos indivíduos... A espécie não é então outra coisa que uma sucessão constante de indivíduos semelhantes e que se reproduzem

Defendendo a unidade da espécie humana, Buffon, convencido do aprimoramento das raças inferiores em ambientes apropriados, concluiu que o gênero humano era composto de uma só espécie de homens, que se multiplicou por meio do cruzamento entre seus membros, propagando-se por toda a terra, mas que se diversificou devido à influência do clima, da nutrição e pela maneira de viver²⁹.

Esta noção de espécie que apresentou similitude de forma ou de organização, incorporava a visão monogenista no que concerne a unidade do homem: uma só espécie e de raças variadas. Devemos lembrar que no séc. XVIII o termo raça era visto como uma subdivisão da espécie e alguns naturalistas ligados a Lineu associavam-na à área geográfica³⁰. Este argumento da origem do homem a partir de uma única fonte foi também defendido por vários outros estudiosos do século XIX, como por exemplo: G. Cuvier³¹ e P. Camper, citados anteriormente. Outro importante teórico, com largo prestígio no

29 *Apud.* por KREMER-MARIETTI, A. "L'Anthropologie et ses implications idéologiques". In: RUPP-EISENREICH, B. (dir.). *Histoires de l'Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l'Anthropologie aujourd'hui*. Paris : Klincksieck, 1984. pp. 322-326

30 BLANCKAERT, C. "On The origins of French Ethnology". In: STOCKING JR., G. (ed.). *Bones, Body and behavior*. Wisconsin: The Univ. of Wisconsin Press, 1988. pp.16-51.

31 Segundo G. Stocking Jr., G. Cuvier apesar de desenvolver um ponto de vista da anatomia comparativa poligenista e congênial, ele era um defensor do monogenismo. Ver: Stocking Jr., G.. *Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. . 39

Brasil devido a sua amizade com o Imperador D. Pedro II, foi o monogenista Armand de Quatrefagues de Bréau (1810-1892). Ele afirmava por exemplo, que a espécie é o conjunto dos indivíduos mais ou menos semelhantes entre si, que descendem ou podem ser vistos como descendentes de um único par³².

Conforme apontou Gould, o processo de degeneração apresentava diversos níveis, menor no caso dos brancos e maior no dos negros, atribuída a modificação de espécies migratórias. Para alguns degeneracionistas, a influência do clima gerava diferenças irreversíveis. Para outros, o gradual desenvolvimento tornava possível a reversão em um meio ambiente adequado, mas admitiam ser difícil perceber os resultados benéficos do ambiente pois eles não se manifestariam com rapidez suficiente³³.

O caminho desenvolvido pelas ciências biológicas contribuiu para o aprofundamento da questão da unidade da humanidade. Trilhando diferentes estudos, percebemos que foi a partir do estudo da fisiologia, tida como a ciência das funções orgânicas, particularmente a desenvolvida por volta de 1790 por P. Camper (1722-1789) e J. F. Blumenbach (1752-1842), que se discutiu a questão das raças.

O trabalho do holandês Camper, segundo A. Kremer-Marietti, publicado em 1791 examinou o método naturalista utilizado na botânica, como organografia, entendida como o conhecimento das características naturais de organização, para poder aplicá-la ao homem. Colocando em prática a idéia de distinguir as raças humanas pela configuração do crânio, Camper criou a medida do

32 *Apud*. KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques ». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984.. p. 327

33 GOULD, S. J.. A Falsa Medida do Homem. SP: Martins Fontes, 1999. p.26

ângulo facial, permitindo fazer a distinção da capacidade craniana entre as espécies animais e humanas e entre as diversas raças³⁴.

O alemão Blumenbach, não concordando com o método aplicado por Camper, propunha em 1806 uma classificação das raças em cinco grupos baseado nos estudos de C. Linnaeus (1707-1778): caucasianos, mongólicos, etíopes, americanos e malaios, reunindo para isto o maior número de crânios³⁵.

Outras pesquisas desenvolvidas neste campo foram as realizadas, por exemplo, por G. Cuvier (1769-1832) e por E. Serres (1787-1868). O primeiro estabeleceu as medidas da área do crânio e da face constituindo diferenças raciais com as diferenças hereditárias da estrutura dos ossos. Atribuiu ainda a cor da pele e influência geográfica como fatores indicativos às diferenças, pois os negros como constituíam uma outra forma de vida, não participavam desta “igualdade do homem”. Segundo C. Blanckaert, os estudos de raça de Cuvier revelavam um estereótipo, pois afirmava que a raça negra, confinada na região sul das Montanhas Atlas, apresentava sua “tez negra, seu cabelo encrespado, seu crânio comprimido, e seu nariz achatado; seu grande nariz e lábios carnudos”. Tal raça aproximava-se segundo ele, “dos macacos; compondo tribos que sempre se mantiveram bárbaras”.³⁶

O anatomista francês E. Serres desenvolveu estudos acerca da conformação do frontal do maxilar superior, publicados em periódicos locais. Em 1860, apontou que a perfectibilidade das raças inferiores era uma demonstração de que a espécie humana

34 KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques ». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984.. p. 327

35 KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques ». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984. p. 327

36 BLANCKAERT, C. “On The origins of French Ethnology”. In: STOCKING JR., G. (ed.). Bones, Body and behavior. Wisconsin: The Univ. of Wisconsin Press, 1988. pp.16-51. p. 30

era a única capaz de se aprimorar através de seus esforços³⁷. Gould afirma que ele atacou a poligenia, por considerá-la uma “teoria selvagem” pois proporcionava uma base científica à escravidão das raças menos civilizadas³⁸.

1.5. Os poligenistas e a negação da unidade da espécie

Na medida em que se ampliavam os estudos comparativos da anatomia humana, a visão poligenista da diferenciação humana tornou-se uma alternativa a ser considerada, transformando a questão da raça. As raças humanas (distintas pela forma do crânio) eram espécies biológicas separadas e descendiam de mais de um Adão.

Conforme afirma C. Blanckaert, para muitos naturalistas, raça e variedade, mudavam de significado pelo menos na idéia de constância e perpetuidade. Mas apesar da doutrina poligenista multiplicar os números dos tipos raciais, este autor ressalta que muitos estudiosos não modificaram fundamentalmente a concepção de G. Cuvier³⁹, cujo ponto de vista era estático, não evolucionário e classificatório da anatomia comparativa, permitindo ao poligenismo difundir facilmente entre aqueles não inibidos pela ortodoxia religiosa⁴⁰. Este é o caso por exemplo, de Julien-Joseph Virey (1775-1846), um discípulo de Buffon e de Montesquieu que, em 1824, identificou as raças com espécies e dividiu as duas

37 KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984.. p. 331

38 GOULD, S. J. A Falsa Medida do Homem. SP: Martins Fontes, 1999. p. 27.

39 BLANCKAERT, C. “On The origins of French Ethnology”. In: STOCKING JR., G. (ed.). Bones, Body and behavior. Wisconsin: The Univ. of Wisconsin Press, 1988. pp.16-51. p. 30

40 G. Stocking Jr. comenta em seu livro que ‘se tivesse tido os percussores do séc. XVIII, a doutrina poligenista teria sido mais aceita na metade do séc. XIX’. Ver: Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p.39.

espécies humanas em seis raças cromáticas a partir da medida do ângulo facial.⁴¹

Além dele, outros adeptos da multiplicidade das espécies foram o frenologista Franz-Joseph Gall (1758-1828) e seu discípulo, J. Gaspar Spurzheim (1776-1832). Baseado nos fundamentos da fisiologia, os trabalhos anatômicos de Gall causaram grande impacto no mundo científico devido a noção de determinismo cerebral, muito aceita pelos raciologistas. Seu curso que ocorreu em 1806 sobre a fisiologia do cérebro foi dividido em três partes, o psicológico, o físico e o moral, em que cada parte vista como única poderia auxiliar no estudo de uma verdadeira ciência do homem⁴². Segundo A. Kremer-Marietti, Gall se baseou na observação de todos os fenômenos que ocorreram com o homem desde sua concepção até a sua morte. A frenologia para este cientista referia-se tanto ao animal quanto ao homem, e entre os homens, tal ciência continuava e afinava a diferenciação entre eles⁴³.

Em 1859 o poligenismo, apesar de sua heterodoxia, era a corrente dominante entre aqueles que praticavam a antropologia definida mais tarde como física. Seus defensores nos EUA eram Samuel G. Morton (1799-1851), Josiah C. Nott (1804-1873) e George R. Gliddon (1809-1857), da “Escola de Antropologia Americana” cujos trabalhos influenciaram até a Europa.

S. G. Morton foi discípulo do naturalista suíço radicado nos anos 40 nos EUA, Louis Agassiz (1807-1873) e que nos anos 60 realizou excursão pelo Brasil. O objetivo de seus estudos sobre

41 KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques ». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984. p. 332

42 BLANCKAERT, C. “On The origins of French Ethnology”. In: STOCKING JR., G. (ed.). Bones, Body and behavior. Wisconsin: The Univ. of Wisconsin Press, 1988. pp.16-51. p 32.

43 KREMER-MARIETTI, A. “L’Anthropologie et ses implicatios idéologiques ». In: RUPP-EISENREICH, B.(dir.). Histoires de l’Anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui. Paris : Klincksieck, 1984. p. 334.

crânios era comprovar uma hipótese de que a hierarquia racial poderia ser estabelecida através das características físicas do cérebro (relativas ao tamanho), interessando-se particularmente no estudo dos indígenas americanos e dos egípcios ⁴⁴.

Mesmo não congregando importantes cientistas como J. F. Blumembach (1752-1842) e J. C. Prichard (1786-1848), ambos monogenistas, podemos dizer que o poligenismo definiu largamente o escopo do pensamento antropológico. É justo dizer que tal doutrina, associada amplamente ao problema da raça, era a preocupação teórica central da antropologia pré-darwiniana.

Em 1862, o fisiologista alemão Rudolf Wagner (1805-1864) afirmava, tal como destacado por G. Stocking Jr., que “justo antes do aparecimento do livro de Darwin, a teoria da possibilidade ou probabilidade de diferentes raças da humanidade terem descendido de um único par, era considerada perfeitamente antiquada, e tendo deixado para trás todo o progresso científico”⁴⁵.

Estruturado pelas categorias da anatomia comparativa pré-evolucionária e ortodoxia bíblica, o debate entre monogenista e poligenistas distanciou-se do debate antropológico e voltou-se para o evolucionismo darwiniano, como veremos mais a frente. Vejamos, enquanto isso, como repercutiu este embate nas Sociedades de Etnologia e Etnografia.

1.6. As Sociedades de Etnologia e de Etnografia

Desenvolvendo o estudo da história natural do homem, este domínio do conhecimento passou a ser introduzido nos anos 30 e 40 do séc. XIX. É nesta época, como remarcou M. T. Bravo, que foram introduzidos na língua inglesa os termos etnologia e

44 GOULD, S. J. *A Falsa Medida do Homem*. SP: Martins Fontes, 1999. pp 39-61.

45 STOCKING Jr., G. *Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. p. 40.

etnografia, usados para enfatizar a importância de estudar não só a história física como a a civil⁴⁶.

A querela entre monogenistas e poligenistas que atravessou metade do século XIX, também se fazia presente no seio das sociedades etnológicas e, de fato, além de discutirem a questão da raça e sua distribuição pelo mundo, os etnólogos se fundamentaram no estudo da língua. Preocupavam-se em explicar como uma mesma espécie de homens originou tribos e nações distintas, com diferentes costumes, características físicas e crenças. Seguindo os estudos das línguas antigas, como sânscrito, eles acreditavam que esta seria a chave para o entendimento da história da humanidade. Somado a isto, os estudos anatômicos comparativos puderam auxiliar no efeito do clima sobre a história física das raças, servindo como um critério secundário à filologia.

Várias Sociedades de Etnologia foram criadas em diferentes nações. É o caso da Sociedade de Londres, fundada por James Cowles Prichard (1786-1848) em 1843. Em seu estudo intitulado *Researches into the physical history of mankind* de 1813, ele acumulou material relevante da organização física, lingüística, psicológica, e etnográfica a fim de comprovar a unidade da espécie e de fornecer argumentos em favor da cronologia bíblica. Segundo Stocking Jr, Prichard conseguiu analisar o problema etnológico sob um duplo aspecto: o biológico partindo de pesquisas sobre as causas da diversidade racial e, o histórico que remontava a distribuição das raças atuais a Gênese⁴⁷. Prichard, um defensor do monogenismo, se voltou mais para os estudos de história e de etnologia das diversas nações do globo do que para a classificação racial, se atendo especialmente ao estudo da história física e civil (forma de governo,

46 BRAVO, M. T. 'Ethnological Encounters'. In: JARDINE, N& SECORD, J.A. & SPARY, E.C. (eds). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.338 e 339.

47 *Apud*. BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et alli. *Dictionnaire de l'ethnologie et l'anthropologie*. Paris : PUF, 2000. p.539.

crenças religiosas, língua, hábito, costumes e maneiras) dos ‘outros’, particularmente dos povos não-cristãos.

A Sociedade Etnológica de Nova York foi fundada em 1842, mas foi com o Smithsonian Institution em Washington criado em 1846 que houve financiamento das primeiras pesquisas e publicações etnográficas⁴⁸. Sob a direção do geologista John Wesley Powell do Bureau of American Ethnology dentro do Smithsonian Institution, foi organizada uma série de pesquisas na América do Norte⁴⁹.

Na França, por outro lado, o naturalista e fisiologista francês W. F. Edwards e um grupo de naturalistas-viajantes tomaram a iniciativa de criar uma Sociedade Etnológica em Paris em 1839 “para o estudo das raças humanas, por meio das tradições históricas, as línguas e as características morais e físicas de cada pessoa”. Os membros fundadores, segundo C. Blanckaert, eram: o historiador Jules Michelet (1833-1867); Charles Lenormant (1802-1859) e Olivier Charles-Emmanuel na área de arqueologia; os naturalistas Henri Milne-Edwards (1800-1885) e Pierre Flourens (1794-1867), este último da área de história natural do Museu de Paris; os geógrafos Pascal d’Avazac, Sabin Berthelot e Alcides D’Orbigny (1800-1857). Em seu estudo intitulado ‘*Des caracteres physiologiques des races humaines considere dans leur rapports avec l’histoire*’, W. F. Edwards, sistematizando a noção de raça, definiu-a por meio dos caracteres físicos e das características intelectuais e morais. Buscando estabelecer a filiação entre os antigos tipos raciais da Europa diferenciados pelos historiadores, e a população moderna na França, concluiu que os principais caracteres distintos de um povo são inalteráveis⁵⁰. Conforme a análise de C. Blanckaert, após a revolução de 1848, os membros desta sociedade se dispersaram: alguns por envolvimento político, outros por expansão, dificul-

48 BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et alli. *Dictionnaire de l’ethnologie et l’anthropologie*. Paris : PUF, 2000. p.539.

49 KUPER, A. *The invention of primitive society*. London: Routledge, 1988.p.131.

50 BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et alli. *Dictionnaire de l’ethnologie et l’anthropologie*. Paris : PUF, 2000. p.539.

tando a permanência das atividades científicas⁵¹. Restando poucos membros nos anos 50, alguns deles ingressaram na nova instituição francesa fundada por Paul Broca em 1859.

Neste mesmo ano de 1859 foi criada em Paris outra sociedade denominada Sociedade de Etnografia Americana e Oriental, fundada pelo médico fisiologista francês Claude Bernard (1813-1878). Esta sociedade, segundo Stocking Jr., ligada à antiga tradição etnológica da Sociedade dos Observadores do Homem, apresentou certa descontinuidade e uma marginalidade científica entre as sociedades científicas francesas⁵². Seus estudos estavam muito mais associados às chamadas ciências humanas que as naturais, como a geografia e a lingüística, e foram seus membros que organizaram o ‘Primeiro Congresso Internacional de Americanistas’ em 1875⁵³. Apesar dos obstáculos enfrentados e de sua reorganização anos mais tarde, esta sociedade se ateve ao domínio da etnografia mais tradicional, de descrição dos povos, ligado aos interesses práticos da colonização⁵⁴.

51 BLANCKAERT, C. “On The origins of French Ethnology”. In: STOCKING JR., G. (ed.). *Bones, Body and behavior*. Wisconsin: The Univ. of Wisconsin Press, 1988. p 41

52 STOCKING JR., G. “Qu’est-ce qui est en jeu dans un nom? (‘What’s in a name’ II): La Societé d’Ethnographie et l’historiographie de l’anthropologie en France ». In: KUPP-EISENREICH, B. (org.) *Histoires de l’anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui*. Paris: Klincksieck, 1984. p. 423.

53 Este grupo de americanistas franceses era formado por Joseph Aubin, Henri Beuchat, Èugene Boban, Eric Boman, Ch. E. Basseur de Bourbourg, Francis de Castelneau, Henri Candreau, Jules Crevaux, Désiré Charnay, Leon Diguët, Ch. M. De la Condamine, Paul Marcoy, Marques de Nadaillac, E. Senechal de la Grange, Alcides D’Orbignon, Auguste de Saint Hilaire, René Verneau, Henry Vignaud, etc. Ver : COMAS, Juan. *Los Congressos internacionales de americanistas: síntesis históricas e índice bibliográfico general*. México: Ed. Especiales del Instituto Indigenista inter-americano, 1954.

54 STOCKING JR., G. “Qu’est-ce qui est en jeu dans un nom? (‘What’s in a name’ II): La Societé d’Ethnographie et l’historiographie de l’anthropologie en France ». In: KUPP-EISENREICH, B. (org.) *Histoires de l’anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui*. Paris: Klincksieck, 1984. p. 424-427.

1.7. A Sociedade de Antropologia de Paris

Au moment de la création de cette société, le mot d'anthropologie n'était pas lui-même, dans le sens que nous lui donnons, d'une très grande ancienneté... (École d'Anthropologie de Paris, 1907)

A Sociedade de Antropologia de Paris foi fundada em 1859 pelo médico e anatomista francês Paul Broca (1824-1880). Esta sociedade contava com 20 participantes no ano de 1860, em sua maioria médicos, e apresentou um total de 500 associados vinte e cinco anos após a sua fundação. Desenvolvendo outro domínio do conhecimento da história natural do homem, denominado antropologia (mais tarde denominada de física), este novo termo ganhava atribuições específicas à prática de pesquisa desenvolvida por Broca e seus discípulos.

Os estudos de Broca se fundamentaram “nas induções e deduções científicas estabelecidas pela observação e experimentação”⁵⁵, ou seja, no conhecimento anatômico e fisiológico do ponto de vista da história natural do homem. O termo antropológico agora era utilizado como estudo da história natural da humanidade entendida como uma ou mais espécies físicas no mundo animal. Broca definiu este domínio fazendo uma distinção entre: a antropologia zoológica que podia ser entendida como o estudo dos grupos humanos considerados dentro de seu relacionamento com o resto da natureza organizada; a antropologia descritiva que era o estudo do grupo humano considerado dentro de seus detalhes e, a antropologia geral como sendo o estudo do grupo humano considerado dentro de seus caracteres gerais. Em rigor, comenta Castro Faria, para Broca a antropologia podia ser definida como a história natural do homem⁵⁶.

55 *École d'Anthropologie de Paris*. Paris, 1907. p. 3.

56 FARIA, L. C. “Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris – uma etapa na formação do conhecimento em morfologia comparativa”. In: *Antropologia - escritos exumados I*. Niterói: EdUFF, 1998. p. 270.

Pensando numa ciência do homem que não fosse somente física ou fisiológica mas que incorporasse outras questões, o programa de Broca foi largamente orientado pelas questões da biologia humana, que reuniu desde os problemas da antiguidade do homem até a sua posição na hierarquia zoológica⁵⁷. Assim definiu que, esta sociedade deveria estudar as raças humanas, as ciências médicas, a anatomia comparada e a zoologia, a arqueologia pré-histórica e a paleontologia, a lingüística e a história, como também englobava as leis e os sistemas musicais pela lingüística comparada e a antropologia lingüística⁵⁸. Ou seja, procurava pensar o homem dentro da natureza biológica, social e cultural.

P. Broca se preocupou além de publicar um *Manuel opératoire de la raciologie*, editou instruções específicas para viajantes de vários países que desejassem seguir a nova profissão. Segundo as informações de Petitjean, tais instruções foram enviadas para o Senegal (1860), México (1862), Algéria (1864), Conchin China (1872), Brasil (1860), Canadá (1860), Sicília (1864) e para as Montanhas Rochosas nos EUA (1872)⁵⁹.

Os seguidores de Broca neste domínio foram: Charles Chenu (1808-1879) e P. Topinard (1830-1911). O primeiro, compreendeu a antropologia como sendo a “história especial do homem, e principalmente aquela das variedades ou das numerosas raças que ela apresenta”, tal como se encontrava no vol 22 da *Encyclopédie d'histoire naturelle* (1851-1861).

57 FARIA, L. C. “Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris – uma etapa na formação do conhecimento em morfologia comparativa”. In: *Antropologia - escritos exumados I*. Niterói: EdUFF, 1998. p. 268. e 269.

58 KREMER-MARIETTI, A. “Qu’est-ce qui est en jeu dans un nom? (‘What’s in a name’ II): La Societé d’Ethnographie et l’historiographie de l’anthropologie en France ». In: KUPP-EISENREICH, B. (org.) *Histoires de l’anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l’Anthropologie aujourd’hui*. Paris: Klincksieck, 1984. p. 322.

59 PETITJEAN, P. ‘Science and the ‘Civilizing Mission’: France and the Colonial Enterprise’. In: Stuchtey, B. *Science across the European Empires* (1800-1950). Oxford: Oxford University Press.(no prelo) p.123.

P. Topinard foi a mais importante figura da antropologia na Europa depois da morte de Broca em 1880, desenvolvendo importantes investigações que serão discutidas posteriormente. Autor do primeiro tratado elementar intitulado *L'Anthropologie* em 1876 e do clássico livro *Éléments d'anthropologie générale* (1885), ele definiu esta disciplina como sendo 'o ramo da história natural que trata do homem e das raças humanas'⁶⁰.

O debate sobre a origem do homem e as mudanças na noção de civilização, ciência e raça no período pré-Darwin alteraram também a antropologia. Se a mesma Escola de Antropologia de Paris no séc. XX lembra que foi a Sociedade dos Observadores do Homem (1799-1805) que mencionou o termo antropologia em 1800⁶¹, vale dizermos que seu fundador P. Broca empregou um novo sentido ao nome. Este cientista não aceitou os termos sintéticos e pré-racialistas empregados pela mesma Sociedade em 1800, transmitindo isto para as tradições francesa e americana de poligenismo. Graças a ele, em 1859, a antropologia na França foi remodelada nas linhas da anatomia comparativa. A preocupação em por o estudo da humanidade numa base científica, isto é biológica, foi simbolizada pelos trabalhos desenvolvidos pela Sociedade de Antropologia de Paris e a antropologia francesa por algumas décadas esteve na primeira instância associada à antropologia (conhecida depois como física) e a um passo da craniologia racial.

1.8. A Origem das Espécies e o mundo científico pós – Darwin

Depois da criação da Sociedade de Antropologia de Paris e da atividade científica ali desempenhada, destacamos como outro marco da constituição da antropologia, a publicação do livro de C.

60 *Apud*. KREMER-MARIETTI, A. "Qu'est-ce qui est en jeu dans un nom? ('What's in a name' II): La Société d'Ethnographie et l'historiographie de l'anthropologie en France ». In: KUPP-EISENREICH, B. (org.) Histoires de l'anthropologie (XVI-XIX siècles): Colloque la Pratique de l'Anthropologie aujourd'hui. Paris: Klincksieck, 1984. p. 319 e 320.

61 École d'Anthropologie de Paris. Paris, 1907. p. 2

Darwin em 1859, *A Origem das Espécies*. Sendo um livro de linguagem acessível, rapidamente suas idéias alcançaram um público amplo e seu impacto foi sentido tanto no mundo científico como em toda a sociedade ocidental, especialmente devido as possíveis implicações filosóficas e religiosas.

Tratando do impacto revolucionário das idéias de Darwin no pilar do dogma cristão, Barros recorda que este dogma baseava-se na “crença [de] num mundo constante, num mundo criado, num mundo desenhado por um Criador sábio e bondoso e a crença numa posição única do homem na criação”. A teoria da evolução sobre a seleção natural por outro lado, apoiava-se na percepção de que a luta pela vida exigia um grande esforço e de que a pressão do meio sobre as espécies poderia ser eficiente mecanismo de selecionar aqueles que tivessem melhores condições de adaptação. A idéia de evolução de Darwin não implicava necessariamente na idéia de direção ou progresso. Pensando-a como um processo, os grupos que tivessem a mesma origem se desenvolveriam em diferentes caminhos se estivessem isolados em meios diversos. Essas eram razões suficientes para afetar toda a cultura ocidental⁶².

Por atuar em milhões de anos, a teoria da evolução das espécies introduziu a história pelo mundo biológico, apresentando um tempo maior que o tempo histórico. Isto só foi possível com as descobertas do geologista britânico C. Lyell (1797-1875) e do arqueologista francês J. Boucher de Perthes (1788-1868), cujos achados arqueológicos foram reconhecidos por Paul Broca⁶³. A noção da existência de uma pré-história somada a concepção da teoria da evolução de Darwin, tirava o lugar privilegiado ocupado

62 BARROS, H. L.. “Prefácio”. In: DOMINGUES, H. M. B. et al (orgs). A recepção do darwinismo no Brasil. RJ: Fiocruz. 2003. p. 12 e 13.

63 FARIA, L. C. “Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris – uma etapa na formação do conhecimento em morfologia comparativa”. In: *Op. Cit* 1998. p. 272.

pelo homem desde então, podendo ele desaparecer, tal como as outras formas vivas⁶⁴.

Inicialmente, o novo âmbito do conhecimento da história natural do homem mostrou-se resistente ao darwinismo. No meio antropológico encontrava-se vários adeptos do poligenismo, e estes olhavam o darwinismo como uma nova forma de explicação monogênica⁶⁵. Mas a descoberta da antiguidade do homem confirmada pelas escavações do geólogo britânico W. Pengelly no Brixham Cave em 1858, podia ser considerada como o terceiro marco dos fundamentos da antropologia. A idéia de que um único progenitor de modo gradual formou as raças contemporâneas, tornou-se mais plausível. Esta noção defendida pelo darwinismo, que associou um tipo de evolucionismo com o desenvolvimento cultural ligando o homem moderno aos seus ancestrais, conferiu um novo problema para a chamada nova “pré-história”.

Neste mesmo período, um evolucionismo tido como sócio-cultural se impôs por meio do trabalho de alguns antropólogos que procuravam explicar a diversidade. Sintetizando as informações dos primitivos coletadas por outras pessoas, eles buscavam informações presentes para explicar o passado construindo uma escala de estágios de desenvolvimento em cada área da cultura humana. Foi o caso dos estudos de H. J. S. Maine em 1861, E. B. Tylor em 1865 e de L. H. Morgan em 1871, que desenvolveram seus estudos muito mais ligados aos conhecimentos do direito do que

64 Lembremos que C. Darwin – um monogenista, ligou o homem a um único par. Suas idéias sobre as raças humanas aparentavam estar mais ligadas ao pensamento poligenista, apesar de apresentar indiferença se as raças são espécies ou sub-espécies afastava-o do pensamento poligenista. Ver: STOCKING Jr., G. Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. pp. 44-68.

65 No final do séc. XIX as idéias do chamado pensamento poligenista continuam a manifestarem-se mesmo entre monogenistas, no momento em que no auge do Imperialismo, as diferenças entre civilizados e selvagens se acentuam, e a questão racial atrelada a miscigenação e a pureza das raças ganham ecos no mundo científico. Ver: STOCKING Jr., G. Race, Culture and Evolution. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982. pp. 44-68.

da história natural, pois não se utilizaram da adaptação e da seleção como mecanismo de evolução social⁶⁶. Neste domínio, a revolução darwinista teria outro impacto, pois permitiu pensar, entre outras coisas, que todas as culturas pudessem ter uma origem comum mas que se ramificaram tempo depois em várias direções (originando mais tarde o difusionismo).

Se o darwinismo ofereceu uma reorientação teórica, sabemos que ele afetou os diferentes campos do saber, desde as ciências naturais, à antropologia, história, sociologia etc, conforme apontou Domingues e Sá. Os estudos darwinistas na atualidade demonstraram que os evolucionismos derivados desta teoria⁶⁷ não podiam ser considerados darwinistas, pois muitos se opuseram a teoria da seleção das espécies construída por Darwin⁶⁸.

Na medida em que o pensamento biológico do XIX ligado ao contexto das idéias darwinistas e lamarckistas ganhava força, a seqüência do evolucionismo cultural adquiriu características raciais. Ao extrapolar essas idéias para o campo social, surgiu o darwinismo social, fundado por H. Spencer (1820-1903)⁶⁹. Spencer apoiava-se na idéia de competição individual e pensando na idéia de evolução por seleção natural, aplicou-a a tempos históricos. Assim, ele associava evolução e desenvolvimento, hierarquizando as raças numa escala em que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, aos demais. Somado aos estudos desenvolvidos sobre o cérebro humano, passou a considerar que este podia ser visto como

66 BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et alli. Dictionnaire de l'ethnologie et l'anthropologie. Paris : PUF, 2000. p.331

67 O evolucionismo de Spencer, acreditava que a história humana é uma história de progresso e que todas as sociedades atuais poderiam ser colocadas numa única escala evolucionária. As idéias lamarckistas, atribuíam as mudanças evolucionárias como saltos revolucionários entre um estágio de desenvolvimento e outro; o impulso dessas mudanças eram internos e externos; e as características adquiridas são transmissíveis pela hereditariedade.

68 DOMINGUES, H. M. B. et al (orgs). A recepção do darwinismo no Brasil. RJ: Fiocruz. 2003. p. 15

69 Este termo foi definido por ERIKSEN, T. H.& NIELSEN, F. S.. A History of Anthropology. London: Pluto Press, 2001.p. 17

sendo gradualmente aumentado pela experiência acumulativa do processo civilizatório e levando a posicionar as raças do mundo em uma escala de cor e cultura.

1.9. A prática antropológica nos anos 60 e os contextos nacionais

Se o pensamento antropológico no séc. XIX podia ser definido como uma história da natureza do homem, este conhecimento ganhou contornos específicos em cada nação. Nas sociedades, associações ou museus de cada nação estabelecem uma relação mais ou menos próxima com o domínio etnológico e o domínio antropológico, além de promover as polêmicas e debates entre monogenistas e poligenistas⁷⁰.

No mundo anglo-americano, Stocking Jr defende a idéia do predomínio do poligenismo e uma fusão das instituições que congregavam cada um dos domínios. Na Inglaterra pós Darwin, por exemplo, houve uma síntese entre a tendência poligenista e a etnologia, criando-se em 1871 o Royal Anthropological Institute, uma unificação da sociedade de etnologia com a sociedade de antropologia. Nos EUA, o Bureau de Etnologia Americano dirigido por J. W. Powell empreendeu uma pesquisa antropológica entre os índios americanos em 1879, indicando também uma tendência similar. Para este autor, a unificação do conhecimento antropológico construiu uma tradição anglo-americana fundada nas quatro bases definidas mais tarde por Franz Boas: a história biológica da humanidade em todas as suas variedades; a lingüística aplicada aos povos sem escrita; a etnologia dos povos sem registros históricos e a arqueologia pré-histórica⁷¹.

Na Europa Continental, por outro lado, onde o darwinismo não exerceu uma tendência unificadora a antropologia continuou a

70 SCHWARCZ, L. M. Op. Cit. 2001. pp 47-54; STOCKING JR., G.(Ed.). Op. Cit. 1992. pp 347-349.

71 STOCKING JR., G. *The ethnographer's magic and the other essays in the history of anthropology*. Wisconsin Press, 1992.. p. 346 e 352.

referir-se ao campo biológico, ou como a tradição anglo-americana denominava, antropologia física, apresentando características próprias. Vejamos alguns casos dessas tendências.

No caso espanhol, a antropologia se desenvolveu como uma seção dentro da Academia de Ciências Naturais em Madrid em 1834, conforme o estudo de Puig-Samper. Influenciado pelos estudos de Broca, criou-se em 1865 a Sociedade de Antropologia Espanhola, com 58 membros dos quais 40 eram médicos de formação, como o presidente médico homeopata Joaquín Hysern (1804-1883), Rafael Martínez Molina (1816-1888), Sandalio Perida, Manuel María J. de Galdo e Pedro González de Velasco. O programa de trabalho instituído por esta sociedade baseou-se na 'classificação das raças e variedades da espécie humana, além da discussão sobre a origem do homem, criando oposição entre os adeptos do monogenismo e do poligenismo além de polêmicas entre darwinistas e anti-darwinistas em seu seio⁷².

Na Alemanha, a prática antropológica esteve também associada ao domínio das ciências naturais. A mais importante Sociedade Antropológica alemã foi criada em 1869 em Berlim por Rudolf Virchow, que também foi o criador do Museu de Antropologia de Berlim. Depois dos anos 60, multiplicaram-se sociedades antropológicas em cidades alemãs, sendo fundadas ao todo 25 sociedades locais incluindo a de Munich e de Leipzig. Praticada também por médicos, a Sociedade Berlinesa de Antropologia, Etnologia e Pré-história foi a mais importante da nação, segundo análise de Zimmerman, pois produziu significativa pesquisa, apresentou questões relevantes no debates e encontros e promoveu reuniões periódicas que congregavam todos os praticantes da área⁷³. Em geral apresentou estudos de regiões fora da Europa, como por exemplo,

72 PUIG-SAMPER, M. A. "El darwinismo en la antropología española". In: GLICK, T. F (org). *El darwinismo en España e Iberoamérica*. México: Ed. Doce Calles, 1988. pp.103-167.

73 ZIMMERMAN, A. *Anthropology and AntiHumanism in Imperial Germany*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 2001. p.5

os trabalhos desenvolvidos por Rudolf Virchow sobre os Sambaquis brasileiros⁷⁴, diferentemente das sociedades locais que se atinham em coletar os artefatos pré-históricos alemães e discutir algumas questões de anatomia. A Sociedade Berlinense teve como seus membros mais atuantes no século XIX além do próprio Virchow, o etnólogo Adolph Bastian e Johannes Ranke⁷⁵. Nesta sociedade, até a década de 90 prevaleceu, em sua maioria, uma tendência ao monogenismo não-darwinista, em contraste com a França e os EUA. Um dos poucos poligenistas conhecidos no meio, Carl Vogt, foi obrigado a exilar-se na Revolução de 1848 e outros, como E. Haeckel, ficaram na marginalidade da comunidade científica⁷⁶.

Vimos que a antropologia no início, era mais fundamentada nos estudos biológicos, relativo às ciências naturais. Destacamos também a importância dos trabalhos desenvolvidos por P. Broca na Sociedade de Antropologia de Paris para concepção da disciplina. A influência das idéias darwinistas, associadas com a descoberta da antiguidade do homem, vai dar a tônica à institucionalização da disciplina em cada nação, apresentando características próprias em torno da oposição entre monogenismo e poligenismo. Vejamos como isso se deu no Brasil.

74 FARIA, L.C. “Virchow e os Sambaquis brasileiros”. In: DOMINGUES, H. M. B.(org.). A recepção do darwinismo no Brasil. RJ: Fiocruz. pp.125-143.

75 Franz Boas trabalhou com Virchow e Bastian entre 1882 e 1883 e continuou ativamente associado na Sociedade Berlinense de Antropologia, Etnologia e Pré-história, participando de debates e publicações.

76 MASSIN, B.” From Virchow to Fischer: Physical Anthropology and ‘Modern Race Theories’ in Wilhelmine Germany”. In: STOCKING JR., G (ed.). *Volksgeist as Method and Ethic: essays on boasian ethnography and the german anthropology tradition*. Wisconsin: The Univ. Wisconsin Press, 1996. pp. 79-153.

2. O Museu Nacional enquanto ‘espaço de ciência’ e a implantação dos estudos antropológicos: das origens a 1870

O Brasil no século XIX apresentava alguns espaços onde se produzia ciência, muito antes da criação das primeiras universidades brasileiras, como foi exemplificado em vários estudos realizados pelos historiadores da ciência no Brasil. Reconhecer que jardins botânicos, comissões, associações científicas, escolas profissionais, entre outros, desenvolviam atividade científica, permite que sua trajetória institucional possa ser compreendida, como apontou Dantes ‘como espaços que são conquistados pelos cientistas e que passam a sediar suas atividades’⁷⁷. Dentre estes modelos institucionais, o estudo de museus tem merecido grande atenção, tanto no período imperial quanto no início da primeira república: Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Goeldi, Museu Histórico Nacional, entre outros.

Trilhando o caminho desenvolvido tanto por historiadores como antropólogos em alguns trabalhos que tratam dos Museus e do próprio Museu Nacional, das coleções, dos homens de ciência, ou do surgimento de algumas disciplinas, pretendo analisar, dentro das atividades científicas do Museu Nacional, a implantação dos estudos antropológicos desde sua origem até 1870.

2.1. Museus e os estudos de história natural do homem

Os museus foram um dos espaços institucionais onde a história natural se desenvolvia como uma prática científica e social. Como recorda N. Jardine (et al), muitos dos importantes naturalistas do final do XVIII e do início do XIX trabalhavam em museus, como por exemplo: G. Cuvier, A. Saint-Hilaire, e A. Quatrefages no

77 DANTES. M. A. M.(org.). *Espaços de Ciência no Brasil (1800-1930)*. RJ: Fiocruz, pp. 9-13

Museu Nacional de História Natural em Paris⁷⁸; ou R. Virchow e A. Bastian em meados do XIX, no Museu de Antropologia de Berlin.

Como visto acima, a antropologia era entendida como um estudo de história natural do homem, estando portanto, muito associada aos museus. Vale lembrar que o significado da palavra museu exprimia “o lugar dedicado as musas”. Os museus modernos porém, segundo Gonçalves, eram considerados templos seculares, “lugar de representação da “civilização”⁷⁹, mas podiam significar “catedrais da ciência” no entender de Sheets-Pyenson⁸⁰, construídos como um templo de ciência, nos moldes das concepções científicas vigentes, com organizações e classificações próprias.

No fim do séc. XIX ocorreu o nascimento de uma série de museus no mundo, e por isso esse período foi caracterizado como o Movimento dos Museus ou Era dos Museus. Definido como um movimento científico de maior dimensão, tinha como objetivo, explicitamente, recuperar a memória coletiva das nações por meio das primeiras exposições até a constituição de grandes coleções⁸¹.

A história dos museus de uma forma geral, está associada à constituição das grandes coleções que enriqueceram os acervos dos museus ocidentais e que se tornaram mais tarde, os arquivos de pesquisa dos antropólogos, no sentido atribuído por eles de “cultura material”. Ao serem reunidos, identificados, classificados e expostos, aqueles objetos, tais como os relatos de viagem produzidos pelos

78 JARDINE, N (et alli). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University press, 1997 p.250

79 GONÇALVES, J. R. S. “O Templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura”. In: *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação*. RJ: IPHAN, 1995. pp. 55-66.

80 *Apud*. LOPES, M.M.. p. 15

81 SCHWARCZ, L. M. “O nascimentos dos museus brasileiros (1870-1920)”. In: MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. SP: Vértice, 1989. pp. 20-71.

missionários, comerciantes, funcionários coloniais ou viajantes, serviam para demonstrar ou ilustrar as idéias desses cientistas⁸².

A coleta de objetos de diferentes naturezas, sociedades e culturas permite estabelecer o grau de civilização da nação. Esses objetos, retirados dos seus contextos sociais e históricos e de espaços físicos e geográficos os mais diversos, são transferidos para os museus e reclassificados, na tentativa de reconstituir a história da humanidade.

Os cientistas, fortemente convencidos da superioridade de suas sociedades e culturas, dos seus costumes ou tecnologias produziam essa classificação para indicar os estágios hierarquizados de diferenciação, dos mais simples aos mais complexos. Criava-se assim um vínculo entre museus, antropologia e coleções.

2.2. Os estudos sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro

Os trabalhos e estudos desenvolvidos nos anos 50 e 70 por F. Azevedo e S. Schwartzman respectivamente, pouca informação apresentaram sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro. De certa maneira, esses autores associavam a criação do Museu Nacional como ligado às propostas utilitaristas de Portugal em relação ao Brasil, além de apontar sua decadência com o fim do Império. O primeiro autor no seu livro, As ciências no Brasil, caracterizava o período colonial como um sistema fechado a quaisquer influências transformadoras, argumentando que as reformas pombalinas e as idéias iluministas quase não tiveram repercussão no Brasil⁸³. O segundo em, A formação da Comunidade Científica, discutiu a inexistência de continuidade entre os fundadores da atividade científica, como Saint-Hilaire e Alexandre R. Ferreira e os pioneiros

82 Ver: STOCKING JR., G. "Essays on museums and material culture" In: Objects and Others. Wisconsin: Univ. of Wisconsin Press, 1985. pp. 3-14.; SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças. SP: Cia. das Letras, 2001. pp. 67-70.

83 AZEVEDO, F. As Ciências no Brasil. SP: Melhoramentos, 1963. pp. 19-28.

da ciência no Brasil nas áreas de botânica, zoologia e mineralogia no séc. XX⁸⁴.

Os novos estudos da historiografia das ciências, permitiram novas abordagens e novos referenciais para se pensar a ciência latino-americana⁸⁵. Eles tiveram a preocupação de contextualizar a história local, privilegiando os homens, as instituições e as atividades científicas, articulando-a ao contexto internacional da ciência.

Muitos estudos sobre museus científicos do Brasil têm sido desenvolvidos com esta perspectiva. Os motivos que os regem vão desde obras comemorativas encomendadas pelas próprias instituições, até livros, artigos e trabalhos acadêmicos. De uma forma geral os estudos acadêmicos sobre museus apresentam algumas características que foram remarcadas por Alves: ou são estudados em conjunto sem um aprofundamento sobre cada um deles, ou são apresentados em relação a alguma temática⁸⁶.

Um dos estudos que tratam do Museu Nacional enquanto expressão institucional do desenvolvimento das ciências naturais no Brasil no século XIX, é o livro de Lopes, O Brasil descobre a pesquisa científica, que abarca alguns outros museus de história natural, como o Museu Goeldi, o Museu Paulista e o Museu Paranaense, alargando o Movimento dos Museus no Brasil. A autora ao tratar da trajetória da instituição mais importante do período, o Museu Nacional, resgata, de forma abrangente, a constituição de sua coleção.

As origens do Museu Nacional foram identificadas pela a autora como ligadas à antiga ‘casa de história natural’, conhecida como ‘casa dos pássaros’, criada em 1784. Sua história remonta às

84 SCHWARTZMAN, S. A Formação da comunidade científica. SP: Ed. Nacional, 1979. p. 3-4.

85 SALDAÑA, J. J. “Teatro Científico Americano”. In: História Social de las Ciências en América Latina. México: UNAM, 1996. p. 21.

86 A autora se refere aos estudos desenvolvidos por F. Azevedo e S. Schwartzman para o primeiro caso e os de L.M. Schwarcz, S. Figuerôa e M. M. Lopes para o segundo. Ver: ALVES, A. M. A. O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder – O Museu Paulista (1893-1922). SP: Humanitas, 2001. pp.23-28.

reformas implementadas no final do séc. XVIII com o Marquês de Pombal, que, na conjuntura da Crise do Antigo Sistema Colonial buscavam desenvolver os estudos de história natural no Império Português, em que o Brasil estava inserido. Na tentativa de ‘desvendar o grande livro da natureza’⁸⁷, o Estado Português promoveu uma série de iniciativas científicas que visavam o conhecimento e exploração de recursos naturais no mundo colonial, implantando Museus, Jardim Botânicos e Zoológicos, bem como Hortos Botânicos de forma a manter e consolidar uma atividade sistemática de remessas de produtos mineralógicos e zoológicos entre metrópole e colônia. A política portuguesa do final do XVIII incentivou a articulação com outras possessões portuguesas, como também se preocupou em formar novos praticantes no Brasil criando o Seminário de Olinda em 1798, incentivando os estudos de história natural, organizando Academias Científicas Literárias e desenvolvendo uma produção científica própria.

Conforme apresentamos acima, as ciências naturais eram consideradas uma ciência moderna para sua época, apresentando, já no fim do XVIII, um desenvolvimento integrado á própria política portuguesa. Mesmo ressaltando as medidas modernizantes promovidas com a vinda da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, Lopes lembrou que isto levou os colonos ao processo de “tomada de consciência” não só de sua situação colonial mas de uma idéia de Império e civilização que se pensava em promover nos trópicos. O crescimento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, atrelados à entrada de novos produtos, idéias e homens, seduziam os praticantes da história natural ao novo espírito científico⁸⁸.

Nesta perspectiva criou-se no Rio de Janeiro, em 1818, o Museu Real de História Natural, que deixando de ser um mero

87 SILVA, C. P. O desvendar o grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto(1798-1805). SP: Annablume; 2000.

88 Ver estudos: MOTA, C. G. A Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801); JANCÓS, I. “A sedução da liberdade” in: Novais, F. & Souza, L. M.(orgs). História da Vida Privada no Brasil vol. I. SP: Cia das Letras, 1997.

‘entreposto colonial’ tornou-se um museu de metropolitano, de caráter universal, tal como seus congêneres criados na Europa e na América Latina⁸⁹.

Na busca de aumentar suas coleções, o Museu Real depois Museu Nacional, conseguiu o apoio dos governos locais para o preparo de coleções de cada região, fez acordos com outras nações do Império Português para obtenção de novas espécies, incentivou a criação de gabinetes de história natural local e se relacionou com uma série de naturalistas que visitavam o Brasil.

Neste contexto, foi construindo suas coleções, que de gabinetes de curiosidades típicos do séc. XVIII, passaram, aos poucos, a catalogar os antigos mostruários e expô-los numa linguagem própria de pôr “ordem nas coisas”. Praticando a ciência da sua época, foi produzindo e disseminando conhecimentos, com um programa de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções, tal como uma das ‘Catedrais da Ciência’⁹⁰.

2.3. O Museu Nacional, a etnografia e o aumento das coleções

O Museu Nacional sob a direção de Custódio Alves Serrão, ganhou em 1842 um novo regulamento conforme mostra a tabela abaixo:

89 LOPES, M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec, 1997 p. 45

90 Ver o estudo de LOPES, M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec, 1997

Tabela 1 – Estrutura organizacional do Museu Nacional (1842)

Lei	Ano	Diretor	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção
Decreto nº123	1842	Frei Custódio Alves Serrão	Anatomia comparada e zoologia	Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas	Mineralogia, geologia e ciências físicas	Numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

Foi criada a seção de ‘numismática, artes liberais, arqueologia e usos das nações indígenas’ que tinha como diretor Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) no período de 1842-1859. Esse mesmo regulamento cuidou de criar um conselho administrativo, elaborar normas de funcionamento interno, promover contato com outras províncias e outros museus da Europa, entre outras coisas.

A prática etnográfica apareceu instituída, anos mais tarde, dentro de outra instituição científica imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado em 1838, teve a responsabilidade de escrever a história do Brasil no XIX, voltando-se para a questão da constituição da nacionalidade por meio da História e Geografia. Sua revista publicou vários trabalhos sobre o contato com os indígenas e a possibilidade de exploração do interior, muitos deles incentivados pelo Imperador que chegava a oferecer prêmio para aqueles que analisassem os povos indígenas e com possibilidades de civilização⁹¹.

A ação dos diretores, conforme apresentado por Lopes, integra interesses científicos e também pessoais com os da instituição que dirigiam e os do Estado Imperial. Conjugando os interesses dominantes expressos por essas ações e iniciativas individuais e institucionais, ao lado de outras, expressavam o complexo jogo de

91 Ver DOMINGUES, H. M. B.. “As ciências naturais e a construção da nação brasileira”. In: *Revista Brasileira de História*. SP: FFLCH-USP, 1996. pp. 25-58.

forças que viabilizava a centralização de poder político e social no processo de construção do Estado Imperial⁹².

Mapear e coletar informações dos homens e do território brasileiro era de utilidade não só para o Museu como para o Brasil, especialmente para os setores da indústria agrícola e mineração, argumentava em 1850, o diretor do Museu ⁹³. Associado aos interesses do Império, foi realizado uma série de viagens de exploração e descoberta do interior do Brasil, buscando expandir as luzes da civilização, o progresso e a ciência.

A descoberta das riquezas naturais brasileiras pelas ciências naturais foi destacada pelo estudo de Domingues, que demonstrou estarem associadas à idéia de nação desenvolvida em meados do XIX. Guardadas em seu interior ainda inexplorado, essas riquezas eram a garantia da potencialidade econômica da nação. Neste sentido, o “movimento romântico valorizou as riquezas naturais do país, fazendo-as marca da sua singularidade e símbolo da liberdade frente à espoliação que este havia sofrido da parte do colonizador metropolitano”⁹⁴.

Levando as luzes da civilização para regiões ainda bárbaras e atrasadas, essas viagens promovidas pelo governo imperial de D. Pedro II e a comunidade científica local, de que faziam parte os ‘homens de ciência’ do Museu Nacional, permitiram a realização de observações e descobertas geográficas, astronômicas, botânicas, zoológicas e etnográficas⁹⁵. Ao alargar as fronteiras descobertas e conhecer os povos do interior tidos como ‘exóticos’, explorando sua natureza, o governo imperial se expandia e se afirmava. Os marcos regionais da riqueza forma também estabelecidos, buscando

92 Ver MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema*. SP: Hucitec, 1986 e Lopes. *Op. Cit.* 1997.

93 *Apud.* LOPES, M.M.M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. SP: Hucitec. 1997.p. 98

94 DOMINGUES, H. M. B. “As ciências naturais e a construção da nação brasileira”. In: *Revista Brasileira de História*. SP: FFLCH-USP, 1996.p. 42

95 DOMINGUES, H. M. B. “*Ciência um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*”. (tese de doutorado). SP: FFLCH/USP, 1995.

novos produtos para o comércio e implementando uma política de povoamento do interior associada à larga discussão sobre a política de substituição de mão de obra escrava e de terras⁹⁶.

Neste contexto, lembra Domingues que o contato com os índios era muito importante, pois se por um lado havia a possibilidade de transformá-los em substitutos da mão-de-obra escrava, por outro, preocupava-se em adquirir os conhecimentos indígenas sobre as plantas, animais e situações geográficas⁹⁷.

Conhecer e descrever os povos indígenas eram a tarefa instituída pela etnografia, por isso a importância de se mapear as grandes famílias indígenas no Brasil classificando-as como selvagens ou civilizadas a partir de critérios como organização social e familiar, religião, aspectos da língua e técnicas. Alguns trabalhos de classificação de indígenas foram realizados no Brasil como por exemplo, os de Von Martius (1794-1868) que, a partir do dialeto, procurou dividir as tribos brasileiras em oito grupos, os de O. D'Orbigny (1802-1857) que defendia o tupi como o grande grupo brasilio-guarany e, principalmente, os desenvolvidos mais tarde pelos alemães K.von den Stein (1855-1929) e P. Ehrenreich (1855-1914)⁹⁸.

Os diretores do Museu Nacional, sempre tiveram a preocupação em facilitar o trabalho dos naturalistas-viajantes, permitindo inclusive seus acessos ao Museu. Esperavam com isto, que o governo cobrasse, em troca do auxílio e proteção imperiais, que eles lhes enviassem pelo menos uma mostra das inúmeras que coletavam para seus países de origem.

Na tentativa de se assemelhar as instituições congêneres da Europa, como os museus de Londres, Paris e Viena, o Museu

96 Ver discussão: MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema: a construção do Estado Imperial*. SP: Hucitec, 1986; COSTA, E. V. *Da monarquia a República*. SP: UNESP, 2007.

97 DOMINGUES, H. M. B.. "A geografia e o exótico brasileiro". In: *Terra Brasilis*. RJ, 2000. p.96 e 97.

98 ROQUETTE-PINTO, E.. *Etnographia Indígena Brasileira* (estado atual dos nossos conhecimentos). RJ: Imprensa Nacional, 1909. pp.1-15.

Nacional a partir dos anos 40 procurou ampliar suas coleções, com acomodação e conservação próprias. Ao contratar naturalistas, o Museu Nacional, buscava selecionar aqueles que tivessem habilidades nos diversos ramos das Ciências Naturais. É o caso de Antônio Correia de Lacerda (1777-1852), que enviou do Grão-Pará, em 1826, produtos das artes e usos dos caboclos. Mais tarde, o Museu encarregou outro naturalista, o Cel. Francisco Ricardo Zani, para, auxiliado pelos serviços de Estanislau Joaquim dos Santos Barreto entre 1829-1831 e entre 1842-1843, coletar produtos daquela província, especialmente manufaturas indígenas.

A partir dos anos 50 foram empregados estrangeiros para esta função. É o caso do naturalista Claussen, que realiza investigação em 1843 na região do Rio São Francisco; de João Teodoro Descourtilz, recomendado para visitar em 1847 a província do Espírito Santo e de Alfredo Sohier de Gand, que foi encarregado de colher material para o Museu Nacional nas províncias do Pará e Amazonas em 1855⁹⁹.

As coleções do Museu Nacional foram incrementadas pela doação de acervos constituídos por representantes da elite imperial, totalizando cerca de 200 objetos. Entre estes estão, por exemplo, os doados pela família de José Bonifácio de Andrade e Silva, patriarca da Independência. As trocas e doações com as nações estrangeiras foram também incentivadas como objetos da antiguidade européia, mexicana, da 'África inculta', da Ásia, da Nova Zelândia, das ilhas Sandwich e das ilhas Aleutas¹⁰⁰.

No Brasil, conforme vimos, o Estado Imperial e o Museu Nacional, difundindo as luzes da civilização, do progresso e do desenvolvimento da ciência, incentivaram viagens ao interior e,

99 LOPES, M.M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec. 1997. pp. 62-70 e 95-119; DOMINGUES, H. M. B. "As ciências naturais e a construção da nação brasileira". In: Revista Brasileira de História. SP: FFLCH-USP, 1996. p.51 e 52.

100 LOPES, M.M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec.p. 69

por meio de associações individuais ou corporativas de viajantes e dos próprios cientistas, ampliavam as coleções. O intercâmbio entre museus congêneres e outras nações, era prática comum entre cientistas e instituições e era realizado pelo próprio Imperador.

Expressando a singularidade do Império do Brasil face às outras nações, as coleções representavam as dimensões das riquezas da nação, numa imagem composta de: grandiosidade e exotismo – das nossas riquezas naturais e de nossos índios- associados ao sonho do progresso. Além de exibir as riquezas naturais e os índios do Brasil, tarefa auxiliada pela etnografia, apresentava outros objetos, como por exemplo, as múmias egípcias que integram a coleção do Museu Nacional, fruto da relação do nosso Imperador com outras nações.

Com a saída de Porto Alegre em 1857 para assumir o consulado geral do Brasil na Prússia a chefia da seção fica sob a responsabilidade do antigo preparador das seções de mineralogia e numismática Carlos Burlamaque e, depois, de Pedro Américo de Figueiredo Melo, pintor oficial do Império, como interino. O desenvolvimento de novas pesquisas e a ampliação das coleções de etnografia e, posteriormente, de antropologia, foram viabilizadas por Ladislau Netto, novo diretor do Museu nos anos 70.

2.4. A Comissão Científica do Ceará (1859-1861)

A busca pela origem comum dos continentes e da humanidade, preocupações daquele tempo associadas ao grau de civilização, levou o IHGB e o Museu Nacional a se empenharem na realização de uma expedição científica, com naturalistas brasileiros, para as regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Este projeto, discutido desde os anos 40 no IHGB como revelam seus discursos e relatórios, só começou a tomar forma em 1856, quando o Imperador decidiu financiá-la. A Comissão Científica do Ceará ou, como ficou conhecida pejorativamente, Comissão das Borboletas, dividia-se em cinco sessões: botânica, chefiada por Francisco Freire Alemão

(1797-1874); Geológica e Mineralógica, por Guilherme Söch Capanema (1824-1906); Zoológica, chefiada por Manuel Ferreira Lagos (1816-1871); Astronômica e Geográfica, por Giacomo Raja Gabaglia e Etnográfica, por Antônio Gonçalves Dias. A Comissão percorreu de 1859 a 1861, a província do Ceará, parte do Maranhão e da região amazônica conforme trabalho realizado por alguns historiadores da ciência no Brasil¹⁰¹.

A seção de etnografia, foco de nossa atenção, teve suas instruções redigidas por Manuel de Araújo Porto Alegre, membro do IHGB, diretor da Academia de Belas Artes e diretor da seção correspondente do Museu Nacional. Foi ele também que instruiu A. Gonçalves Dias na compra dos instrumentais e dos livros referentes à disciplina, especialmente na Alemanha e na França, já que este se encontrava na Europa aprofundando os conhecimentos lingüísticos.

Agregando interesses diversos entre seus membros, tais estudos objetivavam coletar plantas e animais, descrever ocorrências naturais e geográficas, e conhecer os mitos e costumes dos caboclos. A seção de etnografia tinha especificamente o seguinte propósito: “descrição física, caráter intelectual e moral, as línguas e as tradições históricas de cada povo, principalmente os indígenas”¹⁰² que fossem úteis para determinar os elementos que os distinguiam como raças humanas. Receando o extermínio dos indígenas em estado primitivo, era intenção da comissão, registrar tudo sobre eles. Por isso, recomendava-se também o uso de desenhos que deveriam ser feitos de forma a ilustrar as variações dos tipos físicos, a realização de medidas, a coleta de fósseis e o estudo da língua, para complementar o estudo dos caracteres físicos.

101 Ver LOPES, M. M. & CORREA, M. “As aves que aqui gorjeiam”.(mimeo) 1995; FIGUERÔA, S. *Op. Cit.* 1997. p. 86 e 87; DOMINGUES, H. M. B.. “A geografia e o exótico brasileiro”. In: *Terra Brasilis*. RJ, 2000. p. 97 e 98; PINHEIRO, R. “*As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch Capanema*” (dissertação de mestrado).Campinas, IG:Unicamp, 2002.

102 “Instruções a Comissão Científica”. In: *RIHGB*, t. 19, 1856. pp. 68-74.

Atestando o conhecimento de medidas e o uso de instrumentos adotados na Europa, as instruções orientavam que:

Além destes estudos parciais, importa fazer muitos e variados grupos, porque neles melhor se compararam as formas e suas variedades, as atitudes, as fisionomias e as proporções gerais do corpo, e para mais segurança haverá o cuidado de medir grande número de indivíduos adultos, assim como os seus ângulos faciais, procurando por essa ocasião verificar se a maior abertura do ângulo atesta maior inteligência, como afirma Camper, e se a orelha inclinada para parte posterior dá o mesmo indício, como o querem muitos fisionomistas.

Convém igualmente coligir crânios de todas as raças dos naturais do país e moldar no vivo algumas cabeças, para à vista de certos dados morais poder verificar conjuntamente o que há de mais positivo no sistema de Gall: se há verdade nesta doutrina, a craneoscopia deverá encontrar notáveis modificações entre as diversas protuberâncias do crânio do índio selvagem e as do índio civilizado ou do mestiço, conforme a raça predominante.

Ao tomar a medida da altura do corpo, será bom avaliar sua força por meio do dinamômetro, ou de qualquer outra maneira aproximativa, se não houver este instrumento.¹⁰³

Em uma das cartas trocadas com Capanema em 3 de setembro de 1857, Dias tratou das encomendas que seriam embarcadas de Viena. O material a que ele se referiu, eram: dois aparelhos fotográficos, quinino, benzina, e alguns livros. Sobre os instrumentos comentou:

Um cefalômetro, que vem na relação das compras, é para a minha comissão? Comprei um craniômetro e creio que tudo vem a dar no mesmo pois que se nada pode *medir* o cérebro senão por dedução. A capacidade do crânio deve estar em relação com a quantidade de matéria cerebral, nos indivíduos da mesma espécie, - ainda que há nisso muito que se lhe diga.

Não tenho achado um diabo de goniômetro facial, que Lagos me indicou: também se não o achar, não é grande perda, pois que

103 “Seção ethnographica e narrativa de viagem”.In: RIHGB. t. 19, 1856.p. 69

As instruções recomendavam a coleta de todos os ornamentos, desde ferramentas, instrumentos musicais e de guerra, bem como tudo que demonstrasse as características de sua indústria, os usos e costumes dos indígenas, incluindo suas múmias e suas sepulturas. As coleções deveriam elaborar um diário e, se possível, incluir cópias dos documentos relativos a história e a geografia da região. Acrescentam ainda que era preciso estudar:

os costumes relativos ao indivíduo e à família, conhecimentos estratégicos de medicina, de cirurgia e de meteorologia, bem como os hábitos femininos, a planta e a forma das habitações, dos aldeamentos, o arranjo das fortificações e o sistema de segurança mútua, o comércio, meios que servem para contar o tempo, (...) deveriam conhecer a extensão da agricultura indígena, o modo de fazê-la, as plantas mais usuais de nutrição, as farinhas(...) ¹⁰⁸.

O acúmulo de material sobre organização física, lingüística e social eram procedimentos adotados nos trabalhos das Sociedades de Etnografia da Europa para entender como uma mesma espécie de homem tinha originado tribos e nações diferentes.

Conforme observou Lopes e Correa, o trabalho realizado por Dias, estava em acordo com as pesquisas realizadas sobre a origem do homem americano, baseadas em referenciais teóricos de hierarquias raciais que predominavam então. Esses referenciais davam suporte para a idéia de decadência, muito divulgada em nosso meio intelectual por A. de Quatrefages de Bréau (1810-1892), amigo do Imperador, e a inevitável extinção dos primitivos no país agravada pelo contato com a civilização ¹⁰⁹.

A tarefa de Dias era ampla e complicada como atestou Manuel Ferreira Lagos, chefe da seção de zoologia da Comissão Científica do Ceará que justifica sua posição afirmando: apesar do

108 "Instruções a Comissão Científica". In: RIHGB, t. 19, 1856.p. 72

109 Quatrefages apresentava as idéias de Conde A. de Gobineau (1816-1882), que tratam da decadência, expressas em seu livro Essai sur l'inegalité des races humaines publicados em 1853. Ver: LOPES, M. M. & CORREA, M. "As aves que aqui gorjeiam".(mimeo) 1995. p. 3

não creio muito no sistema. Seria preferível um dinamômetro para ver que o caboclo tem mais *guzo*.¹⁰⁴

Dias demonstrava desconhecer o campo a que fora incumbido e não acreditava também no sistema de medidas, que pretendiam adotar na prática. Mas, como observou Blanckaert em seu estudo, os instrumentos referidos no texto eram os utilizados pela antropometria, métodos e técnicas desenvolvido por volta de 1850.¹⁰⁵

A língua foi outro aspecto bem detalhado nas Instruções. Pretendia-se construir gramáticas e dicionários de algumas línguas indígenas, pois serviriam de base nas investigações. As instruções demonstravam conhecimento de que ‘muitas de nossas tribos, como, por exemplo, a dos botocudos, tem uma língua muito pobre, que contrasta com a riqueza dos guaranys, possuidora de locuções para ambos os sexos’¹⁰⁶. Este trabalho estava sendo feito por Dias na Europa antes de embarcar na Comissão, para ser entregue ao IHGB, onde era membro. Algumas correspondências trocadas com o Imperador atestam seu interesse pelas línguas¹⁰⁷.

A prática desenvolvida pela Comissão de Exploração estava voltada para o conhecimento da história natural do homem, especialmente no seu ramo etnográfico, apesar de intitulá-la como etnografia. Mais que descrever os povos indígenas, as referências adotadas pela Comissão eram os estudos anatômicos de Camper, a frenologia de Gall e a lingüística para o entendimento da história da humanidade e das diversidades raciais.

104 Carta de Dias para Capanema (nº 134). 3/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. (correspondência ativa de A. G. Dias). v. 84, 1964. Divisão de Publicações e Divulgação, 1971.

105 BLANCKAERT, C. “Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)”. In: *Revista Brasileira de História*. 2001. p. 148.

106 “Instruções a Comissão Científica”. In: *RIHGB*, t. 19. 1856.p. 71.

107 Carta de Dias para D. Pedro II (nº 124). 25/05/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. (correspondência ativa de A. G. Dias). v. 84, 1964. Divisão de Publicações e Divulgação, 1971.

A tarefa de Dias era ampla e complicada como atestou Manuel Ferreira Lagos, chefe da seção de zoologia da Comissão Científica do Ceará que justifica sua posição afirmando: apesar do “homem ocupar a topo da sucessão da cadeia da criação humana”, ele estava “dispensado de lidar com a Antropologia, pois isto era de exclusiva responsabilidade de outro membro da Comissão”, Gonçalves Dias¹¹⁰. Aqui apareceu, pela primeira vez no Brasil, o termo antropologia, mas a prática adotada não era a mesma desenvolvida por P. Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris que foi fundada no mesmo ano em que se iniciou a Comissão. Percebemos, porém, que apesar de direcionadas a uma seção nomeada como de etnografia, todos os ramos da história natural do homem eram abordados nessas Instruções: a antropologia, a etnologia e a etnografia.

Apesar dos contratempos e controvérsias que foram geradas nos anos da expedição entre seus membros e com a imprensa na Corte e do suposto naufrágio das amostras coletadas e anotações de viagens, o Museu Nacional foi a instituição que mais se aproveitou dos subsídios gerados pela Comissão Científica do Ceará, cujos livros, instrumentos e materiais aumentaram largamente seu acervo científico no país.

O debate de construção da nação e da identidade nacional estava implícito no trabalho desenvolvido pela Comissão que ao promover o progresso de um Império moderno e civilizado, baseado em mão-de-obra escrava, buscava também reconhecer o lugar do índio neste contexto.

O inventário dessa coleção dentro do Museu Nacional, realizado por viajantes e praticantes, enviados por presidentes de províncias, doados por familiares ou pelo Imperador ajudaram a constituir este acervo e arquivo científico, tornando o Museu

110 “Instruções a Comissão Científica”. In: RIHGB, t. 19, 1856. p.51

Nacional, que de ‘templo’ e ‘catedral’ converteu-se em vitrine do conhecimento. As mudanças tomadas pelos novos diretores a partir de 1870 apontam para os novos interesses e novos estudos desenvolvidos dentro do Museu Nacional pelos ramos da história natural do homem.

“homem ocupar a topo da sucessão da cadeia da criação humana”, ele estava “dispensado de lidar com a Antropologia, pois isto era de exclusiva responsabilidade de outro membro da Comissão”, Gonçalves Dias¹¹⁰. Aqui apareceu, pela primeira vez no Brasil, o termo antropologia, mas a prática adotada não era a mesma desenvolvida por P. Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris que foi fundada no mesmo ano em que se iniciou a Comissão. Percebemos, porém, que apesar de direcionadas a uma seção nomeada como de etnografia, todos os ramos da história natural do homem eram abordados nessas Instruções: a antropologia, a etnologia e a etnografia.

Apesar dos contratemplos e controvérsias que foram geradas nos anos da expedição entre seus membros e com a imprensa na Corte e do suposto naufrágio das amostras coletadas e anotações de viagens, o Museu Nacional foi a instituição que mais se aproveitou dos subsídios gerados pela Comissão Científica do Ceará, cujos livros, instrumentos e materiais aumentaram largamente seu acervo científico no país.

O debate de construção da nação e da identidade nacional estava implícito no trabalho desenvolvido pela Comissão que ao promover o progresso de um Império moderno e civilizado, baseado em mão-de-obra escrava, buscava também reconhecer o lugar do índio neste contexto.

O inventário dessa coleção dentro do Museu Nacional, realizado por viajantes e praticantes, enviados por presidentes de províncias, doados por familiares ou pelo Imperador ajudaram a constituir este acervo e arquivo científico, tornando o Museu

110 “Instruções a Comissão Científica”. In: RIHGB, t. 19, 1856. p.51.

Nacional, que de 'templo' e 'catedral' converteu-se em vitrine do conhecimento. As mudanças tomadas pelos novos diretores a partir de 1870 apontam para os novos interesses e novos estudos desenvolvidos dentro do Museu Nacional pelos ramos da história natural do homem.

Capítulo II: A atividade científica da Antropologia no Museu Nacional (1876-1912)

Em 1876, época em que o país era marcado pela “entrada de idéias novas”, a Antropologia ganhou sua própria seção no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em reforma implementada pelo seu Diretor Ladislau Neto.

O fim da Guerra do Paraguai inflamou o debate sobre a política de substituição de mão-de-obra, a imigração e a colonização, acarretando a abolição da escravidão e o fim do regime político. Neste período, até o início da República, notamos que os cientistas se preocupavam em superar o atraso e apontar o caminho das nações civilizadas. A perspectiva de atingir tal estágio era repleta de contradições. Se por um lado, discutia-se a incorporação dos índios como alternativa a substituição dos escravos, numa ordem social que não aceitava a inserção dos negros em seu mundo civilizado, por outro, pensava-se em eliminá-los¹¹¹.

Nos anos iniciais da República, floresceu o debate sobre a construção da nação e a noção de cidadania, temas que foram estudados por Carvalho¹¹². Pensar as questões nacionais e a formação de

111 MONTEIRO, J. M. “As raças indígenas no pensamento do Império”. In: MAIO, M. C. (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. RJ: Fiocruz, 1996.p. 18.

112 CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas e o imaginário político republicano*. SP: Cia. Das Letras, 1990.

classes em termos raciais foi comum neste período, já que muitas nações no Velho e no Novo Mundo se examinavam dessa maneira.

No final do séc. XIX a questão do ‘outro’ trazia à Antropologia uma temática mais abrangente: nação, cidadania e raça estavam na pauta de discussão. A exploração, a colonização e o extermínio foram então justificados pelas diferenças entre raças e povos². Pensando as ‘raças humanas’ como ‘espécies diversas’, o pensamento antropológico se voltava para a questão da miscigenação, pois percebia que a hibridação das espécies ou a mistura das raças era um fenômeno que deveria ser evitado, para não causar degeneração à sociedade e à nação.

Vários cientistas se posicionaram a respeito da desigualdade e da diferença entre as raças humanas, pressupondo que a cultura é biologicamente determinada. Muitos teóricos davam respaldo científico para as doutrinas raciais. Este foi o caso de C. Gobineau (1816-1882), H. Chamberlain (1825-1927), G. V. Lapouge (1854-1936), E. Haeckel (1834-1919) etc.

Seguindo a trajetória dos novos estudos e das novas questões da história natural do homem, pretendemos analisar a dinâmica da atividade científica da Antropologia desde a criação de sua seção no Museu Nacional até 1912, levando em conta as mudanças político-institucionais do período, tanto no âmbito político federal como na gestão de seus diretores e nas reformas implementadas.

Destacamos que nesse período o Museu Nacional foi dirigido pelos seguintes diretores: Ladislau Netto (1870-1893); Domingos José Freire (1893-1895) e João Batista Lacerda (1895-1915). Nas suas respectivas gestões, como veremos a seguir, foram assinados decretos¹¹³ que regulavam a atividade científica, reajustando seções, função e pessoal, desenvolvendo atividades e informando mudanças ministeriais.

113 Os decretos foram os seguintes: decretos imperiais nº 6116 (1876) e 9942 (1888); decreto do governo provisório 337-A (1890); decretos federais nº 1174 (1892), 3211 (1899), 7862 (1910) e 9211 (1911).

1. A prática antropológica frente às mudanças institucionais

Percebendo a importância que as questões relativas à pré-história do homem e do continente americano adquiriam no continente europeu, Ladislau Netto, botânico especializado, passou a demonstrar interesse pela prática antropológica e arqueológica desde 1864. Comentando sua viagem à Europa neste ano diz: “tive a fortuna de entender assim, (...), quando a Europa inteira, agitada ao rumor das perquisições que se seguiram ao descobrimento de Boucher de Perthes, lançava os olhos para o novo continente a pedir-lhe a chave dos numerosos enigmas vinculados àquella revelação”¹¹⁴. Completava, então, seus estudos em Paris e foi arrastado “pela onda entusiástica dos que viam assim dilatadas as fronteiras da origem do homem nos fastos da paleontologia”. Ele comentava anos mais tarde: “Ah! Quantas páginas indecifradas, sobre a história da humanidade, não encerram ainda esses arquivos de pedra até hoje ocultos na mudez da noite eterna do passado!”¹¹⁵.

Funcionário do Museu desde 1866 na gestão do conselheiro Freire Alemão (1866-1874), Netto afirmava ser sua preocupação, desde 1867, reunir material para estudo dos primitivos habitantes do Brasil, intervindo numa ciência que não era de sua especialidade¹¹⁶.

Ladislau afirmou anos mais tarde, enquanto diretor do Museu Nacional (1876-1893), que “estava no interesse intelectual do Brasil e era de seu stricto dever colocar-se na primeira linha das nações americanas” o desenvolvimento dos estudos antropológicos. É com este espírito e pensando no avanço do Museu Nacional

114 NETTO, L. ‘Prefácio’. In: *Archivos do Museu Nacional*. VI. RJ: Typ. Elith. Econômica, 1885. p. IX.

J. Boucher de Perthes (1788-1868), arqueologista francês descobre o homem quaternário.
115 NETTO, L. ‘Prefácio’. In: *Archivos do Museu Nacional*. VI. RJ: Typ. E lith. Econômica, 1885. p. IX.

116 NETTO, L. “Investigações sobre a archeologia brasileira”. In: *Archivos do Museu Nacional*. VI.

“neste estádio luminoso dos seus novos labores”, que decretou em 1876 a reorganização dos antigos estatutos e resolveu, junto ao Governo Imperial, criar um “Museu especial” onde figurasse uma seção antropológica¹¹⁷.

A partir de sua iniciativa como diretor, foi empreendida uma reforma pelo decreto nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876, em que instituía o início dos estudos antropológicos no Museu, ao lado dos demais setores que predominavam até então - as chamadas ciências naturais, até que fosse criado um estabelecimento para este fim. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 2 – Estrutura organizacional do Museu Nacional (1876)

Lei	Ano	Diretor	1º Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção
Decreto nº6116	1876	Ladislau Netto	Antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal	Botânica geral e aplicada e Paleontologia vegetal	Ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral	Seção anexa: Arqueologia, etnografia e numismática

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

Acompanhando as concepções promovidas pela Antropologia no continente europeu, esta prática científica foi colocada junto à zoologia, anatomia e paleontologia, tal como fundamentava a Sociedade de Antropologia de Paris, que entendia esta atividade como a história natural do homem com uma ou mais espécies no mundo animal.

Este mesmo decreto também instituía os cursos públicos regidos semanalmente, à noite, entre março e outubro. O curso de Antropologia, desenvolvido em 14 lições, foi ministrado por João Batista Lacerda, sub-diretor da 1ª seção e futuro diretor do Museu. Ainda no ano de 1876 foi lecionada a primeira lição e o restante no ano seguinte.

117 NETTO, L. ‘Prefácio’. In: *Archivos do Museu Nacional*. VI. 1885. p. IX e X.

Este foi o primeiro curso de antropologia do Brasil, cujos assuntos tratavam de anatomia e fisiologia humanas e, como apontou Castro Faria, abordava alguns dos problemas sociais do momento, como: a alimentação, a fome e a seca nordestina¹¹⁸.

O mesmo regimento determinou a criação de uma revista trimestral intitulada *Archivos do Museu Nacional* “destinada a inventariar e patentear as coleções do Museu”, além de publicar estudos e trabalhos originais de ciências naturais¹¹⁹. Este periódico de série contínua e especializada, meio de publicação de vários trabalhos de naturalistas no Brasil, apresentaria regularmente estudos desenvolvidos em Antropologia.

Em virtude das facilidades de transporte e comunicação disponíveis neste período, essas publicações passaram a se tornar um instrumento privilegiado do diálogo científico. O sucesso deste primeiro número, segundo Ladislau, foi mencionado em outras associações e sociedades científicas estrangeiras, recebendo inclusive uma honrosa menção na *Revista da Sociedade Antropológica de Paris*, dirigida por P. Broca.

Esta reforma permitiu ao Museu tornar-se um “agente ativo de civilização”, segundo o Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1876, ajudando ao progresso das ciências, auxiliando o desenvolvimento do país e a formação dos indivíduos.¹²⁰

Em 1880 Ladislau, em relatório ao Ministro da Agricultura, expressou sua opinião de alterar o regulamento vigente de modo a prestar “serviços valiosos à ciência e ao público”. Percebe a necessi-

118 LACERDA, J. B. ‘Curso de Antropologia’. In: *Archivos do Museu Nacional*. II. RJ: Imp. Nacional, 1877. e CASTRO FARIA, L. *Antropologia – escritos exumados I*. Niterói: EdUFF, 1999. p. 20.

119 *Relatório do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas*. 1876-1. p. 79. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000088.gif> capturado em 14/3/2007.

120 *Apud*. Relatório do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. 1876-1. p. 79. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000088.gif> capturado em 14/3/2007.

dade de dividir as especialidades e discute a existência de diretores e sub-diretores em cada seção¹²¹.

No emprego desses novos parâmetros que eram dados às ciências naturais, foi criado em 1880 o Laboratório de Fisiologia como seção anexa ao Museu Nacional, inaugurando os chamados estudos experimentais no Brasil e permitindo novas investigações e pesquisas não só aos cientistas do Museu como também a outros profissionais. Ali foram feitas as primeiras experiências de fisiologia na América do Sul, além de outros trabalhos científicos na década de 80 do séc. XIX.

As pesquisas ficaram a cargo do fisiologista francês Luis Couty (1854-1884), lente contratado pelo Governo Imperial para a cadeira de Biologia Industrial da Escola Politécnica da Corte, com a cooperação de João B. Lacerda, seu posterior diretor. O programa de pesquisas incluía vários estudos, como por exemplo: veneno de animais, plantas tóxicas e alimentícias, fisiologia do clima, do café, erva-mate, álcool da cana, doenças de animais e seres humanos, fisiologia do cérebro de animais, entre outros. Sob a direção de Lacerda, a partir de 1886, as pesquisas se voltaram para doenças humanas e de animais, especialmente o estudo de seres microscópicos, devido às descobertas de L. Pasteur (1822-1895). Vários trabalhos importantes como o estudo da ação neutralizante do permanganato de potássio sobre o veneno de ofídios, sobre a beribéri e a febre amarela, projetaram o nome de Lacerda nacional e internacionalmente¹²². Começava o rompimento com a tradição naturalista anterior e o desenvolvimento dos estudos antropológicos¹²³.

121 Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. 1880. p. 79.

In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000088.gif> capturado em 14/3/2007.

122 LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec, 1997. p.179-181.

123 Lembremos que os novos estudos antropológicos da escola francesa fundamentavam-se em 'indicações e deduções científicas estabelecidas pela observação e experimentação'. P. Broca enfatizava que a 'base dos estudos antropológicos é a anatomia e a fisiologia', alegando por isso, a necessidade da criação de um laboratório de antropologia. Ref: *École d' Anthropologie de Paris*. Paris, 1907. p. 3 e 5.

A proposta de uma nova seção para este ramo de conhecimento já tinha sido sugerida em carta por João B. Lacerda e José Rodrigues Peixoto, funcionários da 1ª seção, ao então diretor Ladislau Netto em 1882.

Nesta carta, os autores clamavam pelo amor de Netto ao progresso da ciência, alegando que os estudos de Antropologia tinham assumido uma grande importância na Europa e nos EUA. Lembavam que esta nova ciência do homem se fazia presente em grandes centros científicos, em institutos e Sociedades de Antropologia. Salientando que os domínios dela “são vastos e complexos” afirmaram que na Sociedade de Antropologia de Paris foi criado um curso especial “instituído por diversas cadeiras”, mas todos regidos por profissionais especializados¹²⁴.

Em 25 de março de 1888, um novo regulamento reorganizou o Museu Nacional, expressando às novas especialidades que ganhavam espaço e se constituíam. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 3 – Estrutura organizacional do Museu Nacional (1888)

Lei	Ano	Diretor	1º Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção
Decreto nº 9942	1888	Lacerda – interino	Zoologia, anatomia e embriologia comparada	Botânica	Mineralogia, geologia e paleontologia	Antropologia, etnologia e arqueologia

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

Vale frisar que alguns assuntos pesquisados por Lacerda faziam parte de cursos ou conferências da École de Paris. Em 1884, por exemplo, Raphael Blanchard, professor da Faculdade de Medicina de Paris ministrou a conferência sobre ‘relações fisiológicas gerais entre o homem e o animal’. École d’ Anthropologie de Paris. Paris, 1907.p. 103.

124 MN DA P. 21 D. 108 (manuscrito).1882. p. 2.

Assim foi criada a 4ª seção composta por Antropologia, Etnologia e Arqueologia, seção esta em que permanecerão ligados os estudos antropológicos até a década de 30 do séc. XX.

A reorganização do Museu em 1888 foi destacada no Relatório deste mesmo ano do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que enfatizou também, entre outras coisas: a substituição dos cursos públicos por conferências sobre assuntos concernentes a cada seção, a criação de um conselho administrativo composto de Diretores, Sub-diretores e Diretor Geral, com atribuições definidas a respeito de temas científicos e explorações proveitosas ao Museu e à sua economia¹²⁵. Este conselho visava regular o orçamento do governo imperial e garantir a fiscalização da diretoria sobre os gastos de outras seções e anexos, como o caso do laboratório de fisiologia que recebia verba independente do orçamento do Museu. Esta foi a posição tomada por Ladislau Netto ao afirmar, em parecer de 20 de março deste mesmo ano, que a autonomia atribuída ao laboratório tinha produzido grandes inconvenientes, alienando-se inteiramente de sua fiscalização. De forma a tirar o máximo proveito dos recursos, o diretor decidiu fundir o laboratório ao Museu, obtendo duas verbas orçamentárias, garantindo assim uma melhor distribuição de serviços devido ao número restrito de pessoal¹²⁶.

Merece destaque a realização da Exposição Antropológica Brasileira, que veremos mais adiante, evento organizado por Ladislau Netto e realizado no Museu Nacional do Rio de Janeiro em

125 Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. RJ: Imprensa Nacional, 1888. p. 40. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1973/000046.html> capturado em 17/12/2005.

126 Sob esta alegação, Ladislau Netto diretor do Museu Nacional, pretendia finalizar as atividades do laboratório de fisiologia que provisoriamente ficaria como parte da 1ª seção. Ver: MN DA P.27 D.29 A (manuscrito) e Decreto nº 10418 de 30 de outubro de 1889 que desliga o Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional. Segundo consta nos *Archivos do Museu Nacional*. vol. IX, 1895, este laboratório anexo ao Museu Nacional encerrou suas atividades em 1890 e, em 1895, retomou sua atividade como Laboratório de Biologia sob a direção do J. B. Lacerda.

1882. A mobilização para tal evento levou a um maior intercâmbio entre a instituição e as províncias e um incremento na coleção. Vale destacar os objetos arqueológicos adquiridos por Ladislau em sua Expedição ao Amazonas.

Outro aspecto importante para o alargamento do campo antropológico foi a participação do diretor do Museu Nacional no VII Congresso dos Americanistas, sediado em Berlin em 1888. Este evento, organizado pela Sociedade dos Americanistas de Paris, era palco dos principais cientistas da área, como dos alemães da Universidade de Berlin e do Museu de História Natural, Gustav Fritsch, R. Virchow, K. Von den Stein, dos franceses E.T. Hamy do Museu de História Natural de Paris e P. Topinard da Sociedade de Antropologia de Paris, entre outros. A principal temática era discutir o desenvolvimento das pesquisas sobre a antiguidade do continente e do homem americano¹²⁷.

A convite da Sociedade de Etnologia e Arqueologia de Berlin e recomendado por R. Virchow em carta, Ladislau decide participar deste Congresso na Alemanha, “na qualidade de sul americano e de membro da mesma sociedade”¹²⁸. Conforme informou ao ministro do governo brasileiro, Netto exporia suas idéias a respeito do caráter paleo-etnológico das nações pré-colombianas do vale do Amazonas¹²⁹. Levou consigo alguns objetos cerâmicos de Marajó da coleção do Museu Nacional, para que figurassem neste evento, sendo que, no ano seguinte, seriam exibidos na seção brasileira da Exposição

127 Ver: COMAS, Juan. Los Congressos internacionales de americanistas: síntesis históricas e índice bibliográfico general. México: Ed. Especiales del Instituto Indigenista inter-americano, 1954.; ‘Statutes, Règlement, Conseil et Liste des Membres de la Société des Americanistes’. In: Journal de la Société des Américanistes de Paris. Paris: Hotel de la Société Nationale d’Acclimation. nº 1. 1896.

128 ‘Carta de Ladislau Netto ao Sr. Conselheiro Frankiln A. de Menezes Dória...’.In: AIHGB L. 173. livro. 2. 24/06/1888.

129 NETTO, L.. “Gazetilha”. In: *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*.13 de dezembro.1891 p. 1

Universal de Paris¹³⁰. O plano de viagem de Ladislau incluía uma estadia em Paris, onde redigiria seus trabalhos etnográficos publicados nos *Archivos* em língua francesa, além de providenciar a feita das estampas coloridas do Álbum Etnográfico “com perfeição e maior economia”¹³¹. Ao retornar ao Brasil, esteve afastado de suas atividades no Museu por problemas de saúde, deixando as funções da diretoria a cargo de Lacerda.

No advento da República, o Museu Nacional passou ainda por três reformas nos anos de 1890, 1892 e 1899. Em 5 de maio de 1890, o Governo Provisório introduziu mudanças, transferindo o Museu Nacional para o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e, depois, em 1892, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹³².

Outro decreto foi instituído em 8 de maio de 1890, reorganizando o Museu Nacional e concedendo novas atribuições ao museu, que passava a ter por fim estudar a História Natural do Globo e, em particular, a do Brasil¹³³.

Gualtieri remarca que esta reforma de 1890 reforçou a função pedagógica do Museu, associada ao esforço do Governo em constituir uma rede com outras instituições, como os museus estaduais de São Paulo e do Pará, que possuíam a mesma finalidade¹³⁴. Podemos adicionar o caráter pedagógico sugerido às coleções do Museu Nacional que serviam para informar o público sobre os conhecimentos das seções e também para mostrar-lhe a importância

130 Relatório Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. 1889. p. 47. In: <http://brazil.crl.edu/brd/bsd/u1947/000050.gif>. capturado em 17/12/2005.

131 ‘Carta de Ladislau Netto ao Sr. Conselheiro Franklin A. de Menezes Doria’. In: AIHGB. L. 172. livro 2 23/12/1888.

132 MN. Decreto nº 337-A de 1890 e MN. Decreto nº 1179 de 1892.

133 MN. Decreto n.º 379-A de 1890. p. 912.

134 GUALTIERI, R. C. *‘Evolucionismo e ciência no Brasil: museus, pesquisadores e publicações (1870-1915)’*. Tese da FFLCH-USP. 2001.p. 61 e 62.

e inculcir-lhe o “gosto” pelas instituições científicas, como afirmou Ladislau, de maneira a contribuir com as coleções do Museu¹³⁵.

Outra mudança significativa foi a proibição dos funcionários em acumular cargos, obrigando-os a comparecer todo dia para assinar o ponto, quando não estivessem em excursões pelo Museu¹³⁶. Esta medida afetou diretamente aqueles que não residiam no Rio de Janeiro, levando-os ao desligamento da instituição. Este foi o caso, por exemplo, de Hermann von Ihering e Fritz Muller, entre outros naturalistas do Museu Nacional.

Até sua definitiva saída em 1892, Ladislau Netto contou com suas habilidades pessoais com os ministérios do Governo Imperial e, mesmo nos anos iniciais da República, como lembra Lopes, apesar dos seus opositores pensarem que ele não se manteria no poder, conseguiu entrever boas relações com Deodoro e família, a ponto de ter sua posição reforçada com o regulamento de 1890¹³⁷.

Solicitando um novo prédio para abrigar o Museu Nacional, Ladislau conseguiu em junho de 1892 a autorização da remoção da instituição para o edifício da Quinta da Boa Vista.

Lacerda comenta em 1895 sobre este episódio, lembrando que o Museu foi transferido para este edifício, esperando encontrar um amplo espaço e melhor colocação para numerosas coleções da instituição. Mas recorda que o trabalho de remoção absorveu, durante muitos meses, a atividade de todo o pessoal do Museu, parando as outras atividades¹³⁸.

Ladislau sofreu críticas como: a falta de organização na mudança, a perda de diversas coleções, apontadas em relatórios subsequentes como o elaborado pelo diretor Julio Trajano de Moura

135 Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. RJ: Imp. Nacional, 1888.p. 39 In: <http://www.brazil.crl.edu/bsb/bsb/u1973/000045.html> capturado em 17/12/2005.

136 LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais. SP: HUCITEC, 1997. p. 198.

137 LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais. SP: HUCITEC, 1997. p. 202.

138 LACERDA, J. B. 'Prefácio'. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. IX, 1895.

(1892-1895) da 4ª seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Somado a estes problemas, Trajano condenou a autorização do diretor do Museu Nacional para remessa à Exposição Universal de Chicago de 1893 de 36 objetos valiosos da coleção, referindo-se a tal ato como “medida irrefletida”, já que somente 13 urnas funerárias retornaram à instituição¹³⁹.

Os anos tumultuosos da República foram lembrados por Lacerda como acontecimentos que “perturbaram profundamente a ordem das coisas e suspenderam (...) a atividade mental aplicada ao desenvolvimento das ciências e das letras”. Comenta, ainda, que durante “esses períodos de desordem (...) as idéias, arrebatadas por um movimento impetuoso, desordenado, desviam-se do seu curso natural, e os frutos da inteligência, antes de atingirem a madureza, caem secos, mirrados”. Assim se pergunta: “diante das incertezas do futuro, quem se sente forte para sólidos empreendimentos?”¹⁴⁰.

Ladislau Netto¹⁴¹ foi substituído por Domingos José Freire, médico e professor de Química Orgânica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que permaneceu no cargo até 1895. Mas, apesar de ser um “profissional distinto e competente”, como lembra Lacerda, Domingos Freire em sua gestão “não pode encetar uma nova fase, e realizar melhoramentos, que, há muito, estava pedindo a notável instituição”. Segundo afirmou seu sucessor, “o período das nossas recentes comoções políticas” afetaram as atividades do Museu Nacional, tal como aconteceu com outras instituições congêneres¹⁴².

A direção do Museu Nacional passou a ser gerida pelo J. B. Lacerda que permaneceu no cargo até 1915. Tentando modificar a

139 MN DR P34 D6b. *Relatório da 4ª seção*. 1895.

140 LACERDA, J. B. ‘Prefácio’. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. IX. 1895.p. XIII.

141 O ano de 1895 faleceu Ladislau Netto, noticiado pelos Archivos do Museu Nacional como ilustre diretor, botânico e cultor dos estudos etnográficos, criador da revista do Museu, que aposentado do lugar de Diretor recolheu-se a vida privada. In: ‘Necrologia’. *Archivos do Museu Nacional*, vol. IX. 1895.

142 LACERDA, J. B. ‘Prefácio’. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. IX. 1895.p. XIII

situação em que se encontrava o Museu Nacional e garantir certa autonomia ao trabalho científico da instituição, Lacerda afirmou em 1895 que “os homens de ciência, afastados do tumulto da política, só querem para trabalhar que se lhes dê paz e sossego”. A outros problemas se refere também o diretor do Museu, como o atraso na periodicidade dos *Archivos*, devido “a morosidade da impressão”, além da “deficiência dos meios técnicos e de laboratórios bem montados”, que pudessem auxiliar a longa e morosa pesquisa dos poucos investigadores existentes no país¹⁴³.

Por isso, a Reforma empreendida em 1899 pelo do decreto nº 3211, modificou alguns aspectos organizacionais do Museu Nacional, como a denominação de professor e assistente da seção e a manutenção das conferências públicas. Foram criados vários laboratórios em cada seção, visando à pesquisa e preparação de objetos das coleções, dando ênfase aos estudos experimentais como comentado anteriormente¹⁴⁴.

Seguindo esta tendência¹⁴⁵, o mesmo regulamento procurou criar um laboratório de pesquisas biológicas provido de aparelhagem e utensílios necessários, ficando a cargo do próprio J. B. Lacerda, diretor do Museu¹⁴⁶.

Em 1909, com a mudança de ministério¹⁴⁷, o Museu Nacional voltou a pertencer ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, conforme mostra a tabela abaixo:

143 LACERDA, J. B. 'Prefácio'. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. IX. 1895.p. XIV

144 MN.Decreto nº 3211 de 11 de fevereiro de 1899.

145 Gualtieri apontou em seu estudo que esta nova orientação também ocorreu no Museu de História Natural de Paris, cujas disciplinas experimentais instituíram um padrão de pesquisa mais experimental. Ver: GUALTIERI, R. C. *Evolucionismo e ciência no Brasil: museus, pesquisadores e publicações (1870-1915)*. Tese da FFLCH-USP. 2001.p. 65.

146 MN.Decreto nº 3211 de 11 de fevereiro de 1899.p. 12.

147 Decreto nº1606 de 29 de dezembro de 1906 e reforçado pelo decreto nº 7501 de 12 de agosto de 1909.

Tabela 4 – Vinculação Institucional do Museu Nacional

Período	Ministério
1865/1890	Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
1890/1892	Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos
1892/1909	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1909/1930	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

Segundo Carlos Loureiro, em memória sobre Domingos S. de Carvalho, ex-diretor da 4ª seção do Museu Nacional, foi o prestígio dele junto ao Ministério da Agricultura que facilitou a transferência de Ministério na gestão do Ministro Rodolpho Miranda. Destaca a atuação dele na área da Agricultura, “seus conhecimentos em assuntos agro-pecuários e particularmente em matéria de ensino agrônômico”, prestando serviços de consultoria ao governo desde o início do século XX¹⁴⁸. A mudança de subordinação, segundo consta o Relatório, foi apresentada por razões científicas e econômicas de forma a desenvolver uma maior ciência experimental que auxiliaria o governo nos ramos da atividade agrícola, através da investigação científica, prestação de serviço e consultoria ao ministério¹⁴⁹.

Um novo decreto, nº 7862 de 1910, reorganizou o Museu Nacional de maneira a cumprir as bases da reforma citada acima. Este regulamento redefiniu os objetivos do Museu, promovendo os estudos de história natural através de cursos públicos ministrados pelos professores e substitutos da seção e propôs a criação de um museu escolar que seria reforçado com a publicação de “guias” organizados por seção.

148 LOUREIRO, C. “Prof. Domingos S. Carvalho”. In: *Boletim do MN*. Nº6, vol. I. 1925. p. 392 e 393..

149 *Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Commercio*. 1909-10 vol. I. p. 31. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/000054.gif>. capturado em 20/122/2005.

A força da atividade educativa no Museu Nacional vinha ao encontro dos interesses do Governo republicano nos ramos da atividade agrícola, como apontado pelos estudos de história da ciência¹⁵⁰. Procurando auxiliar o desenvolvimento econômico do país, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolpho Miranda, afirmava em 1910 o papel que cabia ao Museu Nacional nesta orientação, “oferecendo material de estudo, gabinetes, laboratórios a todos que quisessem (...) entregar-se a qualquer dos ramos da história natural” especialidade esta que o Museu desenvolveu e cuja reputação era conhecida nos centros científicos estrangeiros. Com uma melhoria orçamentária considerável, especialmente quanto à remuneração dos funcionários, crítica antiga, o governo esperava que o Museu Nacional contribuísse com a expansão das fontes produtoras nacionais, levando a um melhor aproveitamento das riquezas da fauna, da flora e do reino animal. Dessa forma o Ministro esperava “melhorar as antigas seções, dar-lhes o material preciso e estabelecer outras, que permitissem ao Museu, como um todo, agir de modo mais eficiente no estudo de certas especialidades que se relacionam mais de perto com a agricultura”¹⁵¹.

Diante deste quadro, apesar dos tumultos iniciais da República e a transferência do edifício para a Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional e a 4ª seção de Antropologia e Etnografia continuaram a traçar objetivos, a desenvolver pesquisas e estimular novos estudos no que concerne aos ramos de história natural.

Outras figuras se delinearão neste cenário, como vimos acima: Júlio Trajano, D. Sérgio de Carvalho, J. Rodrigues Peixoto e J. B. Lacerda, personagens importantes da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, com respeitável atuação científica dentro e fora do campo. Cabe agora conhecermos de perto os cientistas

150 Ver estudos de DOMINGUES, H. M. B. *Op. Cit.*; LOPES, M. M. *Op. Cit.*; GUALTIERI, R. C. *Op. cit.*

151 Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comercio. 1909-10. vol. I. p. 31 e 32. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/000054.gif> capturado em 20/12/2005.

que praticavam esta atividade no Museu Nacional na virada do século XIX ao XX.

2. (De) compondo o corpo da seção: quem eram os cientistas deste mundo?

As seções do Museu Nacional eram compostas por um grupo de funcionários que variavam conforme as necessidades de cada repartição e o orçamento destinado ao ano vigente. Segundo os Relatórios e os Regulamentos, notamos uma variação no período estudado, apresentando um maior número de pessoal no Império e decrescendo na República.

Em 1876, quando a prática antropológica foi inserida na 1ª seção da instituição, apresentava os seguintes cargos: diretor, sub-diretor, praticante, preparador e naturalista. Em 1892 o decreto nº 1179 alterou o regulamento vigente, designando a cada seção do Museu, além do diretor, um sub-diretor, um naturalista e um preparador, com exceção da zoologia que possuía mais um preparador.

Segundo o Relatório Ministerial, a função de sub-diretor era de imprescindível necessidade, pois “só deste modo se terá substitutos idôneos para assumir, no impedimento dos respectivos diretores e sem prejuízo da boa e metódica marcha dos trabalhos, a direção das mesmas seções”¹⁵². Assim, eles auxiliavam os trabalhos da seção, além de poder substituí-los em caso de impedimento. Esta medida procurava remediar o fato de que, neste ano, foram postos em concurso todos os lugares de diretores das seções do Museu, visto que a proibição de acumular cargos e obrigar a assinatura diária do ponto levou à saída de vários funcionários¹⁵³. A dificuldade em preencher as vagas reafirmava a tese do antigo diretor do

152 Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imprensa Nacional. 1894 p. 256. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000261/.html> capturado em 20/12/2005.

153 Ver: LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais. SP: HUCITEC, 1997. p. 198.

Museu, Ladislau Netto, apresentada em Relatório do Ministério da Agricultura de 1886, de que o conhecimento teórico e prático das ciências compreendidas no Museu não podia ser adquirido nos cursos das Faculdades e Escolas superiores do Império, devendo ao instituto “formar profissionais competentes no tirocínio das ciências naturais”¹⁵⁴.

Com base nos Relatórios da Seção, da Diretoria e dos Ministérios correspondentes, além de informações retiradas do Livro de Assentamento dos Funcionários do Museu Nacional e das Atas da Congregação, construímos as tabelas abaixo com os nomes dos diretores e sub-diretores da prática antropológica entre o séc. XIX e XX¹⁵⁵.

Tabela 5 – Diretores e sub-diretores da Prática Antropológica no Museu Nacional (séc. XIX)

Ano	Seção	Diretor	Sub-diretor
1876-1885	1ª: Antropologia, Zoologia, Anatomia Comparada e Paleontologia	João Joaquim Pizarro	João Batista Lacerda
1885-1890	1ª / 4ª: Antropologia, Etnologia e Arqueologia	João Batista Lacerda	Emilio Goeldi
1890-1892	4ª: Antropologia, Etnologia e Arqueologia	Emilio Goeldi	Antônio Souza de Mello e Netto (1890/1891) e Julio Trajano de Moura (1892)
1892-1895	4ª: Antropologia, Etnologia, Arqueologia	Julio Trajano de Moura	Domingos Sérgio de Carvalho

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.); Atas da Congregação; Relatórios da Seção.

154 Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Anexo). 1886. p. 3. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1971/000725/gif> capturado em 17/12/2005.

155 Em tabela anexa encontra-se as informações sobre cada funcionário.

Tabela 6 – Professor e Assistente da Prática Antropológica no Museu Nacional (séc. XX)

Ano	Seção	Professor	Assistente
1899-1904	4ª: Antropologia, Etnologia, Arqueologia	Domingos Sérgio de Carvalho	Publio de Mello
1905-1912	4ª: Antropologia, Etnografia, Arqueologia	Domingos Sérgio de Carvalho	Edgard Roquette-Pinto

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.); Atas da Congregação; Relatórios da Seção.

A função de naturalista-ajudante, segundo o regulamento de 1892, era fazer excursões para aquisição de produtos e artefatos indígenas, entre outros, “ou para exame de quaisquer fenômenos, cujo estudo aproveite à instituição e à ciência”¹⁵⁶. Além de realizar excursões científicas, os naturalistas ficavam incumbidos de ajudar os diretores da seção na classificação das coleções e outros trabalhos técnicos¹⁵⁷.

Muitos dos trabalhos desenvolvidos na prática antropológica foram realizados por naturalistas do próprio Museu Nacional, já que as atividades desenvolvidas em excursão eram aproveitadas por várias seções da própria instituição. Além de coletarem novos objetos para aumento das coleções, eles realizavam estudos e classificavam as coleções sob orientação dos professores das seções, auxiliando a constituição de intercâmbios com museus nacionais e estrangeiros. A esta atividade estão associados nomes como: Domingos Soares Ferreira Pena, Guilherme Schawcke, Gustavo Rumbelsperger e Carlos Schreiner¹⁵⁸.

À função de preparador, segundo consta o decreto de 1892, competia os trabalhos de preparação e de conservação de todos os objetos da seção, auxiliando os diretores, sub-diretores e naturalis-

156 Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. 1894 p. 257. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000262/html> capturado em 20/12/2005.

157 MN. Decreto nº 1174 de 26 de dezembro de 1892. RJ: Imp. Nacional, 1892. p. 1124.

158 Sobre esses funcionários ver tabela ‘Lista de funcionários da seção’.

tas na confecção de catálogos, nos trabalhos de coordenação e em outras atividades técnicas. Cabia a ele assistir às conferências feitas na instituição para aprendizado de todas as ciências relacionadas com o Museu, além de fazer os pedidos dos artigos necessários à seção, que seriam encaminhados ao respectivo diretor. O preparador “era também responsável pela guarda e conservação dos objetos do gabinete e laboratório a seu cargo, devendo ter sempre em dia o inventário destes objetos”¹⁵⁹.

Vale lembrar que muitos dos profissionais que atuavam nas ciências do Museu Nacional eram formados dentro da própria instituição, já que no Brasil predominava a formação superior de médicos, advogados e engenheiros. Outros naturalistas nacionais e estrangeiros eram diplomados no exterior, como Herman von Ihering ou mesmo o antigo diretor do Museu, Ladislau Netto, botânico e naturalista.

A prática antropológica, voltada para conhecimentos anatômicos e fisiológicos, estava ligada à medicina, atraindo os jovens médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como Lacerda, Rodrigues Peixoto, Trajano e Roquette-Pinto. Muitos dos professores desta instituição trabalhavam no Museu Nacional, como o caso de J. J. Pizarro que se exonerou da função do Museu em 1883, quando ocorreu a proibição de acumular cargos.

Antes de instaurarem os concursos públicos, a nomeação de profissionais era feita baseada no critério de que o Museu formava os profissionais. No final do séc. XIX, o quadro de funcionários do Museu Nacional sofreu drástica redução em virtude das duas medidas analisadas: a obrigação da assinatura diária do ponto, que levou à saída de vários naturalistas, e a proibição de acumular cargos. A dificuldade em contratar aumentava com a exigência do governo republicano em obrigar a posse de título científico à diversos cargos do Museu Nacional. Tal fato colocava em discussão o papel pedagógico da instituição, reforçado com a reforma de 1890

159 MN. Decreto nº 1174 de 26 de dezembro de 1892. RJ : Imp. Nacional, 1892. p. 1125.

analisada anteriormente. A falta de profissionais especializados na prática antropológica tornava mais crítica esta questão.

Na tentativa de formar jovens para o trabalho prático das diversas seções do Museu Nacional, era comum a sua inserção como praticante, chegando a possuir dois deles em cada seção durante o Império¹⁶⁰. Tal iniciativa foi retomada na década de 10 do séc. XX. Este foi o caso do próprio Júlio Trajano de Moura, médico, que entrou para instituição como praticante das seções de Botânica e Zoologia em 1887, chegando a ser diretor da 4ª seção em 1892.

Entre 1899 até 1910, o número de funcionários na 4ª seção sofreu um decréscimo de três funcionários para dois, afetando diretamente a rotina de trabalho. O diretor da seção passou a designar-se professor, mantendo-se os cargos de assistente e preparador. Na ausência do diretor da seção, como o caso de D. Sérgio de Carvalho, que esteve a serviço do Ministério da Agricultura, a seção permaneceu com apenas dois funcionários, cabendo ao assistente da seção responder pela função. Foi o caso de Edgard Roquette-Pinto que, concursado como assistente em 1905, várias vezes ficou como professor interino da 4ª seção no lugar de D. Sérgio de Carvalho. Na falta do assistente, como ocorrido com E. Roquette-Pinto quando a serviço do Museu em excursão ou em congressos, contratava-se como interino um cientista de outra seção do Museu ou externo à instituição. Foi o que aconteceu com Alfredo Antonio de Andrade, médico e preparador da cadeira de bacteriologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que em 1907 o substituiu interinamente, tornando-se em 1910 funcionário da 3ª seção do Museu. Ou ainda com o médico Carlos da Silva Loureiro, que em 1910 substituiu Roquette-Pinto na 4ª seção.

Em 1910 a 4ª seção ficou composta por um professor, um assistente e um preparador de etnografia, conforme o decreto nº

160 MN. Decreto nº 6116 de 09/02/1876.

7862¹⁶¹. No ano seguinte, com o novo regulamento nº 9211 houve um aumento no número de funcionários e um incremento nas atividades científicas, passando a ter cinco cargos: chefe da seção, professor de antropologia e etnografia, substituto, preparador e um conservador de arqueologia¹⁶².

Procurando garantir a profissionalização da área, foram instituídos os concursos públicos na 4ª seção na última década do séc. XIX. Esta documentação, em forma de um elaborado relatório, esclarece vários aspectos da prática antropológica, integrando um edital, as instruções, os conteúdos, reuniões da congregação, os resultados, cartas etc. Lembremos que desde a década de 70 foi regulamentado o concurso para naturalista no Museu e até então, a Antropologia estava associada à 1ª seção com a Zoologia, Anatomia e Paleontologia animal.

Desde a criação da 4ª seção em 1888, encontramos referência aos primeiros concursos em 1894, quando deliberam duas vagas a serem preenchidas: uma de naturalista-viajante e outra de diretor da seção. Vejamos como decorreu cada caso.

Em 12 de dezembro de 1894 foi aberto o concurso para vaga de naturalista da 4ª seção do Museu, candidatando-se para a função de preparador da 1ª seção Carlos Moreira. Vejamos a carta dirigida ao Ministro da Justiça, justificando sua aptidão ao cargo.

Cidadão Ministro da Justiça (...),
Carlos Moreira, preparador da seção de Zoologia do MN, julgando-se apto a exercer o cargo de naturalista-ajudante da seção de Antropologia, pede vossa indulgente atenção para os seguintes motivos que alega para justificar a sua pretensão: o lugar em questão acha-se vago há muito tempo e embora por duas vezes se houvesse anunciado concurso para o preenchimento do mesmo, nenhum candidato se apresentou. Ao que parece, esse fato denota a ausência no país de profissionais que se dediquem aos estudos especiais constantes das matérias da 4ª seção e que possuam o título científico exigido pelo regulamento vigente. E

161 MN. Decreto nº 7862 de 9 de fevereiro de 1910 referentes à sua organização. RJ: Oficina da Diretoria Geral de Estatística, 1910. p. 3.

162 MN. Decreto nº 9211 de 15 de dezembro de 1911. RJ: Imp. Nacional, 1912.p. 4.

tanto é isso verdade que os dois atuais naturalista-ajudantes do Museu não são diplomados, o que não impediu as suas nomeações. O peticionário que não pode inscrever-se ao concurso para preenchimento do aludido cargo por não possuir título científico, não só tem-se consagrado aos estudos em questão, como também já realizou por vezes, excursões a serviço da 4ª seção, como pode informar a direção do Museu¹⁶³.

A necessidade de título científico ao cargo impossibilitou-o de se inscrever, mesmo que, até então, houvesse rotatividade entre os funcionários das seções do Museu Nacional, cujas tarefas e funções eram similares entre si. Segundo as Atas da Congregação do Museu Nacional, nenhum candidato apareceu para a vaga de naturalista viajante da 4ª seção e nem mesmo conheciam pessoa alguma que pudessem indicar para tal função¹⁶⁴. O candidato Carlos Moreira entrou em 1888 no Museu Nacional como ajudante-desenhista, foi preparador em 1889 e depois bibliotecário em 1894. Como não compareceu nenhum candidato ao cargo, Moreira permaneceu por um ano na função¹⁶⁵ até ser transferido para a 1ª seção onde se tornou naturalista e sub-diretor¹⁶⁶.

O outro concurso realizado neste mesmo ano foi o de diretor da seção, cujos candidatos inscritos foram Antônio de Souza de Mello Netto e Júlio Trajano de Moura¹⁶⁷. O primeiro entrou como preparador do Museu em 1876, sendo nomeado sub-diretor da 4ª seção em 1890 e secretário em 1892, exonerado de suas funções em 1893. O segundo entrou como praticante em 1887 e foi nomeado

163 MN DR P. 33 D. 251 1894 manuscrito.

164 Atas da Congregação. 193ª sessão de 10/9/94.p. 25.

Não consta nenhum documento sobre o referido concurso.

165 Em fevereiro de 1895 Domingos S. de Carvalho, enquanto secretário, sugeriu o envio do naturalista C. Moreira à Lagoa Santa afim de explorar as cavernas ali existentes. O pedido foi recusado por Lacerda por falta de recurso e por ficar a 4ª seção sob a direção do preparador Lahera y Castillo, já que Trajano encontrava-se doente em Minas. In: Atas da Congregação.200ª seção.13/2/1895. p.37.

166 No seu lugar ficou o ex-preparador Santos Lahera y Castillo (como naturalista interino) e no lugar de preparador foi transferido da seção de Zoologia o praticante gratuito Otávio da Silva Jorge.

167 MN DR P 33 D 68. 1894. manuscrito

sub-diretor interino da 4ª seção em 1892. Foi membro da Congregação do Museu Nacional e participou da comissão de elaboração do novo regimento interno da instituição nos anos 90 do séc. XIX.

A comissão examinadora¹⁶⁸ elaborou os pontos da prova que abordavam assuntos gerais e fundamentais da matéria do concurso¹⁶⁹.

As instruções para o concurso de diretores e sub-diretores da 4ª seção constava de exames escrito, oral e prático. A primeira prova consistia em dissertação sobre um ponto sorteado, sob a fiscalização da comissão examinadora e sem auxílio de livros, notas ou apontamentos. A prova oral era pública e feita perante o Conselho Administrativo, com consulta de livros e notas antes da explanação final. A prova prática deste concurso consistia em exames práticos de natureza antropométrica, de descrição e classificação de espécimens etnológicos e arqueológicos apresentados na ocasião e escolhidos entre os existentes nas coleções da seção. O candidato podia utilizar-se dos livros da biblioteca do Museu se necessário, bem como responder as arguições realizadas pela banca.

Depois das formalidades do concurso, que incluía a leitura da prova escrita pelo próprio candidato, ocorria a votação em escrutínio secreto. Avaliava-se a competência/habilidade de cada candidato devendo obter dois terços dos votos, depois seu mérito, classificando por ordem aqueles que fossem aprovados e julgando qual deles seria proposto ao governo. Feita a ata do processo com as assinaturas do diretor do Museu e dos membros da banca, remetia-se um ofício ao ministro. Os candidatos ao cargo de sub-direção não poderiam prestar um novo exame ao concurso de direção mesmo que o conteúdo da prova fosse igual.

Conforme apontado acima, o programa do concurso consistia em conhecimentos variados de Antropologia, de Etnografia,

168 A banca era formada pelos seguintes cientistas: João J. Pizarro, João Barbosa Rodrigues e Carlos Greco.

169 MN DR P 33 D 103. 'Ofício da Secretaria de Justiça, e Negócios Interiores ao Museu Nacional'. 1894.

Etnologia e Arqueologia. J. Trajano de Moura sorteou os pontos da prova: redigir sobre os sistemas de classificação em antropologia e o valor das medidas craniométricas, argüir sobre os monumentos megalíticos e realizar uma descrição sobre alguns artefatos indígenas americanos da coleção do Museu. Foi aprovado por unanimidade dos votos.

A gestão de Trajano no cargo de diretor foi breve. Suas propostas para o desenvolvimento do campo antropológico foram pontuadas em relatório da seção: adaptar o edifício a exposição da coleção e das novas aquisições; preencher o cargo de naturalista para novas excursões sobre os índios; adquirir materiais antropológicos e arqueológicos com objetivo de enriquecer a coleção do Museu Nacional, possibilitando novas permutas com institutos congêneres¹⁷⁰. Procurando implementar a área, Trajano em 1893 e 1894 solicitava à Congregação uma série de pedidos, como: compra de equipamentos, armários, rótulos para catalogação de peças, livros dos mais diversos assuntos de arqueologia, pré-história, história antiga, geografia e lingüística, além de instrumentos de antropometria da escola de Broca e a instalação de um gabinete de fotografia.¹⁷¹

Afastado por problemas de saúde, Júlio Trajano de Moura se exonerou definitivamente do cargo em 1895. A direção da 4^o seção foi ocupada por Domingos Sérgio de Carvalho por portaria de 21 de janeiro de 1895 e indicação do diretor do Museu Nacional, Domingos J. Freire¹⁷². Além de membro da Congregação do Museu Nacional, D. Sérgio de Carvalho passou a exercer também a função de secretário interino da instituição.

Na abertura de novo concurso ao cargo de sub-diretor da 4^a seção, em 12 de março de 1896, D. Sérgio de Carvalho enviou

170 MN DA P 34 D 6b. Relatório da 4^a seção. 1895. manuscrito.

171 Atas da Congregação. 179^a seção 9/8/1893; 185^a seção 15/1/1894; 187^a seção 8/3/1894, respectivamente.

172 Atas da Congregação. 198 seção. 26/12/1894.p. 35.

o requerimento de inscrição¹⁷³. Outros nomes também foram sugeridos pela Congregação para participar deste concurso, como o de José Rodrigues Peixoto. A dificuldade em formar uma banca examinadora que agradasse à Congregação e ao Ministério, levou ao adiamento do concurso.

Em 1898 houve a abertura de novo concurso para direção da 4ª seção, inscrevendo-se Domingos S. de Carvalho e Publio de Mello.

As provas abordavam questões referentes às três matérias da seção e foram sorteados os seguintes pontos: no exame escrito - deformação artificial de crânio nas raças indígenas da América; na oral - estudo geral da pele e do sistema piloso nas diferentes raças americanas; e no prático-descrição sumária de um crânio apresentado como indicação da raça, sexo e idade tomando os ângulos basilar e occipital de Broca, calculando o índice cefálico, além de desenhar o referido crânio. O candidato deveria ainda descrever a utilidade dos instrumentos trazidos assim como descrever e indicar o emprego e procedência dos artefatos indígenas apresentados, determinando a tribo a que eles pertenciam e o seu habitat.

Seguindo os critérios instrutivos do concurso, a banca¹⁷⁴ habilitou por votação nominal e por unanimidade ambos os candidatos, mas o nome do candidato Domingos S. de Carvalho foi o proposto ao governo.

Em sua gestão, Domingos S. de Carvalho continuou a empreender as ações de Trajano para a área, mesmo com limitado orçamento para desenvolver pesquisa. Como engenheiro agrônomo e defensor da causa agrícola no país, ele se dedicou ao estudo dos povos indígenas por meio de relatos de viajantes e de pesquisas nos sambaquis de forma a conhecer, entre outros, a aplicabilidade

173 MN DA P35 D37. “Domingos S. de Carvalho candidato ao concurso da 4ª seção”. 12/3/1896.

174 A banca examinadora foi formada por João Joaquim Pizarro, João Barboza Rodrigues e Affonso Ramos no lugar de Capistrano de Abreu, sob a presidência de João Batista Lacerda.

de plantios e produtos dos silvícolas. Domingos S. de Carvalho detinha conhecimentos de antropologia, mas voltou-se aos estudos etnográficos e etnológicos que estavam ao seu alcance. Afastou-se várias vezes de suas funções em virtude de congressos e viagens. Tornou-se consultor técnico do governo entre 1909 e 1914, ficando a serviço do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, auxiliando inclusive a transferência do Museu Nacional da jurisdição do Ministério do Interior para o Ministério da Agricultura, garantindo também a remodelação do edifício¹⁷⁵.

Merece atenção especial sua atuação na proteção ao indígena, expressa em Congresso em 1901¹⁷⁶ e no debate ao pronunciamento de H. Von Ihering do Museu Paulista sobre o extermínio dos indígenas. Colocou em destaque o Museu Nacional no que diz respeito à questão indígena e à criação do Serviço de Proteção aos Índios em 1910, sendo considerado o responsável pelo convite a C. Rondon para implementar tal serviço¹⁷⁷.

Em 1901 foi aberto concurso para preparador de todas as seções do Museu Nacional e a prova prática da 4ª seção constava dos seguintes conhecimentos: preparação, restauração e desenho de objetos de antropologia, etnografia e arqueologia, moldagem em gesso e desenhos em geral¹⁷⁸. Este cargo vinha sendo ocupado desde 1891 por Santos Lahera y Castillo e presumo que não tenha havido candidato, pois Castillo permaneceu na função posteriormente.

No concurso realizado em 1905 para assistente da 4ª seção, um dos candidatos foi Castillo. Sua inscrição foi impugnada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, devido a um inquérito sobre sua conduta moral dentro do Museu, levando-o a

175 LOUREIRO, C. "Prof. Domingos S. de Carvalho". In: *Boletim do Museu Nacional*. nº 6 vol. I, 1925.p.393

176 LOUREIRO, C. "Prof. Domingos S. de Carvalho". In: *Boletim do MN*. nº 6 vol. I, 1925.p.393

177 LIMA, A. C. S.. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. RJ: Vozes, 1995. p. 114.

178 *Atas da Congregação*. 13/6/1901. p. 150

demissão do cargo neste mesmo ano¹⁷⁹. Vale observar que mesmo assim, tal preparador voltou no exercício da função entre 1906 a 1908, talvez em virtude da falta de funcionários preparados para o desempenho do cargo.

Os outros candidatos inscritos para a função foram os seguintes: Franklin de Nascimento, natural de Bragança do Estado de São Paulo, que por dificuldades de ordem econômica não realizou os exames em questão; Álvaro de Lacerda, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, irmão do diretor do Museu Nacional João Batista de Lacerda; e Edgard Roquette-Pinto, estudante do 5º ano de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A formação da banca examinadora deste concurso causou polêmica entre a Congregação do Museu e a direção em virtude da inscrição de Álvaro de Lacerda, irmão do diretor. Lacerda se exime da comissão da banca e nomeia uma comissão especial “estranha à administração deste estabelecimento à cujo cargo fique a exibição de provas dos candidatos”, mas a Congregação junto ao Ministério da Justiça consegue que os professores do Museu participem da composição¹⁸⁰.

O programa do concurso foi elaborado pela Congregação, abrangendo conhecimentos de Antropologia, Etnologia e Arqueologia e seus pontos centrais foram preparados pelo professor da seção D. S. de Carvalho.

179 MN DR P. 47 D 95. ‘Ofício nº 954 do Ministro ao Diretor do Museu Nacional’ em 29/05/1905.

180 Lacerda sugeriu a composição da banca com os seguintes cientistas: Barão de Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu, J.J. Pizarro. A Congregação do Museu preocupada com a conduta da banca em que pudesse oferecer oportunidade aos candidatos não classificados de anular o exame, declarou ser importante a participação de seus membros no concurso. Na abstenção de Lacerda da presidência da banca, foi designado pelo Ministro da Justiça como substituto do diretor no exame, o mais antigo professor do Museu, Amaro Ferreira das Neves Armond, seguido por Hermillo Bourguy M. Mendonça e Domingos S. de Carvalho. Ver: MN DR P 47 D 95. Concurso para provimento do cargo de assistente da seção de antropologia, etnologia e arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro.1905. fs. 28

O primeiro exame tratava dos sambaquis da região da Amazônia e de seus construtores e o segundo da idade pré-histórica na Europa, na América e no Brasil. A prova prática versou sobre descrição e classificação de um crânio deformado, quatro espécimens arqueológicos e outro etnográfico da coleção do Museu Nacional¹⁸¹.

O candidato Álvaro de Lacerda foi desclassificado do concurso por faltar à prova prática, levando a comissão examinadora a aprovar por unanimidade o candidato E. Roquette-Pinto¹⁸².

Conforme a análise dos concursos, notamos que a prática antropológica desenvolvida entre os profissionais da 4ª seção do Museu Nacional requeria o conhecimento tanto do domínio antropológico quanto do domínio etnológico/etnográfico. A profissionalização desta atividade fundamentada em estudos biológicos, caracterizava esta área como constituída, em sua maioria, por médicos e por profissionais das ciências naturais que predominavam na instituição.

Os pontos dos concursos refletem o debate científico da época como a origem do homem americano, os aspectos gerais das tribos

181 Sobre a prova prática de antropologia de E. Roquette-Pinto, D. S. de Carvalho avalia o seguinte: “o candidato fez o estudo exato do craneo pelo método descritivo, como lhe fora exigido, incorrendo porém em engano quando classificou a deformação patológica – a plagiocephalia, devendo o espécimens ser incluído entre os craneos reniformes a que se refere Topinard. Diz anda que todos os autores são acordes em atestar as dificuldades na caracterização exata desses e de outros casos patológicos, o que torna mais acentuado quando se pretende indicar a origem da deformação; pelo que entende que a prova em questão deve ser considerada boa”. ‘Ata da 6ª sessão extraordinária da Congregação do Museu Nacional’. 19/09/1905. In: MN DR D95 P 47. Concurso para provimento do cargo de Assistente da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. 1905. fls.67.

182 O candidato Álvaro de Lacerda justificou sua ausência ao Ministro da Justiça, não explicitando em carta os motivos à Congregação do Museu. O Ministro julgou sua ausência como um ato de desistência do concurso. Ver: MN DR P. 47 D 95. Concurso para provimento do cargo de Assistente da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. 1905. fls.61.

que povoaram o continente, estudo das raças, sambaquis, o homem fóssil de Lagoa Santa e os Botocudos, entre outros¹⁸³.

Além de figurar neste quadro de profissionais nomes como Lacerda, Rodrigues Peixoto, Trajano, D. Sérgio de Carvalho e Roquette-Pinto, vale destacar a presença de dois outros cientistas nesta área: J. J. Pizarro e J. Barboza Rodrigues. Ambos estiveram presentes nas bancas examinadoras dos concursos da 4ª seção. O primeiro era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi diretor da 1ª seção do Museu Nacional, onde fora instituída a antropologia, secretário do museu de 1872-1878 e bibliotecário de 1872-1876. Exonerado do Museu em 1883, continuou a ministrar aulas na Faculdade de Medicina, sendo inclusive professor de E. Roquette-Pinto. O segundo, botânico, diretor do Museu Botânico do Amazonas e posteriormente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, auxiliou Ladislau Netto na obtenção de material arqueológico e etnográfico no Amazonas para a Exposição Antropológica de 1882. Dedicou-se aos estudos de etnografia, arqueologia da Amazônia e a antropologia, com excursões e estudos de índios da região como a “Pacificação dos Krichanás”¹⁸⁴.

183 No concurso de 1892 os pontos foram: origem dos povos americanos, estudo das raças, bem como aspectos da língua, organização familiar, usos de instrumentos/ utensílios/ adornos, diferenças entre tribos e povos americanos, aspectos da antiguidade clássica e pré-história. No concurso de 1898 temos os seguintes temas: a origem do homem, o homem fóssil de Lagoa Santa, os Botocudos, os Sambaquis, definição de raça e espécie e as teorias científicas do momento: monogenismo, poligenismo e darwinismo; discussão sobre a mestiçagem, aspectos de paleo-etnologia, estudo geral do crânio e suas deformações, degenerações e estudos da pele. Os itens do concurso de 1905 foram os seguintes: aspectos da pré-história do Brasil e da Europa; difusão da arte cerâmica a partir da antiguidade européia; migrações pré-colombianas; aspectos da cultura e civilização da antiguidade do homem; sistema de classificação das raças; estudo comparativo sobre os kjokkomoddings e sambaquis; craniometria e cranioscopia; deformações patológicas e étnicas do crânio. Ver: MN DA P 33 D 68. Concurso diretor da seção. 1894; MN DA P 37 D 166. Concurso da 4ª seção. 1898; MN DA P 47 D 95. Concurso de assistente da 4ª seção de antropologia. 1905, respectivamente.

184 LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica. SP: Hucitec, 1997. p. 103, 107, 218 e 219.

3. As expedições científicas da 4ª seção do Museu Nacional

Buscamos reconstruir as expedições científicas desenvolvidas pela prática antropológica do Museu Nacional, no intuito de que estas viagens nos revelem como as pesquisas eram realizadas. Elas nos informam a trajetória empreendida e mostram os funcionários que desempenhavam essas funções. Podemos destacar outros aspectos expressos nesta atividade, como por exemplo: quais os objetivos dessas expedições, qual o material coletado para estudo, como eles selecionavam, transportavam e classificavam os objetos.

Devemos lembrar que o Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde os anos 50, promovia expedições científicas pelo Brasil. Esta prática era realizada por colaboradores ou por naturalista-viajantes habilitados nas especialidades das ciências naturais e tinham como objetivo fazer a coleta de materiais fósseis, ossos humanos ou de animais. Sob a gestão de Ladislau Netto, eles auxiliavam não só na montagem das coleções como também nos estudos e classificações, cujos resultados eram publicados no periódico *Archivos do Museu Nacional*.

Merece atenção o trabalho desenvolvido por naturalistas como Domingos Soares Ferreira Penna, Carlos Schreiner, Guilherme Schwacke, Gustavo Rumpelsberger e outros, como Fritz Muller e Hermann Von Ihering, cujos trabalhos foram estudados pela historiografia das ciências no Brasil.

A especialização da prática antropológica levou a publicação, em 1890, de algumas instruções sobre o modo de conservar certos objetos. Com uma linguagem acessível e fácil, estas informações tratavam da terminologia básica desta prática, expondo os procedimentos e as normas que deveriam ser adotadas na implementação da coleção do Museu, como descrição e classificação de objetos científicos.

Buscando orientar colecionadores e Presidente de Províncias no envio de objetos antropológicos, o Museu listou os objetos indígenas que mais interessavam aos cientistas da instituição. Para

a antropologia dividiu-os em três grupos: o 1º era formado por esqueletos ou ossos separados, somente da raça aborígine e especialmente crânios; o 2º por múmias e ornatos corporais das mesmas; e o 3º por colares de dentes e ossos humanos.

Na seqüência das instruções, o diretor do Museu Nacional à época, Ladislau Netto, informou sobre a localização desses objetos. As ossadas e crânios de indígenas, segundo o documento, podiam ser obtidos em cemitérios das tribos aldeadas, em esconderijos das grutas naturais ou nos chamados sambaquis (também denominado casqueiros). Lembra o informativo que as ossadas estavam dentro de urnas de barro ou soltas no meio das camadas dos sambaquis. Vejamos as informações gerais expressas no documento:

“Todos os ossos devem ser retirados cuidadosamente do lugar em que estiverem e depois convenientemente limpos e desembaraçados da terra, encerrados em uma caixa de madeira com as cautelas necessárias para que não se quebrem: marcando-se em cima ou em um dos lados da caixa um número ao qual devem corresponder, na informação escrita, todas as particularidades que lhe forem atinentes. Os crâneos serão transportados com mais segurança dentro de caixas contendo pó de serra, areia, farinha ou musgo.

Quando acontecer que eles sejam tirados da jazidas já em pedaços, imprimir-se-há uma marca igual nesses pedaços para indicar que eles pertencem ao mesmo indivíduo.

Será objeto de recomendação mui especial o evitar que se confundam em uma mesma caixa ossos pertencentes a indivíduos de tribos diferentes”¹⁸⁵.

Noções básicas de descrição e classificação dos objetos, tais como os praticados pela história natural, eram passadas àqueles que auxiliariam no incremento das coleções de antropologia do Museu. Assim, os cuidados no armazenamento e no transporte de

185 MN DA P.29 D. 80. Instruções sobre a preparação e remessa das coleções que lhe forem destinadas. (Portaria de 19 de julho de 1890). RJ: Imp. Nacional, 1890. Publicado com o Regimento interno do MN de 26/6/1891. pp. 6-12.

tais caixas garantiriam sua conservação ao destino final: a 4ª seção do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Tais medidas eram necessárias pois, decorridos dez anos da Exposição Antropológica Brasileira, a 4ª seção do Museu Nacional “era a mais nova seção” e “também a mais pobre”, lastimava o diretor da seção D. Sérgio de Carvalho em relatório de 1895¹⁸⁶. J. Trajano de Moura também foi enfático neste mesmo ano, apelando aos cidadãos para o envio de produtos à seção¹⁸⁷.

A preocupação na conservação dos objetos e nas informações coletadas era para garantir a classificação e a montagem de um catálogo da seção. Este problema foi enfrentado posteriormente, quando por exemplo em 1900, Domingos S. de Carvalho reafirma o desejo de renovação da coleção, pois as peças estavam danificadas e outras sequer indicavam a procedência¹⁸⁸.

No decorrer da pesquisa, encontramos referência a seis expedições realizadas pela seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia entre os anos 1876-1890, cujas informações sintetizamos na tabela abaixo:

186 MN DA P 34 D 251. Relatório da 4ª seção de 1895. 31/1/1896.

187 MN DA P34 D 6 b. Relatório da 4ª seção. 1895.

188 MN DA P 39 D 239. Relatório da 4ª seção. 1900.

Tabela 7 – Expedições Científicas da 1ª/4ª seção do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1890)

Período	Expedição	Funcionário(s)	Objetivo(s)	Local de Publicação
1876	Fernando de Noronha	Daniel de Oliveira Barros d'Almeida	Coletar diversos ossos de animais e urnas funerárias	Menção feita nas Atas da Congregação
1877	Alagoas	Ladislau Netto	Fez pesquisa arqueológica na região	BR Mn-DR classe 121 - Ladislau Netto
1880	Paraná	J. J. Pizarro	Explorar sambaquis e coletar seus objetos	Menção feita nas Atas da Congregação
1881/2	Região Norte	Ladislau Netto auxiliado por Domingos Soares Ferreira Penna, Francisco da Silva Castro e Vicente Chermont de Miranda e Assis	Explorar necrópoles, urnas funerária e arte cerâmica da ilha de Marajó . Recolher no sul da província do Pará vestígios da vida primitiva dos Tupis em aldeamentos Turinaras e Tembês. Coligir também alguns artefatos e esqueletos no vale superior do Rio Capim.	Apresenta algumas informações nos Relatórios Ministeriais e consta uma publicação de Domingos Soares Ferreira Penna nos Archivos
1886	Região Norte	Gustavo Rumbelsperger e Ernesto Rumbelsperger	Coletar artefatos que atestem a antiguidade da ilha de Marajó (urnas funerárias da ilha do Pacoval)	Menção feita nas Atas da Congregação e elogio fúnebre feito nos Archivos
1889	Região Norte	Gustavo Rumbelsperger	Explorar e coletar artefatos cerâmicos que testemunhem civilização dos antigos habitantes da ilha de Marajó, de Santarém e de outras localidades do vale do Amazonas.	Constam algumas informações nos Relatórios ministeriais

Fonte:Atas da Congregação; Relatórios Ministeriais e Archivos do Museu Nacional.

Algumas observações pontuais podem ser apresentadas neste quadro. Notamos que as explorações eram feitas com maior incidência na região norte do Brasil, em sua maioria no Amazonas, Pará, Alagoas e Ilha de Fernando de Noronha em Pernambuco, mas também foi realizada uma expedição ao sul, na província do Paraná.

A busca pela origem do homem americano, assunto corrente no meio científico, estava sempre presente nas muitas das expedições científicas que se ocuparam, especificamente, em pesquisar a antiguidade indígena brasileira. A coleta de materiais variava de ossos e urnas funerárias, a pedaços de artefatos cerâmicos, buscando coligir a maior quantidade de objetos e informações de tribos passadas e remanescentes. Muitos dos ossos, esqueletos e urnas funerárias eram encontrados nos chamados sambaquis, montanhas de restos ósseos e conchas situadas em regiões litorâneas.

Vários estudos de autores nacionais e estrangeiros se detiveram a examinar a temática dos sambaquis – também conhecidos como shell-mounds ou kjökkenmöddinger¹⁸⁹. Além de discutir o amontoamento de conchas, as pesquisas comprovavam a existência de esqueletos e urnas funerárias, verificando ao seu lado, adornos, armas e utensílios diversos.

As expedições científicas foram, em geral, realizadas pelos naturalistas do Museu Nacional e auxiliadas pelos praticantes que coletavam os objetos de interesse de várias seções do Museu de acordo com as instruções remetidas. Este tipo de expedição era chamada, pelos antropólogos, de “expedições de gabinete”, pela ausência do pesquisador responsável em campo, exceção feita às realizadas por J. J. Pizarro em 1880 e Ladislau Netto em 1875 e 1882.

Destacamos as atuações de dois naturalistas, Domingos S. Ferreira Penna e Gustavo Rumpelsberger, por suas contribuições ao campo antropológico neste período. Ferreira Penna, por exemplo, publicou vários estudos nos *Archivos do Museu Nacional*. Na sessão da Congregação do dia 18 de janeiro de 1886, foi emitido um ato de louvor a G. Rumbelsperger por sua excursão à província do Pará. Domingos S. de Carvalho, diretor interino da 4ª seção, ao

189 O periódico *Archivos do Museu Nacional* apresenta os seguintes artigos sobre este tema neste período (1876-1912): C. Wiener ‘Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil’ I.1876; Domingos S. Ferreira Penna ‘Breve notícia sobre os sambaquis do Pará’.I.1876; R. Krone ‘Estudo sobre as cavernas do vale do rio Ribeira’ XV.1909.

referir-se a nomeação das salas do Museu com o nome de ilustres cientistas, lembra que os de Ferreira Penna e Rumbelsperger foram dados às salas de “nossa cerâmica pré-histórica”, por serem os “dois operosos fatores da situação atual daquelas curiosas coleções”¹⁹⁰.

O falecimento do naturalista G. Rumbelsperger em 1892 foi registrado em algumas ocasiões. O cientista Neves Armond prestou homenagens póstumas ao trabalho que desenvolveu no Museu Nacional, como atesta a sessão Necrologia dos *Archivos*¹⁹¹. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Fernando Lobo, também lastimou em Relatório a perda do naturalista “o qual prestou à repartição relevantes serviços, de que são testemunhos as coleções arqueológicas, enriquecidas por escavações suas efetuadas ao norte da República”¹⁹².

Outras expedições científicas foram realizadas na região sul do país na virada do século XIX-XX, conforme mostra o quadro abaixo. Apesar das dificuldades enfrentadas no período, como a falta de verba, a 4ª seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia procurou nos sambaquis de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, coletar novos materiais para o desenvolvimento da pesquisa científica.

190 MN DA P38 D 223. Relatório da 4ª seção. 1899.

191 Dr. Neves Armond. “Necrologia”. In: *Archivos do Museu Nacional*. VIII. 1892.

192 Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imprensa Nacional, 1893 p. 220. in: <http://brasil.cre.edu/bsd/bsd/u1899/000002.html> capturado em 20/12/2005.

Tabela 8 – Expedições Científicas da 4ª Seção do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1890-1906)

Período	Expedição	Funcionário(s)	Objetivo(s)	Local de Publicação
1898	Iguape, litoral de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina	Santos Lahera y Castillos auxiliado em Iguape por Ricardo Krone e em Santa Catarina por Luiz Gualberto	Visitar dois sambaquis na Ilha do Mar (Casqueira Grande e Vila Nova) e outros em Santa Catarina, coletando espécies (crânios, restos humanos, moluscos, aves e plantas), fotografando e levantando as plantas dos lugares	Relatórios Ministeriais
1906	Litoral do Rio Grande do Sul (Lagoa dos Patos, Santa Cruz e Venâncio Ayres) desde Cidreira (lagoas da Cidreira, D. Antônia das Custódias ou do Firmiano, Itapena) até Santa Catarina	Edgard Roquette-Pinto	Visitar jazidas pré-históricas e sambaquis das lagoas e do litoral, coletando cerâmicas, ossos humanos, crânios e arma de pedra	Relatório Ministerial e Archivos

Fonte: Atas da Congregação; Relatórios Ministeriais e Archivos do Museu Nacional.

A exploração realizada pelo preparador Santos Lahera y Castillo em 1898 teve duração de três meses. Neste trabalho podemos destacar o auxílio de Ricardo Krone, colaborador do Museu Nacional, pesquisador dos sambaquis de Iporanga em São Paulo e das cavernas do Vale do Rio Ribeira, cujo trabalho foi, mais tarde, publicado nos Archivos do Museu Nacional¹⁹³.

A outra expedição foi realizada pelo assistente da seção E. Roquette-Pinto, que partindo do questionamento de Von Koseritz

193 KRONE, R. “Estudo sobre as cavernas do Vale do Rio Ribeira”. In: *Archivos do Museu Nacional*. XV. 1909.

em 1884, “não valeria a pena mandar o Museu Nacional explorar os sambaquis de Cidreira?”¹⁹⁴ investigou o litoral e a região das lagoas do Rio Grande do Sul. Seu relatório foi publicado posteriormente em 1906, com apontamentos da viagem e apresentando um estudo do material recolhido ao Museu¹⁹⁵.

A 4ª seção tentou sem êxito o envio de duas novas expedições. A primeira em 1893, quando Carlos Schreder seria enviado ao sertão da Bahia para exploração de materiais etnográficos e arqueológicos dos aborígenes, mas sua viagem foi adiada e não encontramos vestígios de sua realização. A segunda tentativa foi feita em 1895 pela Congregação, que pretendia enviar o naturalista Carlos Moreira à região de Lagoa Santa em Minas Gerais onde se encontraria com Júlio Trajano de Moura¹⁹⁶.

4. Para além do texto: construindo um laboratório

Vimos que as investigações realizadas pelos cientistas da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional eram realizadas por meio de uma série de instrumentos científicos. O conhecimento e habilidade na utilização desses instrumentos eram exigidos e verificados na prova prática dos concursos. Procuramos reconstruir os passos de formação do laboratório da 4ª seção de forma a identificar alguns tipos de instrumentos utilizados e necessários à nova ciência na instituição.

Vale lembrar que, além de uma boa biblioteca, os cientistas precisavam de tais materiais para produzir seus textos científicos. Pensando na noção de “inscrição literária” de B. Latour, tais instrumentos servem como mediação entre a produção do laboratório

194 ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da excursão ao litoral e a região das lagoas do Rio Grande do Sul. RJ: L. Macedo, 1906.p.4

195 ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da excursão ao litoral e a região das lagoas do Rio Grande do Sul. RJ: L. Macedo, 1906.

196 Atas da Congregação. 13/02/1895 p. 37 e de 5/3/1895 p.39 ; Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imprensa Nacional, 1893.p. 220. In: <http://brasil.cre.edu/bsd/bsd/u1899/000225.html> capturado em 20/12/2005.

e o documento escrito propriamente dito¹⁹⁷. Ao discutir a importância dos instrumentos na história da ciência, Helden e Hankins, consideram que “devemos nos perguntar como os instrumentos contribuíram para determinar e, talvez, mesmo para definir os métodos e o conteúdo da ciência”¹⁹⁸.

As investigações de Lacerda com crânios de primitivos em 1876¹⁹⁹ indicam a necessidade de aquisição de certas ferramentas, de forma a seguir os critérios fundamentais da craniologia. Em 1876, o diretor da 1ª seção, J. J. Pizarro, solicitou, na reunião da Congregação, a aquisição de alguns craniômetros para o trabalho de antropologia da seção²⁰⁰. As medições de ossos, esqueletos e crânios fósseis também foram realizadas por J. Rodrigues Peixoto, que se utilizou de outros instrumentos como estereógrafo e pantógrafo²⁰¹.

Devemos frisar que uma certa sistematização de tal prática já havia sido instituída pelo francês P. Broca da Sociedade de Antropologia de Paris e por sua Escola de Antropologia. Em 1875 ele redigiu as *Instruções Craniológicas e Craniométricas da Sociedade de Antropologia de Paris* e boa parte dos aparelhos como o cefalômetro, o goniômetro e o dinamômetro foram idealizados por ele e construídos na casa Mathieu, de Paris, dotando as técnicas de mensuração de um refinamento adequado²⁰². A precisão de tais

197 LATOUR, B & WOOLGAR, S.. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. RJ: Relume Dumará, 1997. pp. 37-47.

198 VAN HELDEN, A.& HANKINS, T. L. ‘Introduction: instruments in the History of Science’. IN: OSIRIS,9. 1994. p. 6.

199 LACERDA, J.B.& RODRIGUES PEIXOTO, J..”Contribuições para o estudo das raças indígenas do Brasil”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. I. 1876.pp. 47-75. Lacerda foi um dos primeiros cientistas a coletar medições de índios vivos na ocasião da Exposição Antropológica Brasileira, medindo a força muscular dos índios Cherentes e Botocudos por meio do dinamômetro de Mathieu. Ver: Guia da Exposição Brasileira de Antropologia realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de julho de 1882. RJ: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.

200 Atas da Congregação. 7/8/1876.p.7.

201 RODRIGUES PEIXOTO, J. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. Vol. VI. 1885.pp. 205-256.

202 CASTRO FARIA, L. Antropologia – escritos exumados II. Niterói: EdUFF, 1999. pp. 273-185.

informações era confirmada por análises matemático-estatísticas instituídas por Broca e difundidas por seus seguidores. A coleta de dados morfológicos por meio de medidas anatômicas era enriquecida com análises antropométricas que faziam o uso de determinados conceitos como, por exemplo: as médias, o índice cefálico, a série representativa, os valores máximos e mínimos.

Mesmo sem a organização de um laboratório, o Museu Nacional já possuía um número representativo de tais instrumentos. Muitos deles eram freqüentemente emprestados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como demonstra o documento redigido por C. Barata Ribeiro em 1884, constatando que os instrumentos de antropometria do Museu Nacional não se encontravam no laboratório da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁰³.

Devemos lembrar que, em 1868, a Sociedade de Antropologia de Paris fundou seu laboratório, que funcionava em duas salas da Faculdade de Medicina onde trabalhavam P. Broca e E. Hamy, entre outros. Depois ele foi anexado a Escola de Antropologia e reorganizado em 1878 por P. Topinard²⁰⁴.

Seguindo a tendência da ciência da época, J. Trajano de Moura teve a iniciativa de ampliar o acervo de instrumentos da 4ª seção, visando formar um laboratório. Em 1894 solicitou a aquisição de novos equipamentos “necessários à seção”, cuja listagem foi aprovada pela Congregação. Eram eles:

1 compas de epaisseur; 1 compas de epaisseur micrometrique; 1 craniophore de Topinard; 1 compas glissiene de Topinard; 1 kephalographe de Kopernicki; 1 planche a projections de Broca; 1 diagraphe de Garart; 1 goniometre facial median de Topinard; 1 planche osteometrique de Broca; 1 toise antropometrique de Topinard; 1 glissiere anthropometrique; 1 compas a 3 branches; 1 goniometre mandibulaire; 1 eguerre cephalometrique de Topinard; 1 stereographe de Broca d' apres le model de Wolteni; 1 craniographe, craniophore de Broca; 1 goniometre occipital: a are rectangulaire; 1 ruban metrique.²⁰⁵

203 MN DA P 23 D 206, 1884.

204 CASTRO FARIA, L. *Antropologia – escritos exumados II*. Niterói: EdUFF, 1999. p. 282-283.

205 *Atas da Congregação*. 8/1/94. p. 10.

Era comum a adoção desses aparelhos nos centros de investigação antropológica e muitos deles continuaram a ser usados no séc. XX, até serem substituídos na década de 20 pelos novos modelos construídos por Rudolf Martin, em Zürich. Assim temos o compasso de espessura e de corrediça que medem a distância entre determinados pontos do crânio; o goniômetro que determina alguns ângulos importantes, como o facial; o antropômetro serve como mensurador de estatura; etc.

Seguindo os ensinamentos da Escola de Broca, J. Trajano de Moura adotava os procedimentos dessa prática científica além de requerer a organização de um gabinete de fotografia para a 4ª seção. A prática de fotografar os indivíduos de frente e de perfil era recorrente na antropologia desde então²⁰⁶. Para montagem deste gabinete foram solicitados os seguintes objetos:

1 câmera 18x24; 1 objetiva aplanática, Steinheil; 1 obturador pneumático; 6 cuvettes 24x20: 2 de vidro, 2 de porcelana, 2 de papelão impermeável; 1 curette para 1/2 folha, 1ix24; 1 escorredor de madeira para 25 placas; 1 lanterna grande para laboratório; 1 monóculo; 2 d.p. Wainwrigth (ord.) 18x24; 1/2 mão de papel albuminado; 2 prensas 18x24; 1 encosto de coluna; 1 cuba para lavar provas (positivas)²⁰⁷.

Não sabemos informar se este laboratório iniciou suas atividades neste ano de 1894. Mas no Relatório de 1896 D. Sérgio de Carvalho, diretor interino da 4ª seção, refere-se ao gabinete como regularmente montado, possuindo entre outros aparelhos destinados aos estudos antropométricos “o diagrapho de Gouart”, construído com prodigiosa precisão e que dá o desenho exato do crânio examinado pelo observador²⁰⁸. Posteriormente confirma que os aparelhos estavam reunidos para futuros estudos, pois a

206 SILVA, J. R. ‘Doença, fotografia e representação. *Revistas Médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925*’. (tese de doutorado). FFLCH:USP, 2003.p.184.

207 *Atas da Congregação*. 8/3/94 p. 15.

208 MN DA P 34 D 6b. *Relatório da 4ª seção*. 1895.(manuscrito).

seção aguardava o envio de novas expedições para o incremento da coleção.

O regulamento de 1899, tentando reforçar as atividades experimentais, concedeu a cada seção do Museu Nacional um laboratório destinado à preparação dos objetos pertencentes às coleções²⁰⁹, mas não encontramos referência direta ao da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia.

Não sabemos como se deram às normas de funcionamento do laboratório e do gabinete de fotografia, pois J. Trajano de Moura se afastou do Museu Nacional. Os registros da prática e do uso deste estabelecimento só apareceram com os trabalhos desenvolvidos por E. Roquette-Pinto em 1909, como consta no Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, quando finalmente o laboratório foi instalado²¹⁰.

5. A Exposição Antropológica Brasileira

Na medida em que a antropologia ganhava espaço dentro da instituição, o diretor do Museu Nacional manifestou desejo de empreender uma Exposição Antropológica Brasileira. Em ofício de 10 de setembro de 1881 ao Ministério da Agricultura, solicita as providências para realização do evento, além de explicitar o interesse científico da exposição. Segundo Netto,

o estudo do homem americano, não somente quanto à sua origem antropológica, senão também em relação às evoluções físicas e morais por que há passado na adaptação dos climas e das necessidades dos países que habitou ou na fusão e contágio dos vários povos que provavelmente lhe disputarão o solo pátrio em épocas anteriores à invasão européia e parecendo ser a grande guarano-tupy, habitante da América austrálciana, a que maior interesse deve despertar ao mundo científico, por menos estudada que tem sido até o presente pelos americanistas, (...) rogo a V. Ex.

209 MNRJ. Regulamento do MN dec. 3211 em 11/02/1899. p. 12.

210 Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imprensa Nacional, 1909.p. 123. in: <http://www.brasil.cre.edu/bsd/bsd/u1905/000295html>. capturado em 20/12/2005. e MN DA P 51 D 24. Relatório da 4ª seção. 30/01/1909.

se digne, atendendo a que somente pelo estudo dos esqueletos dos nossos aborígenes ou pelo exame de seus artefatos e idiomas é possível obter sobre tais homens conhecimento cabal de sua natureza e de seu desenvolvimento físico (...) ²¹¹.

Desta forma, Ladislau explica a importância de se conhecer o homem americano na dimensão do conhecimento antropológico, tanto físico como moral, por meio de suas ossadas, de seus artefatos e de sua língua. Entre os povos americanos, o diretor do Museu Nacional destaca os guarano-tupy, muito presentes no território brasileiro e pouco estudados entre os americanistas.

O Ministério da Agricultura, diante de tal iniciativa, apresentou interesse em realizar tal exposição simultaneamente com a de história do Brasil, que ocorreria em dezembro de 1881. No entanto, percebeu que não haveria tempo bastante para sua concretização, já que parte dos objetos seriam enviados de províncias distantes da Corte. Para que a Exposição Antropológica Brasileira “se fizesse tão completa e perfeita como deveria ser”, deixaram sua inauguração para o ano de 1882 ²¹².

Os preparativos para a realização deste evento tiveram início com a expedição de circulares com instruções aos presidentes de província e uma listagem dos objetos interessados em figurar na ocasião, pedindo o empenho do governo. Segundo consta o aviso: Tanto as autoridades gerais e locais como os cidadãos de préstimo e circunspecção podem ser incumbidos de coligir e remeter a V. Ex, ou diretamente a este ministério ou ao Museu Nacional, os objetos que por parte de seus possuidores foram oferecidos à exposição, declarando desde já o governo que, no caso de não ser exigida a devolução, serão eles arquivados nas coleções do estabelecimento com indicação do nome do seu doador.

Foi solicitado um aumento de verba para a realização da Exposição. Conforme Nascimento, este auxílio extra serviria para

211 MN DAE 10/9/1881.

212 MN DAE 12/10/1881.

realização de novas viagens, bem como para transporte e socorros que fossem necessários nas escavações. Com este intuito, Netto realizou uma expedição às províncias do Norte, auxiliado por outros naturalistas, entre eles, Domingos S. Ferreira Penna. Esta expedição promoveu escavações na ilha de Marajó entre 1881 até abril de 1882²¹³, incrementando largamente a coleção arqueológica do Museu Nacional e levando Netto a se sentir “com entusiasmo”, ao “deparar com as riquezas encontradas”²¹⁴.

De várias partes do Brasil, foram enviados objetos tanto de artefatos indígenas quanto de fósseis e ossos de primitivos por governos, instituições ou particulares que desejavam vê-los expostos na ocasião. Em abril de 1881 começaram a chegar as doações causando grande entusiasmo na imprensa local. O Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, como atesta Nascimento, faz elogios e informa que o público começa a compenetrar-se da utilidade da exposição e a prestar-lhe seu concurso²¹⁵.

Da Alemanha, Netto aguardava o envio de um esqueleto que tinha sido oferecido à Sociedade Antropológica de Berlin em 1875. Em carta ao Prof. Virchow, o diretor do Museu Nacional solicitava a remessa do objeto por intermédio da Legação Brasileira com urgência, visando implementar a coleção²¹⁶.

A rotina do Museu sofreu alterações, passando a girar em torno do evento. O Museu ganhou nova iluminação, foram suspensas algumas de suas atividades, como cursos públicos, dois meses antes do evento fecharam as portas de sua exposição permanente.

213 NASCIMENTO, F. R. *A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p.39.

214 NETTO, L. “Investigação sobre a archeologia brasileira”. In: *Archivos do Museu Nacional*. 1885. vol. VI p. 258.

215 NASCIMENTO, F. R. *A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p.37.

216 MN DR P.21-D.98. “Exposição Antropológica Brasileira”. 1882.

Quinze dias antes da realização começa a montagem da exposição, acompanhada de perto pela imprensa e por S. M. Imperial²¹⁷.

A Exposição teve lugar no antigo prédio do Museu Nacional no Campo de Aclamação, sendo composta por oito salas, cada uma delas nomeadas em homenagens a ilustres cientistas. Foi dividida em três seções: a 1ª de antropologia – sala P. Lund; a 2ª de arqueologia – salas Jean de Levy e C. Hartt, e a 3ª de etnologia – salas Pero Vaz de Caminha, José de Anchieta, Alexandre Rodrigues Ferreira; e salas de etnografia e arqueologia, Gabriel Soares e Von Martius²¹⁸.

A visitação do público foi intensa e algumas salas ganharam destaque pela preferência, como menciona Nascimento. A sala Rodrigues Ferreira despertava mais atenção, levando ao acúmulo de pessoas no recinto e provocando danos às peças expostas. A sala Lund era um lugar recomendado para que os sábios em geral pudessem observar os crânios, sendo de “bom tom ser visto observando ‘a feita múmia de caboclo’”.²¹⁹

De uma forma geral, vejamos quais objetos ornavam esta seção. As instruções, tal como analisadas anteriormente, faziam referência a três grupos. Eram eles: 1º grupo, esqueletos ou ossos separados, somente da raça aborígene; 2ª grupo, múmias e ornatos das mesmas; 3º grupo, colares de dentes e de ossos humanos. Figuraram nesta sala os seguintes objetos: esqueletos e crânios de indígenas da tribo Tembé e Turuyára, exumadas por Ladislau Netto as margens do rio Capim; três esqueletos expostos por Duarte Paranhos Schutel, além de um grande número de crânios de Botocudos, muitos ossos de sambaquis das Províncias de Santa Catarina e fotografias de Botocudos tiradas pela Comissão Geológica dirigida por

217 *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, 14 de julho de 1882. *Apud.* NASCIMENTO, F. R. *A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p. 40.

218 MN DAE 12/10/1881 e *Guia da Exposição de 1882*. RJ: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1882.

219 NASCIMENTO, F. R. *A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p.56 e 57.

C. Hartt; e finalmente, os diplomas comemorativos da Exposição de Paris de 1878, concedidos a J. B. Lacerda e J. Rodrigues Peixoto²²⁰.

A inauguração da Exposição de Antropologia foi feita na sala Alexandre Rodrigues Ferreira, onde foi colocado um palco com estrado para que S. M. Imperiais pudessem ouvir o discurso de abertura do diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto. O evento destaca a antropologia entre as ciências naturais e ressalta o trabalho desenvolvido pelo dinamarquês P. Lund em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde foram encontradas as primeiras ossadas humanas.

Castro Faria comenta que o evento organizado por Netto foi grandioso e permitiu ampliar a grandeza do Museu Nacional e do Estado Imperial²²¹. Observa também que o Museu Nacional consegue realizar um empreendimento de tal vulto somente três anos depois da fundação do primeiro museu etnográfico frances, fundado em 1877 por E. Hamy, sucessor de A. de Quatrefages no ensino da antropologia. Destacando o caráter etnográfico da exposição, Castro Faria afirma que foram exibidos vários objetos indígenas, como também foram expostos alguns índios: uma família de Botocudos do Espírito Santo e três Cherentes²²².

A chegada dos índios Botocudos foi anunciada pela imprensa local. Provenientes da Província do Espírito Santo, sete índios Botocudos e um intérprete, além de artefatos e ossadas para estudo, chegaram à Corte no dia 29 de junho de 1882, mas eram esperados cerca de 20 destes índios. O jornal *A Gazeta de Notícias* afirmou que houve dificuldade em fazê-los embarcar e, portanto, “foi preciso iludí-los para obrigá-los a vir à Corte”²²³.

Os sete Botocudos Nak-Nanuk eram compostos de três homens, três mulheres, e uma criança, cujas idades variavam entre

220 *Guia da Exposição de 1882*. RJ: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1882.

221 CASTRO FARIA, L.. *Antropologia- escritos exumados I*. Niterói: Eduff, 1998. p. 20

222 CASTRO FARIA, L. *Antropologia – espetáculo e excelência*. RJ: EdUFRJ, 1993.p. 69.

223 *A Gazeta de Notícias*, 2 de julho de 1882. *Apud*. NASCIMENTO, F. R. *A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.pp. 57-59.

60, 19, 17 e 8 anos. Segundo Nascimento, tais índios serviriam para animar a exposição em certos dias com suas danças e suas cantigas ao som do maracá. A curiosidade do público foi intensa e os organizadores cogitaram em deixá-los no quartel do Corpo de Bombeiros, mas decidiram por deixá-los em um pavilhão do Paço de São Cristóvão. A Revista Ilustrada comentou que apesar dos protestos e reclamações, o público procurou e vasculhou por todo o Museu mas “os pobres índios coitados, corridos da selvageria fluminense, há muito, já se tinham ido refugiar em São Cristóvão junto ao grande cacique”²²⁴.

Antes de retornarem para suas terras em setembro, “desiludidos com a civilização, tristes e nostálgicos”, segundo a imprensa local, os índios Botocudos foram no dia 20 de agosto ao Museu Nacional para serem estudados. Neste dia, a exposição foi fechada ao público²²⁵.

É importante ressaltar também a coleta de material iconográfico, promovida pelo Museu para a exposição. Figuras de “papier maché” foram providenciadas, além de esculturas em gesso feita dos índios Cherentes “sob a proteção do benemérito Sr. Glaziou”. Croquis das explorações do Barão de Teffé, fotografia de índios do Peru e do Amazonas, além de óleo sobre tela de índios Botocudos²²⁶.

A exposição resultou em um *Guia* e uma revista, ambos publicados por Mello Moraes Filho. Na introdução do *Guia*, Netto deixou claro que sua intenção não era expor simplesmente os “artefatos e documentos etnográficos relativos aos nossos indígenas”, mas oferecê-las ao culto da Ciência. A revista apresentou diferentes

224 Segundo Nascimento, os Cherentes tinham vindo à Corte no início do ano para serem reproduzidos, não estando durante o evento. *Apud.* NASCIMENTO, F. R. *‘A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX’*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p. 58.

225 *Revista Ilustrada*, nº 311, 12 de agosto de 1882, p. 2 *Apud.* NASCIMENTO, F. R. *‘A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX’*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p. 65.

226 NASCIMENTO, F. R. *‘A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX’*. (dissertação de mestrado). PPGAV/ Escola de Belas Artes- UFRJ, 1991.p. 39.

artigos referentes aos indígenas, sendo o mais longo de Netto²²⁷. Temos uma introdução de Eunápio Deipó; “Os botocudos” de J. B. Lacerda; “Teogonia dos Índios” de Couto de Magalhães, “Ídolo Amazônico” e “Do Atavismo” de Ladislau Netto; e “A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas”, de J. B. Lacerda²²⁸.

Ambicionando realizar uma Exposição Antropológica Americana dois anos depois, que não aconteceu, o diretor do Museu Nacional já divulgava seu interesse na arqueologia sul-americana, chegando a enviar um pacote com as “vistas” da Exposição Antropológica ao diretor do Museu Etnográfico de Berlin, o etnólogo A. Bastian²²⁹.

6. Os debates da antropologia e as controvérsias científicas: monogenismo, poligenismo, darwinismo

As controvérsias entre monogenistas e poligenistas acerca da origem do homem continuaram a inflamar o debate entre cientistas

227 DOMINGUES, H. & SÀ, M. “Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX”. In: DOMINGUES, H., M. B. *Op. Cit.* 2003. p.112

228 Destacamos os trabalhos de Lacerda na revista da Exposição Antropológica Brasileira de 1882 sobre os índios brasileiros. Estes estudos foram resultados de observações realizadas com os índios Cherentes e Botocudos que foram exibidos no evento, desenvolvendo desde então, a prática de medição em homens vivos dentro o Museu. O primeiro deles, foi intitulado ‘Força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas’, onde Lacerda indicou, por meio do dinamômetro de Mathieu, que a força muscular dos índios robustos era inferior à de indivíduos brancos de desenvolvimento muscular muito pequeno, devido a razões de ordem fisiológicas. Para ele, isso reafirmava a inferioridade do índio face ao negro, do ponto de vista da produção contínua de trabalho. Esta incapacidade dos índios brasileiros em realizar trabalhos demorados e árduos, era discutida desde a colonização e acalentava o debate da política de substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Os outros dois estudos publicados nesta mesma revista da *Exposição* foram referentes ‘A morfologia craniana do homem dos Sambaquis’, e outro sobre ‘Sobre a conformação dos dentes: o crânio de Lagoa Santa’ que segundo Faria, configuraram como eram os habitantes das cavernas do vale do Rio das Velhas. *Apud.* por CASTRO FARIA, L. *Antropologia- escritos exumados* – II. Niterói: EdUFF, 1999. p. 35-36.

229 MN DR P 82 D 83. 1883.

no final do século XIX. O impacto das idéias de Darwin só acen-
tuou a discussão sobre a questão da diversidade da humanidade. Ao
ligar todos os homens ao um único ancestral, Darwin contribuiu
para a posição defendida pelos monogenistas, gerando polêmica
entre os poligenistas, que defendiam a idéia de múltiplos centros
de criação²³⁰.

A antropologia no Museu Nacional, tal como outras ciências
da natureza, sofreu influência da entrada destas novas idéias nos
anos 70 do séc. XIX. Como observado por Glick, a recepção do
darwinismo no Brasil neste período não polarizou ideologicamente
darwinistas e católicos como em outros países da América, pois
havia simpatizantes dele nas principais instituições científicas do
Brasil²³¹. Ao lado dos simpatizantes do darwinismo conviviam os
adeptos dos vários tipos de evolucionismo, como monogenistas,
lamarckista, spenceristas, entre outros²³².

A convivência de diferentes idéias, à primeira vista con-
traditórias, fazia com que a prática científica da antropologia no
Museu Nacional tivesse aspectos singulares. Buscamos discutir as
controvérsias da incorporação dessas idéias na atividade científica da
antropologia associadas à questão da origem do homem americano
e ao debate das raças. Depois de levantada a produção científica
do período, selecionamos alguns artigos significativos dos cientis-
tas—antropólogos, publicados nos *Archivos do Museu Nacional* e no
Congresso Universal das Raças para análise. Neles procuraremos

230 STOCKING JR., G. *Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press,
1982. p.45.

231 GLICK, T. 'Introdução'. In: DOMINGUES, H. (org.). *A recepção do darwinismo
no Brasil*. RJ: Fiocruz, 2003. p. 23.

232 Vale lembrar que os evolucionismos derivados desta teoria não podem ser considerados
darwinistas, conforme apontou Domingues e Sá, pois muitos se opuseram à teoria
da seleção das espécies construída por Darwin. In: 'Apresentação'. DOMINGUES,
H. (org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. RJ: Fiocruz, 2003. p. 15. Os modelos
evolucionários de pensamento predominaram em várias disciplinas. Na antropologia
temos o evolucionismo sócio-cultural de E. B. Tylor e L.H. Morgan, por exemplo; temos
H. Spencer e os darwinistas sociais; temos os defensores de Lamarck e de Haeckel.

os indícios de como eles trabalhavam, quais eram seus posicionamentos e a que referências eles estavam ligados.

O primeiro trabalho em antropologia intitulado “Contribuições para o estudo das raças indígenas do Brasil” de autoria de J. B. Lacerda e J. Rodrigues Peixoto, foi publicado no primeiro volume dos *Archivos*.²³³. No seu prólogo,²³⁴ os autores explicam a importância desta nova ciência no campo investigativo, pois se a lingüística e a arqueologia americanas têm desenvolvidos estudos nesta área, o mesmo não ocorre com os estudos antropológicos, entendidos como “os estudos dos caracteres físicos, tirados à anatomia”²³⁵.

Fazem referência ao material craniológico colhido pelo alemão J. F. Blumenbach, que busca estabelecer a distinção das raças humanas e aos estudos do francês G. L. Buffon que lança as bases da história natural do homem ao criar a etnografia (ou descrição dos povos). Nesta trajetória, recordam que outros cientistas desenvolveram ambos os domínios – antropológico e etnográfico – como o alemão A. Retzius, o norte-americano S. G. Morton e o inglês J. Prichard, cujos trabalhos “serviram de base aos moderníssimos estudos”²³⁶ de franceses e de alemães, como: P. Broca, Pruner-Bay, A. Quatrefages, P. Topinard e R. Virchow.

Lacerda e Peixoto apontam que a preocupação em desvendar as origens do homem americano tem levado outros cientistas do continente a colher novos materiais para o estudo das raças americanas. Continuando a obra de Morton, que formou uma coleção de crânios “a mais rica e a mais importante do mundo”²³⁷, os autores afirmam que novas investigações têm sido feitas no hemisfério sul,

233 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*.I. 1876.pp. 47-75.

234 Idem. P. 47 e 48.

235 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*.I. 1876.p 48.

236 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*.I. 1876.p 47.

237 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*.I. 1876.p. 48.

como as desenvolvidas por Francisco P. Moreno (1852-1919), sobre os crânios da Patagônia.

Com o objetivo de contribuir com estes estudos, ambos os autores procuram elucidar questões sobre os caracteres das raças indígenas do Brasil, nos seus aspectos étnicos, lingüísticos e arqueológicos. Utilizam para a análise, a coleção de crânios do Museu Nacional pertencentes a indivíduos da família de Botocudos.

Lembram que este trabalho requer a tomada de medidas craniométricas e osteométricas, tal como sugerido pela escola de Broca, com descrições em heliogravuras dos crânios representados de frente e de perfil, como sugere Blumembach²³⁸.

Os autores se basearam nas observações dos Botocudos realizadas por naturalista-viajantes, como Von Tschudi, L. Agassiz e C. Hartt, e em análises craniométricas feitas por Blumembach e Morton, em cima do primeiro crânio desta família, conhecido na Europa por meio do Príncipe de Neuwied. Além desses trabalhos, eles se utilizaram das notas do norte-americano Jeffries Wymann, que analisou um crânio Botocudo de São Mateus, enviado por C. Hartt, nos exames feitos por R. Virchow e A. Quatrefages sobre uma coleção de crânios e dois esqueletos completos, remetidos pelo Museu Nacional e nas pesquisas de P. Lund sobre os fósseis de Lagoa Santa, Minas Gerais, que fazem parte do Museu de Copenhagen.

Realizaram eles um estudo comparativo de 5 séries, de um total de 10 crânios do Museu Nacional: de Botocudos, de Macaé, da ilha do Governador, da Lagoa Santa e do Ceará.

Analisando a primeira série composta de seis objetos, constataram o predomínio entre as raças americanas da dolicocefalia e que a raça dos Botocudos tende a modificar-se pelo cruzamento com outra raça de tipo diferente. Afirmaram, ainda, que a capacidade craniana dos Botocudos era pequena, devendo ser colocados com os Neo-caledonios e os Australianos, “pelo seu grau de inferioridade

238 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*. I. 1876. p.48

intelectual”. Segundo eles, as aptidões dos Botocudos eram, “com efeito muito limitadas e difícil era fazê-los entrar no caminho da civilização”²³⁹.

A segunda série não foi utilizada, pois era de criança, mas Lacerda e Peixoto reconheceram alguns traços de semelhança craniométrica com os crânios dos Botocudos. Observaram que este crânio é resultado de um cruzamento com o tipo europeu, pois “nele existem caracteres que indicam um certo grau de superioridade intelectual relativamente aos crânios da primeira série”²⁴⁰.

O crânio da ilha do Governador era de um indivíduo das tribos dos Tamoios e apresentava pequenas distinções com os Botocudos, demonstrando que a raça primitiva sofrera modificações.

Na quarta série da coleção, eles demonstraram que alguns caracteres do fóssil de Lagoa Santa assemelhavam-se aos dos Botocudos. Perceberam que existia uma extrema dolicocefalia entre eles, “induzindo-nos a supor que a raça primitiva do Brasil era dolicocefala e que só mais tarde a justaposição de outras raças emigradas para o solo brasileiro fez variar este tipo”²⁴¹. Perceberam também a ausência de deformação nos crânios encontradas nas antigas raças do Peru, da Bolívia e da Colômbia, como atestam os estudos apresentados no Congresso dos Americanistas de 1875.

O crânio do Ceará apresentava uma certa inclinação frontal, observada por Lacerda e Peixoto, semelhante a encontrada por P. Lund entre os fósseis mais recentes de Lagoa Santa. Admitiram que em tempos remotos, existiu no Brasil uma raça caracterizada pela extrema depressão da frente, aspecto visível em menor grau nos crânios de Botocudos.

239 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*. I. 1876. p. 71 e 72.

240 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*. I. 1876. p. 72.

241 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*. I. 1876..p.73.

Para os autores faltam elementos para solucionar a questão da origem dos povos americanos. A escola de Morton defende a unidade étnica das raças americanas, alegando que

as mesmas crenças, os mesmos costumes, os mesmos ritos e até a mesma língua se encontram com pequenas diferenças em todos os povos esparsos do continente e os estudos de P. Lund afirmam que o novo continente precedeu a formação do velho mundo fundado nas observações geológicas do plateau central do Brasil, tendem a acreditar na hipótese de que o índio americano é um produto do solo americano.

Sem uma opinião formada, os autores finalizam o estudo afirmando que, no círculo de hipóteses “seríamos poligenistas como Agassiz”²⁴².

Destacamos dois outros textos do mesmo periódico, publicado em 1885, cerca de dez anos após o primeiro estudo. O primeiro é também de autoria de J. B. Lacerda, intitulado “O Homem dos Sambaquis”. O segundo é de J. Rodrigues Peixoto, denominado “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”.

As questões sobre a antiguidade do homem americano e a diferenciação étnica ainda aparecem na discussão de Lacerda. O autor ressalta a importância da primeira questão no trecho abaixo:

na carta antropológica do Brasil não se divisam ainda sinão alguns lineamentos traçados por mão trêmula e pouco segura (...). A questão das origens é um implacável ponto de interrogação que surge a cada instante para desconcertar as mais engenhosas combinações e as mais plausíveis hipóteses. (...). O que, porém, não pode ser hoje resolvido, se-lo-há amanhã, si o inventário das nossas riquezas antropológicas, (...) vier projetar luz onde ainda reinam espessas trevas. Assim nasça e desenvolva-se entre nós, o amor e a dedicação perseverante e tenaz pelos estudos e explorações científicas relativas à antropologia²⁴³

242 LACERDA, J. B. & PEIXOTO, J. R. ‘Contribuições para estudo das raças indígenas do Brasil’. In: *Archivos do Museu Nacional*. I. 1876. P. 74 e 75.

243 LACERDA, J. B. “O Homem dos Sambaquis”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol VI. 1885. p 176 e 177

Baseando-se em estudos realizados no Brasil por A. Saint-Hilaire, L. Agassiz, G. S. Capanema, D. S. Ferreira Penna, C. Wiener e C. F. Hartt, explica que estas formações artificiais são específicas do litoral brasileiro, com topografias que se apresentam irregulares e diversas tanto na região sul como no norte do Brasil. Afirma serem tais formações resultadas de condições meramente fortuitas, estranhas à vontade e à previsão humana e se são monumentos levantados, julgam serem inábeis tais homens, pois tais obras apresentam-se grosseiras, sem formas regulares e prefixas. Assim conclui que

O homem dos sambaquis não possuía certamente como os Astecas e os Peruanos, um cérebro afeiçoado às produções artísticas; sua inferioridade cerebral estava mesmo colocada a um nível tão baixo que não lhe permitia pensar em erguer monumentos, cuja existência pressupõe um grau de civilização adiantada²⁴⁴.

Descreve que embaixo das camadas de conchas e terra são encontrados diversos fragmentos de vasos, carvão, ossos humanos e de peixe, diversos utensílios fabricados de pedra polida, pontas de flecha feitas de sílex, ossos de animais carnívoros, objetos de adorno e algumas vezes esqueletos humanos inteiros. Muitos desses ossos e fragmentos de crânios foram remetidos ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Discorda de C. Wiener a respeito da origem dos sambaquis: são acumulação de restos de cozinha como os *kjökkenmøedding* da Dinamarca ou se seriam monumentos arqueológicos. Pois os “homens dos sambaquis” não deixaram vestígios de uma civilização incipiente, mas atravessaram séculos de profunda barbárie que se conservam até hoje. Os ajuntamentos de conchas do litoral afiguram a Lacerda estar mais de acordo com os hábitos e costumes dos indígenas do Brasil e com as condições climatológicas e topográficas das regiões que habitaram. Pensa ser provável que tais sambaquis

244 LACERDA, J. B. “O Homem dos Sambaquis”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol VI. 1885. p 180.

datem de uma época relativamente anterior ao descobrimento da América, tal como discutida por C. F. Hartt.

Lacerda afirma que o estudo dos crânios dos sambaquis pode confirmar a hipótese de ser este homem pertencente a uma raça invasora, que desceu lentamente na costa do Brasil, desaparecendo sem deixar vestígios.

Seu objeto de análise é uma série de 18 crânios pertencentes a coleção do Museu Nacional, cujo material fora recolhido por C. F. Hartt nos sambaquis do sul do Brasil, pela extinta Comissão Geológica do Brasil (1875-1877). Recorda que “nessa ocasião”, Hartt “com sua confiança, encarregou-me de estudar o material antropológico das suas ricas e valiosas coleções”, mas que sua atenção fora desviada “para outra ordem de idéias e de fatos, estranhos à antropologia”, sendo obrigado a adiar tal estudo²⁴⁵.

Preocupado em apontar a filiação das linhas étnicas da América do Sul e as principais correntes migratórias de povos invasores ou não do solo americano, Lacerda procurou determinar os dados morfológicos e craniológicos deste tipo²⁴⁶ étnico, comparando-o com outros já existentes no Brasil como os Botocudos, estudado por R. Virchow, e o homem de Lagoa Santa.

Depois de coletados os dados, levando-se em conta a diferença entre os sexos e as idades dos crânios, Lacerda inferiu que não existe uma homogeneidade de caracteres. Admite que as formas dos crânios dos sambaquis apresentam analogias com os crânios dos botocudos, indicando para ambos uma mesma origem

245 LACERDA, J. B. “O Homem dos Sambaquis”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol VI. 1885. p 185

246 A noção de tipo foi formulada pelo antropólogo francês P. Topinard da Escola de Antropologia de Paris e inserida em seu livro *Éléments d'Anthropologie General* em 1885. Associada a noção de ‘raça pura’, o tipo humano de Topinard, deve ser entendido pelas ‘características que uma raça humana pura comumente possui. Em raças homogêneas, se é que elas existem, isto é descoberto pela simples avaliação de indivíduos. Em casos gerais deve ser segregado. Existe um ideal físico, com o qual o maior número de indivíduos de um grupo mais ou menos se aproxima, sendo mais marcante em uns do que em outros’. Ver STOCKING JR., G. *Race, Culture and Evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982.p. 58.

ou mesmo tronco. Além de exagerada dolicocefalia e um grande desenvolvimento facial, tal tipo apresenta um semblante bestial e revela instintos ferozes da animalidade. Continua a descrever que

um crâneo assim conformado deverá corresponder um cérebro de lobos anteriores rudimentares, compensado pelo desenvolvimento relativamente exagerado dos lobos parieto-ocipitais. Por outro lado, a aspereza e os relevos ósseos que servem de ponto de inserção aos músculos da face e da nuca indicam qual a potência muscular de que dispunham esses indivíduos. Tudo nos leva admitir que esse typo, (...), ocupava um nível muito baixo na escala humana, e que ele pode ser equiparado aos povos mais selvagens que hoje conhecemos [os Botocudos].²⁴⁷

No outro trabalho analisado, Peixoto confirma sua referência teórica à escola francesa e alemã, fazendo uso de estudos de P. Topinard, A. Quatrefages, P. Broca, R. Virchow, etc. Lembra que, no tempo em que foram feitas as classificações dos povos indígenas pelos naturalistas, não havia “rigor científico” pois “a antropologia ainda não havia constituído em ciência dos fatos tangíveis”²⁴⁸.

Tomando como objeto de estudo a coleção de crânios botocudos do Museu Nacional, Peixoto faz um estudo comparativo dos caracteres craniológicos desses índios com os tupis. Procurou reconstruir e caracterizar o tipo craniológico dos Botocudos, além de realizar uma investigação sobre o problema das filiações. Dividiu o material em três séries, compostas pela região do Amazonas, do Rio Grande do Sul e do Brasil Meridional. Este estudo foi considerado por Castro Faria como o mais amplo já realizado dentro do Museu Nacional²⁴⁹. Vejamos as observações realizadas por Peixoto em cada uma das séries.

A primeira série era composta por 15 crânios de ambos os sexos (predominando o masculino), e segundo Peixoto, os aspectos

247 LACERDA, J. B. “O Homem dos Sambaquis”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol VI. 1885. p 202.

248 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885. pp. 205-256.

249 CASTRO FARIA, L. *Antropologia- escritos exumados II*. Niterói: Eduff, 1999. p. 39

e as dimensões desses crânios eram muito diferentes dos índios Botocudos. Na descrição ele afirmou que os crânios eram muito menores:

e de uma fisionomia que nada tem de comum com o ar “heurté” destes selvagens. (...) a fronte é mais arredondada, a abobada, sem ser achatada, é perfeitamente arqueada e a norma posterior, apesar de deprimida como nos crânios americanos, não tem a configuração grosseira que indicamos nos Botocudos. (...). Este é o typo mais comum do Amazonas e pertence a célebre raça dos Tupys, que dominava toda a costa do Brasil do Norte ao Sul, no tempo do descobrimento. Acreditamos que no futuro a antropologia brasileira encontrará no Amazonas outras sub-raças diversas, como já nos revelam nesta série uns dois ou três crânios que ali se vêem. (...). Repetimos mais uma vez que as raças amazônicas são complexas e baralhadas e será possível talvez, encontrar naquela região maior número de tipos craniológicos do que no resto do Brasil²⁵⁰.

Na segunda série de 10 crânios investigados, Peixoto percebeu alguns aspectos semelhantes e outros diferentes dos Botocudos. Segundo ele:

pelos caracteres descritivos e pelos dados craniométricos os crânios do Sul aproximam-se dos crânios do Norte e não duvidaremos em dar-lhes a mesma denominação da raça Tupy. E a este respeito sabe-se que os índios que habitam o Alto-Uruguay [Rio Grande do Sul] são Guaranyes, que falam a mesma língua, que é corrente no Amazonas e que ambos são povos civilizáveis²⁵¹.

Peixoto indagou se o homem de Lagoa Santa não teria ido para o sul e se cruzado com o Tupy, resultando assim em algumas modificações já apontadas. A importância atribuída por ele aos índios Tupys foi salientada por Castro Faria, que afirma ter ele consagrado ao tema alguns comentários de grande interesse,

250 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885.. p. 250 e 251.

251 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885. p. 252.

infelizmente, não publicou como prometera um estudo completo desses índios²⁵².

A última série era composta por crânios retirados de Sambaquis do Brasil Meridional. Alguns deles apresentavam precariedade no estado de conservação, separando cinco deles para estudo. Destacando o uso do índice nasal como importante para este caso, tal como afirmado por Broca na *Revue d'Anthropologie* de 1875, já que os caracteres secundários apresentavam heterogeneidade, Peixoto concluiu que o “tipo do sambaqui, apesar das divergências dos índices cefálicos, não deixa de ser um tipo homogêneo pelos caracteres descritivos, por sua face toda especial e sobretudo pelo caracter do índice nasal”²⁵³.

A pesquisa desenvolvida por Peixoto levou-o a concluir que o Botocudo foi resultado do cruzamento entre dois troncos diversos: o de “homem de Lagoa Santa” e do “homem dos Sambaquis”. Por meio da análise descritiva, ele afirmou que o homem dos Sambaquis era mais primitivo que o de Lagoa Santa e que seu tipo se aproximava mais dos então existentes Bugres do Paraná.

Neste mesmo trabalho, constatamos que Peixoto havia coletado dados antropométricos entre índios vivos. Ele analisou um grupo de 7 botocudos da tribo dos Nak-nanuks, oriundos do aldeamento dos Mutum, no rio Doce, que estiveram na ocasião da *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882. Na descrição realizada, ele comprovou algumas alterações, principalmente do desenvolvimento da frente, além de algum abaixamento do índice vertical e às proporções da face²⁵⁴. Desejando realizar um estudo craniológico completo deste grupo étnico, afirmou que apresentaria mais tarde um complemento sobre este trabalho. Comentou Peixoto que “deve ter algum valor, porque será a primeira vez que os indígenas

252 CASTRO FARIA, L. *Antropologia- escritos exumados II*. Niterói: Eduff, 1999. p. 39.

253 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885. p. 255.

254 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885. p. 243.

do Brasil são submetidos a um estudo verdadeiramente científico, como é a antropometria”²⁵⁵.

Conforme vimos acima, ambos os autores se filiavam ao pensamento poligenista, tal como ocorria entre os antropólogos da Europa, como P. Broca e P. Topinard. Além de discutir a questão dos múltiplos centros de criação, um deles o continente americano, suas investigações procuravam contribuir para questão das raças humanas e a miscigenação.

Lembremos que nesta época de dominação imperialista acentuava-se a diferença entre civilizados e não-civilizados, de maneira a garantir a dominação do homem branco civilizado em regiões extra-européias. Lacerda e Peixoto trataram de mostrar que, por meio de cruzamentos, alguns índios eram mais inferiores que outros numa escala de evolução, onde os botocudos eram apresentados como bestiais e com ares de animalidade. Tais estudos apresentam os índios com capacidade intelectual limitada e baixa potência muscular, admitindo a dificuldade em civilizá-los. Estas análises alimentavam o debate sobre a substituição da mão-de-obra e entrada de imigrantes no Brasil no final do séc. XIX.

A idéia de evolução das espécies de Darwin aparece em cena nesses trabalhos. Ao aceitar uma origem comum ao homem, pensava-se numa hierarquia de raças e povos em função de seus diferentes níveis intelectuais, morais e físicos, ou seja, uma noção evolutiva de civilização que tinha no seu ápice a superioridade branca européia, de nações como a Inglaterra e França.

O pensamento poligenista colocou em debate duas questões importantes que aparecem nos estudos de Lacerda e Peixoto. A primeira diz respeito à miscigenação, mencionada acima, mas que aparece como resultado da redefinição do conceito de espécie. Baseado em estudos de biólogos do séc. XIX, que realizaram cruzamentos de animais de raças diferentes, demonstrou-se que eles pertenciam

255 PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos”. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. VI. 1885. p. 208.

a mesma espécie. Pensando no cruzamento de espécies diversas, P. Broca desenvolveu um estudo sobre a hibridização humana em 1856, discutindo que raças similares produziam indivíduos férteis e “puros” e, que raças fisicamente diferentes geravam uma prole com possível infertilidade. A partir desta noção, discutia-se como exemplo, o casamento entre “híbridos unilaterais”: homem negro com mulher branca resultava em esterilidade, mas de mulher negra com homem branco, gerava o mulato. Considerada como uma raça “instável”, tal grupo, à semelhança da mula, era possivelmente infértil entre si e apresentava-se como “fisicamente fraco, de vida curta, com possibilidade de desaparecer ou reverter ao tipo dominante”²⁵⁶.

Outra questão controversa foi a aclimação do homem, cuja tese foi muito defendida por vários cientistas deterministas do séc. XIX, como A. de Gobineau, G. Le Bon (1841-1931) e Vaucher de Lapouge. Considerando que as raças são espécies distintas criadas separadamente, elas deveriam viver em regiões climáticas específicas, senão degeneravam ou morriam.

Esses problemas foram abordados no primeiro curso de antropologia do Brasil, ministrado por Lacerda em 1877. Aprofundando os conhecimentos anatômicos e fisiológicos do homem ao abordar os problemas sociais comuns no Brasil, Lacerda trataria “do estudo das raças humanas, principalmente da América, tocando incidentalmente nas questões de herança, mestiçagem e aclimação; as grandes questões gerais do monogenismo, poligenismo e transformismo ficariam por fim”²⁵⁷.

A proliferação de tais idéias e questões no ambiente do Museu Nacional no final do séc. XIX tornava o debate dinâmico e não polarizado, mostrando que vários seguidores ou simpatizantes de outras tendências, como lamarckistas, darwinistas ou monogenistas, conviviam com as diferentes idéias. Vejamos o caso de Ladislau

256 STOCKING JR., G. *Race, culture and evolution*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1982, p.48 e 49.

257 CASTRO FARIA, L.. *Antropologia escritos exumados II*. Niterói: Eduff, 1999. p. 134.

Netto, diretor do Museu Nacional e botânico de formação, que desenvolveu trabalhos em arqueologia e etnologia mas que abordou também a questão da miscigenação.

Em seu texto “Apontamentos sobre os Tembetás da coleção arqueológica do Museu Nacional” do *Archivos do Museu Nacional* em 1877, ao tratar de um costume africano referente ao corte dos dentes incisivos superiores, Ladislau comenta que “este é um vício orgânico e hereditário”²⁵⁸ e característico da raça africana, desenvolvendo em nota as manifestações atávicas anatômico-fisiológicas das raças, publicada posteriormente como “Do Atavismo” na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* sob a direção de Mello Moraes Filho em 1882²⁵⁹. Estas manifestações são observadas na América, vista como “crisol da humanidade”, na fusão de sangue de duas raças heterogênea: a branca e a preta, ou a branca e a vermelha, ou a vermelha e a preta, ou nas três simultaneamente. Ele descreve as manifestações em cada uma das raças, informando suas características e o período de aparecimento. Nos mestiços, “de cor perfeitamente branca e tendo o sangue africano em adiantadíssima diminuição nas veias”, ela aparece na puberdade e desaparece depois dos 20 anos, alterando algumas características constitutivas do indivíduo neste período, como: diminuição do ângulo facial, encrespamento do cabelo, pigmentação acentuada nos órgãos genitais, pronunciada indolência, apatia excessiva, inação intelectual que “lembra muito particularmente a estúpida inaptidão dos negros”, entre outras. Faz uma ressalva quanto à inteligência dos mestiços oriundos da mistura entre raça negra e branca, questão esta que deviam se ocupar os antropologistas. Os indivíduos de origem indígena apresentam estas manifestações desde o berço, pois “seu caráter é mais fixo”. Retrata-o como tendo a perfectibilidade

258 NETTO, L. ‘Apontamentos sobre os Tembetás’. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. II.1877.p.114.

259 NETTO, L. ‘Do Atavismo’. In: FILHO, M.M. (dir.). *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. RJ, 29 de julho de 1882.p. 4.

de carácter moral e um desenvolvimento intelectual por ser um homem laborioso e honesto, trazendo um benefício da pátria e para o bem da humanidade²⁶⁰.

Buscando critérios que explicassem as diferenças raciais, Ladislau apresenta indícios da possibilidade de inserir o indígena na ordem social, pois ele é laborioso e honesto, e “com uma longa adaptação às idéias de civilização”²⁶¹. Apresenta o negro como raça inferior, mas refere-se ao mestiço com certa ambigüidade, destacando sua inteligência.

Sobre a questão da origem do homem, apresenta ambigüidade de opinião. Tentando reconhecer que o homem americano era fruto do solo americano, como acontecia com os animais de sua fauna e os vegetais de sua flora, Ladislau afirma que “para os próprios espíritos que se puderem desprender inteiramente das idéias monogênicas (...) não pode deixar de surgir dúvida sobre esta mesma autochthonia do homem americano e com mais ponderosa razão sobre outras correlações anthropológicas”²⁶². Em seu outro artigo “Investigações sobre a Arqueologia Brasileira” de 1885, ele comenta que seu trabalho forneceu argumentos “contrários à escola autoctono-poligenista a que eu quizera pertencer” que tinha em L. Agassiz, seu representante. Baseado em estudos apresentados no Congresso dos Americanistas de 1875, por Quatrefages, e por L. Morgan, entre outros, seu estudo demonstra as semelhanças entre os antigos aborígenes da foz do Amazonas com as nações do Nilo e da Indo-China²⁶³.

Este posicionamento ambíguo e com interpretações lamarquistas, foram remarcados pelas autoras Gualtieri, Domingues e

260 NETTO, L. 'Apontamentos sobre os Tembetás'. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. II. 1877. p. 114 e 115.

261 NETTO, L. 'Apontamentos sobre os Tembetás'. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. II. 1877. p. 129

262 NETTO, L. 'Apontamentos sobre os Tembetás'. In: *Archivos do Museu Nacional*. vol. II. 1877. p. 127.

263 NETTO, L. "Investigações sobre a Arqueologia Brasileira". In: *Archivos do Museu Nacional*. VI. 1885. p. 259.

Sá²⁶⁴. Vale lembrar que as idéias de Lamarck, segundo Gualtieri, possibilitavam conciliar este evolucionismo (muito mais próximo das idéias iniciais de Darwin) com a existência de Deus, orientando o processo de transformação²⁶⁵.

A miscigenação e as diferenças raciais foram os assuntos do Congresso Universal das Raças, sediado na Universidade de Londres em 1911, que teve J. B. Lacerda, diretor do Museu Nacional na época e delegado do governo brasileiro e, E. Roquette-Pinto²⁶⁶, professor assistente da 4ª seção, como representantes de países latino-americanos.

Para discutir a temática das raças selecionamos o trabalho *Sur les métis au Brésil* apresentado por Lacerda, que defendeu a tese do branqueamento, pressupondo a superioridade branca. Devemos lembrar que este assunto era discutido no país desde o final do séc. XIX, devido ao grande número de negros e mestiços²⁶⁷ na população e que Lacerda, procurando inserir o Brasil no desenvolvimento das nações civilizadas, concedeu *status* científico ao tema legitimando-o.

Discute inicialmente a questão antropológica levantada pelos poligenistas, ao considerar os brancos e os negros como raças ou espécies. Para o autor, a diferença entre os caracteres físicos de cor, estatura e de forma não são suficientes, devendo se acrescentar o critério de fecundidade ou não.

264 GUALTIERI, R. C. *‘Evolucionismo e ciência no Brasil – Museus, Pesquisadores e Publicações. (1870-1915).’* (tese de doutorado). PPGH/ FFLCH-USP. 2001.; DOMINGUES, H. & SÁ, M. “Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX”. In: DOMINGUES, H. (org.). 2003. p. 110-113.

265 GUALTIERI, R. C. *‘Evolucionismo e ciência no Brasil – Museus, Pesquisadores e Publicações. (1870-1915).’* (tese de doutorado). PPGH/ FFLCH-USP. 2001. p.196 e 197.

266 ROQUETTE-PINTO, E. *‘Note sur la situation des indiens du Brésil.’* Présenté au Congrès Universal des Races, reuni à l’Université de Londres em 1911.

267 Vale destacar a observação de G. Seyferth sobre a resistência do cientista ao uso do termo ‘mulato’ para referir-se aos mestiços de branco com negro. SEYFERTH, G. ‘Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda’. In: *Revista do Museu Paulista*. XXX. SP: USP, 1985.p. 93.

Partindo do princípio que as duas raças são distintas e com caracteres fixos, Lacerda afirma que os mestiços têm a tendência inata de sofrer transformações a cada novo cruzamento, sem obedecer a regras sociais precisas. Por apresentar esta variação, este grupo têm a tendência de retornar a uma das duas raças que forem produzidas.

Lacerda reconhece uma igualdade das raças ao elogiar os representantes de países não-brancos, mas depois afirma a desigualdade ao pressupor “raças mais adiantadas” e civilizadas, e outras “mais atrasadas”, “inferiores” ou selvagens. Continua a ambigüidade no decorrer do texto, ao descrever as características físicas, morais e intelectuais do negro e do mestiço, numa clara mistura de critérios fenotípicos e culturais. Ao primeiro, apresenta os vícios nefastos de raça inferior, trazidos com a escravidão que prejudicou o progresso do país: vícios de linguagem, vícios de sangue. Entre as qualidades dos negros, reafirma algumas características apontadas em textos anteriores, como “robutez física” e “força muscular”, que os tornavam aptos para os trabalhos braçais. Sobre os mestiços, o autor os descreve como pouco musculosos, propenso a doenças, como a tuberculose; corajosos e inteligentes; olhos castanhos, dentes resistentes, cabelos negros ou castanhos, dolicocefalos e platirrinos (referente aos índices cefálico e nasal respectivamente)²⁶⁸.

Conforme notou Seyferth, como boa parte da historiografia sobre a escravidão, Lacerda considera as relações raciais do Brasil suavizadas (devido ao cruzamento das raças e aos bons tratos pelos senhores), em comparação à segregação entre brancos e negros nos EUA²⁶⁹.

Lacerda demonstrou que a população negra diminuiria progressivamente devido a seleção sexual (estabelecendo casamentos com pessoas mais claras) e a imigração, e num prazo de duas ou três

268 LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911. pp.10-15.

269 SEYFERTH, G. 'Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda'. In: *Revista do Museu Paulista*. XXX. SP: USP, 1985.p. 89.

gerações produziria uma população mais clara²⁷⁰. Este mecanismo faria desaparecer os mestiços e os índios da população brasileira, mesmo aqueles bem adaptados ao seu meio como o jagunço, o caboclo e o gaúcho, além de extinguir o negro em razão de sua incapacidade de assimilação²⁷¹.

Em seu outro livro, intitulado *O Congresso Universal das Raças, reunidos em Londres (1911). Apreciação e comentário*, Lacerda trata das preocupações e das discussões do evento²⁷² onde num tom de concórdia entre os brancos, negros e amarelos, predominava o caráter imperialista e colonialista. Vejamos o trecho abaixo:

“[A] opinião geral do Congresso [é] que não há raças superiores e inferiores, sim raças adiantadas e atrasadas. As diferenças entre raças no ponto de vista físico, moral e intelectual são devidas as influências do meio físico e as condições sociais sob as quais têm vivido as raças atrasadas de outro continente. O contato do Ocidente tende a levantá-las a um nível superior, a mostrar-lhes o caminho da civilização e o modo pelo qual elas chegarão a realizar o ideal do progresso humano nas suas multiplas e variadas manifestações.

Concordes foram os membros do Congresso em que, embora privados da iniciativa, são os povos atrasados do Oriente dotados

270 Esta estimativa de tempo foi baseada nas estatísticas de E. Roquette-Pinto, ilustrada por barras coloridas com a composição racial da população brasileira até 2012. Esta temporalidade foi criticada por muitos brasileiros, levando-o a responder a crítica em seu outro livro: LACERDA, J. B. *O Congresso Universal das Raças reunidos em Londres 1911 – apreciação e comentários*. RJ: Papelaria Macedo, 1912. pp. 85-111.

271 LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911. p.22, 30 e 31.

272 Os capítulos do livro demonstram as preocupações do evento. São eles: Inauguração do Congresso; O problema da raça negra nos EUA; O destino da raça judaica; O Japão e a China; A Pérsia; A Índia e o Egito; A Rússia e a Turquia; A consciência moderna e os povos dependentes; A posição mundial do negro e do negróide; A abertura dos mercados e dos países; As memórias de G. Spiller e Guisepp Sergi; As conferências periódicas da Paz; o Shintoísmo; O comércio das bebidas alcoólicas e do ópio; A imprensa, instrumento da paz; Réplica à crítica – da Memória – Sur les métis au Brésil; Diagrama Antropológico por E. Roquette-Pinto. Destaco três questões importantes deste livro: o problema negro; a imigração oriental; o contato com os trabalhos da antropologia italiana.

de um grande poder de assimilador que os fazem rapidamente incorporar à sua organização social os progressos nas indústrias (...)»²⁷³.

Esta citação mostra que Lacerda em nome do progresso e civilização acredita na superioridade da raça branca européia, justificando seu domínio sobre outros povos e continentes, e que o contato com o meio tende a elevar as raças atrasadas. Apontando uma escala contínua e gradual de evolução para as sociedades humanas, Lacerda defende a idéia de que o cristianismo é uma das formas pelas quais se podem ocidentalizar o oriente e mostrar-lhes o caminho da civilização.

Vimos que as questões da miscigenação e das diferenças raciais foram muito discutidas no final do séc. XIX e no início do XX pois seu discurso evolucionista poligenista servia como base científica para legitimar a supremacia branca brasileira. A preocupação em colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento das nações civilizadas estava inserida no debate sobre a questão da mão-de-obra no fim do Império e de cidadania na República. Esses estudos buscavam atestar a inferioridade dos negros e dos índios e sua pouca capacidade de assimilação, apontando para favorável entrada de imigrantes europeus e colocando em discussão o “perigo amarelo”, pois supunha que à entrada de orientais poderia ser um atraso para o branqueamento do país. Os ambíguos posicionamentos sobre as vertentes do evolucionismo²⁷⁴ entre os cientistas do

273 LACERDA, J. B. O Congresso Universal das Raças reunidos em Londres 1911 – apreciação e comentários. RJ: Papelaria Macedo, 1912. p.7.

274 Encontramos o uso do termo transformismo em 1877 no curso de Antropologia ministrado por J. B. Lacerda. Segundo Gualtieri, a preferência pela palavra transformismo ao invés de darwinismo ou evolução demonstrava a dificuldade da introdução das idéias de Darwin no vocabulário científico. Em 1898 por outro lado, já aparece a palavra darwinismo em uma questão da prova do concurso da 4ª seção, demonstrando que os candidatos do exame seriam avaliados pelos seus conhecimentos sobre os mecanismos do modelo de evolução de Darwin e não de seus seguidores como definido por A. Leeds. Conforme apontou Santos, ‘o darwinismo com sua ênfase em mudança, instabilidade e transformação, trouxe dificuldades adicionais para as

Museu Nacional como Lacerda, Ladislau e Peixoto entre outros, demonstrou um enraizamento da tradição poligenista neste meio científico e uma dinâmica de idéias entre eles.

7. As disputas entre cientistas e instituições

O Museu Nacional do Rio de Janeiro deixou de ser o único museu de história natural no final do século XIX, mas manteve relações importantes com os naturalistas-viajantes nacionais e estrangeiros ao redor do Brasil, de forma a destacar seu papel no meio científico. Este intercâmbio entre cientistas e instituições na virada do séc. XIX ao XX aponta não só a troca entre o Museu Nacional e os outros museus, mas revela também os posicionamentos e a disputa entre eles no campo antropológico.

Em uma carta do diretor do Museu Paulista H. von Ihering ao então diretor do Museu Nacional J. B. Lacerda, encontramos um pedido para “indicar mais dois antropólogos brasileiros”, além dele, do E. Goeldi e do próprio Lacerda, “para formarem o comitê que deve representar o Brasil no Congresso Internacional de Antropologia”, que acontecerá em agosto de 1907 em Colônia, Alemanha²⁷⁵.

teorias raciológicas’, já que a maioria dos antropólogos físicos que operavam com o conceito de ‘raça’ e de ‘tipo racial’ estavam presos a idéia de estabilidade e de fixidez das características raciais. Ref.: GUALTIERI, R. C. *‘Evolucionismo e ciência no Brasil – Museus, Pesquisadores e Publicações. (1870-1915).’* (tese de doutorado). PPGH/FFLCH-USP. 2001. p.196; LEEDS, A. “Darwinian and ‘Darwinian’ evolutionism in the study of society and culture”. In: GLICK, T. (ed.) *The comparative reception of Darwinism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. p. 437; SANTOS, R. V. “Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no séc. XX”. In: MAIO, M. C. (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. RJ: Fiocruz, 1996. p. 126 e 127.

275 MN DR P. 48 D 108. 19/11/1906.

“Ilmo Sr Dr Lacerda,

A pedido do presido do Congresso Internacional de Antropologia que se realizará no próximo ano no mês de agosto em Colônia – Alemanha, incumbi-me da organização e direção de um comitê no Brasil (...). Entendo que a respectiva corrente preparatória do Brasil deve consistir nos três diretores dos Museus Estaduais, sendo alem de V. Exmia. e de minha pessoa, o Dr. Goeldi em Pará.

Pensando a noção de campo como “um sistema estruturado de relações objetivas”, esta carta evidencia a autonomia dos estudos antropológicos, enquanto uma disciplina formada e com especialidade própria. Este espaço é um lugar específico de disputas e articulações entre cientistas e instituições onde podemos analisar seus profissionais, seus interesses e problemas. Seguindo esta trilha, nos baseamos em documentação levantada no arquivo do Museu Nacional, nos periódicos, nos relatórios ministeriais e em estudos da historiografia das ciências.

Devemos lembrar que o final do séc. XIX foi marcado pela criação de quatro outros museus no Brasil. Foram eles: Museu Paraense, atual Museu Goeldi (1871); Museu Paranaense (1876), Museu Botânico do Amazonas (1883) e Museu Paulista (1890). Todos eles frutos da expansão das Ciências Naturais e da introdução de novos estudos, como a Antropologia, Etnografia e Arqueologia, cujo contexto foi analisado por M. M. Lopes como decorrente de uma especialização e profissionalização dos cientistas, associado à consolidação de elites locais e iniciativas científicas regionais. Na tentativa de colocar o Brasil no compasso das nações civilizadas, tal cientificismo obedecia a padrões internacionais, contratando especialistas estrangeiros, reformando e multiplicando os espaços institucionais, incorporando e adaptando o ideário evolucionista e todas suas diferentes vertentes a realidade nacional²⁷⁶.

As conquistas e as dificuldades pelas quais passaram essas instituições científicas no Brasil na virada do séc. XIX para o XX, foram as mesmas: incremento de suas coleções, trocas entre periódicos científicos, viagens internacionais, ampliação de intercâmbio

Penso que seria conveniente completar este convite, por mais dois antropólogos brasileiros, sendo neste sentido que dirijo a V Ex o pedido da respectiva proposta, sendo provável que V. Exm. dispõe de elementos de competência no próprio pessoal do Museu Nacional. Aguardando vossa resposta sou com toda estima e consideração. ... Ihering” 19/11/1906

276LOPES, M. M.. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec, 1997.pp.151-158.

bios nacionais e internacionais, falta de verba, materiais e pessoal qualificado, acirravam as disputas entre cientistas e instituições.

O interesse de viajantes estrangeiros na região norte do país para o estudo do homem americano tinha aumentado sensivelmente. A presença alemã na região do Alto Xingú no último quartel do séc. XIX resultou em expedições científicas²⁷⁷ dirigidas pelo médico psiquiatra Karl Von den Stein e pelo antropólogo Paul Ehrenreich, noticiada pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro²⁷⁸.

Devemos lembrar que tais viagens exploradoras eram feitas com auxílio dos cientistas nacionais ou estrangeiros que trabalhassem em instituições científicas nacionais, de forma a contribuir com o incremento da pesquisa e da coleção no país, como o caso do Museu Nacional. De fato, os objetos coletados pelos exploradores enriqueciam mais o acervo de suas instituições do que os museus do Brasil. Vejamos a afirmação de Maria do Carmo de Mello Rego, ao lembrar da comissão alemã no Mato Grosso :

(...) ainda sinto no meu coração de brasileira o pesar que experimentei ao admirar a esplêndida coleção de artefatos, com que tinha de ser enriquecido o Museu de Berlin, e que à gentileza dos ilustres viajantes, devo a satisfação de haver podido apreciar. Que ufania não há de eles ter experimentado, bem recompensados das fadigas que sofreram, ao apresentarem na Europa a

277 Foram seis expedições no Brasil Central. Foram elas: a primeira (1884) foi dirigida por K. von den Stein, com a participação do desenhista e pintor Wilhelm von den Stein, e do geógrafo e astrônomo Otto Clauss. A segunda (1887) também dirigida por K. von den Stein teve a presença de W. von den Stein, do antropólogo Paul Ehrenreich e do geógrafo Peter Vogel. As duas seguintes (1896 e 1898) foram feitas por Hermann Meyer, o antropólogo Karl Ranke e o etnólogo e lingüista Theodor Koch-Grünberg. No início do séc. XX foram feitas mais duas expedições (1901 e 1926) por Max Schmidt. Ver: SCHADEN, E. 'Pioneiros alemães da exploração etnológica do Alto Xingú'. In: COELHO, V. P. (org.) Karl von den Stein: um século de Antropologia no Xingú. SP: Edusp, 1993. p. 109.

278 Em 1884 'Expedição ao Xingú'(14/01), 'Visita do Imperador aos exploradores do Xingú'(14/01) e a série de reportagens 'Índios do Brasil' de P. Ehrenreich publicada *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* nos dias 20/06, 24/06 e 30/06 respectivamente.

seus colegas a ampla e preciosíssimas colheita feita nos sertões de Mato Grosso!²⁷⁹.

A mesma observação foi feita por J. Trajano Moura, diretor da 4ª seção do Museu Nacional ao Ministro Fernando Lobo em 1893 :

Sei bem que não data de muitos anos a fundação desta parte do Museu Nacional, mas, ainda assim, no tocante aos indígenas do Brasil, por exemplo, era de esperar que mais abundantes e proveitosos fossem os elementos de estudo, porquanto ninguém desconhece que os Museus da Europa muito se têm enriquecido neste particular com copiosas coleções tomadas aos nossos aborígenes. Para obstar a esse lamentável facto, seria justo que o Governo fosse menos franco em permitir e facilitar a exploração das zonas do nosso país ainda povoadas pelos índios, pelo menos sem que disso adviesse algum proveito ao Museu Nacional.

Tal medida tem sido adoptada por quasi todos os países que encerram em seu seio quaisquer documentos relativos ao passado do homem²⁸⁰

De certa forma, as expedições estrangeiras realizadas no Brasil passaram a serem vista com preocupação, no final do séc. XIX. Em 1889, o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas demonstra a necessidade de se requerer, junto ao Congresso uma medida em que se controlasse as explorações. Ele afirma que:

os empreendimentos de exploradores estrangeiros que percorrem o vasto território do nosso país favorecendo com os recursos e até protegidos por escoltas ministradas pelo Governo, sem que por isso nos resulte o menor subsídio ou proveito da farta colheita realizada por esses exploradores, e destinada a opulentar estranhos estabelecimentos científicos; já no de serem recolhidos ao poder do Estado numerosos e importantes objetos, cujo estudo muito contribuiria para o estudo do homem americano (...)²⁸¹.

279 REGO, M. C. M.. 'Artefatos Indígenas do Mato Grosso'. In: *Archivos do Museu Nacional*. X. RJ: Imp. Nacional, 1899. p. 178.

280 Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imp. Nacional. 1893.p.221. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000226.gif>. captado em 20/12/2005.

281 Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. RJ: Imp. Nacional. 1893.p.221. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000226.gif>. captado em 20/12/2005.

Sobre as descobertas de novos objetos cerâmicos na ilha de Marajó e adjacências, pela expedição do Museu Nacional em 1889, afirma o mesmo Ministro ser de alta valia que estas relíquias da história pré-colombiana fossem vetadas a quaisquer exploradores, sem que tenham recebidos uma permissão especial²⁸².

Mais do que exemplificar uma disputa no campo, essas afirmações exemplificam a importância do Museu Nacional do Rio de Janeiro, face às pesquisas antropológicas, etnográficas e arqueológicas, relativas ao estudo do homem americano e que tinha em J. B. Lacerda a figura mais eminente nesta área. Lembremos que Lacerda era médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, representou o Brasil e o Museu Nacional em diversos congressos científicos, como “Congresso Científico Latino-Americano” de 1898 e de 1901 e o “Congresso Universal das Raças” de 1911, além de apresentar uma lista de filiação: Professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago do Chile, ex-Presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro; membro correspondente da Sociedade de Antropologia de Berlin; da Sociedade de Antropologia de Paris; da Sociedade de Antropologia e Etnologia de Florença; da Sociedade de Higiene de Paris; da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Médica Argentina; além de ter sido premiado com a medalha de bronze na Exposição Antropológica de Trocadero em 1878 e na Exposição Universal de Chicago de 1892.

E como ficavam os outros museus ?

Uma pesquisa mais acurada poderia ser desenvolvida, mostrando os trabalhos e atividades dos novos estudos nessas instituições científicas. Lembremos que Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista-viajante do Museu Nacional, foi o primeiro diretor do atual Museu Goeldi; o próprio E. Goeldi, que foi diretor da 4ª seção do Museu Nacional, participou do Congresso dos Americanistas em 1904 ; João Barbosa Rodrigues, diretor do Museu Botânico do

282 Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. RJ: Imp. Nacional, 1889,p.47. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1974/000050.gif>. captado em 17/12/2005.

Amazonas, teve larga publicação na área; e Hermann von Ihering (1850-1930), no início de sua carreira desenvolveu estudos antropológicos. Aqui, me detenho no trabalho desenvolvido por Ihering, diretor do Museu Paulista entre 1894-1916²⁸³, cujos posicionamentos e opiniões eram divergentes dos cientistas do Museu Nacional.

H. von Ihering, formado em Medicina e Ciências Naturais, desenvolveu vários estudos de história natural e atuou como antropólogo, particularmente em questões de craniometria, cujas primeiras publicações datam de 1872, sob a influência de seu professor R. Virchow²⁸⁴. Ihering veio ao Brasil em 1880, fixando residência no Rio Grande do Sul e trabalhou como naturalista-viajante no Museu Nacional do Rio de Janeiro entre 1882-1891. Segundo Alves e Lopes, seus trabalhos estavam voltados aos diversos ramos da zoologia, tendo deixado publicações em outras áreas, como a botânica, a antropologia e a etnologia, mas foi seu estudo relativo aos moluscos do sudeste-americano que projetou-o internacionalmente²⁸⁵.

Partilhava o interesse pela origem do homem americano como os outros museus congêneres e tal como os cientistas do Museu Nacional, pensava o homem a partir do animal. O regulamento do Museu Paulista demonstrava esta característica, conforme consta o artigo 2º que dizia: “o caráter do Museu em geral será o de um museu sul-americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua história zoológica e da História Natural e cultural do homem”²⁸⁶.

283 Estou baseando-me nos estudos de ALVES, A. M. A. O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista (1893-1922). SP: HUMANITAS/FFLCH-USP, 2001 e LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX. SP: Hucitec, 1997.

284 Ver: CASTRO FARIA, L. ‘Virchow e os sambaquis brasileiros: um evolucionismo anti darwinista’. In: DOMINGUES, H. M. B. (org.) A Recepção do darwinismo no Brasil. RJ: Fiocruz, 2003. p.125. e ALVES, A. M. A. O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista (1893-1922). SP: HUMANITAS/FFLCH-USP, 2001. p. 105 e 106.

Segundo Alves a partir de 1874 ele passou a se ocupar com a filogenia dos moluscos.

285 LOPES, M. M. *Op. Cit.*.p.268 e ALVES, A. M. A. *Op. Cit.*. p. 63.

286 ALVES, A. M. A. *Op. Cit.*.p. 104.

No periódico institucional intitulado *Revista do Museu Paulista*, obtemos as seguintes informações sobre sua trajetória profissional: sócio honorário da Sociedade Antropológica Italiana, da Academia de Ciências de Córdoba, da Sociedade Geográfica de Bremen, Sociedade Antropológica de Berlin, Academia de Ciências da Filadélfia, da Sociedade dos Naturalistas de Moscou, da Sociedade Entomológica de Berlin, do Museu Etnológico de Leipzig e da Sociedade Científica do Chile²⁸⁷. Conforme Alves, Ihering se dizia “o único sócio correspondente do Brasil na Sociedade dos Americanistas”²⁸⁸. Além de participar no Congresso Internacional de Antropologia, cujo documento transcrevemos acima, encontramos sua participação no Congresso dos Americanistas de 1904, sediado em Stuttgart em 1904, com a presença de K. Von Stein, P. Ehreinch e F. Boas e no de 1910, que aconteceu em Buenos Aires e teve a presença de A. Hrdilicka e de Mendes Correa²⁸⁹.

Ihering escreveu alguns artigos nesta área, publicados na *Revista do Museu Paulista* e em importantes revistas de antropologia estrangeiras, como a da Sociedade Antropológica de Berlin e a dirigida por R. Virchow do Museu de História Natural de Berlin denominada *Zeits. Fur Ethnologie*²⁹⁰.

Seu interesse em estudar o índio sul-americano levou-o a enriquecer a coleção etnográfica do Museu Paulista por meio de permutas, doações e compras, além das excursões empreendidas

287 LOPES, M.M.. *Op. Cit.* p.268.

288 ALVES, A. M. A. *Op. Cit.* p. 148.

289 COMAS, Juan. Los Congressos internacionales de americanistas: síntesis históricas e índice bibliográfico general. México: Ed. Especiales del Instituto Indigenista inter-americano, 1954.

290 Os artigos de H. von Ihering na *Revista do Museu Paulista* são os seguintes: ‘Antropologia do Estado de São Paulo’. VII. 1907; ‘Arqueologia comparativa do Brasil’. VI. 1904; ‘Os Botocudos do Rio Doce’. VIII. 1911; ‘A civilização pré-histórica do Brasil Meridional’ I. 1895. Os outros artigos são: ‘Das alter des Menschen in Südamerika’. In: *Zeits. Fur Ethnologie*. V. 46. 1914, ‘El hombre prehistórico del Brasil’. In: *Historia*. Buenos Aires, y. I, 1903; ‘Über die vermeintliche Errichtung der Sambaquis durch den Menschen’. In: *Verhandlung d. Berl. Anthropologie Gesellsch.* Berlin, n. 30. 1898. *Apud.*: CASTRO FARIA, L. Antropologia – escritos exumados 2. Niterói: EdUFF, 2000. p. 92 e 93.; ALVES, A. M. A.. *Op. Cit.* p. 119.

pelos naturalista-viajante, como E. Garbe. Foram adicionados ao conjunto do Museu peças arqueológicas do Rio Grande do Sul e de várias regiões da Argentina : objetos dos índios botocudos do Rio Doce no Espírito Santo, dos índios Carajás de Góias, dos índios Guaranis de Bananal de São Paulo, dos índios Cainguangues do rio Paranapanema; objetos de diferentes tribos de índios da Amazônia, entre outras²⁹¹.

A polêmica sobre a extinção dos índios em São Paulo, em nome do desenvolvimento e do progresso, lançada por Ihering em 1907, faz emergir um debate sobre a catequese ou a civilização dos índios²⁹². Alvo de várias críticas, acompanhado pela mídia, a Congregação do Museu Nacional protestou contra a medida de extermínio e saiu na defesa da questão indígena²⁹³, levando consigo a oposição de Cel. Candido Mariano da Silva Rondon, a Sociedade Nacional de Agricultura, além de outros. Um ofício do Sr. Luiz Mello Horta Barbosa convida o diretor do Centro de Ciências e Artes de Campinas a nomear uma comissão para promover a defesa e a civilização dos gentios²⁹⁴.

O suposto pronunciamento de Ihering suscitou um momento de defesa da nacionalidade, conforme apontou Lima, encarnando o ‘humanitarismo brasileiro’ versus o ‘frio cientificismo’ alemão²⁹⁵. O diretor do Museu Paulista, sugere que este tipo de rivalidade levou Domingos S. de Carvalho, diretor da 4ª seção do Museu Nacional a impedir a premiação da coleção etnográfica de sua instituição, na Exposição de 1908, como exemplificou Lopes²⁹⁶.

Tal como muitos estrangeiros que fizeram carreira no Brasil, Ihering procurou demarcar seu espaço no interior de uma área

291 LOPES, M.M.. *Op. Cit.*p.278 e 279.

292 LIMA, A.C. S. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995

293 MN DR P. 51 D.234 3/12/1908 e MN DR P. 51 D. 236 4/12/1908.

294 MN DR P. 52 D. 227.1909.

295 LIMA, A.C. S. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995p. 114.

296 LOPES, M.M.. *Op. Cit.*p.303.

já constituída fazendo valer de seus contatos exteriores, como a Alemanha e a Argentina, esperando obter reconhecimento e prestígio entre seus pares, além de importância e atenção do governo brasileiro para o desenvolvimento de projetos.

Concluindo, mostramos que a antropologia se constituiu como um ramo das ciências naturais no Museu Nacional e que, aos poucos, ganha espaço na instituição em um período de conquistas e dificuldades pelas quais passaram os museus no Brasil no final do séc. XIX. Destacamos a montagem da Exposição Antropológica Brasileira que enalteceu a instituição e o Brasil com a exibição de seus objetos, incluindo índios vivos. Ressaltamos a profissionalização do campo com a elaboração de instruções científicas, com a realização de trocas e de concursos públicos de admissão e o início das disputas entre cientistas.

Capítulo III: A “Era de Prosperidade” da Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1912-1925)

Neste período o Museu Nacional do Rio de Janeiro procurou se modernizar. Em clima de civilização e progresso, a instituição se tornava mais atraente ao público, inserindo-se entre as novas sociabilidades da cidade e podendo ser comparada aos grandes museus da Europa²⁹⁷.

A 1ª Guerra Mundial despertava a atenção para questões maiores como a unidade da pátria, o papel da ciência e dos cientistas, e os rumos da nação. O debate em torno da identidade nacional, associado às questões da raça e da mestiçagem, ainda predominava²⁹⁸.

A prática científica da Antropologia passava também por este processo de modernização. Ampliando sua rede de contatos no Brasil e no exterior, os cientistas do Museu Nacional se expunham às novas influências e, em sintonia com as mudanças, adotavam novos métodos e técnicas e desenvolviam novos interesses.

Em resposta às novas demandas, a Antropologia do Museu Nacional ganhou destaque, a frente de outros centros de produção

297 SEVCENKO, N.. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. SP: Brasiliense, 1993.

298 Segundo Skidmore, o governo de Wenscelau Brás (1814-1918) depois de enfrentar as lutas em internas pelo poder em vários estados, apresentou uma relativa estabilidade na política interna. SKIDMORE, T.. Preto em Branco. RJ: Paz e Terra, 1992.

deste conhecimento científico no país, como o Museu Paulista, o Museu Goeldi e o Museu Paranaense. Novas investigações, focadas na constituição do povo brasileiro e em outros trabalhos desenvolvidos na casa, atraíram recursos e pessoal.

Pretendemos neste capítulo, analisar como foi esta “era de prosperidade” da instituição, focando nossa atenção nas mudanças organizacionais. Examinando “as atividades da 4ª seção” procuramos caracterizar a área de atuação da Antropologia, identificar os cientistas que integravam a seção, reconhecer seus temas e questões, compreender como eles trabalhavam. Baseamos nossa análise em documentos do Arquivo do Museu Nacional, da Academia Brasileira de Letras e em relatórios, livros e periódicos científicos.

1. A Antropologia e as mudanças institucionais (1912-1925)

Como vimos anteriormente, o Museu Nacional foi reorganizado em 1910, passando a se subordinar ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Atuou, desde então, como um instituto de pesquisas e como órgão consultivo, atendendo às questões práticas da agricultura²⁹⁹. Como afirmou o chefe da 4ª seção em 1916, Domingos S. de Carvalho, “a era de prosperidade que se abriu [ao Museu]” contribuiu com novos recursos orçamentários para o desenvolvimento científico da instituição e da 4ª seção³⁰⁰. Procuraremos analisar as mudanças institucionais ocorridas nas gestões de J. B. Lacerda (até sua morte em 1915), de Bruno Lobo (1915-1923) e de Arthur Neiva (1923-1926).

Faremos uso exaustivo dos relatórios ministeriais, da diretoria e da seção além de documentos pertencentes ao Arquivo do Museu Nacional e ao Arquivo de E. Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras.

299 MN RJ. Decreto nº 7862 de 09/02/1910 que reorganiza o Museu Nacional. RJ, 1910.
300 MN DR P. 71 D. 181. Relatório da 4ª seção. 19/01/1916.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro esteve fechado para reformas durante mais de três anos. Seu mostruário clássico dos três reinos da natureza ganhou aspectos mais atraentes para o público com mobiliário novo e moderno, comparável aos demais institutos da Europa e América e novos armários-vitrine para a exibição das coleções³⁰¹. Em Relatório ao Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, em 1914, o diretor Lacerda afirmava: “Para aqueles que possuem uma noção perfeita do que são os grandes museus” esta reforma, vai “imprimir ao Museu Nacional do Rio de Janeiro a feição pronunciadamente científica e civilizadora”³⁰².

A solenidade de reabertura foi efetuada no dia 12 de outubro de 1914, com a presença de várias autoridades e contou com uma “multidão constituída por mais de 5000 pessoas” que invadiu as numerosas salas e salões do edifício, “manifestando as mais agradáveis impressões do que viam (...)”. Lacerda comenta que, depois desta remodelação e reforma, “[o Museu] ficou sendo a primeira instituição desse gênero da América do Sul”³⁰³.

Neste período as seções realizaram um inventário das coleções com registro numérico abrangendo todos os objetos expostos e os do depósito. Estes objetos receberam novos rótulos e foram metodicamente organizados nos novos armários.

Com a morte de Lacerda, em 1915, Bruno Lobo assumiu a direção do Museu Nacional, permanecendo no cargo até 1922.

1.1. A Administração de Bruno Lobo (1915-1922)

Durante este período a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) se fez sentir no Brasil e na instituição, despertando a atenção para o

301 Relatório do Diretor do Museu Nacional do Rio e Janeiro ao Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio. Vol. II. RJ: Imp.Nacional, 1914. p. 91. In: <http://www.brazil.cre.edu/bsd/bsd/u2003/000087.gif> capturado em 26/12/2005.

302 MN DR. P. 68. D. 16 A. Relatório do Diretor J. B. Lacerda ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 31/03/1914. p. 1

303 MN DR P 72 D.80 A. Relatório dos trabalhos efetuados durante o ano de 1914 apresentado ao sr. Ministro da Agricultura, Industria e Comercio pelo J. B. Lacerda Diretor do Museu nacional. 10/03/1915.

papel da ciência e dos cientistas na unidade da nação. Esta situação repercutiu nas atividades da administração públicas pois ocorreu a suspensão de correspondências, de trocas de livros e periódicos, interrompendo as relações com museus europeus³⁰⁴. Discursava-se muito sobre a importância da instituição e dos cientistas que, com competência e patriotismo, poderiam fornecer os elementos que o Brasil necessitava. Os estudos das ciências naturais, segundo o diretor, poderiam “tirar da terra o que ela encerra ou pode produzir”³⁰⁵.

No relatório de 1917 ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, B. Lobo, lembra que: no primeiro ano de guerra, foi o militar quem isoladamente sustentou o imperialismo alemão, ao passo que hoje é a ciência alemã que ainda consegue fornecer elementos de resistência aos embates dos exércitos em luta³⁰⁶.

No discurso do Centenário do Museu Nacional, em 1918, reafirma que a comemoração desta data foi contida para: evitar que a atenção e esforços do povo brasileiro sejam desviados dessa luta que encerra mais do que a nossa vida, dessa guerra que é também a nossa e na qual entramos para ajudar a manter a liberdade das Pátrias e as conquistas liberais da Humanidade³⁰⁷.

Uma nova organização para o Museu Nacional foi adotada com o regulamento estabelecido pelo decreto nº 11896 de 14/01/1916, conforme a tabela abaixo:

304MN DR P. 77 D. 797. Relatório ao Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio... 31/12/1917. p. 3.

305MN DR P. 77 D. 797. Relatório ao Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio... 31/12/1917. p. 3 e 4.

306MN DR P. 77 D. 797. Relatório ao Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio... 31/12/1917. p. 4.

307LOBO, B.. 'O Museu Nacional de História Natural'. In: *Archivos do Museu Nacional*. (XXII). RJ: Imprensa Nacional, 1918.p. 26. p.15.

Tabela 9 - Estrutura organizacional do Museu Nacional (1916)

Lei	Ano	Diretor	1º Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção
Decreto nº11896	1916	Bruno Lobo	Mineralogia, geologia e paleontologia	Botânica	Zoologia	Antropologia e Etnografia (Arqueologia)

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

O decreto manteve os quatro funcionários da seção de Antropologia e Etnografia³⁰⁸: o professor chefe, o professor substituto, um preparador e um conservador de arqueologia, já que as coleções de arqueologia ficariam a cargo da 4ª seção. Este mesmo regulamento concedia atribuições ao laboratório de antropologia. Aqueles que quisessem realizar exames e observações no Laboratório receberiam um certificado de identificação individual “que teria fé pública e seria entregue mediante requerimento ao diretor”³⁰⁹. Esperava-se que com este instrumento houvesse maior colaboração na realização das mensurações.

O diretor, procurando aumentar as atividades das seções e não aumentar as despesas, incentivou a admissão de novos prati-

308 Além da 4ª seção, a seção de Zoologia apresentava o mesmo número de funcionários enquanto a seção de Botânica e a seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia constavam um número inferior. Ver: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso S. Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1920.p. 9.

309 MNRJ. Regulamento do MN adotado pelo decreto nº 11896 em 14/01/1916. RJ: Imprensa Nacional, 1916 p. 3 e 5.

Em 1914 E. Roquette-Pinto apresentou em relatório um projeto de estabelecer um serviço de identificação civil. Não encontramos informações sobre este funcionamento. Ver: MN DR P. 72. D. 22. Relatório da 4ª seção.20/01/1915.p.7.

Sobre os antigos laboratórios, o Museu perde o laboratório de fitopatologia para o Jardim Botânico em 1916 (decreto nº 11896. In: MNRJ.Regulamento do MN adotado pelo decreto nº 11896 de 14/01/1916. RJ: Imprensa Nacional, 1916. p. 3) e o laboratório de entomologia geral e aplicada, que passa a ser incorporado ao Instituto de Defesa Agrícola em 1920 (In: MNRJ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso S. Lopes pelo Diretor B. Lobo. RJ: Imprensa Nacional, 1921. p.11).

cantes remunerados e gratuitos³¹⁰, com intuito de formá-los nas ciências do Museu, promoveu a contratação de especialistas (como preparadores, assistentes e auxiliares) em determinadas pesquisas desenvolvidas no Museu e conseguiu a cessão de funcionários que pertenciam a outras dependências do Ministério da Agricultura para trabalhar no Museu como adidos.

Reforçando o papel pedagógico da instituição, B. Lobo preocupou-se em contribuir para o desenvolvimento do ensino das ciências naturais nos estabelecimentos de ensino superior e secundário, confeccionando mapas murais (como os de Zoologia e Antropologia³¹¹), montando coleções didáticas de história natural que eram distribuídas em institutos, faculdades, universidades, liceus, academias, ginásios e hospitais, no Brasil e no exterior³¹².

Na tentativa de introduzir no Brasil o ensino superior e especializado em Ciências Naturais foram realizadas conferências públicas, com o propósito de “constituir verdadeiros cursos de especialização”³¹³. Como exemplo, a pedido da Congregação, foi realizada uma série de conferências relativas aos trabalhos desempenhados pelos cientistas do Museu junto à Comissão Rondon³¹⁴. Lembremos que a Comissão Rondon ou Comissão de Linhas

310 Segundo B. Lobo a admissão de praticantes gratuitos já aparecia em 1886 com três inscritos. Aponta que nos últimos anos, de 1915 a 1920 o Museu chegou a uma média de 8 praticantes inscritos por ano. Ver: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso S. Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional(1920). RJ: Imp. Nacional, 1921.p. 46 e 47.

311 O primeiro mapa mural de Antropologia dirigido por E. Roquette-Pinto, tratava da Ordem dos Primatas contendo cinco ilustrações: uma do *Homo-sapiens*, outra do Gorilla, depois do Chimpanzé, do Orango e do Gibbon. Ver o mapa no capítulo Iconografia neste trabalho.

312 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso S. Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional(1919). RJ: Imp. Nacional, 1920.p. 48.

313 MN DR P. 82 D. 627. Relatório da Secretaria do Museu Nacional referente ao ano de 1919: notas.fl.9

314 MN DR P:75 D. 290. Relatório dos trabalhos e pesquisas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, relativo ao ano de 1916, apresentado ao Sr. Dr. José Rufino Bezerra de Memezes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio. P. 10

Telegráficas e Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas estava, desde 1907, sob a chefia do Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Em relatório de 1915, fazia-se menção “ao benemérito incontestável do nosso instituto”, Cel. Rondon, pelo valioso material de História Natural doado ao Museu³¹⁵. O conjunto de objetos coligidos nesta Comissão, foi avaliado pelo diretor B. Lobo “como superior ao coletado pelo nosso instituto por mais de 50 anos”³¹⁶ servindo para aumentar o intercâmbio com outros museus congêneres, como o Museu Paulista e o Goeldi e os museus norte-americanos, difundindo a instituição pelo Brasil e pela América³¹⁷.

A publicação dos *Archivos do Museu Nacional* voltou a regularidade, depois do incêndio ocorrido na Imprensa Nacional em 1911. Foram publicados sete volumes dos *Archivos do Museu Nacional* durante sua administração (vols. 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23), juntamente com o *Guia de Antropologia* e o *Guia de Arqueologia*, distribuídos nos principais centros científicos, de forma a divulgar os trabalhos desenvolvidos na instituição.

1.2 A Administração de Arthur Neiva (1923-1927)

Sob a direção de Arthur Neiva (1923-1927), o Museu Nacional passou por uma nova reforma. Pretendendo dar “sangue novo” ao Museu, Neiva dizia, em carta ao Ministro da Agricultura Miguel Calmon de 1925, que “a mocidade procura outros campos de atividade”. Critica a última reforma de ensino no Brasil que não incluiu os estudos de ciências naturais. Cita como exemplo a

315 MN DR. P. 73 D. 73-A. Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio...16/03/1916.P. 6.

316 Além dos objetos da Comissão Rondon, B. Lobo ressalta o material proveniente da extinta Inspetoria de Pesca e a coleção de Aves e Mamíferos ofertadas pelo Museu Goeldi do Pará. Ver: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1923.p. 7.

317 MN DR P. 75 D. 290. Relatório dos trabalhos e pesquisas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, relativo ao ano de 1916, apresentado ao Sr. Dr. José Rufino Bezerra Cavalcanti ... p.15.

situação da Argentina onde já existia doutorado em ciências naturais. Comenta que nos países vizinhos os governos procuravam incrementar suas pesquisas e promover intercâmbio, mostrando que o Chile incentivava publicações de cientistas brasileiros em sua revista de História Natural e a Argentina enviava representantes de seus museus para estudo no Brasil. Recorda Neiva que o Museu Nacional foi um catalizador para energia dos países vizinhos, e que o Museu de La Plata, segundo confessou o Sr. De La Torre, da seção de Antropologia (...), foi uma réplica da Argentina à atividade científica do Museu Nacional³¹⁸.

Para o diretor, o Museu Nacional precisava dedicar-se aos estudos de laboratório, “como no tempo de Oswaldo Cruz”. Defendia a reincorporação do laboratório de entomologia ao Museu Nacional de forma a “reintegrar o Museu nas suas tradições para que ele progrida” e auxiliar nos estudos da Indústria Pastoril. Este laboratório faria parte da seção de Entomologia, Parasitologia e Biologia, da qual pretendia ser chefe. Planejava fazer alterações no corpo técnico e administrativo, com profissionais dedicados integralmente a pesquisa e estudo, concedendo novas atribuições às seções do Museu. A área de etnografia, segundo observou, se ressentia de um profissional que estudasse os vários idiomas indígenas e a arqueologia necessitava de uma maior independência sugerindo a criação de uma seção própria de arqueologia clássica e americana³¹⁹.

Durante sua gestão, foram editados 4 volumes do *Archivos do Museu Nacional*: vols. 24, 25, 26, 27 e 28 no prelo. Lembremos que predominava em seu conteúdo os resultados das investigações relativas à história natural e os relatórios mais importantes de excursões científicas efetuadas pelas áreas da instituição³²⁰.

Ainda sob a direção de Neiva foi criada, em 1923, uma nova revista intitulada *Boletim do Museu Nacional* destinada a

318 MN DA Etnologia Cx. 13 P. 2. ‘Carta ao Miguel Calmon..’. 10/06/1925. Fl.3

319 MN DA Etnologia. Cx 13 p.2. ‘A Neiva’.10/06/1925. Fls. 4-7

320 MN DA Etnologia. Cx 13 p.2. ‘A Neiva’. 11/11/1926. Fl. 2

trabalhos originais escritos por especialistas e técnicos da casa, bem como às notas prévias, aos resultados parciais de trabalho, às pequenas investigações, à divulgação de análises, relatórios, resumos e informativos com periodicidade bimestral³²¹. Segundo Neiva, esta nova publicação vinha despertando muito interesse³²².

Foi efetuado um convênio com o Museu Goeldi do Pará em 1924. Este instituto, sob a direção de Antônio Ó de Almeida (1921-1930), contava na época, com pouco recurso e reduzido corpo de funcionários administrativo e técnico, devido a retração econômica da Amazônia, desencadeada com a crise da borracha. O médico Alfredo Moraes Coutinho, auxiliar da 4ª seção, foi enviado em excursão científica para estudar a arqueologia amazônica. Seu programa de pesquisa englobava o estudo e a organização das coleções, dos catálogos e dos livros de arqueologia amazônica pertencentes ao instituto, além do esboço de uma carta amazônica que contivesse as jazidas da região, exploradas ou não. Além disto, procurou coletar material antropológico relativo à raça indígena como fotos e peças de embriologia. Em sua conclusão, elogiou a colaboração de trabalho entre as duas instituições, pois se refletiriam no aumento do patrimônio da ciência nacional. Para ele, “o Museu Paraense viria a constituir um auxiliar regional do Museu Nacional no nosso mais vasto campo de investigações científicas”³²³.

O Museu Nacional esteve sob a direção de Arthur Neiva por breve período de tempo. Apesar disto, ele afirma, em carta ao Ministro M. Calmon em 1926:

Malgrado a época anormal que o país atravessa, desviando grande cópia de recursos e impedindo maior desenvolvimento dos serviços públicos (...) [o Museu] pode desenvolver, durante 3

321 MN DA SECRET. remessa 2004 – Cx. 8 P.7 ‘Correspondência sobre publicações.

Ref.: 1912...1946’.29/05/1922 e MN Etnografia. Cx 13 p.2. ‘A Neiva’. 1925. p. 12
322 MN DA Etnologia Cx 13 p.2. ‘Carta ao Miguel Calmon...’. 11/11/1926. Fl 2.

Outras publicações foram realizadas neste período, como a *Fauna Brasiliense, Guia da seção de Mineralogia*, Quadros Muraes em cores.

323 COUTINHO, A. M. ‘Excursão Científica ao Estado do Pará’. In: *Boletim do Museu Nacional*. 1924. Pp.79-85.

anos e 8 meses incompletos, em que esteve sob a minha direção, actividade sem precedentes³²⁴.

Entre 1924 e 1925 ele chefiou a comissão encarregada de estudar e combater a praga do café em São Paulo. Acabou pedindo exoneração do cargo em setembro de 1927, indicando para seu lugar E. Roquette-Pinto, que já exercia interinamente o cargo.

Em carta a Neiva em 1927, Roquette-Pinto afirma que em sua diretoria o Museu Nacional foi reintegrado às suas mais puras tradições, deixando-o prestigiado e engrandecido. E que nas horas de dificuldade, “a lembrança do que V. fez pela nossa casa venerável, e os conselhos, e o apoio, e a boa amizade com que V. continuará a me auxiliar, serão preciosos recursos para minha vida de trabalho”³²⁵.

2. As Atividades da 4ª seção

A 4ª seção do Museu Nacional era composta por, Domingos Sérgio de Carvalho, professor chefe, E. Roquette-Pinto, professor substituto, e contava com os trabalhos de Otávio da Silva Jorge, preparador e de Alberto Childe, conservador de arqueologia. Este último, já trabalhava no Museu como artista e, por indicação de Roquette-Pinto, fora contratado como técnico de restauração dos objetos egípcios, em 1911³²⁶, tornando-se, desde então, conservador de arqueologia³²⁷. Ajudava na reprodução de desenhos, na feitura de moldes e na tradução de livros e textos em outras línguas, dedicando-se especialmente, aos estudos da antiguidade clássica.

Outros cientistas integraram a equipe da 4ª seção, seja como adidos do Ministério da Agricultura, seja como especialistas, auxiliares ou pesquisadores contratados. Destacamos como exemplos, os trabalhos do médico Irineu Malagueta Pontes, como preparador

324 MN DA Etnologia. Cx 13 p.2. 'A Neiva'. 11/11/1926. Fl. 1

325 MN DA Etnologia Cx 13 p.2. 'Carta ao Neiva..'. 29/09/1927.

326 MN DA P. 57 D. 16. 'Contratação de A. Childe'. 16/01/1911. MN DA P. 57 D. 207. 'Renovação de contrato de A. Childe'. 05/12/1911 (manuscrito).

327 Nomeado pelo regulamento do decreto nº 9211 de 15/12/1911. In: MNRJ. Decreto nº 9211 de 15/12/1911. RJ: Imprensa Nacional, 1912.

contratado, do médico Alfredo de Moraes Coutinho Filho, como praticante, do médico Fabio Barros, como auxiliar, das assistentes de pesquisa, Heloísa Alberto Torres, Noemia Álvares Salles, Maria Álvares Salles, Emilia Saldanha da Gama, Laura Fonseca e Silva Brandão que auxiliaram nas pesquisas de E. Roquette-Pinto sobre a determinação das características antropológicas da população brasileira. Para os trabalhos etnográficos, sob a direção de Domingos Sérgio de Carvalho, foram contratados o médico Mario Moura Brasil do Amaral e Isabel de Oliveira³²⁸.

Procurando resgatar os trabalhos dos integrantes da seção de Antropologia e Etnografia, destacamos suas contribuições com outras instituições no Rio de Janeiro, no Brasil e no exterior, participando e apresentando trabalhos em palestras e conferências, em congressos ou em cursos. Tais atividades alargavam os contatos e ampliavam a rede de relações profissionais e pessoais, conferindo prestígio ao cientista e à seção assim como ao próprio Museu. Vejamos alguns exemplos abaixo:

Domingos S. de Carvalho colaborou na exposição da Conferência Algodoeira em 1917 promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, enviando material de diversas tribos indígenas³²⁹. Fez parte também da organização do Congresso Internacional de Americanistas que se realizou no Rio de Janeiro em 1920 atuando como secretário e apresentou no evento os seguintes trabalhos: 'A antro-po-sociologia perante a civilização americana'; 'Principais tribos extintas do Amazonas'; e 'Estudos comparativos dos produtos cerâmicos da América Pré-Colombiana'³³⁰.

Diversas atividades foram realizadas por Domingos S. de Carvalho e por E. Roquette-Pinto no Instituto Histórico e Geográfico

328 Ver Lista dos funcionários da seção de Antropologia e Etnografia no Apêndice.

329 MN DR P:77 D.797. *Relatório de Diretoria*. 31/12/1917 p. 23.

330 MN SECRET DA Cx 17 P. 24. Além dele, participaram do Congresso os seguintes funcionários do Museu Nacional do Rio de Janeiro: Mario Moura Brasil do Amaral, Alfredo A.de Andrade e Raymundo S. Teixeira Mendes.

Brasileiro. Ambos auxiliaram na elaboração da parte etnográfica do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico.

Neste mesmo instituto, E. Roquette-Pinto elaborou uma série de trabalhos na seção de cartografia, participando também da exposição em homenagem ao centenário da Expedição de Von Martius em 1917³³¹. Vale destacar que E. Roquette-Pinto era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a convite do então diretor Max Fleiuss fora eleito em 1916, professor extraordinário da Escola de Altos Estudos do IHGB, pertencendo em 1919, ao quadro de professores do curso Normal Superior da então Faculdade de Filosofia e Letras como lente da cadeira de Etnografia e Demografia Gerais e Especiais da América e do Brasil ³³².

Roquette-Pinto exerceu também outras atividades junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde era Livre-docente de História Natural em 1915 e Livre-docente de Fisiologia em 1921³³³. Realizou estudos e pesquisas com médicos dessa casa como Benjamim Baptista e Fernandes Figueira e concedeu empréstimo de materiais do Museu à Faculdade, como instrumentos e objetos das coleções³³⁴. Em 1916 E. Roquete-Pinto ministrou, no Museu, um curso de Antropologia para a Faculdade de Medicina³³⁵.

E. Roquette-Pinto apresentou, nas “Conferências Rondon” realizadas no Museu Nacional em 1915, alguns trabalhos que desenvolveu com as populações indígenas da Serra do Norte, em

331 Em uma carta dirigida ao Ministro da Agricultura, E. Roquette-Pinto propunha para esta ocasião do centenário a tradução das obras dos naturalistas além de Spix e Martius, a de Pohl, K. Von den Stein, P. Ehrenreich, Koch-Grumberg, Max. Smith e F. Krause. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 26. doc. 41. s/data.

332 ABL. Arquivo E. Roquette-Pinto. Cx. 24 doc. 72 e cx 22. doc. 79, respectivamente.

333 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 24 Docs. 74 e 77, respectivamente.

334 MN DR P. 72 D.38 e MN DR P. 73 D. 37, respectivamente.

335 O curso de Antropologia (Geral e aplicada à Higiene, à Medicina Legal, etc.) de E. Roquette-Pinto para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi realizado no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1916. Outro curso ministrado no mesmo ano foi o de Antropogeografia com 11 lições. Ver: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 26 Doc. 17. e cx. 26 doc. 18, respectivamente.

1912³³⁶. Nesta ocasião recebeu elogios do próprio Rondon pela conferência realizada³³⁷.

Outras palestras foram proferidas pelos cientistas da seção em outras instituições no Rio de Janeiro, como por exemplo, as realizadas por E. Roquette-Pinto na Associação Médica Cirúrgica do Rio de Janeiro (1915), na Sociedade Brasileira de Dermatologia (1915), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1917) e por A. Childe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1915), na Sociedade Brasileira de Ciências (1919, 1920, 1921) e na Policlínica do Rio de Janeiro (1920)³³⁸.

336 As conferências no Museu foram as seguintes: E. Roquette-Pinto - 'Os trabalhos de exploração da Comissão Rondon e as populações indígenas de Mato-Grosso e Amazonas. Distribuição Geográfica e classificação'; 'Os Parecis - antropologia e etnografia'; 'Os Índios da Serra do Norte (Nambikuáras) antropologia e etnografia'; 'As últimas descobertas etnográficas da Comissão Rondon. Conclusão' (1915); 'A antropologia das novas nações na Europa (1919); A. Childe - 'Os deuses e os mortos nas crenças antigas (1915); 'Geografia e arqueologia' (1919). Ver: MN DR. P. 82 D. 627. Relatório da Secretaria do Museu Nacional referente ao ano de 1919: notas.fl.9; MN DR. P. 73 D. 73-A. Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio...16/03/1916.P. 9; MN Etnologia - cx 20 P. 306 - 'Conferências Rondon' - 1915.

337 MN DR P:75 D. 223. 'Rondon felicita Bruno Lobo pela conferência de Roquette-Pinto no Museu Nacional'.

338 Foram as seguintes conferências: Estudo biológico e etnográfico da *Dinoponera Grandis* (Tocandira) conferência ilustrada com material do Museu na Associação Médica Cirúrgica do Rio de Janeiro em fevereiro de 1915; Estudo da dermatose dos índios da Serra do Norte (Baanecedutú) na Sociedade Brasileira de Dermatologia em 3/06/1915; Arqueologia Clássica e Americanismo na Biblioteca Nacional em 1915; Euclides da Cunha Naturalista na Biblioteca Nacional em 1917; três comunicações sobre a filologia comparada das línguas egípcias e européias em 1919 e 'Sobre os nomes diversos de leite nas línguas antigas e modernas em 13/12/1920; 'Nota sobre três vasos pré-colombianos da coleção de cerâmica brasileira do Museu Nacional ' e 'Estudo de uma estela egípcia do Novo Império' em 1921 na Sociedade Brasileira de Ciências; 'O retrato na Antiguidade (com 83 projeções)' em 1921 na Policlínica do Rio de Janeiro. Ver: MN DR P. 71 D. 181. Relatório da 4ª seção. 19/01/1916; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio...RJ: Imprensa Nacional, 1920. p. 36; ROQUETTE-PINTO, E.. Euclides da Cunha naturalista. Conferência realizada em 15 de agosto de 1917 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a 11 de abril de 1918 no Conservatório Dramático de São Paulo. RJ: 1920 (acervo da Biblioteca Petit Trianon ABL);

A partir de 1917 novos contatos foram realizados com o Museu Paulista, então dirigido por A. E. Taunay. Ao contrário do Museu Nacional que enfatizava orientação para os estudos de história natural³³⁹, o Museu Paulista, na nova gestão de Affonso E. Taunay (1876-1958), determinou à história o papel central da instituição, especialmente à história de São Paulo e das Bandeiras. Seguindo essa nova orientação Taunay preferiu firmar um convênio com o Museu Nacional e subordinar ao trabalho de seus especialistas as coleções de história natural do Museu Paulista, organizadas pelo ex-diretor H. von Ihering³⁴⁰.

Buscando estabelecer um programa de interação científica, A. Taunay afirma, no discurso do Centenário do Museu Nacional em 1918, “afim que se realize uma aproximação perseverante dos dois institutos, a ambos proveitosa”. Neste sentido, E. Roquette-Pinto, “com competência e senso estético”³⁴¹, foi designado a reorganizar a seção de etnografia do Museu Paulista. Além de trocar informações e fotografias de material craniométrico pertencente ao Museu Nacional, separou material da coleção do Museu Paulista para o Museu do Rio de Janeiro, enviou artefatos indígenas originários da Comissão Rondon para integrarem a coleção paulista e distribuiu

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1923.p. 37 e 38.

339 Já em 1918, B. Lobo defendia a criação de um Museu Histórico onde apresentem as melhores conquistas do Brasil no terreno do útil e do espiritual.(In: LOBO, B.. ‘O Museu Nacional de História Natural’. In: *Archivos do Museu Nacional.* (XXII). RJ: Imprensa Nacional, 1918.p. 26. p.25). A coleção histórica do Museu Nacional enriquecida com objetos de Pedro II foi encaminhada para o novo museu de história criado em 1922, o Museu Histórico Nacional.

340 BREFE, A. C. F. O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional. SP: Unesp, 2005.p. 53

341 TAUNNAY, A. E.. ‘Discurso do Professor Affonso d’Escragnolle Taunay, diretor do Museu Paulista, na sessão comemorativa do Centenário do Museu Nacional’. In: *Archivos do Museu Nacional.* (XXII). RJ: Imprensa Nacional, 1918.p.11.

seu novo livro Rondônia à intelectualidade paulista³⁴². Em carta ao diretor do Museu Nacional em março de 1918, Taunay agradece a colaboração:

Havendo o Sr. Dr. Roquette-Pinto dado por findo os trabalhos de reorganização de nossa seção etnográfica de que incumbira, cabe me expressar os meus muitos agradecimentos em nome deste Museu pela esclarecida aquiescência graças a qual permitistes a estadia entre nós do vosso eminente colaborador. É mais um obséquio realmente considerável que vos fica a dever e ao Museu Nacional, esta Diretoria³⁴³.

Compartilhando interesses científicos e pessoais, Taunay manterá uma larga correspondência e convivência com E. Roquette-Pinto ao longo de sua carreira. Ambos vieram a fundar a Academia Brasileira de Ciências em 1920 e ingressaram mais tarde na Academia Brasileira de Letras³⁴⁴.

Outras instituições aparecem em cena neste período como museus de caráter antropológico, etnológico e arqueológico, conforme informações remetidas pela 4ª seção do Museu Nacional à Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio. Além do Museu Paulista em São Paulo e do Museu Goeldi em Belém, Pará, eles mencionavam o Museu Paranaense em Curitiba, Paraná; o Museu Julio de Castillos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; o Museu de Manaus, Amazonas; o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

342 MN DR P. 77 D. 464 'Remessa de dados craniométricos ... ao Museu Paulista'; MN DR P. 79 D. 125. 'Relação de objetos enviados ao Museu Paulista'; MN DR P. 79 D. 158 'Museu Paulista agradece os artefactos enviados'; MN DR P. 79 D. 161-A 'Museu Nacional agradece os objetos enviados...'; MN DR P. 79 D. 130 'Museu Paulista agradece a consideração e a solidariedade de enviar E. Roquette-Pinto..'; MN DR P. 79 D. 181. 'Lista de objetos enviados do Museu Paulista ao Museu Nacional'. Notamos que foram enviados 44 objetos da Comissão Rondon ao Museu Paulista e recebidos pelo Museu Nacional 18 objetos de artefatos da indústria dos índios de São Paulo.

343 MN DA P. 79 D. 189. 'Carta de Taunay ao diretor B. Lobo, agradecendo os trabalhos de Roquette-Pinto'. 18/4/1918. manuscrito.

344 Ver acervo ABL Arquivo Roquette-Pinto. Cx 21. doc.1, entre outros.

de Janeiro; o Museu do Colégio de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; o Museu Rocha (particular) em Fortaleza, Ceará; o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; o Instituto Arqueológico de Pernambuco em Recife; o Instituto Alagoano em Maceió, Alagoas e o Museu do Dr. Antônio Carlos Simoens da Silva³⁴⁵ no Rio de Janeiro (particular)³⁴⁶. Exemplos da expansão do campo antropológico associado às elites locais que procuravam estabelecer os novos estudos em suas instituições locais.

Neste período, Roquette-Pinto foi enviado ao exterior em algumas ocasiões para desenvolver estudos e pesquisas. Sua primeira viagem à Europa foi como secretário do Brasil no Congresso das Raças em 1911 na cidade de Londres. De lá, dirigiu-se a Paris, como relata A. Venâncio Filho, para fazer estudos “com professores ilustres como Richet, Tuffier, Verneau e Perrier”³⁴⁷. Na ocasião visitou instituições especializadas em antropologia e biologia³⁴⁸ e assistiu a palestras de cientistas importantes da prática antropológica como, por exemplo, o alemão Felix Von Luschan³⁴⁹. Suas

345 Destaca a atividade de Antonio Carlos Simoens da Silva (Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e advogado no Fórum do Rio de Janeiro) nos Congressos de Americanistas na década de 10 e de 20 do séc. XX, chegando mesmo a representar o Brasil como delegado além de várias instituições científicas, entre elas a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Congresso sediado em Washington, D.C., em 1915. Sobre o acervo de seu museu, ver: MN DA SECRET.Cx. 12 P. 3 ‘Museu Simoens da Silva...’.1939.

346 MN DR P. 62 D. 72. ‘Relações de pessoas e de diretores dos museus que possuem coleções etnológicas e arqueológicas’. 13/03/1912 e MN DR P.69 D. 168. ‘Relação de museus artísticos e arqueológicos do Brasil...’. 15/12/1914.

347 VENÂNCIO FILHO, A.. “Prefácio à Sétima Edição”. In: *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005. p. 15.

348 Ver: tabela em anexo com a Lista de Funcionários do Museu Nacional.

349 E. Roquette-Pinto lembra de Von Luschan quando discute seu projeto de nacionalidade, baseado na integração dos grupos. Afirma que para este cientista: “há todo lucro para uma nação em receber sangue novo”, desde que ele se misture ao que existe pois “se assim não for, é corpo estranho; tem a função de ‘embolia’, que gera as mais sérias perturbações (...)”. ROQUETTE-PINTO, E.. “Discurso de admissão como sócio do IHGB”. In: *RIHGB*. t. LXXVI.p.II. 1913. p. 590.

observações foram registradas em um pequeno caderno de notas, que encontra-se no seu acervo da Academia Brasileira de Letras³⁵⁰.

Em 1920 foi convidado à inaugurar a cadeira de Fisiologia³⁵¹ na Faculdade de Medicina da Universidade de Assunção no Paraguai, por proposta de Aloysio de Castro da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro³⁵², firmando contato com os cientistas locais. Visitou o Museu de História Natural desta cidade, conheceu o diretor desta instituição C. Ziebrig e também Luis Migone, professor que mantinha relações com diversas instituições brasileiras. Colocou-o como membro correspondente do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Roquette-Pinto: “Nossas relações científicas com esta República, infelizmente, são quase nulas. E, se não fosse uma ou outra troca de publicações com o conhecido naturalista Bertoni (...)”³⁵³. Na Universidade procurou esboçar as importantes questões modernas da antropologia, como a antropologia fisiológica que trata de calorimetria, tipo de alimentação, quociente respiratório, tempos de reação, etc. e a antro-po-geografia. Estas questões, para ele, desafiavam os estudiosos. Desenvolveu pesquisa neste país sobre a indústria feminina dos tecidos de renda – ñanduty das paraguayas, uma das mais típicas manifestações etnográficas do país³⁵⁴. Este trabalho foi publicado posteriormente no *Boletim do Museu Nacional* e apresentado ao Congresso Internacional dos Americanistas em 1924.

350 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx 28 dc 2.

Nota: o caderno encontra-se em péssimo estado de conservação.

351 Sobre a aula inaugural de Fisiologia, ver: ROQUETTE-PINTO, E. Conceito actual da vida. (com apresentação de Afrânio Peixoto). Col. Cultura Contemporânea. Vol. I. RJ: Livraria Científica Brasileira, 1922. Contém prefácio do Ministro da República do Paraguai Dr. Modesto Guggiani.

352 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. CX 15 Doc. 19. ‘Trajetória do Roquette-Pinto’. 2 fls.

353 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. ‘Relatório da viagem de Roquette-Pinto ao Paraguai ao Bruno Lobo’. Cx 26. doc. 29.p. 2.

354 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. ‘Relatório da viagem de Roquette-Pinto ao Paraguai ao Bruno Lobo’. Cx 26. doc. 29.p. 3; ROQUETTE-PINTO, E.. “Nota sobre o ñanduty do Paraguay”.In: BMN. Vol. I, nº 1. 1923.

Em sua estada na Argentina em 1920 visitou o Museu de La Plata, estreitando relações científicas como: o diretor do Museu, o americanista L. Maria Torres, com Eric Boman, “nosso antigo amigo, que é atualmente uma das maiores autoridades em arqueologia sul-americanas”, e com o especialista Lehmann Nietsche. Sobre esse Museu, reconhece E. Roquette-Pinto que saiu dos moldes tradicionais tornando-se:

uma verdadeira Faculdade de Ciências Físicas e Naturais, onde uma plêiade de jovens argentinos de ambos os sexos que procura aperfeiçoar seus conhecimentos daquelas ciências, que são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades reais de um povo moderno.

E o Museu de La Plata, incorporado à Universidade, têm aulas regulares todos os anos; seus alunos prestam exames no fim do curso, perante comissões docentes, e recebem diplomas universitários como os nossos médicos, engenheiros e bacharéis³⁵⁵.

Sua segunda viagem à Europa foi motivada pelo convite da Universidade de Gotemburgo na Suécia para participar do Congresso dos Americanistas em 1924, representando o Governo Brasileiro nas duas sessões deste congresso, em La Haya, na Holanda e em Gotemburgo, na Suécia. Visitou o Museu de Gotemburgo, segundo ele, “escola modernizante ilustrada e posta em prática muito feliz”, cuja exposição de seus objetos se assemelha à adotada no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Firmou contato com as principais referências da antropologia, conforme destacou em relatório ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como os sul-americanos Salvador Debenedetti da Argentina e Martin Gusinde do Chile, os alemães Walter Lehmann e Fritz Krause, os norte-americanos F. Boas e M. Herkovitz e o francês, P. Rivet entre outros³⁵⁶, e a convite

355 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. ‘Relatório da viagem de Roquette-Pinto ao Paraguai ao Bruno Lobo’. Cx 26. doc. 29.p. 1 e 2.

356MN DA SECRET.Cx.17 Doc. 25. ‘Relatório do Congresso Internacional dos Americanistas por E. Roquette-Pinto’. 14/01/1925.

de F. Boas, visitou os EUA, em seguida³⁵⁷. Esses contatos colocaram em evidência a atividade desenvolvida na 4ª sessão de antropologia, representada por E. Roquette-Pinto, aumentando o intercâmbio futuro entre estes cientistas e suas respectivas instituições.

11.1. O Museu remodelado: a nova organização da Seção de Antropologia e Etnografia (1914)

A 4ª seção foi toda reorganizada para o evento de reabertura do Museu Nacional em 1914. Este trabalho ficou sob a coordenação e a direção de E. Roquette-Pinto e de seus auxiliares³⁵⁸. Todos os funcionários da 4ª seção ajudaram na arrumação, na rotulagem, nas fotografias, nos mapas e nos esquemas destinados ao material da exposição. Atentando-nos às atividades da área, pretendemos caracterizar os trabalhos da prática antropológica por meio de documentos do Arquivo do Museu Nacional e do livro Guia das Coleções³⁵⁹ de E. Roquette-Pinto.

357 Não encontramos detalhes sobre esta visita que foi citada na Lista de Assentamentos dos Funcionários do Museu Nacional e por RIBAS, J. 'O Brasil é dos Brasileiros: medicina, antropologia e educação em Roquette-Pinto'. (dissertação de mestrado). Campinas: IFCH- Unicamp, 1999.

Vale ressaltar que Roquette-Pinto firmou contato com o antropólogo americano F. Boas na década de 10 do séc. XX, quando remeteu seu livro 'Excursão à região das Lagoas do Rio Grande do Sul' publicado em 1912 à ele e recebeu resposta do mesmo. Ver: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx 32 Doc. 23.

358 MN DR P. 71 D. 181. Relatório da 4ª seção. 19/01/1916. p.1.

359 Este livro encontra-se em partes (manuscrita e editada com correções) no acervo do E. Roquette-Pinto da ABL.(introdução de 1913, ed. 1915, 2ª ed. 1926). Cx 4 doc. 24. Boa parte do material apresentado é da edição de 1915, com exceção da introdução.

O livro *Antropologia: Guia das coleções* segue a seguinte divisão: introdução, Parte I: a espécie humana e os tipos da série animal; Parte II: as raças humanas – os sexos- as idades- os indivíduos – aplicações práticas, Parte III: classificação das raças humanas e sua distribuição geográfica-paleontologia humana; Peças principais das coleções expostas e mapa da distribuição da coleção.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1923, a segunda edição do livro incluía um Guia ilustrado. In: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1923). RJ: Imprensa Nacional, 1926. p.119. <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2019/000149.gif> capturado em 21/12/2005.

As coleções foram dispostas no 1º piso do Museu em armários-vitrine numerados de 1 a 132 distribuídos em cinco salas: 1-9 antropologia; 10-28 etnografia; 29-106 paletnografia; 107-125 arqueologia; 126-132 etnografia sertaneja (Brasil), inaugurada posteriormente. Seu material exposto abrangia desde antropologia zoológica até arqueologia clássica.

As coleções de antropologia foram dispostas em duas salas, a primeira sala denominada P. Broca, homenageava o Professor da Faculdade de Medicina de Paris e sistematizador dos métodos antropológicos. Composta de três coleções, seus objetos pertenciam à antropologia zoológica. A outra sala, nomeada R. Virchow, se referia ao Professor da Faculdade de Medicina de Berlin, cujos estudos se dedicaram especialmente as características morfológicas dos índios americanos. Suas coleções, tratavam dos estudos das raças humanas, das idades, dos sexos e dos indivíduos³⁶⁰.

A Etnografia foi organizada nas seguintes salas: Simão de Vasconcelos, Fernão Cardin, Baptista Caetano, Gabriel Soares, Varnhagen, Castelnau e Gonçalves Dias, todas organizadas por Domingos S. de Carvalho, que reassumiu a função de professor da 4ª seção no Museu Nacional em 1914. Nelas foram colocadas as coleções de etnografia indígena do Brasil, dispostas em ordem e pela sua distribuição geográfica³⁶¹. A sala Ferreira Pena foi arrumada com os objetos da paleoetnologia brasileira.

Domingos S. de Carvalho explica, em relatório da seção de 1915, que foi adotado o critério de localizar as tribos indígenas em relação às bacias fluviais dos territórios onde se fixaram. Lembra que na falta de objetos que completassem a representação integral de tribos atuais (à época) e de tribos extintas, foram colocadas fotografias, desenhos reproduzindo as aquarelas etnográficas de A. Rodrigues Ferreira e quadros explicativos, permitindo ao visitante uma idéia do conjunto. Do ponto de vista didático, continua o

360 MN DA ETNOGRAFIA. Cx 13. P. 1 Histórico Mn

361 MN DA ETNOGRAFIA. Cx 13. P. 1 Histórico Mn

professor da 4ª seção, foram organizados mapas murais “correspondentes a cada bacia fluvial representada pelo material exposto e que indiquem, por meio de convenções precisas si se trata de uma tribo sobrevivente ou já desaparecida”³⁶².

A coleção de arqueologia foi feita por Alberto Childe e ficou destinada à sala Champollion. Lá foram colocados objetos de antiguidade egípcia e várias peças restauradas. Vale lembrar que este depósito de antiguidades orientais pertencia aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

Nesse mesmo relatório de 1915, Domingos S. de Carvalho lembra que a coleção de crânios do Museu foi toda revisada e rotulada, inclusive aqueles que apresentavam deformações étnicas e patológicas. “Disposta como está a referida coleção”, afirma o professor da seção, “no que diz respeito às explicações concernentes à craniometria, poderá qualquer visitante instruído inteirar-se do estado atual desse ramo de conhecimento e ter idéia nítida dos sistemas de mensuração de crânio e do valor das medidas, índices, etc”³⁶³.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1915, “foi um dos pontos de maior atração dos visitantes do Museu”³⁶⁴. Em 1914 o Museu Nacional recebeu a visita do Barão Von Nordenskjöld. Considerado um especialista da etnografia sul-americana, ele escreveu no livro da seção a seguinte observação: “a maneira científica e artística por que foram dispostas as coleções da seção etnográfica do Museu Nacional poderia servir de exemplo aos maiores Museus do mundo”³⁶⁵.

362 MN DR P:71 D. 181. Relatório da 4ª seção.19/01/1915 p. 2.

363 MN DR P:72 D. 22. Relatório da 4ª seção.21/01/1915 p. 3 e 4.

364 Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio. RJ: Typ. Geral de Estatística, 1915. p. 32. In: <http://brazil.cre.edu/bsd/bsd/u2006/000050.html> capturado em 27/12/2005.

365 MN DR P. 72. D. 22. Relatório da 4ª seção. 20/01/1915. p. 4

2.2. Antropologia e as Comemorações Científicas

O Museu Nacional do Rio de Janeiro passou por duas importantes comemorações neste período. A primeira foi o centenário do próprio Museu Nacional em 1918 e a outra foi o Centenário da Independência do Brasil em 1922, mobilizando todas as seções. Utilizando os documentos do Arquivo do Museu Nacional e da ABL, além dos Relatórios Ministeriais e dos periódicos institucionais, pretendemos caracterizar a atividade desenvolvida pela casa e pela 4ª seção nestas ocasiões, analisando, em especial, a pesquisa desenvolvida por E. Roquette-Pinto sobre ‘Os Tipos Antropológicos’, apresentada no Centenário da Independência.

2.2.1. Centenário do Museu Nacional (1918)

Diversos preparativos foram realizados para a comemoração. Além de enviarem convites à cientistas e instituições, colocaram retratos de naturalistas homenageados que trabalharam na Geologia, Botânica e Zoologia do Brasil em diversas salas do Museu³⁶⁶ e elaborou-se um número especial dos *Archivos do Museu Nacional* (XXII) dedicado ao Centenário³⁶⁷. Destacamos nesta coletânea: o discurso de A. E. Taunay e os trabalhos de Carlos Teschauer e de Ermelino S. de Leão. Do Museu foram publicados trabalhos de: Bruno Lobo, E. Roquette-Pinto, Alberto Betim Paes Leme, Alberto José de Sampaio, Alípio Miranda Ribeiro, A. Childe e Bertha Maria J. Lutz³⁶⁸.

366 MNRJ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1920.P

367 Ver lista inicial de cientistas convidados a colaborarem com o vol. XXII dos *Archivos*. In: MN DR P. 80 D. 216. 23/04/1918

368 B Lobo. “O “Museu Nacional” de História Natural” e “A Ilha de Trindade”; E. Roquette-Pinto “Centenário do Museu Nacional”; A. Betim Paes Leme “Síntese Geológica do Brasil”; A. José de Sampaio “A seção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional”; A. Miranda Ribeiro “A Zoologia no século do Museu Nacional”; A. Childe “Les Botocudos d’après les observations recueillies pendant un

O centenário foi festejado no dia 6 de junho de 1918, em sessão solene, com a presença do Presidente da República Wenceslau Brás e sua casa militar, além de deputados, senadores e altas autoridades, representantes da imprensa e numerosas pessoas. Este festejo foi noticiado por alguns periódicos locais, como *Careta*, que destacou o discurso do diretor Bruno Lobo: “O orador salientou, no final do seu discurso, os objetivos daquela instituição e a sua inapreciável utilidade na divulgação e conhecimento das riquezas do Brasil e sua história, conservada pitorescamente nos seus mostruários”³⁶⁹.

Com uma exibição moderna de sua coleção montada desde 1914 em salas cujos nomes designam cientistas importantes à práti-

séjour chez eux em 1915 – H. H. Manizier”; B. Lutz “Índice Geral dos Archivos do Museu Nacional (vols. I a XXII – 1876-1919)”; A. E. Taunay “Discurso pronunciado na ocasião do Centenário do Museu Nacional”; “C. Teschauer “Algumas notas sobre ethnologia e “folklore” na flora e avifauna”; E. S. Leão “Antonina Prehistórica”. In: *Archivos do Museu Nacional(XXII)*. RJ, 1919.

Aponto o interessante trabalho do jovem cientista russo H. Manizier (1889-1917) resgatado por A. Childe neste volume. Manizier foi membro da 2ª Expedição Científica Russa à América do Sul (1914-1915), cujas coleções recolhidas entre os Botocudos uma parte encontra-se no Museu Nacional. Segundo informações encontradas, a 2ª Expedição Russa foi organizada por um grupo do círculo de biologia do Instituto Lesgaft, financiada por particulares e pelas seguintes instituições científicas russas: o Museu de Antropologia e Etnografia da Academia de Ciências; o Museu Zoológico da Academia de Ciências; e a Sociedade Moscovita dos Amadores das Ciências Naturais, da Antropologia e Etnografia (cit. por <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Juracilda.pdf> p. 2 capturado em 11/09/2007). Além do próprio H. H. Manizer, participaram os etnógrafos Th. A. Fjelsstrup e S. W. Geiman e os zoólogos I. D. Strelnikov e N. P. Tanassitchuk. Esta 2ª Expedição atravessou a Argentina, o Brasil, o Paraguai e a Bolívia. Segundo mencionou I. D. Strelnikov, “durante a guerra européia os membros da expedição abandonaram seus trabalhos sem terminá-los e regressaram à Rússia, via Londres e Argel. H.H. Manizer morreu de febre tifóide na frente ocidental em 1917”. Ver: ‘Prefácio por I. D. Strelnikov’. In: *Os Kaingangs de São Paulo*. SP: Curt Nimuendajú, 2006. p. 7.; MN DR P. 77 D. 790. ‘Uma expedição científica russa na América do Sul (tradução de A. Childe)’. 31/12/1917.

A documentação sobre esta expedição, incluindo documentos pessoais, encontra-se disponível na Coleção Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AieL) no Acervo da Casa de Oswaldo Cruz (COC/ Fiocruz), Rio de Janeiro.

369 MN DA ETNOGRAFIA. Cx 13. P. 1. ‘O centenário do Museu Nacional’. In: *Careta*. 17/06/1918.

ca científica de cada seção, encontramos o material da 4ª seção colocado nas seguintes salas: Broca, Virchow, Simão de Vasconcellos, Fernão Cardin, Baptista Caetano, Gabriel Soares, F. Varnhagen, Castelnau, Gonçalves Dias, Ferreira Penna e Euclides da Cunha. Médicos, Antropólogos, Historiadores, Naturalistas-Viajantes. Com particular destaque, o periódico *Revista da Semana* exalta a Sala Euclides da Cunha inaugurada na festa do Centenário³⁷⁰.

Vale lembrar a importância deste tema nos estudos desenvolvidos por E. Roquette-Pinto que apontava desde 1913 que o

‘problema sertanejo’ interessa mais diretamente ao Brasil do que a questão da raça negra. (...). Tratar dele é fazer obra de conservação sem prejuízo de progresso. No passado o papel histórico da nossa terra, que lhe conferiu características inconfundíveis, foi ter servido de ‘meio’ no qual se deu o encontro dos elementos fundamentais da espécie, embora efetuado através de máos processos: e no futuro parece que lhe está reservado ainda melhor sorte, qual a de promover o conhecimento mútuo e, portanto, a suspirada concórdia entre os que vêm das diversas pátrias buscar a vida e a prosperidade debaixo de seu puro céu³⁷¹.

Desde então, passou a defender e a incluir os artefatos e utensílios característicos dos sertanejos do Brasil entre os documentos de nossa nacionalidade. A coleta deste material brasileiro realizado pela 4ª seção compreendia os objetos de “uso doméstico e corrente dos sertanejos, pescadores, seringueiros, vaqueiros, enfim da população rural do Brasil”³⁷².

2.2.2. Centenário da Independência do Brasil (1922)

Outro evento que mobilizou as seções do Museu Nacional foi o Centenário da Independência do Brasil. Para organização

370 MN DA ETNOGRAFIA. Cx 13. P. 1. ‘O Centenário do Museu Nacional’. In: *Revista da Semana*. 19/06/1918.

371 ROQUETTE-PINTO, E.. ‘Discurso de admissão ao IHGB’. In: *RIHGB*. t. LXXVI.p. II 1913.p. 596 e 597.

372 MN DA ETNOGRAFIA. Cx 13. P. 1 Histórico Mn.

deste trabalho a Congregação do Museu indicou, em 1920, o professor da seção de Geologia, A. Betim Paes Leme. Um programa comemorativo foi montado para a participação do Museu na exposição do centenário. Vejamos como foi disposto o programa: organização de uma coleção de mapas murais e de uma coleção tipo didática que abrangesse toda a História Natural, visando representar o material brasileiro e que pudesse mais tarde ser utilizado nas escolas, seguindo o propósito do Museu de divulgar a história natural. Seguindo esta diretriz, a seção de antropologia e etnografia, contribuiria com os seguintes elementos: organizar a carta etnográfica do Brasil compreendendo a antropogeografia das tribos extintas e atuais; elaborar uma bibliografia etnográfica; e, procurar determinar as características antropológicas da população do Brasil, procurando de algum modo evidenciar as conclusões, por processos de fácil compreensão e publicando a documentação, bem como os resultados das observações feitas³⁷³.

Domingos S. de Carvalho dirigiu a organização dos catálogos de etnologia e paleoetnologia, além de fazer revisão dos elementos bibliográficos para a confecção da carta etnográfica do Brasil, especialmente a Amazônia, utilizando-se de trabalhos cartográficos e obras de diferentes naturalistas-viajantes que percorreram a região³⁷⁴.

O trabalho de E. Roquette-Pinto sobre a caracterização antropológica da população do Brasil foi iniciado em colaboração com o praticante do Museu, Irineu Malagueta de Pontes. Conforme relatou B. Lobo ao Ministro Ildefonso Simões Lopes em 1919, as mensurações antropológicas

373 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 5 Doc. 8 'Atividades do Museu'. 17/05/1921.

374 Lista de livros/autores utilizados na seção em 1918: RIHGB, Spix e Martius, C. Abreu, Alves Câmara, Agassiz, Rocha Pombo, Montoya, Peryassú, Batres, D'Orbigny, Koch-Grumberg, Trabalhos da Sociedade Velosiana (Relatório de 1854), Revista do Museu de La Plata, Zeitschrift fur Ethnologie, Bulletin do Museu Goeldi, Ambrossetti, etc. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx.31 Doc. 32. 'Relação dos livros que se achavam na 4ª seção e foram entregues pelo Sr.E. Roquette-Pinto a Biblioteca do Museu'. 22/5/1918.

deverão servir de base à determinação ulterior dos nossos principais tipos morfológicos. Agora que nos aproximamos da realidade demográfica, pelo levantamento do censo geral da República, assume este trabalho, (...), tão grande importância que virá a ser uma das mais interessantes contribuições científicas do Museu Nacional à comemoração do Centenário da Independência³⁷⁵.

Os primeiros trabalhos de identificação e mensuração foram realizados em 1919 no Laboratório de Antropologia, por I. Malaguetas Pontes e pelo preparador Otávio da Silva Jorge, com os praças do Exército. Em carta ao Diretor do Museu Nacional, o Comandante deste 1º Regimento de Cavalaria comunica os dias livres em que fará os quatro recrutas se apresentar e declara: “(...) o regimento continuará com muito prazer a cooperar no trabalho importante, em boa hora organizado nessa científica e laboriosa repartição”³⁷⁶.

Note-se que a importância da mensuração antropológica no Exército brasileiro, foi apontada pelo Coronel do Exército Arthur Lobo da Silva em seu texto “Antropologia no Exército Brasileiro” publicado nos *Archivos do Museu Nacional* em 1927. Declara neste artigo que, desde 1911, destacava a antropologia como a ciência que ajudaria a descrever o soldado do Brasil e o brasileiro em geral, “cujo tipo ou cujos tipos ainda não se acham cabalmente definidos”. Para o autor, “hoje, como ontem, como daqui a cem anos, não haverá um tipo brasileiro: haverá diversos tipos brasileiros”. Continua a afirmar que estas idéias “continham o germe e o programa do que se deveria fazer no tocante à coleta e aproveitamento dos dados antropométricos no nosso Exército”. Lobo explica que “há dez anos”, este trabalho havia sido iniciado no Exército pelos médicos Alcides Romeiro da Rosa e Murilo de Campos. E entre os civis, friza os dados colhidos entre índios por J. Barboza Rodrigues no

375 MNRJ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1920.P.35 e 36.

376 MN DR P. 81 D. 213. ‘Carta do Regimento do Exército ao diretor do Museu sobre mensurações...’. 5/04/1919.

final do séc. XIX bem como as recentes pesquisas realizadas por E. Roquete-Pinto entre os índios da Serra do Norte e entre homens e mulheres da capital federal³⁷⁷.

Em carta ao Diretor do Museu em 7 de janeiro de 1920, E. Roquete-Pinto apresentava algumas conclusões baseada na coleta de dados com os soldados de Guarnição de Distrito Federal. Lembrava a B. Lobo que não podiam chegar aos últimos resultados desse estudo “senão depois de numerosas observações realizadas por todo o país”³⁷⁸. As determinações coletadas haviam sido registradas em uma ficha, que continha as notações cromáticas e a natureza dos cabelos, adaptadas numa convenção simples, como por exemplo: pele – B1 (branco claro, louro), B2 (branco moreno) – A1 (amarelo, caboclo claro), A2 (amarelo, caboclo escuro), P1 (pardo, mulato claro), P2 (pardo, mulato escuro), N1 (negro), N2 (negros ébano); cabelo (1-liso, 2- ondulado, 3- encarapinhado); olhos(1 –negros escuros; brancos, 3- verde, 4- azuis). As nuances intermediárias eram denunciadas na notação: 1-2, 2-3, 3-4, etc. Pretendendo congregar esforços do Museu nas pesquisas antropométricas, solicitava o cientista o auxílio do Governo da República junto a Diretoria Geral de Estatística no levantamento do censo demográfico no sentido de documentar também os principais tipos morfológicos³⁷⁹.

Enquanto chefe da seção de antropologia e etnografia, em 1921, devido a ausência de Domingos S. de Carvalho³⁸⁰, E. Roquette-Pinto procurou intensificar os serviços de determinação dos tipos, “trabalho este cuja importância científica e prática não

377 SILVA, A. L.. “Antropologia no Exército Brasileiro”. In: *Archivos do Museu Nacional*. XXX. RJ, 1929. pp. 11-17.

378 MN DR P. 84 D. 25. “Carta de Roquette-Pinto ao Bruno Lobo..”. 7/01/1920. manuscrito fl.2

379 MN DR P. 84 D. 25. “Carta de Roquette-Pinto ao Bruno Lobo..”. 7/01/1920. manuscrito
Em nota sumária anterior Roquette-Pinto informou ao Bruno Lobo as técnicas antropométricas adotadas na pesquisa. In: MN DR P.82 D. 454.

380 Domingos Sérgio de Carvalho foi comissionado pelo Ministério da Agricultura à outras funções. Veio falecer em 1924.

preciso encarecer, [e] que vem me preocupando desde 1915”.
Continua a relatar:

Felizmente o Governo da República apreciou esse cometimento ao seu justo valor e nos tem fornecido os indispensáveis elementos para apressar sua realização. Posso, pois dizer a V. Ex.; minha atividade foi consagrada a taes estudos, além dos correntes estudos deste departamento (...).³⁸¹

Em outro relatório Roquette-Pinto enaltece o auxílio do governo da República:

Graças aos recursos de que podemos lançar mão, oferecidos pelo governo à título de auxílio para a comemoração do 1º centenário da Independência, conseguimos não só colher farto material para a determinação das características antropométricas da população do Brasil como também iniciar alguns outros estudos (...).³⁸²

O grupo de cientistas foi se ampliando com a entrada de novos profissionais no Museu Nacional. É o caso de Fabio Barros, que realizou mensurações para determinação dos tipos no laboratório anexo da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro³⁸³. A equipe do Museu Nacional era formada pelos: I. Malagueta de Pontes, Raul Baptista, A. Moraes Coutinho, Fabio Barros, José Lopes Ferreira Pinto e Mario Raja Gabaglia. Em 1921 foram iniciadas as mensurações em indivíduos do sexo feminino, “sendo preparadas duas turmas de senhoras para esse fim”³⁸⁴. Segundo Roquette-Pinto, elas eram “habilitadas e dignas de confiança” e “que antes de iniciar o respectivo serviço praticaram sob a minha direção”. Eram elas: Heloisa Alberto Torres, Noemia Álvares Salles, Emilia Saldanha da Gama, Laura da Fonseca e Silva Brandão. Conforme apontou, “as quatro referidas senhoras tem trabalhado com dedicação para que nossos estudos pudessem contar

381 MN DR P. 89 D. 65. Relatório da seção. 15/01/1922. p.10.

382 MN DR P. 89 D. 65. Relatório da seção. 15/01/1922. p.10.

383 MN DR P. 84 A D. 513.1920.

384 MN DR. P. 91 D. 872. 1922.

com material obtido sobre a mulher brasileira”³⁸⁵. Continuando, afirmou: felizmente, elas encontraram “boa vontade por parte da população feminina natural do País (...), [já que] a grande maioria compreende bem quanto este estudo é importante para o país(...)”³⁸⁶.

Os dados antropométricos foram feitos em diversos estabelecimentos da cidade. Além do Exército, com o auxílio de seus médicos, foi coletado material no Serviço Sanitário do Corpo de Bombeiros com a ajuda de José Luís Ferreira Pinto³⁸⁷. Um dos grupos se dirigiu à Associação Cristã Feminina, à Companhia Telefônica, à Imprensa Nacional e a diversas fábricas no centro da cidade³⁸⁸ enquanto o outro, formado pelas assistentes Noemia e Laura, fez mensurações na Casa Colombo, Legião da Mulher Brasileira e no Park Royal³⁸⁹.

O serviço antropométrico para ‘puerimetria’ das crianças foi iniciado no Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro, sob a direção de Moncorvo Filho³⁹⁰ e, em escolas municipais. Este é o caso da carta enviada pela Diretora da Escola Municipal Vieira Souto, Celina Padilha, solicitando ao Museu Nacional o empréstimo por um mês, de instrumentos antropométricos para mensurações³⁹¹.

Esse serviço de antropometria foi ampliado a São Paulo³⁹². A praticante Noemia A. Salles da 4ª seção do Museu Nacional, conforme as instruções recebidas por E. Roquette-Pinto para organizar a coleta de dados nesta cidade, foi encaminhada ao Diretor

385 MN DR P. 89 D. 65. Relatório da seção. 15/01/1922. p.11.

386 MN DR. P. 91 D. 872. 1922.

387 MN DR P. 84 D. 173 e MN DR P. 88 D. 254, respectivamente.

388 MN DR P. 89 D. 65. Relatório da seção. 15/01/1922. p.10 e 11.

389 MN DR P. 90 D. 590.

390 MN DR P. 90. D 332 A. “Carta ao diretor B. Lobo sobre mensurações...” 4/05/1922.

391 MN DR P. 92 D. 316 A. 8/05/1923. “Carta ao Diretor do Museu sobre serviço de antropometria...”. manuscrito.

392 Nesta cidade o serviço de antropometria masculina foi realizado por Ellis Jr., autor do livro de antropologia Raças de Gigantes. Ver: MN DR P. 100 D. 31-A. Relatório da seção. 10/1/1927.

do Museu Paulista, Affonso E. Taunay, para facilitar sua entrada nas indústrias e escolas daquela cidade. Em relatório ao Museu, esta praticante de pesquisa confirma os locais que “acham-se ao dispor do Museu para o serviço de antropometria feminina”³⁹³. Eram eles: Escola Normal da Capital, Escola Normal do Braz, Fábrica Maria Zélia e Centro Feminista, pois a Fábrica Maria Ângela, continha poucas operárias brasileiras, além da Companhia Telefônica. Ressalta que na Fábrica Maria Zélia, segundo informações de seu diretor Jorge Street, já existia um serviço de antropometria clínica, sob a chefia do médico Proença de Gouveia³⁹⁴.

Em um ano de trabalho, foram coletadas 600 fichas antropométricas femininas pelas auxiliares de pesquisa e 1227 do sexo masculino. A análise de Roquette-Pinto baseada nos fenômenos biológicos levava em conta a seriação de caracteres como demonstrados pela lei de Gauss e Quetelet e, portanto, tais fenômenos são “sujeitos as leis que governam sua manifestação cíclica”, sendo “por isso necessário trabalhar com um número de casos maior”. Continua: “um número maior viria apenas elevar o vértice da curva de frequência sem modificar-lhe a forma (...)”. As informações mais detalhadas dos resultados parciais foram enviadas ao Relatório da Diretoria e contribuíram para a exposição do Museu na Comemoração do Centenário da Independência³⁹⁵.

Os resultados finais obtidos se basearam em cerca de 2000 fichas, “de rapazes de todo os estados, filhos e netos de brasileiros, de 20 a 22 anos, todos sadios e sujeitos às mesmas condições de vida”³⁹⁶. Estes dados analisaram a percentagem dos tipos, as variações regionais de estatura, o índice cefálico, o índice nasal,

393 MN DR P. 89 D. 209. 4/03/1922.

394 MN DR P. 89 D. 209. 4/03/1922.

395 MN DR P91. D872. Relatório da seção. 26/12/1922. P. 3-5

396 ROQUETTE-PINTO, E.. Ensaio da Antropologia Brasileira. SP: Cia. Ed. Nacional, 1933.p. 126.

etc³⁹⁷. O trabalho foi publicado nos *Archivos do Museu Nacional* de 1928³⁹⁸ e, posteriormente, como parte de seu livro Ensaio da Antropologia Brasileira³⁹⁹.

2.3. Atividades de Laboratório (1912-1925)

Procuramos reconstruir as atividades do laboratório de antropologia por meio de alguns trabalhos realizados pelos cientistas de forma a compreender como eram feitas as pesquisas na seção. Faremos uso de documentos do Arquivo do Museu Nacional, de diferentes relatórios e do livro *Antropologia (Guia das coleções)* de E. Roquette-Pinto.

Os estudos antropológicos estavam pautados nos conhecimentos anatômico- morfológicos mas, com as novas descobertas da biologia torna-se cada vez mais necessário basear esses estudos em uma abordagem fisiológica. A ênfase em estudos biológicos é reforçada por Roquette-Pinto em Relatório de 1921:

A meu ver todo o Museu Nacional precisaria reorganizar os seus serviços de modo que além da taxonomia e da sistemática das espécies pudéssemos realizar aqui estudos realmente biológicos, dos mais interessantes. No que diz respeito à antropologia devo dizer a V. Exma. que a tendência moderna é para torná-la cada vez mais fisiológica, e nós aqui já começamos a realizar algo em tal direção⁴⁰⁰.

397 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da agricultura, Indústria e Commercio pelo Prof. Bruno Lobo... RJ: Imprensa Nacional, 1923.p. 37.

398 Destacamos que neste vol. XXX do *Archivos do Museu Nacional* de 1928 foi publicado também o artigo de antropologia militar do médico do Exército Cel. Dr. Arthur Lobo da Silva "Antropologia no Exército Brasileiro".

399 Os principais tipos antropológicos da população brasileira encontrados por E. Roquette-Pinto foram reunidos em quatro grupos: leucodermos (brancos); phaidermos (branco x negro); xanthodermos (branco x índio); melanodermos (negros). Baseando-se em estudos biométricos, sua análise leva em conta três processos biométricos para comparação do material: determinação da média dos valores; seriação dos valores e cálculo biométrico. In: ROQUETTE-PINTO, E.. Ensaio da Antropologia Brasileira. SP: Cia. Ed. Nacional, 1933.

400 MN DR. D. 65. P. 89. Relatório da 4ª seção. 15/01/1922. p. 111.

Encontramos vários trabalhos de anatomia e fisiologia realizados no laboratório com esqueletos e crânios de diferentes raças ou de primatas. Preocupados em realizar estudos comparativos os cientistas pesquisavam as diferenças entre os homens e os primatas e entre as diferentes raças humanas, procurando determinar sua classificação. É o caso dos trabalhos realizados pelo substituto interino Raul Baptista entre 1912 e 1913, em que preparou peças de anatomia comparada⁴⁰¹ como por exemplo: aparelho respiratório de antropóide, laringe de antropóide, coração de antropóide, laringe de criança, apêndice Íleo-cecal de um antropóide, e apêndice de criança e realizou estudo de um gigante da raça negra. Lembra Roquette-Pinto que determinados caracteres ósseos juntamente com as mensurações de diferentes segmentos do corpo humano, como a altura, são importantes para definir anatomicamente o tipo humano e conseqüentemente fornece elementos para a diferenciação das raças e dos indivíduos⁴⁰².

Outras pesquisas desenvolvidas por E. Roquette-Pinto, realizadas em cooperação com a Faculdade de Medicina, aparecem nos Relatórios da seção, como o estudo da dissecação da índia Catina, em colaboração com Benjamin Baptista, publicada posteriormente nos *Archivos do Museu Nacional*⁴⁰³ e observações sobre algumas crianças anormais, feitas à pedido do Fernandes Figueira⁴⁰⁴; ou ainda, os estudos de alguns crânios Urupás em 1919 publicado nos

401 Relatório ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo.... RJ: Imp. Nacional, 1913.p. 78. In: [HTTP://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000199.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000199.html) capturado em 27/12/2005.

402 ROQUETTE-PINTO, E. *Antropologia (Guia das Coleções)*. RJ: Typ. Da Diretoria Geral de estatística, 1915.p.15

403 ROQUETTE-PINTO, E. & BAPTISTA, B. (com desenhos de A. Childe). “Contribution a l’anatomie comparée des races humaines: dissection d’une indienne du Brésil”. *Archivos do Museu Nacional*. XXVI. RJ, 1926.

404 MN DR P. 82 D. 627. *Relatório de Diretoria*. 31/12/1919. p. 35.

Archivos do Museu Nacional em 1925⁴⁰⁵. Em cada caso, os cientistas realizavam fotografias, desenhos e moldes em cera para comporem seus registros e para constituir o acervo da coleção de antropologia.

Em 1913, como informou o Relatório do Ministério da Agricultura, foram adquiridos modernos equipamentos antropométricos. Segundo o inventário de 1915 e 1916 o laboratório possuía:

máquina fotográfica; aparelho cinematógrafo; fonógrafo de Edison; três microscópios das marcas Zeiss e Leitz sendo um pequeno para estudante; bússola; hemato-espectroscópio; hematímetro; micrótomo mecânico; thoracômetro; diferentes goniômetros; aparelho de Broca para cubagem de crânios; compasso de três ramos; craniômetros occipitais; diptógrafo; esquadro osseométrico; planchetas osseométricas; corredeira de Bertillon; estojo para datiloscopia; craneógrafo de Broca; stereógrafo de Broca; conformador cefálico; antropômetro de Martin; instrumento antropométrico de Martin (compasso de espessura, compasso de corredeira, fita métrica metálica partida); antropômetro fixo; diferentes escalas; cyrtômetro de Wailley; spiro-dinamômetro de Martin; cranioforo de Topinard; esquadros craniométrico de Topinard; pinças e tesouras para microscopia; pinças para dissecar⁴⁰⁶.

As pesquisas antropométricas realizadas na seção, segundo Roquette-Pinto, seguiam realmente os critérios adotados pela escola de Broca e pelos alemães, como Luschan, Fischer e Martin, como apontado acima. Procuravam, portanto, avaliar os caracteres biológicos dos indivíduos, como: a pele humana (sua espessura, a pigmentação, a retractilidade, os pelos e as glândulas, além da cor); cor e morfologia de cabelos (liso, ondulado, encarapinhado, cabelos em tufos); a existência de mancha mongólica; cor de pele humana; cor e tipos de olhos; a morfologia do nariz e seu índice nasal; e altura⁴⁰⁷. Para determinar alguns desses caracteres era a

405 ROQUETTE-PINTO, E. & CHILDE, A.. “Notas antropométricas sobre os índios Urupás”. *Archivos do Museu Nacional*. XXV. RJ, 1925

Este trabalho foi solicitado por Charles Davenport, do Carnegie Institution a E. Roquette-Pinto em carta datada de 02/08/1928. Ver: MN DR P. 103 D. 55.

406 MN DA SECRET. Cx 8 D. 044. “Inventários 1915 e 1916 – (11/8/1916)” .1915

407 ROQUETTE-PINTO, E. *Antropologia* (Guia das Coleções). RJ: Typ da Directoria Geral de Estatística, 1915. p. 24.

necessário o uso de escalas, como: a de cor de pele de Broca, a de cabelos de E. Fischer e a de pele humana de F. Von Luschan, a de íris humana de R. Martin e a tabela dermocrônica dos índios do Brasil construída por E. Roquette-Pinto e A. Childe.

A identificação individual era feita com um estojo de datiloscopia, onde colocava a impressão digital de cada indivíduo por meio de desenho formada pelas linhas papilares das palpas digitais. A importância desta técnica foi ressaltada por Roquette-Pinto pois tais desenhos apareciam nos últimos tempos da vida fetal e continuavam a existir mesmo depois de iniciada a decomposição cadavérica. Este sistema garante a classificação dos indivíduos em quatro grupos e indica, pela mão direita, a série a que pertence e, pela mão esquerda, a seção, da mesma série, em que este indivíduo deve ser catalogado⁴⁰⁸. A outra técnica adotada era o Bertillonage, que realiza a identificação pessoal pela antropometria e fundava-se nos seguintes princípios, como aponta Roquette-Pinto:

a partir dos 20 anos o esqueleto humano mantém a fixidez rigorosa (...); não há dois esqueletos humanos cujas dimensões sejam bastante próximas de modo a se confundirem; certas dimensões do esqueleto são suscetíveis de mensuração no indivíduo vivo, com facilidade e em grau de aproximação suficiente. Deve-se levar em conta as seguintes mensurações: altura total; grande abertura; comprimento do busto; comprimento da cabeça; largura da cabeça; comprimento da orelha direita; comprimento do pé esquerdo; comprimento do dedo médio esquerdo; comprimento do côvado (antebraço e mão) esquerdo. As fichas são catalogadas em três grupos sobre a base do comprimento da cabeça, que são divididos em três sub-grupos pelas larguras da cabeça⁴⁰⁹.

Heloisa Alberto Torres, em tese apresentada para o concurso à cadeira de antropologia e etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro em 1950, apresentou o instrumental utilizado pelas assistentes de pesquisa no serviço de antropometria

408 ROQUETTE-PINTO, E. *Antropologia (Guia de Antropologia)*. RJ: Typ da Directoria Geral de Estatística, 1915. p. 23

409 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. "Bertillon" Cx. 4 Doc. 28.

feminina. Segundo ela, foi utilizado o estojo de Martin contendo compasso de toque, compasso de correção, fita métrica metálica e lápis demográfico e comum, um dinamômetro e um espirômetro. As assistentes carregavam também um banco de 40 cm de altura para realizar a medida do busto das observandas sentadas e uma balança⁴¹⁰.

Roquette-Pinto dedicou-se também a estudos de antropologia fisiológica⁴¹¹ equipando o Laboratório de Antropologia em 1915⁴¹² para, por exemplo, analisar a ação fisiológica da fava tonka. Outras atividades foram desenvolvidas na seção, como o estudo do curare, enviando amostras às instituições no exterior.⁴¹³ Realizou pesquisa sobre vegetais usados pelos índios (nota da *Dipterix odorata*, *Begonia Chica* e *Piptadenia Peregrina*), além de estudos sobre o peixe elétrico do Amazonas (*Electrophorus electricus*) em 1925⁴¹⁴.

Notamos que o laboratório seguia a sistematização adotada por P. Broca e seus discípulos, como P. Topinard, Bertillon e Manouvrier, mas apresentava as novidades dos instrumentos construídos por R. Martin, Von Luschan e E. Fischer. A adoção dessas aparelhagens, tornava o laboratório de antropologia do Museu Nacional um dos principais centros de investigação antropológica do Brasil.

410 MN DA HAT. Cx 08 P. 24. H. A. TORRES. “Observações Antropométricas”. RJ, 1950. P. 8

411 Livros sobre fisiologia que constam na lista de livros de E. Roquette-Pinto em 1915: Mathias Duval – Cours de Physiologie 1897 e Albertoni e Stefani – Manuale de Fisiologia Humana. MN DR P. 69 D. 58. “Lista de livros de Roquette-Pinto à Biblioteca”. 30/04/1914.

412 Novas aparelhagens foram adquiridas para o desenvolvimento dos estudos de antropologia fisiológicas em 1915. MN DR P. 97 D. 7543.

413 MN DR P.91 D.795 e D. 801. A pedido de A. Neiva e Álvaro Osório de Almeida da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foram enviadas amostras de curare à Buenos Aires na Argentina e outras amostras foram remetidas à Universidade de Harvard, respectivamente.

414 Ver MN DR P. 89 D. 65. Relatório de Diretoria 26/1/1922 e Relatório de 1923. MN SECRET DA. Cx 17 Doc 24; ROQUETTE-PINTO, E.. Nota sobre a ação fisiológica da fava tonka. RJ: Imp. Nacional, 1924.

2.4. As Viagens Científicas da 4ª seção: idéias e contatos

Enquanto práticas culturais e científicas, as viagens são expedições exploratórias de grande importância para o cientista e para a ciência. Muitas delas foram realizadas durante a Primeira República, continuando o impulso reformador que se iniciou na cidade do Rio de Janeiro. Com a missão de levar o progresso e a civilização a diferentes partes da nação, muitos cientistas se dirigiram ao interior do Brasil, em regiões as mais diversas e desconhecidas, cada um com seu propósito, procurando recursos naturais, delimitando fronteiras, propondo saneamento e povoamento, entre outros. É o caso, por exemplo, da expedição Rondon que objetivava mapear e levar as linhas telegráficas pelo interior do Brasil ou as viagens empreendidas pelos cientistas do Instituto de Manguinhos em ações sanitárias⁴¹⁵.

Cada cientista constrói, em seu texto científico, sua imagem e sua visão do país – um retrato com os problemas e as propostas para os rumos da nação e a construção da identidade nacional. A experiência de tal incursão, o contato e a observação com outras realidades – com o outro, transforma a si mesmo, a sua visão de mundo e a sua compreensão da própria disciplina⁴¹⁶.

Com este propósito, pretendemos analisar as expedições exploratórias realizadas pela 4ª seção do Museu Nacional no período de 1912-1925, conhecer seus objetivos, o material coletado e caracterizar a atuação da área que envolvia estudos antropológicos, etnográficos e arqueológicos. Vejamos a tabela abaixo:

415 SEVECENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. SP: Brasiliense, 1993, pp.25-50

416 LIMA, N. T. Um sertão chamado Brasil. RJ: Renavam, 1999, pp. 55-86.

Tabela 10 – Expedições Científicas da Seção de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1912/1925)

Período	Expedição	Funcionário(s)	Objetivo(s)	Local de Publicação
1912	Serra do Norte, MT/Rondônia - Comissão Rondon	E. Roquette-Pinto	Desenvolver estudos antropológicos e etnográficos da região.	Relatório da Diretoria e Archivos do Museu Nacional
1915	Mato Grosso – Comissão Rondon	E. Roquette-Pinto	Aquisição de material e investigação etnográfica	Relatório da Seção
1916	Cabo Frio	E. Roquette-Pinto e Alfredo de Andrade	Coletar material, visitar e investigar jazidas de ossos	Relatório Ministerial e da Diretoria
1917	Bahia	Alfredo de Andrade	Coletar material de etnografia sertaneja	Relatório de Diretoria
1918	Gruta de Magé, Quixadá – Ceará	Mario Moura Brasil do Amaral	Investigar e coletar jazida de ossos humanos	Documento da Diretoria
1920	Paraguai	E. Roquette-Pinto	Realizou estudos sobre a população paraguaia do ponto de vista antropológico além de fazer estudos de suas manifestações etnográficas.	Relatório da Diretoria e Ministerial e <i>Boletim do Museu Nacional</i>
1923	Pará	Alfredo de Moraes Coutinho	Realizou investigações de paleontologia da Amazônia e de antropologia fisiológica	Relatório Ministerial e Boletim do Museu Nacional

Fonte: Relatórios Ministeriais, Relatórios da Diretoria, Relatórios da Seção, *Boletim do Museu Nacional*, Documentos da Diretoria, Rondônia de E. Roquette-Pinto

Notamos que das sete expedições realizadas, quatro delas foram feitas por E. Roquette-Pinto e as outras três pelos auxiliares

da seção, Alfredo de Moraes Coutinho e Mario Moura Brasil do Amaral, e pelo chefe do laboratório de química do Museu, Alfredo A. de Andrade que, em 1906, fora substituto interino da seção no lugar de E. Roquette-Pinto. As regiões exploradas pelos cientistas foram o Norte e o Centro-Sul do país e o Paraguai. Os trabalhos objetivavam a coleta de material etnográfico dos índios, dos sertanejos e da população paraguaia, investigação de jazidas ósseas no Ceará e no Pará e levantamento de dados antropométricos entre indígenas.

Dentre as expedições destacamos o trabalho de campo realizado por E. Roquette-Pinto à Serra do Norte em 1912 junto à Comissão Rondon, cujo resultado originou seu texto Rondônia: Antropologia e Etnografia, publicado nos *Archivos do Museu Nacional* em 1917 e premiado pelo IHGB neste mesmo ano⁴¹⁷. Baseando-nos na análise desta publicação, particularmente, pretendemos melhor caracterizar a área e conhecer como eram feitas as pesquisas pelo cientista da seção.

A expedição de E. Roquette-Pinto à Serra do Norte foi uma importante experiência pois produziu novos sentimentos e novos conhecimentos no jovem cientista, como atestou logo no início de seu livro: “A ciência vai transformando o mundo”⁴¹⁸. Consciente que o trabalho de construção das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas realizado por Rondon era uma missão heróica de desbravar e integrar os sertões ao centro sul do país, Roquette-Pinto depara-se com um Brasil doente, tal como relatado pelo movimento

417 Segundo o autor o Premio Pedro II foi distribuído também à Capistrano de Abreu e Basílio da Gama. In: ROQUETTE-PINTO, E., Rondônia: antropologia e etnografia. Brasileira v. 22. SP: Cia Ed. Nacional, 1938. p. 14.

Alguns destes exemplares foram enviados à intelectualidade paulista (MN DR P. 69 D 161 A) e outros vinte e cinco foram distribuídos entre os membros estrangeiros do Congresso Internacional de Americanistas no Rio de Janeiro em 1920 (MN DR P. 90 D 335). Entre os importantes cientistas que visitaram o Museu Nacional, estão: Soren Hansen e Ales Hrdilicka, ente outros.

418 ROQUETTE-PINTO, E., Rondônia: antropologia e etnografia. Brasileira v. 22. SP: Cia Ed. Nacional, 1938. p. 17.

sanitarista do mesmo período⁴¹⁹. Em sintonia com o momento em que a experiência da 1ª Guerra Mundial colocava o nacionalismo em pauta⁴²⁰, o autor descrevia as condições de vida e de saúde do sertanejo, caracterizados por ele como “pequenos, magros, enfermos e inéuticos”⁴²¹ mas fortes, demonstrando o abandono do poder público.

O contato com o povo Nambiquara revelou para ele a “mais interessante população selvagem do mundo, vivendo em plena idade lítica!”. Segundo ele:

Assim foi encontrada uma civilização fóssil no coração da América do Sul. Aqui, mais do que alhures, justifica-se a observação de Bastian, segundo a qual história e pré-história se confundem nas terras do Novo Mundo⁴²².

Seguindo a tendência mais moderna da prática antropológica, E. Roquette-Pinto nos cinco meses que passou no sertão, utilizou diversos suportes, como: material fotográfico, croquis, filme, clichês estenográficos, fonogramas, partituras musicais, lista de vocábulos, medidas antropométricas, impressões digitais, amostras de cabelo, etc. Esperava assim tirar, “um instantâneo da situação social, antropológica e etnográfica dos índios da Serra do Norte, antes que principiasse o trabalho de decomposição que nossa cultura vai neles processando”⁴²³. Segundo o relatório da seção de 1913 o resultado deste trabalho foi de

interesse para a ciência e para o Museu, que veio a possuir mais uma coleção inestimável, composta de 2000 espécimens etnográficos de uma tribo completamente desconhecida até agora, bem como de 52 fichas antropométricas, acompanhadas de

419 LIMA, N. T. *et al.* ‘Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto’. In: ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005. p.28.

420 SKIDMORE, T. Preto em Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. RJ: Paz e Terra, 1976.

421 ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005. p.44.

422 ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia e etnografia*. Brasileira v. 22. SP: Cia Ed. Nacional, 1938. p. 18.

423 ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005. p.XIV.

individuais datyloscópicas, mais de 100 clichés fotográficos de grande valor antropológicos e etnográficos e muitos metros de filme cinematográfico, que constituem documentos irrefutáveis e interessantes da vida desses selvagens⁴²⁴.

Dedica um capítulo específico (VIII) aos conhecimentos da prática antropológica pautado nos ensinamentos da escola francesa de P. Broca, A. Bertillon, L. Manouvrier e P. Topinard, mas indicando a presença de autores alemães e norte-americanos, como G. Fritsch e A. Hrdlicka, respectivamente. Do Brasil refere-se aos estudos desenvolvidos por J. B. Lacerda e J. Barbosa Rodrigues e por alguns naturalistas-viajantes. Apresenta observações anatômico-morfológicas colhidas entre os índios, descritas e ilustradas com fotografias no texto como cor de pele, tipo de pelo, dimensões do corpo, características dos pés e das mãos, características respiratórias e digestivas, característica dentária, entre outros. Esboça algumas considerações sobre os estudos antropológicos:

Perante a moderna orientação da antropologia a observação dinâmica das *raças*, dos *tipos*, e dos próprios *indivíduos*, vai-se, aos poucos, caracterizando como a única saída para os que estudam com desejo de encontrar o caminho do progresso. A descrição estatística das caracterizações não satisfaz ao espírito científico da época; recentes verificações e descobertas que a fisiologia conseguiu, mormente no âmbito das funções das glândulas de secreção interna, mostram que a morfologia, por si só, é fraco contingente para o conhecimento dos organismos. Ela é condicionada de modo interativo pela maneira de funcionar própria à cada qual. Numa palavra: a *antropologia anatômica*, cada vez mais, perde em favor da *antropologia fisiológica*.

A *anatomia das raças*, senão feita de todo, foi bastante esboçada, para que o debuxo indicasse que sáfaro terreno é o seu, incapaz de permitir a colheita das leis que governam a especial biologia das *variedades*⁴²⁵.

424 Relatório ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo... RJ: Imp. Nacional, 1913.p. 78. In: [HTTP://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000199.html](http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/000199.html) capturado em 27/12/2005.

425 ROQUETTE-PINTO, E.. Rondônia: antropologia e etnografia. RJ: Fiocruz, 2005. p.126.

Tal como em outros textos, o autor refere-se aos novos rumos da antropologia. Realça o estudo das raças e dos tipos, ou seja, a variabilidade biológica humana como seu foco principal, utilizando novos método e técnicas que vão da craniometria à somatologia.

Em 1913, em seu discurso de posse como sócio do IHGB, E. Roquette-Pinto apresentava os indícios da transformação revelados pela experiência de viagens. Tratando das novas tendências da antropologia revela o autor:

Interessado nas questões da Antropologia, no que se não separa do ponto de vista social, não pode deixar de se ocupar com os problemas que encontra no seu próprio país.

A Antropologia não se limita mais a medir crâneos e a calcular 'índices' discutíveis, na esperança de poder separar as 'raças superiores' das 'raças inferiores'.

Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno, 'superiores' e 'inferiores' são agora 'adiantadas' e 'atrazadas'.

As últimas lucraram com a mudança, pois que ficou, assim, reconhecido o seu direito à existência que a sciencia bastarda andou procurando contestar.

E a Antropologia, desanimando de encontrar a verdade naquele mau caminho, enveredou em outros atalhos mais felizes e agora, de maneira muito mais promissora, procura, entre outras cousas, verificar como as raças se transformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influências.⁴²⁶

Referindo-se ao que foi discutido no Congresso das Raças em 1911, E. Roquette-Pinto opera com estudo do 'outro', do 'primitivo', discutindo as noções de raça e de tipo, a influência do meio, cruzamento e migração, questões estas consideradas importantes para a determinação e classificação dos grupos humanos⁴²⁷.

426 ROQUETTE-PINTO, E.. "Discurso de admissão como sócio do IHGB". In: *RIHGB*. t. LXXVI.p.II. 1913. p. 591.

427 Estas questões foram discutidas no curso de Antropologia (Geral e aplicada à Higiene, à Medicina Legal, etc.) de E. Roquette-Pinto para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916 e realizado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Outro curso ministrado no mesmo ano foi o de Antropogeografia com 11 lições. Ver: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 26 Doc. 17. e cx. 26 doc. 18, respectivamente.

Em outro texto denominado *Arqueologia e Etnografia* ele confirma essa mudança ao afirmar: “Hoje em Antropologia, é mister proceder com mais prudência; a craniometria, por si só, não vale já aquilo que se acreditava”. E continuando a explorar as novas questões, declara:

A mais interessante verificação que a arqueologia tem feito foi demonstrar a lei geral segundo a qual os homens atravessaram estágios fatais durante seu processo de civilização sujeitos às mesmas solicitações do meio, sempre o homem, em qualquer ponto do planeta, agiu de maneira idêntica (...). Esse é um argumento psico-fisiológico a favor da unidade específica das populações da terra, apesar das diferenças anatômicas.⁴²⁸

Como um humanista, Roquette-Pinto procura estudar o homem em sua essência, demonstrando que o “homem culto e civilizado”, apresenta semelhanças com primitivo quando despido de sua “cultura”. Afirma ele que:

Ele [o homem culto], que tem realizado tudo isso; que vive, hoje, em outro meio, permanece, afinal, quase o mesmo primitivo, sentindo, pensando e agindo, muitas vezes, como seus antepassados das idades líticas. Salvo os tipos de escolha, que representam a humanidade do futuro, os homens cultos do Planeta são como índios de pele branca, cobertos por uma crosta, mais ou menos espessas, de verniz brilhante...⁴²⁹.

Recorre as análises comparativas quando trata do “primitivo” e do “civilizado”. Entre os índios percebe a existência de vários tipos, buscando suas características gerais e suas filiações lingüística e cultural. Em outro texto intitulado *Antropologia e Etnografia*, o autor explicita esta idéia:

Verificado que todos os nossos índios têm caracteres morfológicos

428 ROQUETTE-PINTO, E.. “Arqueologia e Etnografia”. In: LLOYD, R. *Impressões do Brasil no séc. XX: sua história, seu povo, commercio, indústria e recursos*. Londres: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company Ltd, 1913. p. 53.

429 ROQUETTE-PINTO, E.. *Rondônia: antropologia e etnografia*. Brasileira v. 22. SP: Cia Ed. Nacional, 1938. p. 18.

semelhantes, apesar das variantes apontadas fica reconhecida a impossibilidade de classificar as tribos por tal critério.

E por isso a divisão dos nossos Povos indígenas é feito actualmente de acordo com os seus ESTADOS DE CULTURA, suas LÍNGUAS e sua DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA . (...).”
(grifo do autor)⁴³⁰

Notamos que sem atribuir modelos hierárquicos entre os índios, Roquette-Pinto apresenta em *Rondônia* as diferenças entre os povos Nambiquaras e os Parecis levando em conta esses critérios. Enquanto os primeiros são mais primitivos, refere-se aos Parecis como sendo importantes no contato entre os homens de Rondon com os outros índios, servindo como agentes civilizatórios e exemplos da transição entre o índio e o brasileiro. Para o autor os índios Parecis, são de fato sertanejos, pois apresentam costumes de nossa cultura. Segundo ele: os Parecis “trabalham, produzem, querem aprender. Não são mais índios”⁴³¹. Resgatando a importância deste tipo para a integração da nação, Roquette-Pinto defende o sertanejo como o mediador da integração dos grupos heterogêneos.

Vemos que a prática antropológica, tal como outros cientistas de seu tempo, foi substituindo seu objeto de estudo do índio para o sertanejo, retratado como símbolo da nacionalidade. Os problemas derivados da diferenciação entre os índios e o restante da população da região da Serra do Norte deveriam centrar a atenção dos antropólogos no estudo dos tipos humanos. Considerado como parte essencial das pesquisas antropológicas, era necessário acumular o máximo de elementos possíveis. Neste sentido o autor procurava elucidar três questões fundamentais: quais os tipos antropológicos fundamentais de índios brasileiros; quais os traços característicos dos índios da Serra do Norte e como se processou sua diferenciação antropológica⁴³².

430 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx 26. doc. 32. 'Antropologia e Etnografia'.

431 ROQUETTE-PINTO, E.. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005 . p.200.

432 ROQUETTE-PINTO, E.. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005 . p.127.

Em outro texto Roquette-Pinto relata a importância deste problema para os estudos antropológicos. Afirma ser interessante fazer uma observação comparativa, estatística, desativada, dos caracteres somáticos dos sertanejos, “porque viria mostrar o ponto a que atingiu a formação da ‘raça brasileira’ que vemos esboçar no sertão”. Para o autor o “problema sertanejo” é muito mais étnico do que antropológico, devendo reunir esforço de vários estudiosos, como os folcloristas, a coletar suas manifestações. Concluindo, comenta o porquê a Etnografia não pode se prender somente no estudo do aborígene⁴³³.

Finalizando, observamos também que a obra Rondônia é exemplo de inspiração de autores como Euclides da Cunha e Alberto Torres. Como muitos de seus contemporâneos, E. Roquette-Pinto aderiu ao positivismo, acreditando que “fornecidos os instrumentos para o seu aperfeiçoamento, os homens tendem sempre a evoluir”⁴³⁴.

433 ROQUETTE-PINTO, E.. “Discurso de admissão como sócio do IHGB”. In: *RIHGB*. t. LXXVI, p.II. 1913. p. 593..

434 LIMA, A. C. S.. “Apresentação”. In: ROQUETTE-PINTO, E.. *Rondônia: antropologia e etnografia*. RJ: Fiocruz, 2005 . p.8..

CAPÍTULO IV: O MUSEU E A ANTROPOLOGIA EM DESTAQUE SOB A GESTÃO DE E. ROQUETTE- PINTO

No período de 1926 até 1936, em que o Museu Nacional esteve sob a direção de E. Roquette-Pinto, a seção de Antropologia e Etnografia distinguiu-se entre as demais seções. Notamos que ocorreu um aumento no interesse do público registrado nas visitas e consultas públicas. Foram características deste período a preocupação com a educação popular e o prestígio de suas publicações e de seus cientistas, atraindo novos pesquisadores em seu meio.

Com ênfase maior nos estudos biológicos, a Antropologia apresenta novas temáticas nas investigações científicas do Museu Nacional. O olhar atento do cientista não se resume a medir características físicas dos indivíduos para buscar explicações de suas diferenças raciais, mas observa estruturas cada vez menores e não acessíveis macroscopicamente, analisando os caracteres que expressem fatores determinantes das raças. Com instrumental apropriado e medidas uniformizadas, os cientistas da instituição realizaram várias e diferentes expedições no intuito de colher novos dados.

Atentando-se para os problemas nacionais em foco nos anos 30 do Governo Vargas a questão da raça e da nação apareciam em cena ao lado do debate sobre a identidade nacional. A orientação científica constituída pela prática antropológica permitiu o posicionamento de seus cientistas frente a esta situação ao proporem temas

e problemas concernentes às suas atividades e atribuíram um papel à antropologia. Procuramos neste capítulo analisar as continuidades e descontinuidades da atividade científica da 4ª seção de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional. Buscamos entender as mudanças da prática, identificar seus cientistas e resgatar a memória científica da disciplina reconstituída por eles.

1. Questão Institucional

A reforma projetada pelo diretor da casa E. Roquette-Pinto procurava promover as pesquisas científicas do Museu Nacional atraindo diferentes públicos. Suas idéias eram freqüentemente divulgadas na imprensa, conforme atesta Arthur Neiva em carta:

(...) Vi seu retrato e li suas palavras no Correio da Manhã de ontem. Faz muito bem. Você deve continuar a chamar a atenção da Imprensa para o nosso Museu. Neste particular, eu reconheço que não fiz o que devia, porque sempre descurei da propaganda do Museu pelo jornal, o que aliás, reputo imprescindível, sobretudo entre nós, onde os políticos e mais detentores do poder, em geral, lêem quatro ou cinco jornais por dia e nenhum livro por ano. Penso mesmo que você geitosamente deve fazer propaganda do Museu atual(...) ⁴³⁵.

O novo diretor definia como fins do Museu Nacional: conservar as coleções de História Natural, tanto as expostas ao público quanto as de estudo; realizar pesquisas científicas nos laboratórios e nas excursões de campo e ensinar e dar assistência ao ensino ⁴³⁶.

Para Roquette-Pinto, o ensino do Museu Nacional deveria ser livre e aberto a todos – sem exames e sem diplomas – pois via nele uma espécie de Universidade Popular ⁴³⁷. O ensino seria feito

435 “Carta de A. Neiva ao Roquette-Pinto”. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 23 Doc. 78. 17/02/1927.

436 MN DA ETNOLOGIA. CX 13. P. 3 Reforma Museu – Roquette – s/d 1927/11931 (manuscrito)

437 Numa entrevista ao periódico *Vamos Ler* de 1925, Roquette-Pinto afirma que “a missão dos intelectuais – mormente professores – é o ensino e a cultura dos Proletários, preparando-se para quando chegar a sua hora”. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 1 Doc. 7.

pelas coleções expostas ao grande público e pelas coleções de estudo visando os cientistas⁴³⁸. No Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio de 1929, foi ressaltado:

A atual Diretoria tem procurado imprimir maior impulso à função educativa do Museu, como órgão de ensino público em todos os graus, sem prejuízo de suas funções de centro de pesquisa. O Museu de História Natural no Brasil, onde a educação é o problema nacional por excelência, não deve ser mero tesouro de coleções valiosas, nem apenas animado centro de investigações de alta ciência, seja nos laboratórios, seja no campo; deve caber-lhe igualmente o encargo de concorrer para a maior difusão do ensino por todos os modos ao seu alcance⁴³⁹.

Para tal, seria fornecido, no Museu Nacional, um Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, órgão este criado em 8 de outubro de 1927⁴⁴⁰, voltado para o ensino primário, secundário e superior. Os laboratórios disponibilizariam cursos de especialização ou de aperfeiçoamento.

Destacava as publicações do Museu como forma de aperfeiçoamento, entre elas: os *Archivos do Museu Nacional*, *Boletim do Museu Nacional* e os *Guias Ilustrados*, além das conferências públicas que seriam realizadas anualmente⁴⁴¹.

Essas propostas foram endossadas pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio que lembra:

É, principalmente, pelas suas publicações que a vida científica do Museu se documenta. Em 1928 elas atingiram importância poucas vezes igualada. Para dar idéia do prestígio adquirido pelas suas publicações, basta lembrar as cartas que lhe são dirigidas pelas

438 MN DA ETNOLOGIA. CX 13. P. 3 Reforma Museu – Roquette – s/d 1927/1931 (manuscrito)

439 Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio... (ano de 1929) RJ: Imprensa Nacional, 1930. p. 57.

440 Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio... (ano de 1929) RJ: Imprensa Nacional, 1930. p. 57.

441 MN DA ETNOLOGIA. CX 13. P. 3 Reforma Museu – Roquette – s/d 1927/1931 (manuscrito).

maiores celebridades científicas, felicitando o instituto pelo valor de seus trabalhos⁴⁴².

Para assistência ao ensino das ciências naturais, seriam fornecidos Quadros Murais, fotografias, filmes científicos, diapositivos, rádio transmissão de conferência⁴⁴³, sala de curso e material didático além de instrução à montagem de pequenos museus⁴⁴⁴.

Quanto à pesquisa, E. Roquette-Pinto procurou contribuir com os estudos biológicos, fazendo melhorias no laboratório fotográfico e preparando a instalação de um laboratório fisiológico, que estava até então, anexado ao laboratório de antropologia. “As pesquisas fisiológicas”, lembra o Ministro Germiniano Lyra Castro em Relatório, “que na América do Sul surgiram no Museu Nacional em fins do século passado, foram em 1927 reiniciadas de um modo sistemático, estando encarregado desse trabalho o professor Álvaro Osório de Almeida”⁴⁴⁵.

Seguindo esta perspectiva, o diretor do Museu Nacional elaborou um plano para os departamentos da instituição onde cria uma seção de Biologia. Este projeto continha seis seções: Geologia; Biologia; Botânica; Zoologia; Antropologia e Química. Em suas

442 Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio...(ano de 1928) RJ: Imprensa Nacional, 1929. p. 56.

443 MNRJ. Regulamento do Museu Nacional apresentado pelo decreto nº 19801. 27/03/1931. RJ, 1936.

Em 1932 o Museu Nacional passou a exibir diariamente um cinema escolar, mantido pelo Ministério da Educação. E neste estabelecimento passou a funcionar a Secretaria da Comissão de Censura Cinematográfica. Ver: Relatório apresentado ao Exmo. Pres. Chefe do Governo Provisório Sr. Getúlio Dornelles Vargas pelo Ministro de Educação e Saúde Pública, Washington Ferreira Pires...1932, p. 78 e 79. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/000080.gif> e <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/000081.gif> capturado em 22/12/2005.

444 MN DA ETNOLOGIA. CX 13. P. 3 Reforma Museu –Roquette – s/d 1927/11931 (manuscrito)

445 Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio...(ano de 1927) RJ: Imprensa Nacional, 1929. p. 57 e 59.

anotações, transferiu a arqueologia para a Antropologia. Incluiu também a Portaria, Secretaria e Biblioteca⁴⁴⁶.

No entanto, as mudanças políticas com a Revolução de 1930 alteraram a situação do Museu Nacional que passou a estar vinculado ao recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto nº 19444⁴⁴⁷ até 1937. A nova situação política levou o diretor a pedir sua exoneração do cargo em virtude de ser um amigo pessoal do ex-presidente Washington Luis e do então candidato Júlio Prestes, além de exercer um cargo de confiança. A imprensa noticiou este acontecimento da seguinte maneira:

No Ministério da Educação, comentava-se como bem expressivo das novas práticas introduzidas na administração, o episódio da exoneração (...).

Empossado o titular do novo Ministério, [Francisco Campos], foi procurar lá o dr. Roquette-Pinto para lhe apresentar a sua exoneração. Não era político, mas era um amigo pessoal não só do Sr. Washington Luís como do dr. Júlio Prestes. Exercendo um cargo que apesar de técnico era também de confiança, entendia que era do seu dever, em face da nova ordem de coisas, apresentar a sua demissão (...).

(...). Quando ele terminou [Roquette-Pinto], o novo ministro dignamente respondeu que a Revolução não fora feita para perseguir adversários nem para escorraçar dos cargos técnicos os homens de comprovada competência. Mesmo quando não se tratasse de amigos de situação.

(...) Aceitar o pedido (...) seria fácil. Havia uma grande dificuldade: achar quem o pudesse substituir na direção do Museu Nacional. Dirigia-lhe assim, em nome do governo, um apelo para que o dr. Roquette-Pinto permanecesse no posto que desempenhava com capacidade com brilho e com grande aproveitamento para o país. (...) Ambas as atitudes (...) foram honrosas⁴⁴⁸.

Roquette-Pinto aceita e permanece no cargo.

446MN DA ETNOLOGIA. Cx 13 P. 3. Reforma Museu- Roquette (1937/1931) (manuscrito).

447MNRJ. Decreto nº 19444 de 01/12/1930.

448 *Jornal Correio da Manhã*, 20/11/1930. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx 5 Doc. 8. Vale destacar que mais tarde E. Roquette-Pinto foi membro do Partido Socialista Brasileiro. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx 11.

A preocupação com a situação do Museu e do próprio E. Roquette-Pinto foi expressa também no bilhete enviado por Mario de Andrade:

S. Paulo 24-XI-30.

Roquette-Pinto,

Bom-dia. Nesta tempestade de mudanças, a maioria pra bem não me parece duvidoso, mas algumas pra pior, você me têm vindo várias vezes à lembrança. Mande me dizer que está duro e firme no seu pôsto do Museu, pra me sossegar sobre ele e sobre você.

Um abraço

Mario de Andrade⁴⁴⁹.

Quanto à organização, um novo decreto nº 19801 de 1931 reorganizou o Museu Nacional instituindo nove divisões técnicas grupadas, para efeito administrativo, em 5 seções. Para cada uma das antigas seções foram criadas duas divisões técnicas e constitui-se uma nova seção intitulada História Natural (Serviço de Assistência ao Ensino)⁴⁵⁰. Vejamos como ficou a tabela abaixo:

Tabela 11 – Estrutura Organizacional do Museu Nacional (1931)

Lei	Ano	Diretor	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção	5ª Seção
Decreto nº 19801	1931	Edgard Roquette-Pinto	1ª divisão Mineralogia e Petrografia 2ª divisão Estratigrafia e Paleontologia	3ª divisão Botânica 4ª divisão Botânica	5ª divisão Zoologia 6ª divisão Zoologia	7ª divisão Antropologia 8ª divisão Etnografia (arqueologia)	História Natural

Fonte: Museu Nacional. (Brasil) Coleção dos Atos Administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.)

Com esta reforma todas as cadeiras ainda não ocupadas por efetivos, foram providas sem concurso, excetuando-se a divisão de estratigrafia e paleontologia onde foi aberto concurso posterior-

449 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 5 doc. 8

450 Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo decreto nº 19801 de 27 de março de 1931. RJ, 1936.

mente⁴⁵¹. Notamos que cada seção da instituição ganhou divisões que expressam a necessidade de maior especialização, não só na Antropologia como também nos demais ramos das ciências naturais.

Segundo o preparador da 4ª seção, J. H. A. Padberg-Drenkpol, que estudou ciências naturais na Europa, “as seções de zoologia e especialmente botânica [do Museu], ainda não puderam ser bem delimitadas por motivos especiais, em parte pessoais”⁴⁵².

Como prova da ênfase na função educativa do Museu, o Governo de Vargas criou em 1932 uma nova revista intitulada *Revista Nacional de Educação* deixando a edição a cargo de E. Roquette-Pinto⁴⁵³. Tinha periodicidade mensal e distribuição gratuita aos estabelecimentos do Ministério da Educação e a diversas associações e instituições. Segundo o Relatório do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1932,

os fins educativos do Museu Nacional, desdobram-se, destarte, na Revista Nacional de Educação, órgão que completa uma trilogia de cultura, com os “Arquivos” e com o “Boletim”, cujo renome honra a Ciência Brasileira em todos os países⁴⁵⁴.

Devemos lembrar que essas idéias estavam inseridas no debate em prol do ensino e de uma universidade, suas funções e

451 Foi aberto concurso para este cadeira em 1934. Desde a criação desta divisão em 1932 o preparador Padberg-Drenkpol da 7ª divisão de Antropologia, exercia a função de professor interino de Estratigrafia e Paleontologia. Solicita à Congregação a nulidade do concurso que aprovou o diretor da Escola Politécnica Rui de Lima e Silva e a aceitação de sua candidatura sem concurso. Depois de dois anos, retorna à sua função na 7ª divisão de Antropologia.

452 MN DR P.114 D.82. “Carta ao Roquette-Pinto ..”. 22/02/1934.

453 “Até agora, a União nada havia realizado em benefício da cultura popular. Esta revista representa a primeira contribuição feral à obra de educação do povo brasileiro, constituindo um notável empreendimento destinado a ter uma longa e proveitosa repercussão no país. Ao Dr. Roquette-Pinto se deve a iniciativa de editá-la; e sua competência e tenacidade representam uma segura garantia de que [ela] é uma obra destinada a viver e a vencer”. In: *Revista Nacional de Educação*. I. nº 1. RJ, 1932.

454 Relatório apresentado ao Exmo. Pres, Chefe do Governo Provisório Sr. Getúlio Dornelles Vargas pelo Ministro de Educação e Saúde Pública, Washington Ferreira Pires... 1932. p. 80. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/000082.gif> capturado em 22/12/2005.

sua autonomia, que movimentou vários intelectuais do período, entre eles, os cientistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro E. Roquette-Pinto, Candido Mello Leitão, Álvaro Osório de Almeida e outros intelectuais de peso, conforme constatou Paim: Tristão de Ataíde, Vicente Licínio Cardoso e Gilberto Amado⁴⁵⁵. Isso explica muita das relações constituídas entre o Museu e outras instituições como a Associação Brasileira de Educação e a Universidade do Rio de Janeiro e seu Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária, e mesmo a Academia Brasileira de Ciências e a Academia Brasileira de Letras, com a realização de conferências, visitas e consultas, empréstimo de material, entre outros.

Vamos conhecer agora os cientistas da 4º seção e caracterizar a área de atuação da antropologia.

2. Os (novos) cientistas no interior deste mundo

Pretendemos reconhecer os cientistas da seção, as relações estabelecidas entre eles com outros cientistas e instituições e caracterizar a área de atuação da seção. Faremos uso de documentos da Academia Brasileira de Letras, Arquivo do Museu Nacional e de seus periódicos correspondentes.

Devemos lembrar que o falecimento do chefe da seção Domingos S. de Carvalho em 1924 e a interinidade de Roquette-Pinto na direção da instituição, deixou a 4ª seção formada pelos seguintes funcionários: o conservador de arqueologia A. Childe, o preparador Otávio da Silva Jorge e os praticantes Alfredo de Moraes Coutinho Filho e Irineu Malagueta de Pontes, além de diversos auxiliares. É o caso de Heloisa Alberto Torres e de Raimundo Lopes, ambos praticantes gratuitos e depois auxiliares de pesquisa.

455 PAIM, A. "Por uma universidade no Rio de Janeiro". IN: SCHWARTZMAN, S. *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPQ, 1982. pp. 17-96. In: http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm#_Toc527462741 capturado em 02/12/2007.

Em 1925 foi aberto concurso para a função de professor substituto da seção de Antropologia e Etnografia, cuja vaga fora requerida pelo conservador de Arqueologia, Alberto Childe e acabou sendo negada pela Congregação⁴⁵⁶. De acordo com o edital publicado, foram inscritos cinco candidatos: Jorge Henrique Augusto Padberg-Drenkpol, Heloisa Alberto Torres, Francisco de Boya Mandacarú Araújo, Raimundo Lopes da Cunha e Cornélio José Fernandes Netto.

No processo de admissão à instituição em 1925, eles foram avaliados por uma banca examinadora formada pelos professores da casa, H. Bourguy de Mendonça, E. Roquette-Pinto e A. Miranda Ribeiro, em três exames distintos, o escrito, o oral e o prático. Os exames trataram de alguns temas: migrações indígenas do Brasil; sambaquis; cavernas do Brasil; diferenciação cultural dos índios do Brasil; caracteres somáticos da espécie humana; paleontologia humana na América do Sul; cruzamento na espécie humana⁴⁵⁷; entre outros.

456 Desde 1918 o conservador de arqueologia, A. Childe pleiteava sua promoção como assistente da 4ª seção em virtude de seus bons serviços prestados à ciência e ao Museu. Em 1920, Bruno Lobo em parecer a Congregação sugeria o título honorífico de Professor ao Childe, até que a organização do Museu permitisse uma seção própria para ele, o que nunca aconteceu. Ver: MN DR P. 447ª P. 80. "Considerações do Sr. A. Childe dirigidas à Congregação...". 30/12/1918. ; MN DR P. 85 D. 259 A. 30/09/1920; e Atas da Congregação. 476ª sessão. 26/02/1925. pp. 107-109.

457 O conteúdo da prova escrita foi: 1- migrações indígenas no Brasil; 2- sambaquis; 3- cavernas do Brasil; 4- tóxicos sagitários da América do Sul; 5- armas indígenas do Brasil; 6- diferenciação cultural dos índios do Brasil; 7- caracteres somáticos da Espécie Humana; 8- Regiões antro-po-geográficas do Brasil moderno; 9- morfologia comparada dos Primatas; 10- Tipos Negros importados no Brasil. O grande mercado de escravos. O conteúdo da prova oral: 1- tipos africanos introduzidos no Brasil; 2- Origem dos índios da América; 3- Centros de cultura indígena no Brasil; 4- classificação dos índios do Brasil; 5- diferenciação sexual da Espécie Humana; 6- Estudo etnográfico dos curares; 7- Zonas de influência étnica no Brasil moderno; 8- paleontologia humana na América do Sul – A raça de Lagoa Santa; 9- Cruzamentos na Espécie Humana; 10- o homem entre os primatas. Ver: Atas da Congregação. 478ª Sessão 27/07/1925.p. 119 e 479ª sessão 07/08/1925. p. 111.

As duas provas práticas aplicadas de Antropologia e Etnografia foram realizadas no Laboratório de Antropologia e demonstravam o nível de conhecimento de cada um dos jovens cientistas. Os pontos sorteados diziam respeito à “antropometria, determinação de um índice capilar e determinação de um índice nasal de um crânio” e o outro, era relativo à dois objetos da coleção do museu - um cachimbo de madeira dos índio botocudos do sul da Bahia e um capacete de couro de búfalo ornado de penas típico dos índios Iroqueses e Sioux-Dakota das regiões orientais dos Estados Unidos - devendo o candidato descrevê-los tecnicamente e determiná-los⁴⁵⁸.

Nos resultados apresentados J. H. A. Padberg-Drenkpol, formado em ciências naturais pelas Universidades de Múnic e Friburg na Alemanha⁴⁵⁹, mostrou-se hesitante no uso do material antropométrico. Segundo os avaliadores, ele “não conseguiu determinar o ângulo facial do paciente, apesar de terem sido postos à sua disposição quatro tipos de ganiômetros, em perfeito estado de funcionamento”. Empregou erroneamente a técnica para determinar o índice nasal do craneo além de renunciar a fazer a determinação do índice capilar, pois segundo o candidato, “nunca havia praticado”. No outro exame, descreveu minuciosamente um dos objetos mas não soube relatar de que material era fabricado⁴⁶⁰.

Heloisa Alberto Torres, treinada pelo próprio E. Roquette-Pinto, realizou todas as operações do exame com completo conhecimento das técnicas antropométrica, microscópica, micrográfica e craniométrica. Soube descrever metodicamente os dois objetos, caracterizando-os, determinando-os e definindo bem as suas espécies.

458 Atas da Congregação 480ª Sessão 10/08/1925.p. 112 e 481ª Sessão 12/08/1925.p. 112, respectivamente.

459 Este cientista é formado no Instituto Paleontológico e Geológico da Universidade de Friburgo, dirigido por W. Deecke, onde também se integra o Museu Pré-Histórico ou de Paleontologia Humana e pela Universidade de Munich. MN DR P. 112 D. 209-A. “Apelo prévio à Congregação...”. 29/03/1933.p.1.

460 Atas da Congregação 482ª Sessão 14/08/1925.p. 113-115.

Raimundo Lopes, soube determinar o índice nasal do crânio, mas teve dificuldade para determinar o índice capilar, cometendo graves erros ao empregar o antropômetro, invalidando sua prova. Na prova prática de Etnografia, ele conseguiu definir somente um objeto, não determinando nenhum deles. Segundo os avaliadores o candidato “descreveu sofrivelmente ambos os exemplares”⁴⁶¹.

O cargo foi ocupado por Heloisa A. Torres, ficando os outros candidatos com as respectivas colocações: Jorge. H. A. Padeberg-Drenkpol, Raimundo Lopes, Francisco B. Mandacarús Araújo e Cornélio J. Fernandes Netto⁴⁶². Vale ressaltar que os candidatos estavam iniciados na prática antropológica e seu aperfeiçoamento foi realizado dentro do convívio da própria instituição.

Com este concurso, foram admitidos no interior deste grupo outros dois integrantes: Cornélio Fernandes como praticante gratuito e J. A. Padberg-Drenkpol como auxiliar da seção. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 12 - Professor e Assistente da 4ª Seção do Museu Nacional (anos 20- séc. XX)

Ano	Seção	Professor	Assistente
1920-1925	4ª: Antropologia e Etnografia	Domingos Sérgio de Carvalho	E. Roquette-Pinto
1925-1930	4ª: Antropologia e Etnografia		Heloisa Alberto Torres

Fonte: Relatórios Ministeriais e da Seção e Livro de Assentamento do Museu Nacional.

Podemos resumir um pouco o trabalho desenvolvido por eles.

Desde 1922, Arthur Neiva, então diretor do Museu Nacional tentava admitir Raimundo Lopes no Museu Nacional, por meio de E. Roquette-Pinto, pois possuía publicações de acentuado valor⁴⁶³. Ele entrou no lugar do Alfredo de M. Coutinho e como naturalista auxiliar, realizou uma série de excursões na região Nordeste e Norte, especialmente, Maranhão. Participou nos Congressos Internacional dos

461 *Atas da Congregação*. 482ª Sessão 14/08/1925.p. 113-115.

462 *Atas da Congregação*. 477ª sessão. 18/07/1925. p. 109 e 482ª sessão. 14/08/1925.p. 115.

463 MN DA SECRET. Remessa 2004. Cx 7 – Lotação “Carta de Arthur Neiva ao E. Roquette-Pinto”. 04/07/1923

Americanistas, no Rio de Janeiro em 1922 com os trabalhos intitulados “A Civilização Lacustre no Brasil”, muito elogiado na ocasião e “Les Indiens Arikenes”; e com “Os Tupys do Gurupi” na Universidade de La Plata em Buenos Aires em 1932⁴⁶⁴. Dedicou-se aos estudos etnográficos, arqueológicos e antropogeográficos da planície maranhense e “questões bráslicas e americanistas”⁴⁶⁵. Elaborou vários mapas para a seção, como por exemplo, mapa da distribuição dos índios do Brasil, mapa etnográfico da América do Sul, da vegetação do Maranhão e das expedições do Museu Nacional⁴⁶⁶.

Treinada por E. Roquette-Pinto na técnica antropométrica, Heloisa Alberto Torres foi uma das auxiliares da pesquisa dos Tipos Antropológicos do Brasil⁴⁶⁷. Como professora substituta concursada, realizou vários estudos de etnografia sertaneja⁴⁶⁸ e de cerâmicas no Brasil, especialmente a arte indígena marajoara⁴⁶⁹. Participou como delegada do Brasil no Congresso Internacional dos Americanistas na Argentina em 1932⁴⁷⁰. Tornou-se posteriormente professora chefe e vice-diretora do Museu Nacional.

J. H. A. Padberg-Drenkpol⁴⁷¹ alemão naturalizado, refez o caminho de P. Lund em Lagoa Santa em Minas Gerais⁴⁷² e realizou

464 LOPES, R. “A civilização lacustre do Brasil”. In: *Separata do Boletim do Museu Nacional*. II. RJ: Imp. Nacional, 1924; LOPES, R. “Os tupys do Gurupys: ensaio comparativo”. In: *Separata de las Actas*. t. I. Universidade de La Plata, 1933; MN DA HAT cx. 4 d. 38i. 31/12/1932.

465 MN DR Relatório da Seção. 21/1/1930.

466 Mapas realizados por R. Lopes. Ver: MN DA HAT. C 11 p. 46; MN DR P 112 d 21. Relatório da seção. 10/1/1934.; MN DR P. 118 D 14 Relatório da seção.

10/1/1932; MN DR Relatório da seção. 24/1/1930, respectivamente.

467 MN DR P. 89 D. 65. Relatório da seção. 15/1/1922.

468 MN DR P. 100 D. 31 A. Relatório da seção. 10/1/1927.

469 MN DR Relatório da seção. 10/1/1931.

470 MN DA HAT. Cx 14 D 99.

471 No Livro de Assentamento do Museu Nacional, ass. 6 e 10, Padberg-Drenkpol, alemão naturalizado, se considerava arqueólogo.

472 MN DR P. 100. D. 31-A Relatório da seção. 10/1/1927.

outras excursões pelo país⁴⁷³, desenvolvendo pesquisas paleontológicas-geológica e paleoetnológica.

Neste período, Cornélio Fernandes trabalhou na organização da carta etnográfica do Rio de Janeiro baseando-se na leitura de livros e documentos de naturalistas-viajantes e memorialistas como Fernão Cardin, Hans Staden, Mello Moraes⁴⁷⁴. Seu estudo intitulado “Etnografia indígena do Rio de Janeiro” foi publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1926⁴⁷⁵.

Outros cientistas ingressaram no corpo da seção durante a gestão de E. Roquette-Pinto. Maria Júlia Pourchet entrou inicialmente como praticante gratuita na seção de Assistência ao Ensino de História Natural e depois tornou-se assistente de Heloísa Alberto Torres⁴⁷⁶. Os demais pesquisadores eram associados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Álvaro Fróes da Fonseca, que foi praticante gratuito da seção de Zoologia em 1914, ingressou em 1926, como professor substituto interino da seção, tornando-se em 1931, professor da seção; Ermirio Estevam de Lima, foi assistente voluntário de Fróes da Fonseca em 1927 e tornou-se preparador em 1932; Roberto F. Hinrichsen, foi praticante gratuito e depois assistente da seção em 1929; Odilon da Silva Tavares foi assistente voluntário de antropologia neste mesmo ano e Moyses Xavier de Araújo, estudante da Faculdade, foi praticante gratuito em 1930. José Bastos de Ávila foi admitido como professor interino durante o impedimento de Fróes da Fonseca e posteriormente nomeado professor da seção em 1934⁴⁷⁷.

As novas divisões técnicas da 4ª seção, instituídas pelo decreto nº 19.801 de 1931, abrangiam uma os estudos de antropologia

473 MN DR Relatório da seção. 24/1/1930.

474 MN DA SECRET. Remessa 2004. Cx 7 – Comissões. 19/08/1925

475 FERNANDES, C. “Etnografia indígena do Rio de Janeiro”. *Boletim do Museu Nacional*. f.4, 1926.

476 MN DR P. 111 D. 530 1932; Arquivo Particular Maria Julia Pourchet – SP – “Curriculum Vitae”.

477 Livro de Assentamento dos Funcionários do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

física e a outra os estudos de etnografia⁴⁷⁸. No Relatório da Seção encaminhado por Heloisa Alberto Torres em 1931 ela comenta que:

Esta foi a sanção oficial de um regime cuja prática data, na Seção, da nomeação do Prof. Álvaro Fróes da Fonseca realizada em 1926 para o cargo, hoje, de Professor Substituto. Tal medida vinha se tornando muito necessária. A literatura sempre crescente e a multiplicidade de pesquisas especializadas exigem do Professor aplicação e trabalho que não contavam mais uma direção única sem prejuízo grave para um dos ramos de estudo⁴⁷⁹.

Assim ficou a tabela de funcionários da 4ª seção em 1932:

Tabela 13 - Funcionários da 4ª Seção do Museu Nacional (1932)

Divisão	Professor	Preparador	Praticante
7ª	Álvaro Fróes da Fonseca	Jorge Augusto Padberg-Drenkpol / Ermírio Estevam Lima	Guy José Paulo de Hollanda
8ª	Heloisa Alberto Torres	Raimundo Lopes da Cunha (interino)	Moysés Gikovate

Fonte: Relatório da Seção. 1932

Conforme apontou o preparador Padberg-Drenkpol, que estudou em Friburg e em Munich entre 1912-1924 e teve como professores, o antropólogo físico E. Fischer e o etnólogo Koch-Grumberg⁴⁸⁰, a especialização das ciências demonstrava a

478 Encontramos referência à antropologia física no Relatório da Seção de 1929 que informa a alteração da distribuição das coleções de Antropologia e Etnografia no Museu. As coleções ficaram organizadas da seguinte maneira: 1- antropologia física; 2-Idade do Homem (em organização); 3-O Homem na América (Pedra); 4- Paleoetnografia. Cerâmica. Brasil; 5- Cerâmica Moderna. Brasil; 6- Cerâmica. América; 7-8-9-10 Coleções etnográficas (distribuição do material dos diferentes grupos indígenas, dispostos por ordem geográfica); 11- Populações regionais do Brasil atual (Etnografia Sertaneja); 12-Etnografia estrangeira; 13- Arqueologia Clássica. Ver: Relatório da Seção. 24/01/1930. p.2 e 3. Não encontramos, posteriormente, nenhuma informação detalhada sobre esta nova distribuição.

479 MN DR P. 117 D. 14. Relatório da seção. 10/01/1932.p. 1.

480 Segundo Padberg-Drenkpol, ele estudou Geologia histórica e geral com Wilh. Deecke; Mineralogia e Petrografia com A. Osann; Mineralogia Geográfica com Ludw. Neumann; Cartografia Geográfica com L. Neumann e Geológica com E. Wepfer; Paleontologia Vegetal e Animal com W. Deecke e E. Wepfer; Paleontologia dos Invertebrados com E. Wepfer; Paleontologia dos Vertebrados e Paleontologia Humana como Karl Deninger

dificuldade de que uma só pessoa possuísse os vários ramos do conhecimento das ciências naturais, justificando assim, a divisão da 4ª seção. Para ele:

Ganha, por exemplo, a antropologia (física), quando rigorosamente circunscrita, sem abranger os vastos domínios da etnografia, e vice-versa. Assim na Europa, especialmente na Alemanha, mal haverá uma Universidade em que ainda haja uma cadeira comum de mineralogia e geologia. Avisadamente dividiu-se, pois, no Museu a antiga seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia (...) ⁴⁸¹.

Com estes profissionais, a 4ª seção e o Museu estabeleceram contatos com diferentes instituições, como por exemplo, a Universidade do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Educação.

Atendendo a pedido do reitor da recém-criada Universidade do Rio de Janeiro, o Museu Nacional e a seção de Antropologia auxiliaram as Conferências do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária com material e pessoal para ilustração ⁴⁸². Este instituto foi criado em 1923 “para animar e manter o intercâmbio intelectual franco-brasileiro pela permuta anual de professores franceses e brasileiros, incumbidos de cursos especiais” ⁴⁸³. Foi o caso dos professores franceses, L. Lapique e Moret, que realizaram palestras na Academia Nacional de Medi-

e com Max Schlosser; Zoologia com Franz Doflein; Botânica com Friedr. Oltmanns; Anatomia Comparada com Franz Keibel; Osteologia e Antropologia (geral e especial) com Eugene Fischer e Etnologia com Koch-Grümbert. In: MN DR P. 114 D. 183 A. “Carta de Padberg-Drenkpol ao Roquette-Pinto...”. 18/03/1933.

481 MN DR P.114 D.82. “Carta ao Roquette-Pinto ..”. 22/02/1934.

Vale apontar a diferença apresentada por este cientista, que se refere à disciplina de Fischer como Antropologia (geral e especial) tal como definida por R. Martin e à seção do Museu Nacional com a antropologia (física) e a etnografia.

482 Relatório apresentado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio, Geminiano Lyra Castro..(ano de 1927). RJ: Typ. Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1929. p. 58. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000062.gif> capturado em 22/12/2005.

Sobre este Instituto ver também: PATRICK, P. “Ciências, Impérios, relações científicas franco-brasileiras”. In: HAMBURGER, A. I. *et al.* (org.) *A Ciência nas relações Brasil-Frnça (1850-1950)*. SP: Edusp, 1996.

483 *Revista da Universidade do Rio de Janeiro*. Série II nº I, RJ: Imprensa Nacional, 1932. p. 263.

cina e na Academia Brasileira de Letras e “distinguiram o Museu com suas ilustres visitas”. Informa o relatório ainda que o professor Lapicque realizou pesquisas antropológicas em colaboração com técnicos do Museu⁴⁸⁴ e em 1927 realiza a conferência ‘Negros da Ásia’ no Museu Nacional⁴⁸⁵. Na seqüência deste convênio, o Museu Nacional enviou a Paris em 1929, o geólogo do Museu Alberto Betim Paes Leme para cursos, entre eles o intitulado “Fatores Geográficos na Economia do Brasil”; em 1932, substituindo E. Roquette-Pinto foi enviado o botânico, Alberto José Sampaio e, posteriormente, em 1934, Alberto Betim Paes Leme recebeu o título de Professor honorário da Universidade de Paris⁴⁸⁶. No estreitamento das relações, foram realizados em 1933 os cursos: de Extensão Universitária de E. Roquette-Pinto e J. Padberg-Drenkpol; de Aperfeiçoamento de Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes, Alberto José Sampaio e Candido Mello Leitão; e de Especialização de José Bastos de Ávila⁴⁸⁷.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada em 1924 e tinha uma seção de Ensino Técnico e Superior, adotando como praxe a realização de conferências realizadas no Auditório da Escola Politécnica. Segundo Paim, a partir de 1926, tiveram início os Cursos de Alta Cultura e Especialização na ABE sob a presidência

484 Relatório apresentado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio, Geminiano Lyra Castro..(ano de 1927). RJ: Typ. Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1929. p. 58. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000062.gif> capturado em 22/12/2005.

485 MN DA SECRET. Remessa de 2004. Cx 8 P. 5. ‘Carta de Roquette-Pinto a Heloisa A. Torres...’. 14/10/1927.

486 MN DR P. 114 Doc. 46 e 229.

487 Os temas dos cursos foram: curso popular de Biologia de E. Roquette-Pinto; curso de Estratigrafia e Paleontologia de J. H. Padberg-Drenkpol; curso de Estudos Nacionais de Etnografia do Brasil com Heloisa A. Torres e R. Lopes, Fitogeografia com A. José de Sampaio e Escorpiões e outros Aracnídeos Peçonhentos do Brasil com C. Mello Leitão; e de Antropometria com J. Bastos de Ávila. Ver: *Revista da Universidade do Rio de Janeiro*. Série II nº I, RJ: Imprensa Nacional, 1932. p. 293, 294, 296 e 304, respectivamente. Segundo M. J. Pourchet os cursos foram realizados no Museu Nacional.

do Prof. F. Labouriau. Esses cursos eram limitados entre cinco e dez aulas, realizando-se simultaneamente três ou quatro deles. E. Roquette-Pinto, como membro honorário, realizou um curso de Antropologia⁴⁸⁸ neste ano, juntamente com os cursos de outros quatro professores: Amoroso Costa sobre ‘As idéias fundamentais da Metemática’, Everaldo Beckheuser sobre ‘A estrutura Geo-política do Brasil’ e Euzébio de Oliviera sobre ‘A constituição Geológica do Brasil’ e Mauricio Joppert sobre ‘Estudo teórico e prático das bombas centrífugas’⁴⁸⁹. Nesse ano registrou-se um público de cerca de 100 pessoas, dispendo de 300 a 400 ouvintes nos vários cursos, revela Paim⁴⁹⁰. Entre os ouvintes, encontravam-se Álvaro Fróes da Fonseca⁴⁹¹ e Heloisa Alberto Torres⁴⁹². Em 1928 Alberto Childe também realizou uma conferência nesta mesma Associação, intitulada “Os nomes do cão na Antiguidade”⁴⁹³.

Além dessas instituições, destacamos os contatos estabelecidos pela 4ª seção do Museu Nacional com: os Institutos Históricos, a Escola Nacional de Belas Artes e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, por meio dos trabalhos de Heloisa Alberto Torres; o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Museu Goeldi com R. Lopes; a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o Serviço de Infantaria do Exército com os trabalhos dirigidos

488 Segue o programa de curso de E. Roquette-Pinto: 1- Conceito atual da antropologia; 2- o homem e os primatas; 3- As raças humanas e a sua classificação; 4- Paleontologia humana. Povoamento da Terra; 5- As aplicações práticas da Antropologia. ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 30. Doc.74

489 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 30. Doc.74

490 PAIM, A. “Por uma universidade no Rio de Janeiro”. IN: SCHWARTZMAN, S. *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPQ, 1982. pp. 17-96. In: http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm#_Toc527462739 capturado em 02/12/2007.

491 Este relato foi apresentado pelo A. Fróes da Fonseca em sua conferência ‘Os Grandes Problemas da Antropologia’ proferida na ocasião do Congresso de Eugenia no Rio de Janeiro em 1929. p. 64.

492 Segundo uma carta de Heloisa a Roquette-Pinto, sobre seu trabalho nas jazidas de Iguape em São Paulo, ela chegaria a tempo para assistir ao curso de Beckheuser. In: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 30. Doc.45.

493 MN DR P. 103 D. 424. *Relatório da Diretoria*. 31/12/1928.

por Fróes da Fonseca; e o Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal com J. Bastos de Ávila⁴⁹⁴.

Vale frisar que Arthur Neiva foi quem estreitou as relações com a Faculdade Medicina de São Paulo, introduzindo dois importantes cientistas no círculo do Museu Nacional. Em carta a Roquette-Pinto, da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo, ele escreve:

São Paulo 08/10/1926

Meu Caro Roquette,

Tive o prazer de receber a visita do Professor Bovero no serviço. Falou-me do seu trabalho relativo à dissecação da índia, que conhecia através de referências (...). Você sabe que Bovero é, de todos os estrangeiros aqui contratados, o de mais renome, além de ser um anatomista de fama universal (...)⁴⁹⁵.

Em 1927, Neiva faz o mesmo com Renato Locchi apresentando-o ao Roquette-Pinto e solicitando fascículo de um artigo de Fróes da Fonseca intitulado “As novas fichas antropológicas do Museu Nacional” para Locchi⁴⁹⁶. A convite do diretor do Museu, esse cientista paulista publica um artigo intitulado “A arteria celiace e suas ramificações no genero bradypus (das arterias do estomago em particular). Contribuição ao estudo anatômico dos Xenarthras brasileiros” nos *Archivos do Museu Nacional* de 1927⁴⁹⁷.

A intensa vida internacional do Museu Nacional foi destacada em vários relatórios, que era visto como uma das representações da intelectualidade do Brasil. Eram ressaltados, com frequencia, as visitas de importantes cientistas internacionais ao Museu e os

494 Ver Relatórios e documentos: H. A. Torres – MN DR 10/1/1931, MN DR 24/1/1930, MN DR P100 D31A 10/1/1927; R. Lopes – MN DR P. 111 D 689 A, MN DR 10/1/1931; A. F. Fonseca - MN DR 10/1/1931; J. B. Ávila MN DR P. 112 D21 31/12/1933.

Destaco o curso de etnografia de Heloisa A. Torres na Sociedade de Geografia.

495 ABL. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 23. Doc. 25

496 MN DR P.100 D.265 B; P. 100 D. 319; e, P.103 D. 222, respectivamente.

497 MN DR P. 102 D. 222. “Carta do Roquette ao Locchi...”. 1928.

trabalhos que realizavam no laboratório da seção de Antropologia e Etnografia.

É o caso da passagem de Max Schmidt ao Museu. Em início de 1926 este cientista alemão do Museu Etnográfico de Berlim em carta a Roquette-Pinto, solicita um emprego no Museu Nacional ou no Serviço de Proteção aos Índios⁴⁹⁸. Com o auxílio de E. Roquette-Pinto e os contatos com Rondon e a Inspetoria de Proteção aos Índios, veio ao Brasil realizar expedições bienais ao Mato Grosso no período de 1926 a 1938, mantendo correspondência freqüente com o diretor da instituição. Fez algumas visitas ao Museu Nacional entre suas viagens. Conforme mencionou, as grandes coleções do Museu Nacional contêm muito materiais a respeito dos índios do Brasil e até hoje não são muito conhecidas na Europa⁴⁹⁹.

Outro exemplo é do americanista francês Paul Rivet, que permaneceu no Museu por dois meses em 1928. Sobre o Museu, ele comentou:

Persone n'a le droit de parler d'ethnographie brésilienne s'il n'a visité et étudié en détail les admirables collections du Musée National do Rio de Janeiro. Jamais je ne me suis autant instruit que pendant les trops courtes semaines que j'ai passées à Rio. J'en emporte un souvenir délicieux⁵⁰⁰.

Segundo o Relatório da Seção, ele “levou para Paris modelos dos três tipos de catálogos em que registramos o nosso material científico afim de organizar da mesma maneira as coleções do Museu do Trocadero de que é diretor”⁵⁰¹. Ele ministrou um curso denominado “Americanismo e Etnologia Comparada da América e

498 ABl. Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 24 Doc. 81 e 92., Cx 30 doc. 70.

499 SCHMIDT, M. “Resultados da minha expedição bienal à Mato Grosso (de setembro de 1926 a agosto de 1938)”. In: *Boletim do Museu Nacional*. Vol. XIV-XVII. RJ: Imprensa Nacional. pp. 241-285. e “Sobre o direito dos selvagens tropicais da América do Sul”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol. VI- fasc III. RJ: Imprensa Nacional, 1930. 500MN DR P. 103 D. 424. Relatório da diretoria. 31/12/1928
501 MN DR P. 103. D. 424. Relatório da Seção. 31/12/1928. p. 1.

da Oceania” em 1928⁵⁰² e publicou um artigo, “L’Anthropologie” no *Boletim do Museu Nacional* deste mesmo ano⁵⁰³.

Outro cientista que visitou a instituição foi Alfred Métraux em 1929. Discípulo de P. Rivet e Barão de Nordensköld, ele viajava à Argentina para fundar uma cadeira de etnologia na Universidade de Tucuman. No Museu Nacional do Rio de Janeiro, realizou uma conferência intitulada “Um monde perdu: la tribu des chiapas de Carangas” publicada no *Boletim do Museu Nacional*⁵⁰⁴.

As relações com os norte-americanos também se frutificam. Em outubro de 1929 o antropólogo Leslie Spier da Universidade de Washington solicita a E. Roquette-Pinto a participação no livro *New International Year Book* com um resumo das novidades da antropologia e da etnologia desenvolvidas por ele próprio e pela instituição para serem incluídas neste número. Em resposta a Spier datada de dezembro de 1929, ele envia uma descrição dos trabalhos de: J. A. Padberg-Drenkpol. A. Childe, J. Bastos de Ávila, A. Fróes da Fonseca, R. F. Henrichsen, Ermiro Lima e O. da Silva Soares⁵⁰⁵.

Em março de 1934 E. Roquette-Pinto recebe uma carta do norte-americano Jules Blumensohn que era orientando e assistente do antropólogo Franz Boas. Por indicação da seção de ciências biológicas do Conselho Nacional de Pesquisas dos EUA, J. Blumensohn solicita a Roquette-Pinto que consinta em orientar seus estudos antropológicos sobre tribos primitivas do Brasil. Com material e financiamento necessários para a pesquisa, o antropólogo norte-americano explica que a supervisão de Roquette-Pinto seria de fornecer a direção intelectual: discussão dos problemas que surgissem, seleção de lugares mais adequados a visitar e discussão de problemas especiais de que ambos estivessem interessados. Blumensohn enfatiza que o principal objetivo de selecioná-lo como

502 MN DR P. 103 D. 52.

503 RIVET, P. “L’Anthropologie”. *Boletim do Museu Nacional*. RJ, 1928.

504 *Relatório da seção*. 31/01/1930. e *Boletim do Museu Nacional* v. XIII. nº 3-4 RJ, 1937. pp. 69-100.

505 MN DR P. 105 Doc. 517. “Carta de Spier a Roquette..”. 03/10/1929.

orientador é “dar-me uma mudança de ambiente intelectual”. A resposta do aceite foi enviada e em carta de maio do mesmo ano, J. Blumensohn informa que ainda não havia recebido resposta do Conselho, esperando que o projeto se iniciasse em 1935⁵⁰⁶. Um esboço preliminar de seu trabalho foi publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1936⁵⁰⁷.

Devemos lembrar que Roquette-Pinto tinha feito contato com Franz Boas nos anos 10 e que ambos se conheceram pessoalmente no Congresso dos Americanistas de Gottemburgo em 1924. A convite de F. Boas, Roquette-Pinto visita os EUA nessa ocasião. Desde então, a influência das idéias de Boas aparecem com frequência nos trabalhos dos cientistas da seção, como A. Fróes da Fonseca, J. Bastos de Ávila, Heloisa A. Torres, R. Lopes e M. Julia Pourchet.

Fróes da Fonseca, na conferência do I Congresso Nacional de Eugenia em 1929, afirma que a mestiçagem em si não é causa de degradação, pelo simples fato de serem mestiças em vários graus todas as populações atuais da terra. Recupera o trabalho de F. Boas, seu livro *Kultur und Rasse*, que comprovou “a argumentação espetacular” em que se baseiam os defensores de uma pretensa superioridade racial. Lembra que nada impede que populações, “após amplos períodos de estacionamento, rapidamente conquistem, como aconteceu no Japão, lugar proeminente”. Outras pesquisas, como de E. Fischer sobre os mestiços de Rehoboth e de E. Rodenwafdt sobre os mestiços de Kisar, que segundo Fróes “praticamente correspondem às de um laboratório”, corroboram a tese de que um povo mestiço apresenta alta natalidade, pequena mortalidade infantil, qualidades físicas de uma população sadia e forte e que portanto, não apresentam indícios de degeneração física.

506MN DR P. 114 D. 112 6/04/1934 e MN DR P. 114 D. 225 21/05/1934.

507BLUMENSOHN, J. “A preliminary sketch of the kinship and social organization of the Botocudo Indians of the Rio Plate in the municipality of Blumenau, Santa Catarina, Brazil”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol.XII – fasc. III. 1936. pp. 19-28.

Como antropólogo mendeliano, semelhante a Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca defendeu que só o conhecimento das leis de Mendel, “mostram, como se alternam, combinam, dissociam e recombina caracteres, pode fornecer base científica aos estudo analítico de uma população mestiça”⁵⁰⁸. Diante disso, é preciso evitar, afirma Fróes para um público em que predominava os defensores de uma eugenia vista como negativa⁵⁰⁹, a confusão inconsciente ou intencionalmente feita dos mestiços criados em condições saudáveis com os que se rejeitam à margem da sociedade, (...), [e que são] presa fácil do álcool, da sífilis, da opilação e da malária.

Reitera a importância das pesquisas de Roquette-Pinto⁵¹⁰, pois evidenciam

(...) que a nossa gente, mestiça, sempre em condições de saúde, é fisicamente forte e que tem demonstrado, na conquista de seu território, reservas taes de energia moral, que permitem encarar com otimismo o futuro⁵¹¹.

508FRÓES da FONSECA, A. “Os Grandes Problemas da Antropologia”. Conferência proferida no Congresso de Eugenia reunido em comemoração do centenário da Academia Nacional de Medicina. RJ, 1929. P.76-77.

509Stephan, N. L. “A Hora da Eugenia”: *raça, gênero e nação da América Latina*. RJ: Ed. Fiocruz, 2005. P. 168- 171 . A autora assinala que a eugenia negativa e racista, baseada na transmissão dos caracteres adquiridos, começou a circular no final da década de 20 e tinha como representante Renato Kehl e seus aliados. Diferentemente era o pensamento de E. Roquette-Pinto que invertendo o uso que Charles Davenport dera à genética mendeliana, defendia a mestiçagem sob o ponto de vista brasileiro, quaisquer que fossem seus tipos raciais.

510PALLARES-BURKE, M.L.G. afirma que os “trabalhos de E. Roquette-Pinto teriam contribuído para que G. Freyre percebesse o caráter não-científico do racismo que admirara, passando a ver a miscigenação de uma nova perspectiva”. Roquette-Pinto e G. Freyre assinaram em 1935 o *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Racismo*. A Autora assinala também a forte impressão das idéias de Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e de Heloisa A. Torres em G. Freyre no final da década de 1920. In: Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos. SP: UNESP, 2005. p. 334-336

511 FRÓES da FONSECA, A. “Os Grandes Problemas da Antropologia”. Conferência proferida no Congresso de Eugenia reunido em comemoração do centenário da Academia Nacional de Medicina. RJ, 1929. P.78.

A influência de tais idéias aparece também em outras ocasiões no grupo do Museu Nacional. Raimundo Lopes apresentava, no *Boletim do Museu Nacional* de 1927, uma resenha do trabalho de Boas sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, publicado no *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. Resumindo as conclusões do autor mostrava que o ambiente determina variações de peso e estatura, sem embargo de descendência⁵¹². Destacamos também que, em 1933, Lopes inclui em seu programa de curso no Museu Nacional a Expedição de Morris Jesup e a escola de Boas⁵¹³. Em suas memórias, M. Julia Pourchet confirma que o curso de J. Bastos de Ávila foi que a introduziu na leitura das obras de Boas, trocando correspondência com o antropólogo norte-americano entre 1936-1938 no Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal⁵¹⁴.

Este grupo de antropólogos do Museu Nacional, eram defensores de uma antropologia em que cruzamentos entre raças e a mestiçagem eram vistos de uma nova perspectiva. Pensando ser a mestiçagem antes de tudo uma “combinação”, como afirmava Roquette-Pinto, os antropólogos da instituição procuravam mostrar em seus estudos que os problemas sociais e não a raça eram os responsáveis pelos rumos da nação. Defendiam portanto os valores dos brasileiros comuns e uma educação do povo em prol do progresso e da civilização.

Conhecidos seus integrantes e sua rede de relações, vejamos quais foram as expedições da seção.

512 LOPES, R. “Influência do ambiente sobre o desenvolvimento humano”. In: ‘Notas & Opiniões (Revistas das Revistas). *Boletim do Museu Nacional*. III. RJ, 1929.p.73

513 MN DA HAT. Cx 11 d. 46.

514 MOURA, M. M. Memorial de Livre-Docência. DA/FFLCH-USP, 2000. p. 5.

3. O campo desvelado: as expedições científicas da 4ª seção

O estudo dos trabalhos de campo nos permite conhecer o desenvolvimento da prática antropológica no Museu Nacional. Neste sentido, tencionamos conhecer quem realiza o trabalho de campo, onde ele é feito e como ele é praticado pelos cientistas da 4ª seção do Museu Nacional entre 1925-1935. Destacaremos, para análise, alguns dos trabalhos realizados, buscando enfatizar quais os temas e problemas levantados por eles.

A falta de relatórios frequentes que registrem a atividade levou-nos a buscar mais informação em outros Relatórios, documentos e artigos pertencentes à Biblioteca e ao Arquivo do Museu Nacional, documentos do Fundo Sociedade Etnográfica e Folclórica do Centro Cultural de São Paulo, textos da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e no romance No Pacoval do Carimbé, de autoria de José Bastos de Ávila, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933.

Faremos uso, também, do livro da antropóloga Dinah Lévi-Strauss, pois consideramos que, por ser contemporâneo, é uma boa fonte para entender como os antropólogos trabalhavam nesta época. Lembremos que Dinah Lévi-Strauss esteve na década de 30 em São Paulo, por ocasião da criação da Universidade de São Paulo. A convite de Mario de Andrade, chefe do Departamento de Cultura da Administração Municipal, ela ministrou um curso de Etnografia em 1936, na então criada Sociedade de Etnografia e Folclore.⁵¹⁵ O

515 A Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939) visava promover e divulgar os estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos, propondo-se: 1) incentivar a cooperação entre associados, organizando-se em grupos para pesquisa e trabalhos coletivos; 2) proporcionar reuniões internas e excursões de estudo, com programas previamente traçados; 3) manter intercâmbio com instituições congêneres; 4) auxiliar coleções etnográficas; 5) realizar conferências, cursos e publicações. Sociedade se propõe, como tarefa imediata, a elaboração do vocabulário etnográfico nacional. In: CCSP. Fundo da Sociedade de Etnografia e Folclore – cx 2 doc. 60

curso fundamentava-se em bases práticas de antropologia física e cultural, visando formar folcloristas para o trabalho de campo⁵¹⁶. O resultado deste curso foi a publicação do livro Instruções Práticas para Pesquisa de Antropologia Física e Cultural em 1936, enviado por Mario de Andrade à Heloisa Alberto Torres⁵¹⁷.

Com base em vários relatórios, em livros e no periódico *Boletim do Museu Nacional*, construímos as tabelas abaixo:

Tabela 14 - Expedições Científicas da 4ª sessão do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1926-1928)(continua)

Período	Expedição	Funcionário(s)	Objetivo(s)	Local de Publicação
1926	São Paulo	Raimundo Lopes e Ney Vidal	Investigação de objetos de sílex encontrados na região da Sorocabana (Capão Alto perto de Itapetininga) e no Museu do Ipiranga	Boletim do Museu Nacional

Entre os fundadores encontramos além de Dinah e Claude Lévi-Strauss, Edmund Krugg, Emilio Willems, Fernand Braudel, Pierre Monbeig e Sergio Millet. Entre os sócios, temos E. Roquette-Pinto, Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes, Arthur Ramos, Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freire. In: CCSP. Fundo da Sociedade de Etnografia e Folclore. Cx1 d. 32 e 33.

A Sociedade publicava uma seção da *Revista do Arquivo Municipal*, denominada 'Arquivo Etnográfico', que registrava comunicações etnográficas e um *Boletim* de periodicidade mensal. Pretendia editar um segundo número do livro, "bem mais longo" do que o primeiro. Publicou as fichas de colheita de objetos, "destinadas tanto a colheita entre ameríndios como no povo". MN DA HAT. Cx. 13 P. 17

516 O curso teve duração de 6 meses e contou com uma lista de 54 alunos entre os quais Hélio Damanda,ONEYDA Alvarenga, Antonio Rubbo Muller, Luis Saia, Ernani Silva Bruno. CCSP. Fundo Sociedade Etnográfica de São Paulo. Cx1 d. 1

517 MN DA HAT. Cx. 13 P. 17. 'Carta de Mario de Andrade a Heloisa A. Torres'. SP. 8/2/1937. Mario de Andrade afirmava em carta: "Quero que veja o que o Departamento de Cultura esta fazendo pela Etnografia Nacional (...). Consegui o ano passado realizar um curso prático, exclusivamente prático de Etnografia, (...), com exceção quase exclusiva de Roquette-Pinto e seu grupo aí no Museu, além de alguns teóricos, a etnografia nacional é um desastre de apriorismo e amadorismo". Além de Heloisa A. Torres, este livro consta na biblioteca particular de L. Castro Faria.

1926-27	Maranhão	Raimundo Lopes	Investigação nas jazidas paleoetnológicas da região do Tury e do Paricumã objetivando estudos geográficos e arqueológicos	Relatório da Diretoria
1927	Lagoa Santa, MG (1)	J. Padberg-Drenkpol	Investigação e coleta de material antropológico	Relatório da Diretoria
1927	Guaratiba, RJ	Raimundo Lopes e Silvio Fróes de Abreu	Investigação de cavernas	Boletim do Museu Nacional
1927	Iguape, SP	Heloisa A. Torres	Investigação paleoetnológica com coleta de material e registro fotográfico para etnografia sertaneja	Relatório da Diretoria
1928	Magé, RJ	Heloisa A. Torres	Investigação e coleta de material antropológico	Relatório da Diretoria
1928	Parati, RJ	Raimundo Lopes e Silvio Fróes de Abreu	Investigação de Sambaqui	Boletim do Museu Nacional
1928	Serra dos Macacos, S. Francisco Xavier, RJ	Heloisa A. Torres	Investigação de material antropológico	Relatório Ministerial

Fontes: Relatórios Ministeriais, *Boletim do Museu Nacional*, Relatório de Diretoria

Tabela 15 - Expedições Científicas da 4ª sessão do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1928-1935) (continuação)

Período	Expedição	Funcionário(s)	Objetivo(s)	Local de Publicação
1928	Santa Maria, RS	J. Padberg-Drenkpol	Coleta de material fóssil nos sambaquis	Relatório Ministerial e de Diretoria
1929	Lagoa Santa, MG (2)	J. Padberg-Drenkpol	Investigação das cavernas fósseis	Relatório Ministerial e de Diretoria
1929	Porto Vitória (colônia alemã), PR Maceió, AL	J. Padberg-Drenkpol	Investigação e coleta de material fóssil	Relatório de Diretoria
1930	Recife, PE Belém e Ilha de Marajó, PA	Heloisa A. Torres	Investigação, estudo e coleta de material sobre cerâmica indígena paleontográfica amazônica	Relatório Diretoria e o romance de J. B. Ávila. <u>No Pacoval do Carimbe</u>

1930	Lagoa Santa, MG (3)	J. Padberg-Drenkpol	Investigação das cavernas fósseis para levantar mapa da região e determinar material fóssil	Relatório de Diretoria
1930	Baixada Parámaranhense	Raimundo Lopes	Estudo de natureza etnográfica dos povos Tembás e Urubus	Relatório de Diretoria
1930	Jazidas do Turi, Maranhão	Raimundo Lopes	Investigação e coleta de dados e de material das aldeias lacustres; definir a situação dos aborígenes extintos do MA na arqueologia sul americana.	Relatório de Diretoria
1935	Ponte-Nova, MG	Heloisa A. Torres	Pesquisa e coleta cerâmica indígena da região	Relatório da Diretoria
1935	Estado do RJ	Heloisa A. Torres	Investigação de cerâmicas da faixa oriental brasileira	Relatório da Diretoria
1935	Belo Horizonte, MG	J. Padberg-Drenkpol e J. Bastos de Ávila	Estudo do Homem de Lagoa Santa	Relatório da Seção

Fontes: Relatórios Ministeriais, *Boletim do Museu Nacional*, Relatório de Diretoria, Relatório da Seção, No Pacoval do Carimbé.

A partir das expedições, vemos que as pesquisas da 4ª seção do Museu Nacional apresentavam como finalidade estudos de paleontologia humana, de arqueologia e etnografia regional e de arqueologia indígena, ocorrendo em diferentes regiões do país, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, região Sul, região Norte e Nordeste.

Observamos que as investigações são realizadas em sambaquis, em cavernas fósseis e entre índios e populações regionais coletando diferentes materiais, relativos à vida e à arte indígena e à arte das populações regionais (etnografia sertaneja), restos fósseis humanos e de animais.

As questões da origem do homem americano, povoamento e migrações no continente americano integram o debate no meio antropológico. Devemos lembrar que nestes anos a unidade da espécie humana deixou de ser controversa e o mundo científico foi reconhecendo cada vez mais a unidade específica do homem.

Os trabalhos de campo realizados por J. Padberg-Drenkpol, procuraram refazer o itinerário de P. Lund, “o fundador da pale-

ontologia brasileira”⁵¹⁸. Padberg realizou três excursões à região de Lagoa Santa em Minas Gerais nos anos de 1927, 1929 e 1930 para realizar estudos do homem pré-histórico nas cavernas de Lagoa Santa e da fauna fóssil da região, ou seja, prosseguir as pesquisas paleoantropológicas. Na tentativa de levantar um mapa da região calcária coligiu diversos “restos humanos, alguns craneos relativamente completos, maxilares inferiores e superiores, dentes soltos e outros ossos do esqueleto” e muitas “partes petrosas do osso temporal, muitas vezes as únicas testemunhas de um indivíduo”⁵¹⁹. Estas iniciativas foram muito elogiadas no Relatório de 1929:

Acredito que esta seja uma das mais importantes medidas postas em prática ultimamente, no domínio científico, pelo Governo republicano. (...) É intuito da diretoria do Museu Nacional não interromper essas investigações, que só poderão estar concluídas dentre de alguns anos, recolhendo todos os documentos referentes à pesquisa efetuada⁵²⁰.

As mesmas preocupações orientavam as pesquisas de Heloisa Alberto Torres, sobre a cerâmica indígena paleoetnográfica, procurando vestígios do trabalho do homem primitivo em diferentes locais do país. Detendo-se especialmente nos estudos sobre a cerâmica do Marajó, Heloisa A. Torres coligiu informações em arquivos, museus estaduais, bibliotecas e Institutos Históricos e fez trabalho de campo para localizar no mapa as jazidas⁵²¹. Seu relatório minucioso não foi publicado nos Boletins, como previsto, mas sua expedição foi retratada no romance de J. Bastos de Ávila por meio da personagem fictícia Sra. Lúcia de Abreu⁵²².

518 MN DR P. 105 D. 540. “Carta de Padberg ao Roquette...” .20/10/1929.

519 MN DR P. 99 D. 783 A. ‘Relatório de duas excursões à região calcária de Lagoa Santa em 1926 por J. A. Padberg-Drenkpol’. 08/12/1926. p.3 e 4.

520 Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Exmo. Sr. Geminiano Lyra Castro apresentado ao Presidente da República... (ano de 1927). RJ: Imprensa Nacional, 1930. p. 56. In: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2025/000139.gif> capturado em 22/12/2005.

521 MN DR P. 118. D. 14. Relatório da Seção. 10/01/1931.

522 Ávila, J. B.. No Pacoval do Carimbé. Rj: Ed. Calving Filho, 1933.

Vários estudos de arqueologia e de etnografia indígena e regional foram realizados por Raimundo Lopes, especialmente em estações paleoetnológicas do Maranhão e do Pará nos anos de 1926-1927 e 1930. Dedicou-se aos povos indígenas da foz do Amazonas, povos lacustres então extintos, com população considerável e organizada e populações ribeirinhas, com atividades e modo de vida que se assemelhavam aos indígenas. Atento também aos problemas de migrações, americanismos e questões Brasilicas, procurou caracterizar as civilizações do extremo-norte brasileiro comparando-as com outros povos americanos e propondo uma nova periodicidade à pré-história americana. Diz ele: Podemos dizer, (...) da impossibilidade de aplicar à América quaisquer divisões clássicas da pré-história européia.

Procuremos pois no próprio Novo Mundo os termos de comparação. Essas antigas civilizações indígenas amazônicas apresentam na sua indústria principal – cerâmica – aspectos que nos podem guiar com relativa segurança no deslindar as suas ligações prováveis⁵²³.

Vejamos agora como eram feitas as pesquisas de campo. Dinah Lévi-Strauss e Raimundo Lopes documentam em seus estudos alguns aspectos da prática.

Para ir a campo, Dinah Lévi-Strauss orientava o antropologista-viajante aos conhecimentos básicos da prática pois, “quando se observa um país, é tão importante conhecer seus elementos físicos, somáticos – (...) o homem em relação ao seu corpo - quanto o elemento cultural – (...) o homem em suas produções de trabalho⁵²⁴”. As pesquisas, segundo ela, deviam obedecer a princípios gerais: “quais indivíduos devemos observar, quantos são necessários e de que maneira deve ser feito”. Fornecia, portanto, ao pesquisador, um “conjunto de ‘receitas’ e método práticos”⁵²⁵ pautados nos conhe-

523 LOPES, R.. “A Civilização Lacustre do Brasil”. In: *Boletim do Museu Nacional*. I, nº 2. 1924.p.96.

524 CCSP. Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore.Cx1 d5.

525 LÉVI-STRAUSS, D. *Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural*. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 18

cimentos da prática antropológica: coleta, descrição, observação, classificação, conservação, preservação e análise dos objetos.

Instruía os princípios gerais da antropologia física baseados na observação dos caracteres descritivos do paciente⁵²⁶ como, por exemplo, cabelo, pele e olhos, as principais medidas do vivo, a técnica adotada, o uso da ficha antropométrica⁵²⁷ e a medida de ossos fósseis.

A dificuldade de acesso às regiões percorridas pelos cientistas do Museu era apontada por R. Lopes. Por isso, lembra que era importante carregar um material portátil para facilitar o transporte⁵²⁸. Pensando na dificuldade de peso, de manipulação e de leitura, além de preço, era comum que solicitassem o empréstimo, em determinadas circunstâncias, de alguns materiais do Laboratório de Antropologia do Museu⁵²⁹, sendo mais recomendável que os pesquisadores elaborassem a sua bolsa pessoal.

526 Segundo ela, embora a antropologia física se consagre ao estudo do corpo, não pode ser confundida com a Medicina, “apesar de a ela recorrer não raro”. Preocupada em estudar alguns aspectos mais especiais, menos utilitários do corpo humano, a antropologia física faz análise de um paciente (doente e sadio) para classificá-lo dentro de um grupo humano, como por exemplo, grupo soro-sanguíneo. A medicina analisa um homem doente, por exemplo, para dar diagnóstico e não faz comparações entre grupos humanos. LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 9.

527 A ficha de Dinah, tinha como objetivo facilitar a comparação dos dados de todo o mundo, uniformizando, padronizando um certo número de observações, “essenciais da antropometria e que todo o pesquisador deve fornecer”. Contava com os seguintes dados básicos:A) número, data, lugar, nome, idade, sexo, tribo; B) cabelos, sobrancelhas, cílios, bigode, barba, pilosidade, coloração da pele, mancha mongólica, olhos, face, nariz, prognatismo, orelha, crânio, mutilações (pele, dentes, nariz, órgãos genitais); C) Medidas; D) Observações. In: LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 35 e CCSP. Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore. Cx4 d.337

528 LOPES, R. Um aparelho synthético de Antropologia. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1925.p.3

529 A solicitação ao Museu era dirigida à Diretoria que depois encaminhava ao professor chefe da 4ª seção. Este foi o caso de Maria José Gaze, diretora da Escola de Aplicação do Distrito Federal que em 1922 escreve ao diretor B. Lobo solicitando os seguintes instrumentos: antropômetro, dinamômetro, compasso de espessura, compasso de correção, balança e espirômetro. MN DR P.9o D. 481 7/06/1922.

Dinah Lévi-Strauss aconselhava que a confecção desses instrumentos fosse feita por especialistas, seguindo instruções precisas. Para ela um estojo completo devia conter: uma toesa que era, em princípio, uma régua graduada simples, um compasso curvo ou compasso de espessura, um compasso de cursor ou pé móvel, uma fita métrica, um lápis demográfico e um lápis simples. Recomenda o bom conhecimento e manuseio dos instrumentos por parte do pesquisador, sua conservação e manutenção periódica, comparando-os com instrumentos padrões⁵³⁰.

Procurando solucionar este problema, R. Lopes em 1925 propunha a criação de um aparelho, chamado de Somatômetro⁵³¹, visando à unificação do material antropológico especialmente para o antropologista-viajante. Lembra o autor que, em geral, os organizadores de expedição utilizam em viagens a caixa de bertillonage ou a pasta de R. Martin, onde se reúne um grupo de compassos. Era comum carregar consigo outros instrumentos, como a escala de cor e de cabelo, o dinamômetro, a máquina fotográfica, a bússola e o nível,

sem o que estará desarmado diante de uma jazida ou perderá oportunidade de traçar o plano de uma habitação ou aldeia. E se [o pesquisador] quizer entrar pelo campo especial das pesquisas fisiológicas ou da psychologia científica? Juntem-se a todo o instrumentário os documentos colhidos, e ver-se-há quanto se faz mister, ao antropologista em campo, a simplificação (...) de sua bagagem antropométrica (...) ⁵³².

530 Em São Paulo, indicava comprar material antropométrico na oficina que fabricava para o Instituto de Higiene de São Paulo. LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 81

531 Visando unificar os aparelhos necessários para realizar excursões científicas, tal aparelho serviria para Lopes como compasso cefalômetro, ganiômetro e antropômetro. Segue um desenho com alguns aspectos do aparelho em seu estudo, mas não encontramos referência de seu uso. LOPES, R.. Um aparelho synthético de Antropologia. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1925.p.3.

532 LOPES, R. Um aparelho synthético de Antropologia. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1925.p.3.

Por ser mais manuseável que os outros tipos de instrumentos, Dinah Lévi-Strauss explica que a bolsa de R. Martin era a mais utilizada:

ela possuía duas séries de peças metálicas cromadas, cuidadosamente envolvidas em pequenos envólucros de lona: uma das séries comporta as diferentes peças da toesa (ou antropômetro) e a outra contem as outras duas peças essenciais [compassos curvo e cursos] e acessórios⁵³³.

Existiam também outros tipos de instrumentos antropométricos: o mais antigo e corrente eram os de P. Broca, feito de madeira, os outros, com pequenas modificações e acréscimos ao precedente, eram os da Escola de Antropologia de Paris. Havia também os instrumentos antropométricos de A. Bertillon e os de Hrdblicka.

A base fundamental da pesquisa, segundo Dinah Lévi-Strauss, é a fotografia, fornecendo explicações sobre seu uso e o da cinematografia. Destaca que a fotografia mais interessante, é a menos preparada, espontânea e que mostre, por exemplo, como é o trabalho do indígena. Expõe as dificuldades que podiam surgir na pesquisa, como a resistência do índio e a sua complacência, recomendando não hesitar em fotografar de bem perto. A fotografia para o trabalho antropométrico devia ser tirada após a medida, da seguinte maneira: o indivíduo em pé e sentado, de frente e de perfil; a cabeça – de frente, de perfil e de três quartos e de detalhes⁵³⁴. Conforme Lévi-Strauss apontou em seu livro:

O perfil e a frente são necessários do ponto de vista antropológico. Uma fotografia de três quartos é menos necessária para o estudo científico, mas indica melhor a expressão, e apresenta, neste sentido, um interesse psicológico.

Observações – Para as fotografias de rosto, focalizar-se-á em um ponto dado: os olhos, para o retrato de frente, o nariz, para o perfil.

533 LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 81.

534 CCSP. Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore. cx 1 d. 5.

(...) Finalmente, o melhor formato para a fotografia antropológica é de 9x12 obtida diretamente ou por ampliação ulterior⁵³⁵.

Recomenda fotografar pormenores, principalmente quando se encontra alguma anomalia, como deformação ou perfuração. Vale o mesmo para o perfil do nariz, queixo, orelhas, olho mongólico e mancha mongólica. Sobre a cinematografia, explica a autora que ela permite, simplesmente, perceber melhor as atitudes e os movimentos⁵³⁶.

Para reprodução de documentos, Dinah Lévi-Strauss indicava a feitura de desenhos e croquis. Esta prática era comum para Lopes, que freqüentemente desenhava croquis em suas pesquisas, como a expedição realizada na região do Rio Tury no Maranhão em 1926, em que procurava obter uma representação do trecho do rio em forma de pequenos mapas que anexava em seus trabalhos⁵³⁷.

Dinah Lévi-Strauss explicava os princípios gerais de análise da prática da antropologia cultural, que envolviam as pesquisas sociológicas com os povos primitivos, os estudos de folclore, objetos da cultura material, aspectos da lingüística e da linguagem e a pesquisa de arqueologia⁵³⁸. Os estudos de folclore e de arqueologia

535LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 34.

536LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p. 34.

537MN DR P. 100 D. 165. "Relatório de viagem".17/03/1927. P.6

538Segundo Dinah Lévi-Strauss: para Sociologia, a investigação segue notas e testemunhos e a pesquisa com primitivos utiliza-se método genealógico, com uma terminologia própria de organização social, realizando um estudo histórico do indivíduo: nascimento, vida e morte, anotando seus sonhos e desejos. Para o estudo do Folclore, realiza-se registro, descrição, coleta e classificação da arte decorativa, música e instrumentos musicais, danças, jogos, contos, método de medidas, e representação natural como estações, astronomia popular, topografia popular, botânica e zoologia popular, medicina e higiene, crenças, superstições e magia. Para o estudo dos objetos da cultura material, indica as diretrizes para a seleção, coleta e análise (baseado em estudos tecnomorfológicos, na tecnologia empregada (fogo, cerâmica, instrumentos mecânicos, armas, transporte e habitação e outros); observando seus monumentos sociais (objetos rituais, insígnias sociais e jurídicas), e realizando fichas descritivas com etiquetas, embalagens próprias para a conservação e preservação de espécimes; nos estudos de lingüística e da linguagem,

apresentavam instruções de coleta, embalagem, etiquetagem e classificação para conservação e preservação dos objetos.

Notamos semelhanças, na adoção dos recursos técnicos, entre as instruções de Dinah Lévi-Strauss e das expedições realizadas no Museu, discriminadas no quadro acima. Como explicou R. Lopes, em curso ministrado em 1933, as pesquisas de antropologia física utilizam os recursos das ciências biológicas e, especialmente, da zoologia, como a restauração de esqueletos, a dissecação do corpo (denominada anatomia das raças), as pesquisas de histologia ligadas à pele, cabelo e olhos ou as pesquisas bio-químicas relativas aos tipos sorológicos. Ressalta, porém, que o trabalho mais tradicional e corrente é a mensuração antropométrica, em cadáver, nos ossos e no vivo com compasso e outros instrumentos.

Para desvendar as origens da humanidade⁵³⁹, a etnologia utiliza-se dos estudos da pré-história, continua Lopes e dos conhecimentos da paleontologia humana, da osteometria e mesmo

observa-se a expressão das emoções, os gestos e signos, a língua falada; e para os estudos arqueológicos, segue instruções e medidas, ressaltando que em caso de descoberta de sítios arqueológicos, indica os métodos de preservação dos objetos e ossadas. In: CCSP. Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore. cx 1 docs. 5-21.

539 Dinah Lévi-Strauss defende também que os problemas fundamentais da etnografia, serão resolvidos na América do Sul, especialmente o do povoamento do continente americano, visto que a influência mongólica nos EUA no que diz respeito à antropologia física, foi tão forte que tudo o mais se apagou. Outras questões, como os contatos entre civilizações adiantadas e atrasadas no período pré-colombiano, serão elucidadas na América do Sul. Definida como um estudo descritivo e monográfico dos povos e de sua vida cultural, a etnografia prática intervém em toda a pesquisa que se dedica o “outro”, tudo que apresenta um comportamento diferente do nosso, (...) e apareça como diverso e particular, reservando um lugar especial e importante ao método antropométrico. O estudo do homem físico e cultural permite conhecimento mais aprofundado e prático do país, reconstituindo assim a própria fisionomia do homem. O Brasil centro de fusão de tantas raças, apresenta uma diversidade psíquica e cultural, dando destaque às pesquisas que estudem os problemas do índio, do imigrante e do caboclo. Para a antropóloga, etnologia, é sistemática, explicativa e generalizadora. LÉVI-STRAUSS, D. Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Dep. Municipal de Cultura, 1936.p.8-18.

da geologia para expedições em cavernas e nos terraços aluviais. Ou mesmo da botânica e da zoologia para determinar a proveniência da haste e da emplumação de uma simples flecha. Assim,

as escavações, na arqueologia histórica e sobretudo na pré-histórica requerem marcha segura (...). As pesquisas de localização e extensivas, as escavações pequenas – covas de prospecção, para reconhecer uma camada inferior – são úteis, mas sempre que for possível, é preciso fazer trabalhos mais complexos, sobretudo em caverna (...) [levando] em conta as modificações que a situação das ossadas, pode ter sofrido pela ação das águas subterrâneas; também em montículos, como os aterros de Marajó e certos sambaquis devem-se fazer pesquisas de escavação sistemática, por meio de cortes perpendiculares e retirada progressiva de camadas⁵⁴⁰.

A complexidade das pesquisas confirma o lugar da antropologia como um dos ramos das ciências naturais. O trabalho de campo realizado pelos cientistas do Museu era feito em conjunto com outros naturalistas e praticantes de outras seções. É o caso da expedição em Capão Alto nas proximidades de Itapetininga, em São Paulo, realizada pelo naturalista-viajante do Museu Ney Vidal em que encontraram pontas de sílex. Esta descoberta chamou atenção dos cientistas da 4ª seção que encaminharam para o local Raimundo Lopes em companhia de Vidal⁵⁴¹.

Depois da coleta, como anotou R. Lopes, os cientistas etiquetavam ou discriminavam os objetos achados no local, devendo indicar com números e letras a jazida e anotar outras características da região. Observou também que “o acondicionamento, as dificuldades de transporte às vezes em pleno sertão, são problemas práticos

Tanto Lopes quanto Dinah confirmam a complexidade do campo antropológico mas, apresentam visões diferentes para os aspectos culturais quando definem etnografia e etnologia. 540 LOPES, R. “Curso de Filosofia e Letras”. In: *Revista Nacional de Educação*. I, nº 9 e 10, 1933. pp.82-85 e pp. 73-77.

541 LOPES, R. “Pontas de Sílex lascado no Brasil”. In: *Boletim do Museu Nacional* III, n 2, 1925. p. 16.

importantes” pois um naufrágio, um ataque e um incidente podem inutilizar uma excursão⁵⁴².

As atividades de investigação continuam dentro do Museu, no colecionamento, estudo, restauração e conservação dos objetos, exigindo cooperação com desenhos e em modelagem. Explica este cientista que o trabalho de reconstituição pode ser muito difícil pois é preciso identificar o material antigo, recorrendo a velhos manuscritos de arquivo, tal como o realizado por D. Heloisa em relação à coleção de cerâmicas. Para organizar a coleção, procede-se com a catalogação das peças por meio de fichas descritivas e remissivas. Esses processos de catalogação foram considerados modelares por especialistas como Nordenskjold e por P. Rivet em visita ao Museu.

O desenvolvimento das investigações levava cada um dos cientistas ao estudo e especialização do conhecimento antropológico. Este é o caso de Raimundo Lopes que em 1930 foi instruído por Álvaro Fróes da Fonseca, professor da 4ª seção do Museu Nacional do Rio de Janeiro na antropometria⁵⁴³. Este treinamento era necessário para proceder à coleta de dados antropológicos entre os índios do rio Gurupy, entre Pará e Maranhão, continuando o levantamento realizado por A. Fróes da Fonseca e depois por José Bastos de Ávila, para o serviço de antropometria da 4ª seção.

Nesta excursão etnográfica ao rio Gurupy, em setembro de 1930, Raimundo Lopes afirma em relatório, que estudou dois Caiapós e um Charen em São Luís vindos dos confins do Tocantins-Araguaia, realizando com eles trabalho antropológico e etnográfico. Continuando a viagem por Belém, obteve mais informações sobre os povos Urubus, por meio do Museu Goeldi, não só pelos objetos de sua coleção mais por uma cópia de pequeno vocabulário que lhe foi entregue por Carlos Estevam. Seguindo para o posto Pedro Dantas, em Canindé-uassú, conheceu dois Tembés, um deles intér-

542 LOPES, R. “Curso de Filosofia e Letras”. In: *Revista Nacional de Educação*. I, nº 10, 1933. pp. 75-77.

543 *Relatório da seção*. 10/01/1931.p. 5.

prete do posto. Com estes índios realizou estudo, fotografando-os e medindo-os, enquanto esperava a vinda do grupo dos Urubus. Dos índios Urubus, R. Lopes descreve seus modos e hábitos, anota dialetos e seus tipos, entre outros, tirando fotografias e colhendo dados antropológicos em fichas⁵⁴⁴. Vejamos a descrição dos caracteres físicos desses índios:

Apesar do número inevitavelmente pequeno de fichas antropológicas que obtive, ficaram patentes os caracteres principais, embora as médias urubus devam por isso mesmo ser consideradas aproximativas.

Caracteres há que divergem bastantes nos Tembés, outros, como p. ex. os estaturaes que ligam esses Tupis e os separam bem dos vizinhos Gés. As medidas dos Tembés concordam com as dos seus parentes – os Guajajáras do Mearim.

No quadro infra podem-se cotejar as medias que obtive dos índios Tupis do Gurupy (Tembés e Urubus) e índios Gés do Norte (2 Cayapós do Araguaya, medidos no Maranhão)⁵⁴⁵.

Apresenta os seguintes dados: estatura, índice nasal, índice tronco-estatura, índice facial-morfológico, índice cefálico-horizontal, índice-vertical e índice tíbio-pélvico, além da capacidade craniana.

Suas notas foram publicadas no *Boletim do Museu Nacional* em 1932 com o título ‘Os índios Urubus: resenha de resultados da viagem ao Gurupy (1930) e do estudo comparativo’; e na separata das Atas do XXV^a Congresso Internacional de Americanistas em 1933 cujo nome é “Os Tupis do Gurupy: ensaio comparativo”. Devemos lembrar que tais dados eram importantes para demonstrar cientificamente a migração e a mestiçagem entre índios mostrando a influência de uns com outros e estabelecendo seus parentescos e filiações. Procurando empregar os recursos técnicos da antropologia física, com suas mensurações, contagens e séries, característicos da sua moderna concepção científica, R. Lopes propunha que as séries

544 MN DA HAT. C11 D46. LOPES, R. “Excursões científicas de Raimundo Lopes em 1930”.

545 LOPES, R. “Os Tupis do Gurupy”. In: *Separata de las Actas XXV^a Congreso Internacional de Americanistas*. t. I, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 1932, p. 141.

substituísem os tipos e as leis afirmando que no futuro a etnologia terá uma técnica estatística, baseando-se numa seriação de artefatos comparáveis por meio de contagens e mensurações de características bem definidas⁵⁴⁶. Resumindo, propunha a união entre a lingüística e a somática, exemplificando: “os Ararandenáras (Manajé) que tem a aparência somaticamente dos Mundurucus e se afastam dos Tembés e Urubus, falam dialeto próximo ao urubu”. Para esclarecer esta questão do tupi, deve-se realizar um estudo antropométrico desses índios, para ver se o que muda é a raça ou a língua⁵⁴⁷.

Finalizando, frizamos a importância dos trabalhos de campo para o desenvolvimento das investigações científicas da 4ª seção do Museu Nacional, demonstrando como os cientistas Padeberg-Drenkpol, Raimundo Lopes e Heloisa A. Torres, realizavam um amplo trabalho, dentro e fora do Museu, que envolvia uma série de materiais como instrumentos antropométricos e máquinas fotográficas. Notamos a complexidade das ciências antropológicas que levava o antropologista-viajante a praticar desde estudos anatômicos e físicos da antropologia física até estudos de paleontologia, arqueologia, pré-história, antro-po-geografia, etnografia e lingüística.

Vejamos um pouco mais da prática, conhecendo as atividades do Laboratório de Antropologia.

4. O Homem no Microscópio: a Antropologia no Laboratório

Seguindo a moderna concepção de antropologia as novas investigações científicas realizadas no Museu Nacional estavam voltadas também aos estudos de laboratório. Além de observar os caracteres descritivos dos indivíduos eram realizadas séries de medidas, ângulos e projeções para coleta de dados de seus caracteres mensuráveis, não só de sua anatomia de superfície mas engloban-

546 LOPES, R. “Curso de Filosofia e Letras”. In: *Revista Nacional de Educação*. I, nº 10, 1933. p. 74.

547 LOPES, R. “Os Tupis do Gurupy”. In: *Separata de las Actas XXV^a Congreso Internacional de Americanistas*. t. I, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 1932.p. 167.

do também estudos da biologia moderna, como a biometria e a genética. Preocupavam-se portanto em determinar as características raciais dos grupos somáticos e dos indivíduos dentro de cada grupo, separando-os por sexo e por idade. Tencionamos neste trabalho analisar as atividades desenvolvidas no Laboratório de Antropologia da 4ª seção do Museu Nacional, procurando identificar os cientistas e as temáticas das pesquisas além de conhecermos como estas atividades eram feitas. Baseamos nosso estudo em artigos publicados no *Boletim do Museu Nacional*, em relatórios e documentos do Arquivo do Museu Nacional e em livros da Biblioteca do Museu Nacional.

Se a atividade de laboratório tinha ganho vigor com os estudos de E. Roquette-Pinto, ela é reforçada quando Álvaro Fróes da Fonseca por convite, assumi a interinidade do cargo de professor substituto em final de dezembro de 1926⁵⁴⁸. Devemos lembrar que neste ano E. Roquette-Pinto, torna-se diretor da instituição e a concursada Heloísa Alberto Torres de professora substituta, passa a ser professora chefe da 4ª seção de Antropologia e Etnografia.

Fróes da Fonseca desenvolve seu interesse pelos estudos antropológicos nas aulas de Anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ministradas por Benjamin Baptista, de quem foi monitor durante aos anos 1911-1913. Em suas recordações, afirma seu interesse nos estudos sobre variabilidade orgânica, observando que “a própria variabilidade, eu creio, que varie consoante às raças humanas. Daí, um grande problema a investigar”. Definindo a “antropologia como a biologia comparativa dos grupos humanos no tempo e no espaço”⁵⁴⁹, este cientista procurou desenvolver pesquisas

548 Segundo o preparador da seção Padberg-Drenkpol, durante essas duas décadas, o Museu Nacional abriu dois concursos. O de 1925 na seção de Antropologia e Etnografia e o de 1934 de Estratigrafia e Paleontologia. MN DR P. 114. D. 82. 22/02/1934. P. 6

549 FRÓES DA FONSECA, A.. “Os Grandes Problemas da Antropologia” . *Conferência proferida no Congresso de Eugenia reunido em comemoração do Centenário da academia Nacional de Medicina*. RJ, 1929. p.64.

voltadas para as variações morfológicas do ser humano buscando empregar uma melhor base classificatória. Conforme apontou,

estudo e experiência mostraram-me, porém, em breve, a insuficiência da base classificatória do material humano. Precariedades das classificações existentes, pela arbitrariedade na escolha de característicos dados como de valor racial, tais como a cor de pele e o índice cefálico horizontal, ambos de escasso valor, como tive ocasião de demonstrar. Convenci-me, pois, da necessidade de melhor base antropológica para o estudo das variações morfológicas do ser humano. (...) ⁵⁵⁰.

Sua trajetória profissional inclui a Livre Docência de Anatomia Descritiva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914, quando também entrou como praticante gratuito de Zoologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1919 tornou-se professor catedrático de Anatomia Médico-Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, professor catedrático de Anatomia Médica-Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Bahia em 1922 e Professor Catedrático de Anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1926 ⁵⁵¹ onde lecionou inicialmente anatomia médico-cirúrgica e depois anatomia básica, introduzindo no programa dessa disciplina as bases fundamentais da Antropologia. Foi professor de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro

O autor afirma em nota que por força da tradição a antropologia é definida como História Natural do Homem ou dos Homídeos. Mas, a elasticidade do conceito 'história natural' torna imprecisa a definição dada a crescente especialização científica. P. 80

550 FRÕES DA FONSECA, A. "Porque e como me interessei pela antropologia". In: POURCHET, M. J.. Sinopse dos títulos e trabalhos do Professor Álvaro Frões da Fonseca: comemoração dos seus 90 anos. 1980. p. 66-69.

551 Médico de polêmicos concursos, o da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro "foi o mais comentado dos três" pois derrotou o candidato favorito, professor interino da Cátedra, Prof. Alfredo Monteiro. Segundo Veloso, "a prova prática de anatomia, [neste concurso], foi a preparação da artéria oftálmica em cadáver. O jovem candidato após injetar artérias e arteríolas, num campo tão restrito como é o globo ocular, servindo-se de estiletos de madeira, realizou a dissecação com tal perfeição que a peça anatômica se transformou numa verdadeira obra de arte, a tal ponto que, terminado o concurso, o Museu da Faculdade de Medicina incorporou ao seu patrimônio, expondo-a entre suas raridades por longos anos". In: VELOSO, C. S. "Obituário 'A Medicina brasileira está de luto'". RJ, 17/01/1988.

entre 1926-1934. Foi, posteriormente, diretor da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro entre 1938-1945⁵⁵².

No período em que esteve no Museu Nacional, Álvaro Fróes da Fonseca trouxe consigo alguns de seus alunos e orientandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para desenvolverem pesquisas, ampliando o núcleo de cientistas da seção.

José Bastos de Ávila, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro também em 1914. Foi um dos assistentes de anatomia e antropologia de A. Fróes da Fonseca na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1928. Tornou-se em 1932, professor interino da seção de Antropologia e em 1938 recebeu o título de professor honorário pela Congregação do Museu Nacional. Foi também professor de anatomia e antropologia da Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói no Rio de Janeiro em 1937. Depois tornou-se chefe da divisão de Antropologia do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Distrito Federal em 1939, para onde levou Maria Julia Pourchet, assistente de Heloisa Alberto Torres, desenvolvendo pesquisa em antropologia infantil, em especial, em idade escolar.

Ermirio Estevão de Lima, foi orientando de A. Fróes da Fonseca da Faculdade de Medicina da Bahia e se estabeleceu no Rio de Janeiro, a convite dele, como assistente de anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1928.⁵⁵³ Entrou no Museu Nacional como assistente voluntário e tornou-se preparador interino da divisão de antropologia física. Tornou-se depois professor da Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Seu conhecimento em anatomia permitiu que desenvolvesse pesquisas antropométricas em cadáveres e pesquisas sobre características raciais.

552 Foi membro efetivo da Sociedade Anatômica Alemã, denominada Anatomische Gesellschaft, entre 1922 a 1939.

553 'Ermirio de Lima'. In: <http://www.coc.fiocruz.br/etica/ermiro.htm> capturado em 16/12/2007.

Roberto F. Hinrichsen, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1927, entrou para o Museu Nacional como praticante gratuito e depois se tornou assistente de Fróes da Fonseca em 1929. Desenvolveu estudos antropométricos em crianças em idade escolar e pesquisas sobre características raciais.

Odillon da Silva Soares, foi orientando de Álvaro Fróes da Fonseca da Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1919, entrou para o Museu em 1929 e foi seu assistente voluntário. Sob sua orientação desenvolveu pesquisas sobre características raciais.

4.1. A busca de índices para classificação das raças e dos tipos

Sua tese para concorrer a cadeira de Anatomia Humana da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1926, foi intitulada Contribuição a anatomia do esterno. Neste trabalho, Fróes da Fonseca apresenta um resumo da literatura sobre esta questão, analisando criticamente os métodos empregados. Observou que alguns autores apresentam a diversidade morfológica dos corpos esternais e suas variedades anatômicas, fazendo análise morfológica por meio da genealogia e da biometria. Comparam os esternos de tipo primatóide com tipo homídeo, e entre homídeos, observando idade e sexo. Em outros trabalhos, apontam que o esterno possui forma própria e é característico da espécie ou apresentam possíveis relações entre as formas esternais e os diversos tipos constitucionais. Fonseca percebe que cada autor atribui importância a elementos diversos do corpo esternal para caracterizar os tipos, como W. Lubosch que não atribui papel relevante a largura, comprimento ou índice do corpo ou F. Stadtmueller que confere valor secundário as linhas esternais transversas para classificação. Fazendo uso do material da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵⁵⁴ e do laboratório de Antropolo-

554 Agradece ao Benjamin Baptista sobre o trabalho e aponta o trabalho desenvolvido pelo diretor do laboratório da Faculdade de Medicina, Ernesto Crissiuma, sobre os esterno de indígenas da coleção do Museu. Segundo Fróes da Fonseca, são os primeiros

gia de Museu Nacional, Fonseca, em sua conclusão, apresenta as seguintes considerações em ordem de importância: os processos ou apófises costais, a relação largura-comprimento e a relação entre as metades superior e inferior do corpo esterno de forma a garantir segurança ao método indicado⁵⁵⁵. Segundo Heloisa A. Torres, este trabalho mereceu louvor especial do meio científico⁵⁵⁶.

Seu trabalho no Museu Nacional começou revisando especialmente a coleção antropológica dos Primatas brasileiros, empreendendo uma análise da anatomia dos macacos do Brasil⁵⁵⁷.

Nesses anos, alguns cientistas estrangeiros visitaram o Museu e fizeram uso do Laboratório de Antropologia. É o caso de do cientista chileno Alberto Vaissé, do fisiologista francês L. Lapicque (1866-1952) ambos em 1927 e dos professores da Universidade de Berlin Max Schmidt e do Museu de Trocadero em Paris P. Rivet em 1928. Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio de 1927 o professor Lapicque realizou pesquisas antropológicas em colaboração com técnicos da casa⁵⁵⁸ enquanto Rivet trabalhou dois meses no Laboratório⁵⁵⁹.

Em decorrência da visita de Lapicque ao Museu Nacional, em 1927, foi desenvolvido um estudo antropológico do índice radio-pélvico de Lapicque e do tíbio-pélvico de Fróes da Fonseca pelo assistente Ermirio E. Lima que apresentou o resultado no Iº Congresso de Nacional de Eugenia no Rio de Janeiro em 1929. Este

indígenas sul-americanos que se estudam sob este critério. In: POURCHET, M. J.. Sinopse dos títulos e trabalhos do Professor Álvaro Fróes da Fonseca: comemoração dos seus 90 anos. 1980. p. 28.

555 FRÓES da FONSECA, A. 'Contribuição a anatomia do esterno'. RJ, 1926. In: POURCHET, M. J.. Sinopse dos títulos e trabalhos do Professor Álvaro Fróes da Fonseca: comemoração dos seus 90 anos. 1980. pp. 18-22.

556 MN DR P. 100 D. 31-A. Relatório da seção. 19/01/1927. P. 1

557 MN DR P. 100 D. 31-A. Relatório da seção. 19/01/1927. P. 4

558 Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Ministro... Geminiano Lyra Castro ao Presidente da República...(ano de 1927). RJ: Typ. Do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1929. p. 58. In: <http://www.brazil.bsd.edu/u2023/000062.gif> capturado em 22/12/2005

559 MN DR P. 103 D. 424. Relatório da seção. 31/12/1928.p. 1.

estudo procurou mostrar como esses índices eram importantes para determinar os caracteres raciais de um grupo humano “transmissíveis hereditariamente e de tal modo repetidos dentro dele, que lhe imprimiriam feição diversa dos mais agrupamentos congêneres”. O autor recupera a explicação de Lopicque, lembrando que outros característicos são possíveis de identificar num esqueleto sem cabeça, como as proporções dos membros e o troco, a estreiteza dos quadris. Na particularidade dessas medidas pode-se definir a raça estabelecendo um valor para o branco europeu e para o negro africano. A análise de Lopicque fora ampliada com a coleta de dados em negros brasileiros durante sua estadia no Rio. Em pesquisas realizadas em escolares, ressalta Lima, Fróes da Fonseca confirmou, até certo ponto, as observações de Lopicque mas demonstra as dificuldades técnicas de mensuração exata do rádio. Em conclusão, este estudo defende a vantagem, dada a simplicidade e segurança, da medida do comprimento da tíbia, substituindo o índice radio-pélvico pelo tíbio-pélvico⁵⁶⁰.

560 LIMA, E. “Considerações em torno do índice radio-pélvico de Lopicque e tíbio-pélvico de Fróes da Fonseca”. In: Anais do Iº Congresso Nacional de Eugenia. RJ, 1929. pp. 163-167. Assinala Bastos de Ávila, que “essa preferência seria [ao índice de Fróes] tanto mais justificada quanto, sabiamente, as extremidades pélvicas são menos sujeitas que as extremidades torácicas às variações ambientais”. Em estudo posterior, J. Bastos de Ávila demonstra que este índice, ao lado de outros característicos raciais comprova ascendência africana em indivíduos aparentemente da raça branca. Ver: ÁVILA, J.B.. Antropologia Física RJ: Ed. Agir, 1958, p. 196-199.

Lima utiliza a definição de raça de Fróes da Fonseca apresentado no Iº Congresso Nacional de Eugenia. RJ, 1929. p.74 e 75. Conforme explica Bastos de Ávila, em nota ao curso de Antropologia no Museu Nacional em 1932, um dado característico só pode ser considerado como racial se transmitido hereditariamente e quando admitido como caracterizador de raça. Apresenta como critério da hierarquia dos característicos raciais, aqueles elementos que forem menos sensíveis à influência dos fatores ambientais, como os índices nasal, cefálico e o tipo de cabelo. Ver: ÁVILA, J.B.. Questões de Antropologia Brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935. p. 11.

A tese de J. Bastos de Ávila⁵⁶¹ à Livre-Docência de Anatomia, “Contribuição ao estudo comparativo do Pterion”, foi apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1925 e publicada posteriormente em seu livro Questões de Antropologia Brasileira em 1935. Coloca em destaque esta região do crânio, fruto do interesse de vários anatomistas e antropologistas, pois permite análise de características raciais de reputado valor, tal como o desenvolvido por B. Lange, Professor de Breslau, em 1924, em crânios de Europeus, Negros e Australianos. Faz uso da coleção de crânios indígenas do Museu (45 crânios), pois “o serviço de antropometria recentemente criado no Instituto Anatômico de nossa Faculdade, em breve prazo estará aparelhado para estes e outros estudos de maior monta”⁵⁶². Ressalta que esses objetos foram colhidos por todo Brasil do Amazonas ao Rio Grande do Sul, provenientes de sambaquis e de cavernas, “fornecendo um pequeno mais significativo contingente ao estudo da Anatomia Humana de nossos indígenas que são, não há mais dúvidas, um fator não desprezível na constituição de nossa gente”⁵⁶³. Apresenta os dados anatômicos das regiões estudadas e depois esboça uma análise sobre questões de natureza antropológicas, afirmando que adotou a classificação de Garson, indicada por R. Martin e que usou a escala de Broca para a caracterização das suturas. Finaliza apresentando: “o comprimento do pterion dos indígenas é superior ao dos Africanos e ao dos Australianos e inferior ao dos Europeus; o comprimento do pterios entre os indígenas, é um pouco maior entre brachycranios do que entre os dolichocranios; a presença do processo frontal do temporal, ainda é menos frequente que entre os Africanos e os Australianos”⁵⁶⁴

561 M. Júlia Pourchet destaca este trabalho em seu Índice Cefálico no Brasil (Revisão bibliográfica), RJ, 1941.

562 ÁVILA, J.B.. “Contribuição ao estudo comparativo do Pterion”. In: Questões de Antropologia Brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935. p. 80.

563 ÁVILA, J.B.. “Contribuição ao estudo comparativo do Pterion”. In: Questões de Antropologia Brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935. p. 80.

564 ÁVILA, J.B.. “Contribuição ao estudo comparativo do Pterion”. In: Questões de Antropologia Brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935. P. 86

No ano de 1928 Odylon da Silva Soares, assistente voluntário da seção, desenvolveu o “Estudo sobre as variações da apófises pterigóides e suas causas” em crânios de índios Botocudos do Brasil, que foi publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1929 com o título: “Contribuição ao estudo das apófises pterigóides”⁵⁶⁵. Demonstrou que “a forma das apófises pterigóides não representam nenhum característico racial”, mas deve ser considerado o “resultado do desenvolvimento de músculos fortes ou fracos em consequência do modo de vida”. Em um grupo social devemos encontrar uma série de modos individuais do mesmo gênero e as apófises pterigóides devem representar formas similares⁵⁶⁶.

Álvaro Fróes da Fonseca em 1928 desenvolve a pesquisa “Tipos morfológicos, constituição e raça”. Neste trabalho ele critica os estudos de classificação de tipos humanos existentes, pois são arbitrários ou se baseiam em premissas falsas. Essas escolas morfologistas, segundo ele, se baseiam “no desenvolvimento preponderante de certas partes do organismo consoante a preponderância de fatores correlativos da ambiência”⁵⁶⁷. A concepção dos estudos da escola de Viola, contrariamente, é pautada nos modernos conhecimentos biológicos e traduz uma lei geral de morfogênese que relaciona os conceitos de constituição e raça. Lembremos que para este cientista,

raça é um grupo de característicos correlativos, hereditariamente transmissíveis e convencionalmente admitidos como caracterizadores de raça, de tal modo que repita dentro de um grupo humano que lhe imprima feição diversa da dos mais agrupamentos congêneres⁵⁶⁸.

565 SILVA SOARES, Odylon da. “Contribuição ao estudo das apófises pterigóides”. Vol. V, f. 1, 1929

566 MN DR P105 D. 517. “Carta de Leslie Spier ao Roquette-Pinto”. 03/10/1929.

567 FRÓES da FONSECA, A. “Os Grandes Problemas da Antropologia”. Conferência proferida no Congresso de Eugenia reunido em comemoração do centenário da Academia Nacional de Medicina. RJ, 1929. P.84

568 FRÓES da FONSECA, A. “Os Grandes Problemas da Antropologia”. Conferência proferida no Congresso de Eugenia reunido em comemoração do centenário da Academia Nacional de Medicina. RJ, 1929. P.75.

Entende como constituição “a fórmula individual de proporções entre elementos constitutivos do corpo humano em vida sã” estando portanto associada aos aspectos morfológicos e seu aspecto funcional, pode ser expresso pela palavra temperamento. Prefere distinguir no conceito de constituição, quando possível, a “heredo-constituição” e as modificações ambientais, ou peristásicas. Fróes da Fonseca admite para as classificações raciais algumas considerações: a norma de equilíbrio entre “as acções morfogências antagônicas das glândulas incretórias” não é a mesma nos diversos grupos humanos, aceitando a existência de um desvio médio entre os tipos; diferencia os caracteres constitucionais dos raciais, demonstrando que os primeiros são relativamente instáveis e influenciados pelo meio através de “correlações neuro-glandulares”, enquanto os segundos são de feição mais qualitativa e correspondem a relações hormonais francamente estabilizadas e de notável fixidez hereditária.⁵⁶⁹

Outro trabalho foi a tese inaugural “Contribuição ao estudo craniométrico dos índios brasileiros” elaborada por R. H. Hinrichsen, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵⁷⁰, em 1929, publicada no *Boletim do Museu Nacional* em 1930. Procurando analisar as características anatômicas dos indígenas do Brasil, agradece E. Roquette-Pinto por permitir o uso da coleção do Museu e do “bem instalado gabinete de Antropologia com todos os seus recursos”⁵⁷¹. Seu material de análise foram 48 crâneos do sexo masculino e feminino, procedendo a determinação do fator sexual segundo os critérios de análise de R. Martin e K. Von Bardeleben. Realizou estudo craniométrico comparativo ao do norte americano J. Cameron relativo à raça branca e raça negra da coleção do Hamman Museum em Ohio nos EUA. Seu foco de análise eram as medidas determinadas pela “área nasion frontal nos indígenas

569MN DR P. 105. D. 517. “Resposta da carta de L. Spier...” .12/12/1929.

570 M. Júlia Pourchet destaca este trabalho em seu *Índice Cefálico no Brasil (Revisão bibliográfica)*, RJ, 1941.

571 HINRICHSEN, R. F. ‘Contribuição ao estudo craniométrico dos índios brasileiros’. In: *Boletim do Museu Nacional*. Vol. VI, f. I, 1930.p. 21.

sul-americanos, determinando o nível de nasion sobre o plano de Frankfurt, o diâmetro nasion-occipitale, os segmentos pre- e post- porion e o índice pre-porion-post-porion e o nível lambda sobre o plano nasion-occipital”⁵⁷². Para realizar esses cálculos e esses índices foi necessário criar um instrumento pois o laboratório não dispunha do aparelho utilizado por J. Cameron, “um craniostato de Ranke ou de um Resevcraniostat”. O “craniostato de R. Hinrichsen” foi executado na oficina mecânica do Museu Nacional e “consegui reunir num único aparelho o instrumento métrico e o aparelho de suporte” capaz de medir “linhas paralelas e verticais ao plano basal de Frankfurt”⁵⁷³.

Neste ano foi desenvolvida também pesquisa sobre os grupos hemáticos⁵⁷⁴, considerados como os novos característicos de grande relevância para a diferenciação dos grupos raciais, juntamente com os índices rádio-pélvico de Lopicque e Tíbio-pélvico de Fróes da Fonseca. Este trabalho foi apresentado no Congresso Nacional de Eugenia no Rio de Janeiro em 1929 por Roberto F. Hinrichsen com o título “Estado atual da questão dos grupos hemáticos”, temática esta que vinha sendo divulgada por meio de resenhas no *Boletim do Museu Nacional*⁵⁷⁵. Resumindo as principais pesquisas que datam do final do séc. XIX, o autor apresenta os quatro grupos hemáticos designados segundo a propriedade de iso-aglutinação de suas hemácias. Afirma que estes grupos transmitem-se por hereditariedade

572 HINRICHSEN, R. F. ‘Contribuição ao estudo craniométrico dos índios brasileiros’.

In: *Boletim do Museu Nacional*. Vol. VI, f. I, 1930.pp. 24-41

573 HINRICHSEN, R. F. ‘Contribuição ao estudo craniométrico dos índios brasileiros’.

In: *Boletim do Museu Nacional*. Vol. VI, f. I, 1930.pp. 22 e 23.

574 Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio pelo Exmo. Sr.

Geminiano Lyra Castro apresentado ao Presidente da República... (ano de 1929). RJ:

Imprensa Nacional, 1930.p. 56. In: <http://www.brazil.bsd.edu/u2025/000139.gif>.

[gifs capturado em 22/12/2005](http://www.brazil.bsd.edu/u2025/000139.gif).

575 Ver resenhas de autoria de Álvaro Fróes da Fonseca dos seguintes autores: J. L. KRITSCHESKY e L. A. SCHWARZMANN publicado na *Klinische Wochenschrift* (outubro 1927) e o interessante artigo sobre o trabalho de O. RECHE no *Mitteilungen d. Anthrop. Gesellschaft* (1927). In: “Notas Antropobiológicas” na seção Notas & Opiniões (Revista das Revistas)”. *Boletim do Museu Nacional*. 1928.pp 95-101.

obecendo às leis de Mendel apontando a aplicabilidade da pesquisa para três campos diferentes. Em antropologia este estudo tornou-se importante, devido à genética e à independência do fenotipo das influências do meio externo. Assinala que os quatro grupos sanguíneos encontravam-se em todas as populações até então examinadas mas em distribuição variável. O interesse deste trabalho na clínica, se relacionava à transfusão de sangue. E na medicina legal, a iso-aglutinação é utilizada no diagnóstico das manchas de sangue e na investigação de paternidade. O autor informa que no Brasil esta pesquisa é inovadora, foi iniciada por E. Roquette-Pinto para determinar a distribuição dos grupos hemáticos, cuja técnica é isolar os soros padrão em lamina porta-objeto (soros A e B). Informa ainda que estava sendo desenvolvida outra pesquisa no Pará para determinar a porcentagem dos grupos hemáticos na população paraense, cuja análise é criticada pelo autor⁵⁷⁶.

Outra característica importante para diferenciação dos grupos raciais é a forma dos dentes. Encontramos um estudo de J. Bastos de Ávila “Considerações em torno do desgaste dos dentes” publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1937. O material antropológico em questão é proveniente da Gruta-do-Padre, fronteira a cachoeira de Itaparica no Rio São Francisco e fora enviado pelo diretor do Museu Goeldi, Carlos Estevão de Oliveira⁵⁷⁷.

J. Bastos de Ávila desenvolveu pesquisa em 1930 sob a orientação de Fróes da Fonseca de um “estudo estatístico sobre as variedades da crossa aórtica consoante a raça e o tipo constitucional” além de estudos sobre “as possíveis correlações físicas de capacidade intelectual”⁵⁷⁸.

576 HINRICHSEN R. F. “Estado atual da questão dos grupos hemáticos”. In: *Anais do Iº Congresso Nacional de Eugenia*. RJ, 1929. pp. 169-173.

577 ÁVILA, J. B. “Consideração em torno do desgaste dos dentes”. IN: ESTEVÃO, C. “O ossário da ‘Gruta-do-Padre’ em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes Indígenas do Nordeste”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol. XIV-XVII, 1938-1941.

578 *Relatório da Seção*. 10/01/1931. p. 6

4.2. Antropometria

Seguindo as instruções de E. Roquette-Pinto, A. Fróes da Fonseca organizou “As novas fichas antropológicas” do Museu Nacional para o serviço especializado dos escolares e para o de observações em cadáveres⁵⁷⁹. A ficha de escolar (nº2) ficou a cargo de R. Hinrichsen e posteriormente da diretora da Escola Basílio da Gama e professoras auxiliares; a ficha de cadaver (nº3), foi elaborada por Ermirio E. Lima no Laboratório de Antropologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵⁸⁰. Posteriormente foi realizada uma ficha geral (nº 4), onde foram feitas algumas inovações⁵⁸¹.

No trabalho, A. Fróes da Fonseca apresenta uma descrição das fichas, a forma de organização e fornece indicações técnicas visando normatizar e padronizar as técnicas empregadas. Apresenta as vantagens de ordem prática da elaboração das fichas como fácil manuseio e legibilidade, seleção das medidas mais úteis ao estabelecimento do tipo morfológico individual, seriação para facilitar leitura e comparação de dados, reunindo de um lado o máximo de medidas tomadas diretamente e no verso as obtidas por cálculo⁵⁸².

Mostrando que o valor da antropometria cresceu com a pesquisa sobre tipo constitucional, o autor assinala sua importância nos estudos raciais quando utilizada com critério científico. Afirma que

todo dado antropométrico é a expressão numérica de um conceito biológico racialmente escolhido. Expressão racional e não arbitrária, simbolo tangível e imediatamente apreciável daquilo que se apresenta à observação direta, e não de conceitos esbatidos,

579 FROÉS DA FONSECA, A. “Fichas Antropológicas do Museu Nacional”. In: Separata do *Boletim do Museu Nacional*, Vol. IX, nº 2. RJ: 1933 e FRÓES DA FONSECA, A. “As Novas Fichas Antropológicas do Museu Nacional”. In: Separata do *Boletim do Museu Nacional*. Vol. III, nº 3. RJ: 1926.

580 MN DR P. 103 D. 424. *Relatório da seção*. 31/12/1928. P. 5.

581 Vale lembrar que a ficha nº 1 foi a desenvolvida por E. Roquette-Pinto na mensuração de vivo para a pesquisa dos Tipos Antropológicos.

582 FRÓES DA FONSECA, A. “As Novas Fichas Antropológicas do Museu Nacional”. In: Separata do *Boletim do Museu Nacional*. Vol. III, nº 3. RJ: 1926. p. 13

definido-se mal na multidão de fatos semelhantes e próximos, e gerando impressões subjetivas equívocas e erros sempre fáceis.⁵⁸³

Para os estudos da tipologia constitucional as referências de medidas têm um significado preponderante para determinação de relações proporcionais entre as partes do corpo humano. Para as pesquisas raciais devem ser escolhidas, preferencialmente, mensurações associadas a regiões que sofram menos influência das mudanças do meio. Deve-se a isso a importância da região central da face, mensurável, por exemplo, pelo índice nasal e por algumas características da base dos ossos. A técnica e o instrumental de uma extensiva investigação de campo devem ser simplificados de forma a obter rapidamente, uma coleta científica. O autor apresenta indicações gerais, o instrumental empregado para cada medida e o reconhecimento dos principais pontos da cabeça e do corpo, indicações técnicas especiais para as medidas, e os cálculos empregados no verso da ficha. Na ficha geral (nº 4) foram introduzidos, no verso do cartão, na faixa marginal superior os índices mais importantes e na inferior os índices túbio-pélvico, corporal de Kaupp, ponderal de Oeder e a capacidade craniana. Encontramos também local para fotografia frontal e de perfil do indivíduo, observações suplementares, além de algumas medidas de comprimento e altura. Aparece também a avaliação da abertura sub-torácica e a impressão digital do polegar direito⁵⁸⁴.

As instruções antropométricas se expandiram pelo Brasil e diversas pessoas procuravam o Serviço de Antropometria do Museu para tal fim. É o caso do parecer solicitado à seção, em 1932, sobre a Ficha de Educação Física apresentada pela inspetora escolar Cecília Padilha⁵⁸⁵. Esta senhora, então diretora da Escola Vieira Souto do

583 FRÓES DA FONSECA, A. "Fichas Antropológicas do Museu Nacional". In: Separata do *Boletim do Museu Nacional*. Vol. IX, nº 2. RJ: 1933. p. 6

584 MN DR P105 D. 517. "Carta de Leslie Spier ao Roquette-Pinto". 03/10/1929.

585 Esta professora foi secretária do Iº Congresso Nacional de Eugenia em 1929.

Distrito Federal, realizava em escolares, desde 1923, a coleta de dados antropométricos para o Museu⁵⁸⁶.

Outro exemplo é a carta de Geraldo de Andrade, do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco, que, em nome do Prof. Gouveia de Barros, escreveu a E. Roquette-Pinto em 1930. Procurando melhorar a seção de antropometria, G. Andrade anexa uma lista com 19 instrumentos deste departamento para avaliação do Museu, de forma a dispor de elementos materiais compatíveis “com a hora atual”. Além das instruções sobre instrumental solicita a remessa de monografias e fichas. Afirma que por “intermédio do Fernando da Silveira, soube de seu justo desejo de uniformizar as fichas existentes no país”, dispondo-se a adaptar a ficha deles à do Museu Nacional⁵⁸⁷.

Em resposta A. Fróes da Fonseca afirma que “a lista satisfaz às necessidades antropométricas gerais”, mas aconselha a substituição dos seguintes instrumentos: “toesa antropométrica de pedal, cefalômetro ou compasso de espessura para pequenos diâmetros cefálicos e faciais compasso com deslisadeira (compas à glissière) modelo pequeno e médio para as dimensões da face e um compasso de deslisadeira (compas à glissière) especial para determinar as dimensões auriculares, (...) pelo instrumental antropométrico R. Martin, cujo emprego tende a se generalizar no mundo”. Comenta que a seção dispõe de um modelo próprio modificado para a antropometria ambulante, não disponível no mercado. Completa sua explanação fornecendo amostras das fichas e das respectivas folhas de cálculos, já que as fichas de antropometria de adultos foram modificadas recentemente para adaptação a pesquisas projetadas⁵⁸⁸.

A orientação aos estudos antropométricos também era solicitada pelos médicos do Exército. Um telegrama foi enviado em 1935

586 Relatório da seção. 30/11/1932.p.2 e MN DR. P. 92 D. 314 A. 08/05/1923.

587 MN DR P. 104 D. 193. “Carta de G. Andrade ao Roquette..”. 29/03/1930.

588 MN DR P. 104 D. 193. “Resposta da carta a G. Andrade por A. F. Fonseca...”. 14/04/1930.

ao Museu Nacional pelo Cel. Themístocles, chefe da Comissão de Limites do Setor Oeste pedindo auxílio e orientação nos estudos biométricos e nos inquéritos antropológicos realizados com indígenas do noroeste brasileiro, de modo a se adaptar ao estado atual da ciência antropológica⁵⁸⁹.

Os exemplos acima mostram que o Serviço de Antropometria da instituição tinha uma preocupação em uniformizar a prática, de forma a especificar e dar precisão às mensurações realizadas tanto por antropólogos profissionais quanto por especialistas formados no Museu Nacional e por amadores. Devemos lembrar que as regras de mensuração utilizadas na instituição seguiam os acordos firmados em Congressos Internacionais, o que era enfatizado pelos próprios cientistas da casa⁵⁹⁰.

Buscando ampliar os especialistas da prática, o Museu Nacional ofereceu curso de Antropometria ministrado por J. Bastos de Ávila no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1932. Tratou dos seguintes itens: a Antropometria e a Antropologia Física (seus fins, seu objeto, apreciação dos resultados, sobretudo na interpretação de caracteres raciais e constitucionais); breves noções de anatomia humana (as grandes divisões do corpo e o esqueleto); reconhecimentos dos principais pontos antropométricos; apresentação, descrição e manejo do instrumental antropométrico mais comumente usado; indicações técnicas especiais para as medidas antropométricas (adulto, na criança e no cadáver); métodos de cálculo (curva de Gauss, notações usuais, amplitude médias, erros, desvios, coeficiente de variação); organização de uma ficha antropométrica; organização de tabelas segundo mensurações já feitas assinalando os valores médios,

589 MNDRP.116.D. 176. "Telegrama da Comissão de Limites ao Roquette..". 12/04/ 1935.

590 Conforme E. Roquette-Pinto os acordos foram apresentados nos Congressos de Antropologia e Arqueologia como o de Mônaco de 1906. Cita também outros dois, o de Genova e o de Frankfurt. Em seu trabalho com A. Childe intitulado "Notas Antropométricas sobre os Índios Urupás", os autores colocam em nota que as mensurações estavam em conformidade com a "Entente internationale pour l'unification des mesures craniométriques et cephalométriques" de 1906. Ver: *Archivos do Museu Nacional*.XXV. RJ: Imp. Nacional, 1925.

os desvios, os coeficientes de variação; organização da tabelas para o cálculo da capacidade craniana (adulto e criança) e alguns pontos especiais (índices de uso mais freqüente, estudo do coeficiente de cefalização, estudo do ângulo de abertura sub-torácica).⁵⁹¹

Notamos que a base teórica do curso estava voltada para o desenvolvimento dos tipos raciais e constitucionais, as características individuais e a sua distribuição dentro das populações. Pautado nos métodos antropométrico, somatométrico e biométrico, o curso fornecia noções de estatística aplicadas à biometria, importantes para a organização de tabelas e cálculos realizados. Fornecia também subsídios para esclarecer a biologia presente e apresentava sólidos fundamentos no preceito de higiene. A atividade antropométrica era apresentada pelo professor como de interesse ao pediatra, ao inspetor-médico, médico-militar, entre outros. Além de três lições de aula teórica, o curso estava voltado para a prática, informando as nomenclaturas de anatomia, os pontos antropométricos, os instrumentais utilizados e a organização da ficha antropométrica⁵⁹². Entre os alunos que realizaram os trabalhos práticos encontramos o nome de Maria Julia Pourchet e Moysés Gikovate, ambos praticantes gratuitos do Museu. Lembremos que Pourchet tornou-se mais tarde assistente de Heloisa A. Torres e, a convite de J. Bastos de Àvila, passou a integrar o Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal na seção de Antropometria⁵⁹³. O segundo tornou-se secretário da *Revista Nacional de Educação* publicada pela instituição⁵⁹⁴.

Os estudos antropométricos em escolares continuaram a ser desenvolvidos por J. Bastos de Àvila. É o caso de seu estudo sobre “Forma e dimensão da cabeça e coeficiente de cefalização”

591 MN DR P. 110 D. 230. 02/05/1932.

592 Duas partes do curso foram publicadas em livro de J. Bastos de Àvila: “Antropometria” e “Noções de Estatística aplicada à Biometria”. *Questões de Antropologia Brasileira*. RJ: Civ. Brasileira, 1935.

593 MOURA, M.M.. *Memorial de Livre Docência*. DA-FFLCH/USP, 2005. P. 5.

594 MN DR P. 111. D. 449. “Curso de Antropometria”. 26/08/1932.

publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1931. Diz respeito a uma investigação em escolares (indivíduos masculinos) referente à dimensão cefálica, cujos dados foram comparados com a “cefalização de Dubois” e com as informações colhidas sobre a capacidade intelectual e aproveitamento escolar das crianças. Foram calculados valores médios, desvios padrões e coeficiente de variação, todas expressas em tabelas que demonstram os resultados obtidos⁵⁹⁵. O outro trabalho deste cientista foi “O negro em nosso meio escolar” publicado no *Boletim do Museu Nacional* em 1936, onde apresenta a existência de dois tipos diversos de negros a partir do índice de Lapique, admitindo, como hipótese, que um dos grupos, tratando-se de mestiços, apresentaria o resultado positivo em razão de sua herança ancestral branca. Sua análise se estende a comparações de estatura, peso, índice nasal, etc. Conforme apontou, muitas de suas observações concordavam com as apontadas por E. Roquette-Pinto em “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil”⁵⁹⁶.

A seção recebeu também cerca de 60 fichas antropométricas de indígenas ribeirinhos do Rio Negro, do Rio Branco e do Uaupês colhidas pelo Dr. Braulino de Carvalho, da Comissão Demarcadora das Fronteiras do Setor do Norte, em 1929 e 1930. Baseado neste material, J. Bastos de Àvila realizou um estudo denominado “Contribuição ao Estudo Antropofísico do Índio Brasileiro” publicada no *Boletim do Museu Nacional* em 1937. Além de um esboço das Famílias a que pertencem estes índios: Aruaque, Caraíbas, Tucano e daquelas denominadas Produto Cruzado (Macuxi-Uapixanas e Tucano-Tariana), Bastos de Àvila realiza um extenso estudo comparativo dos dados coletados com os resultados apresentados pelo norte-americano W. C. Farabee em “The Central Aruawks”

595 ÁVILA, J. B. . “Forma e dimensão e coeficiente de cefalização”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol. VII, f. 4, 1931.

596 ÁVILA, J. B.. “O negro em nosso meio escolar”. *Boletim do Museu Nacional*. XII, f. II, 1936.

e “Indian Tribes of Eastern Perus” abrangendo quatro quadros e uma série de 53 tabelas⁵⁹⁷.

Em 1932 J. Bastos de Ávila tornou-se professor interino da divisão de antropologia física no lugar de A. Fróes da Fonseca. Este cientista se afastara do Museu em virtude de um desentendimento com Roquette-Pinto. Em carta de 1933, Fróes da Fonseca explica a situação:

Acuso recebimento a recepção do recado trazido pelo Dr. Ermirio Lima sobre um possível entendimento entre nós. (...) Tal entendimento se me afigura inútil. O desmoramento da minha ilusão a seu respeito se vem processando desde muito. Era meu intento desaparecer discretamente do Museu. Mas a iniquidade que aos meus olhos representa o ludíbrio de dois anos do Sr. Padeberg-Drenkpol, para dar tempo ao preparo de um amigo, bem como outros fatos de que tenho conhecimento e que são visceralmente contrários ao que entendo por moral administrativa, força-me a mudar de rumo. (...). A renúncia á cadeira de Antropologia, eu a darei ao Sr. Presidente da República- que me efetivou – e a quem exporei os motivos de meu ato⁵⁹⁸.

Fróes da Fonseca se refere à polêmica da entrada de Padberg-Drenkpol para outra seção sem concurso, conforme o regulamento do Museu e que não fora aceita pela Congregação.

Apesar do incremento do Laboratório, com um visível aumento de instrumentos, conforme os inventários realizados pela seção, notamos que as investigações de laboratório foram menos intensas nos anos subseqüentes à exoneração de Fróes, em virtude de problemas orçamentários e do reduzido pessoal. Lembremos que além de J. Bastos de Ávila, a equipe estava formada por P. Roquette-Pinto⁵⁹⁹ e Ermirio E. Lima. Este último com seu sólido conhecimento de anatomia humana e da arte de dissecação, restau-

597 ÁVILA, J. B. “Contribuição ao Estudo Antropofísico do Índio Brasileiro”. *Boletim do Museu Nacional*. Vol. XIII, f.3-4, 1937. pp. 1-68.

598 ABL – Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 14 D. 7. “Carta de Fróes ao Roquette...”. 10/04/1933.

599 Paulo Roquette-Pinto foi preparador interino em 1932 no lugar de Padberg-Drenkpol até ser removido para outra seção.

rava peças da seção e realizava uma série de moldes em gesso, para constarem nas coleções didáticas do Museu Nacional⁶⁰⁰.

A gestão de A. Fróes da Fonseca na cadeira de Antropologia no Museu foi marcada pela participação de grandes nomes que auxiliaram-no na tarefa de construir os estudos antropológicos com uma feição moderna, tal como tinha feito Roquette-Pinto. Sobre sua passagem pela Cátedra do Museu lembra que “foi de uma herança difícil, dado o período de restrições materiais que atravessamos, embaraçando e mesmo impossibilitando pesquisas de grande vulto”. Transferindo o cargo para J. Bastos de Ávila em 1934, Fróes afirmou: “certo estou de ter encontrado um realizador tão modesto quão fecundo, que honrará as letras antropológicas do Brasil”⁶⁰¹.

No ano seguinte E. Roquette-Pinto pede sua aposentadoria da instituição. Em carta de 1934, Mario de Andrade presta sua solidariedade afirmando ser “uma terrível injustiça” o caso dele, e concordando com sua atitude de requerer a aposentadoria. Sugere que ele deveria,

adquirir aquela ‘sem-vergonhice’ admirável de ficar no seu posto, no seu trabalho, que não é pra esses ‘aqueles’ dessa república, mas de todos? Você não se pertence mais, Roquette-Pinto, você é nosso!(...). Seja injusto com essa gente, não dê pra eles mais os seus postos pra contemplação de afilhados⁶⁰².

Por razões pessoais ou políticas, E. Roquette-Pinto se afasta da direção do Museu, deixando a interinidade do cargo a Alberto Betim Paes Leme e indicando o nome de Heloisa Alberto Torres para a nova gestão.

Vejamos como os cientistas da seção de Antropologia e Etnografia pensavam o que era esta ciência.

600 MN DR P. 111. D. 625. Relatório da seção. 30/11/1932.

601 FRÓES DA FONSECA, A. “Prefácio”. Questões de Antropologia Brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935. p.6

602 ABL Arquivo Roquette-Pinto.Cx 27 D. 1. 1/10/1934.

5. A re-escrita da história: a Antropologia no mundo e no Brasil na visão dos cientistas do Museu Nacional

Os cientistas do Museu Nacional buscavam compreender as mudanças ocorridas na prática antropológica, entre os anos 20 e 30 do século XX, com uma visão do passado onde identificavam os fundadores da Antropologia e os cientistas mais importantes no seu desenvolvimento. Pretendemos entender como essa visão se expressava e resgatar a memória científica elaborada pelos cientistas da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Baseamos nosso estudo no texto de E. Roquette-Pinto e A. Fróes da Fonseca “Elementos da Antropologia”⁶⁰³, em diversos documentos de Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes do Arquivo do Museu Nacional, entre eles, a realização do 50^a Aniversário da Exposição Antropológica do Museu Nacional, em artigos publicados no *Boletim do Museu Nacional*.

Segundo estes pesquisadores o desenvolvimento dos estudos biológicos imprimiu uma nova faceta à antropologia neste período dos anos 20 e 30 do séc. XX. Conforme apontado por E. Roquette-Pinto em estudos anteriores, a antropologia de essencialmente

603 São várias as versões do mesmo texto, todos sem data, incluindo vários apontamentos manuscritos de E. Roquette-Pinto. Na ABL (Arquivo Roquette-Pinto cx 13 doc. 65) encontramos um texto datilografado contendo o cap. I (conceito da antropologia – evolução histórica – divisões – métodos de estudo – aplicações – bibliografia) com 19 pags e notas até nº 7. Os outros textos pertencem ao MN DA HAT cx 8 d 29: um manuscrito introdutório contendo (conceito atual da antropologia – notas históricas – suas divisões – seus métodos e seus resultados- o ensino universitário de antropologia – as contribuições brasileiras) com 39 pags. E outro mesmo texto datilografado contendo 16 pags. Encontramos ainda um texto datilografado contendo cap. 1 (conceito de antropologia – evolução histórica – divisões – métodos de estudo – aplicações e bibliografia). Este mesmo envelope contem uma série de apontamentos manuscritos. Os capítulos posteriores, não encontrados, constam da seguinte ordem: II- antropologia zoológica; III- antropologia racial; IV- antropto-tipologia; V- paleontologia humana – antropogênese; VI- técnica antropológica. Pretendia-se acrescentar: retratos dos grandes homens; nota bibliográfica; as principais definições da antropologia; livros de estudo – bibliografia; as aplicações práticas – sociologia, medicina legal, higiene, eugenia, pedagogia, seleção de aspirantes (soldados); artes, criminologia, identificação e outros.

morfológica e anatômica, passou a ser fundamentalmente fisiológica, levando-o a admitir, no texto “Elementos da Antropologia” em co-autoria com Fróes da Fonseca, que “nenhum departamento da biologia sofreu nos últimos 20 anos, maiores transformações do que a história natural do homem”(grifo dos autores)⁶⁰⁴. Diante das novas conquistas, a antropologia se voltou para o estudo da biologia dos grupos, procurando conhecer os fatores determinantes das raças, os seus caracteres bio-físicos e as causas de seu desenvolvimento. Os autores apontam que o conhecimento mais apurado da célula animal e principalmente do papel do núcleo, somado à redescoberta de Mendel (1822-1884), aos estudos de mutação H. de Vries (1848-1935) e as leis de F. Galton (1822-1911), permitiram aprofundar as investigações sobre a formação da raça, direcionando às questões mais importantes da área: as leis da herança, os fenômenos do cruzamento, as leis do crescimento individual e os processos de diferenciação sexual⁶⁰⁵. Para eles, outra influência decisiva, foi a análise biométrica dos fatores morfológicos e fisiológicos, baseando-se em A. Quetelet (1796-1874), F. Galton, Morsilli, R. Pearl (1879-1940), Gerning, Nicefor e C. Davenport⁶⁰⁶.

Segundo Roquette e Fróes, o estudo dos grupos humanos enfatiza os fenômenos de variação usuais nos processos de estatística, imprimindo uma maior validação ao conhecimento⁶⁰⁷. Para eles, tais diretrizes não alteraram sua definição primordial, a da história natural do homem, como entendida por Quatrefages. A complexidade dos estudos antropológicos engloba “morfologia humana, psicologia humana, patologia humana, taxionomia das variedades biológicas do homem, estudo da civilização e do seu desdobrar no tempo e no espaço (...)”. Tudo isto é história natural do homem,

604 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 1

605 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 2

606 Nos apontamentos manuscritos, apontam que tais estudos levaram ao crepúsculo de Darwin e Lamarck, o enterro da antropro-sociologia de Lapouge e de Gobineau.

607 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Cap. I Conceito de Antropologia... Bibliografia” p. 3

mas nem para todos os assuntos, os métodos dos naturalistas podiam ser utilizados⁶⁰⁸.

Voltando-se ao passado, os autores procuram os fundadores desta obra, remontando aos estudos de Aristóteles. Procuram explicar as correntes que formam a antropologia moderna, a naturalista e a anatomista. A primeira, começou com o desenvolvimento dos estudos das ciências naturais, em grande parte estimulada pelos descobrimentos geográficos iniciados no século XV, baseando-se nos estudos de C. Lineu, C. de Buffon, e em Lamarck. Depois ganhou impulso com o renascimento dos estudos de anatomia humana e comparativa, tais como os de André Vesalio (1514-1564) e, posteriormente de E. Tyson (1650-1708) e Soommenig, sobre a morfologia comparada dos Primatas. Lembram os autores, que na grande chave Taxonômica dos animais, proposta por Lineu, “o homem entra ao lado dos macacos com grande escândalo do mundo religioso”. Seguindo esta corrente biológica, até os últimos tempos, a antropologia foi enquadrada nos moldes preponderantemente morfológicos como os estudos de Blumembach, Camper, L. Daubenton (1716-1800), Broca, Virchow, De Quatrefages e Topinard⁶⁰⁹.

Os autores destacam o papel de Buffon, mas não consagram a ele o lugar de fundador desta ciência como fez P. Topinard. Afirmam, que “é arriscado demais destacar em tal posição um só nome. Nesta como nas demais, a fundação não foi obra individual”, justificam os autores que estão construindo os ‘pais fundadores’ da Antropologia. Remarcam que Buffon, sem cuidar de classificar as raças, foi o primeiro a esboçar a história natural do homem (grifo dos autores), considerando-o como um dos inspiradores da biologia

608 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 3

609 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Cap. I Conceito de Antropologia... Bibliografia” p.2

moderna. Para os autores ele pode ser considerado um precursor da biométrica.⁶¹⁰

Enfatizam o papel de outros cientistas como: Blumembach, o decodificador da antropologia, com estudos particulares do crânio ou descrição morfológica da cabeça óssea; E. Kant (1724-1804), pois dedicou uma parte de seu às raças humanas; Lamarck, discípulo de Buffon, mostrou a influência do meio na formação das raças humanas; tratam ainda de G. Cuvier, E. G. Saint-Hilaire, S. Morton e C. Darwin⁶¹¹. Para os autores foi P. Broca quem delimitou o conceito atual da antropologia e apresentam também R. Virchow e T. Huxley, como nomes importantes do século passado. No século XX, os autores apresentam R. Martin como o mais importante cientista do mundo germânico⁶¹² entre vários outros representativos cientistas⁶¹³.

Para eles, as questões antigas que permeavam a prática antropológica foram resolvidas do ponto de vista biológico. Conforme os

610 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 11

611 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 11-12

612R. Martin em seu livro Lerbuch der Anthropologie, apresenta as seguintes divisões na antropologia uma parte física e uma psíquica (etnologia). Ocupando-se, este autor da antropologia física propõe as seguintes divisões: antropologia geral e antropologia especial ou sistemática. A Antropologia Geral (I): bases e problemas de Antropologia; Variabilidade e Variação; Herança e suas leis; Processos seletivos; Influências de fatores externos; mestiçagem e cruzamentos; Desenvolvimento e Declínio das Raças. A Antropologia Sistemática (II), temos: A- Somatologia (forma, tamanho, peso, crescimento; proporções do corpo; órgãos tegumentares – pele, cabelos, unhas, olhas, coloração epidérmica; forma de crânio, da face; regiões da face – nariz, boca, orelhas, etc; B- Morfologia ou Merologia: Craniologia; sistema ósseo; sistema muscular; aparelho digestivo; aparelho respiratório; aparelho uro-genital; aparelho circulatório; sistema nervoso; órgão dos sentidos. A edição de 1928 complementa a antropologia sistemática com: C- Fisiologia e Psicologia; D- Patologia e ainda Antropogeografia (III) – descrição individual das raças humanas; Phylogenia dos Homídeos; Suas relações com os outros Primatas; Tempo e Lugar da antropogênese; Formas extintas de Homídeos; Classificação das Raças Humanas; Distribuição Geográfica das Raças Humanas. Ver: ABL. Arquivo Roquette-Pinto. cx 13 doc. 65. p. 4 e 5.

613Apresentam uma lista com os autores mais representativos da atualidade. São eles: W. L. H. Duckwarths, A. Keith, P. Rivet, Papillaut, Antony, Majjet, Verneau, Hans Virchow, Eugen Fischer, W. Scheidt, Molisson, von Luschan, C. Sergi, Giuffrida Ruffei, Frasseti, A. De Blasio (1858-1945), Livi, A. Niceforo (1876-1960), Soren

autores, “ninguém discute hoje se o homem é ou não um primata. Seu parentesco sanguíneo com os grandes símios já agora é caso certo”. A outra questão é relativa a unidade da espécie que, segundo eles, deixou de interessar, pois o conceito de espécie deixou de ser controversia e poucos são os que entendem que os homens não pertencem a um mesmo grupo específico⁶¹⁴.

Segundo os autores, “constituída a ciência em corpo autônomo entrou nos grandes centros para a lista dos assuntos universitários”. Os principais centros de estudo estão localizados em França o Museu de História Natural, a Escola de Antropologia de Paris e o Instituto de Paleontologia Humana e alguns cursos esparsos em Faculdade de Ciências e Medicina. Apresentam o ensino sistemático em Faculdades nos seguintes países: Inglaterra, Alemanha, Suíça, Holanda, Suécia, Itália, Espanha, Portugal, Japão, EUA e Argentina⁶¹⁵.

Os cientistas brasileiros que contribuíram no campo antropológico foram também apresentados pelos cientistas do Museu. Encontramos uma lista com nomes (e algumas datas) daqueles que desenvolveram pesquisas importantes à prática antropológica. Além de P. Lund, J. B. Lacerda e J. Rodrigues Peixoto, foram apontados R. Nina Rodrigues (1862-1906) - 1904, João B. de Sá Oliveira-Bahia 1895, Deolindo C. Souza Gomes - Rio 1895, Henrique Roxo - 1904, Juliano Moreira, Fernandes Figueira - 1915 e 1917, Antônio Austregésilo, P. Clovis Correa e Castro - 1917, J. Carneiro Ayrosa - 1916, Francisco Franco da Rocha (1864-1933), Alfonso Bovero (1871-1937), A. Fróes da Fonseca. Notamos que tais nomes estavam relacionados aos estudos de craniologia, neurologia, psiquiatria e anatomia, fornecendo subsídios para as investigações das diferenças raciais.

Hansen, (...) A. A. E. Mendes Correa (1888-1960), Mascarenhas Mello, Bolck, Nordenskjold, Lehman Nutch, Tem Kate, F. Boas, A. Hrdlicka, (...).MN DA HAT cx 8 d 29. Apontamentos manuscrito s/p

614 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 13 e 1-2

615 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Introdução” p. 14.

Os autores destacam o papel do Museu Nacional no desenvolvimento da prática antropológica onde a antropologia começou ligada à Zoologia, sob a direção de J. J. Pizarro, professor de E. Roquette-Pinto na Faculdade de Medicina e com pesquisas de J. B. Lacerda e J. R. Peixoto.

Roquette e Fróes⁶¹⁶ apontam para a definição mais ampla de antropologia que, para eles, deveria ser um estudo completo da espécie humana nos seus aspectos biológicos, sociais e morais, como entendida por A. Comte. Seria, portanto, a “história natural dos homídeos’ ou melhor a bio-sociologia humana” (grifo dos autores) como definida por E. Roquette-Pinto. No sentido usual, a antropologia passaria a ser compreendida como a biologia comparativa dos tipos humanos (grifo dos autores) tal como atribuído por Fróes da Fonseca. Segundo os autores, caberia à etnologia o estudo objetivo dos documentos que definem os outros dados sociais e morais do homem⁶¹⁷.

O resgate da história da antropologia continuou nos anos 30 na ocasião da comemoração do 50º aniversário da Exposição Antropológica de 1882. Com esta finalidade, Heloísa Alberto Torres e sua equipe investigaram os trabalhos realizados no Museu no séc. XIX, destacando as atividades desenvolvidas pelos etnógrafos da Exposição Antropológica Brasileira. Em relatório de 1932, Heloísa A. Torres afirma:

antes dela [exposição] o Museu possuía material antropológico e etnográfico bastante pobre. Por iniciativa do então diretor-geral do Museu, dr. Ladislau de Souza Mello Netto foram reunidas e,

616 Para os autores a antropologia parecia melhor dividida da seguinte maneira: antropologia zoológica (anatomia psico-fisiológica, patologia, taxionomia, distribuição geográfica dos grandes primatas); antropologia racial (anatomia, psico-fisiológica, patologia, taxionomia, distribuição geográfica das raças humanas); antropo-tipologia (estudo dos tipos constitucionais, dos sexos, das idades, dos caracteres individuais (identificação) e profissionais); paleontologia humana e antropogênese. ABL .Arquivo Roquette-Pinto cx 13 doc. 65 p. 5

617 MN DA HAT cx 8 d 29. Texto datilografado “Cap. I Conceito de Antropologia... Bibliografia” p. 1

na maioria conservadas, no Museu, as coleções particulares mais ricas do Império, [podendo] ser considerada como facto capital na vida da seção⁶¹⁸.

Nesta tarefa, realizou um histórico da seção, desenvolveu uma biografia de Ladislau Netto e identificou os objetos de proveniência ignorada. R. Lopes promoveu a recuperação das atividades de Gonçalves Dias, trabalho que tinha iniciado no ano anterior por ocasião do 70º Aniversário da Exposição de 1861. Produziu, a propósito, uma nota a imprensa sobre os últimos trabalhos de G. Dias e realizou uma conferência sobre “Gonçalves Dias e a raça americana” para o Instituto Pan-americano de Geografia e História em 1931⁶¹⁹. Lopes procurou identificar também a lista de estampas da Comissão de Exploração do Ceará na seção de etnografia, comparando-a com o “Álbum Etnográfico” de Ladislau Netto⁶²⁰. O resultado desses trabalhos foi apresentado em duas conferências “Os etnógrafos da Exposição Antropológica” e “Ladislau Netto – as diretrizes modernas dos estudos etnológicos” em ocasião do 50º aniversário da Exposição Antropológica⁶²¹.

Seguindo a trajetória dos estudos antropológicos no Brasil foram publicados estudos de memoráveis cientistas à prática antropológica nos periódicos institucionais, entre naturalistas, historiadores, etnógrafos e antropologistas. Publicaram-se também

618 MN DR. P. 118 d. 14. Relatório da seção. 10/01/1932. p. 3.

619 MN DR. P. 118 d. 14. Relatório da seção. 10/01/1932. p. 4.

620 MN DR. P. 118 d. 14. Relatório da seção. 10/01/1932. p. 9.

621 Um extenso programa foi elaborado para a 50ª Aniversário da Exposição Antropológica Brasileira. Com a participação de diferentes cientistas: “I- A Carta Etnográfica Indígena do Brasil pelo General Rondon e cuja minuta fora elaborada por R. Lopes; II- Paleontografia: conchas, cavernas, cerâmicas e pedras – J. A. Padberg-Drenkpol, Silvio F. Abreu, R. Lopes, Heloisa A. Torres, III- Antropologia Física dados, crítica e instrução – A. Fróes da Fonseca, Etnografia – à descoberta, secx. XVII, XVIII, XIX, Histórico dos Estudos Etnográficos, Os etnógrafos da Exposição Antropológica e Ladislau Netto – as diretrizes modernas dos estudos etnológicos, Rodolpho Garcia, A. E. Taunay, R. Lopes, Heloisa A. Torres; Linguística – O que nos ficou do índio – no sangue, nos costumes, na linguagem, e na alma P. Rivet, Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto, Teodoro Sampaio, Carlos Estevão, R. Lopes e Gustavo Barroso”. MN DA SECRET remessa 2004 Cx. 13 P. 9

textos de naturalistas de outras épocas, como o ‘Viagem ao Brasil’ de Spix e Von Martius (1933); ‘Memória a propósito de uma estampa representando um índio Cambeba’ (1933), ‘Viagem Filosófica’ (1933) e ‘Memórias’ (1933) de Alexandre Rodrigues Ferreira na *Revista Nacional de Educação*; além de duas cartas manuscritas do naturalista-viajante do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Pena ao diretor Ladislau Netto (séc. XIX), em 1930 e 1932 no *Boletim do Museu Nacional*. Os outros textos são de contemporâneos como: ‘A carta de Caminha e a Etnografia’ (1933) de Moyses Gikovate na *Revista Nacional de Educação*; ‘Gonçalves Dias e a Etnografia (1921)’ por Alípio Miranda Ribeiro; ‘Um benemérito do Brasil, o dinamarquês Herluf Winge classificador dos achados paleontológicos de Lund (1927)’ e ‘Carlos Tschauer (1930)’ por J. H. A. Padberg-Drenkpol; ‘Glória sem Rumor’⁶²²(1929) por E. Roquette-Pinto; ‘Maximiliano, Príncipe de Wied (1931)’ por Afrânio do Amaral; ‘Capistrano de Abreu (1928)’ por Rodolpho Garcia e Eugenio de Castro; ‘Domingos Sérgio de Carvalho (1926)’ por Carlos Loureiro e ‘A. Saint-Hilaire (1928)’ por A. J. Sampaio no *Boletim do Museu Nacional*.

Divulgando, explicando e instruindo os mais variados públicos – do leitor comum ao especializado, tais trabalhos exploram os autores e as obras importantes para a constituição da prática, de forma a preservar uma memória científica da antropologia.

E. Roquette-Pinto afirmava em 1940:

A Antropologia é uma ciência cativante, apaixonante (...) mas não tem sido muito feliz. (...). Mais tarde, quando a fisiologia veio auxiliar ou esclarecer a morfologia, tornou-se mais positiva, pragmática, útil e utilizável... Encontrou seus verdadeiros métodos de análise, começou a ver em foco muitas questões importantes para o bem estar e o progresso da Espécie.... mas também começou a sentir o sítio dos interesses da política... Aqui mesmo, no Brasil na hora que passa já quase ninguém ouve as vozes do arianismo; mas há alguns anos sempre se escutavam entusiastas

622 Roquette-Pinto destaca importantes notas de Fritz Muller sobre os sambaquis de Santa Catarina. *Boletim do Museu Nacional*. vol.V, f. 2, 1929,p. 16.

dos “casamentos eugênicos” de onde os mestiços eram banidos no interesse da “pureza racial

Afinal se a ciência nos levasse a reconhecer que os males são “males do cruzamento” – não teríamos outra saída senão, com lágrimas nos olhos, declarar que a inferioridade é biológica, a fatalidade incontrastável da mistura domina soberanamente os esforços... O homem do Brasil teria de ser substituído...

Não é porém, felizmente o que vem acontecendo

Há uns trinta anos a Antropologia no Brasil era uma página em branco. Foi preciso muita fé, ardente entusiasmo e absoluta sinceridade dos que a ela se dedicaram para conseguir o que existe. Foi preciso lutar mesmo contra os postulados da lei de imigração de 1910 que, se não determinava fossem eliminados violentamente os sertanejos, dispunha que só se auxiliassem(...) os alienígenas de raça branca. Hoje que a antropologia para mim é principalmente uma grande lembrança de esforços felizes, leio os livros sérios⁶²³, (...) com o mesmo velho interesse(...).⁶²⁴

Fróes da Fonseca em suas reminiscências, afirmava: “Outras circunstâncias levou-me a ver na Antropologia valor mais alto para a humanidade. Formei-me em 1914 ano de uma virada da História da Humanidade pela eclosão da 1ª Grande Guerra (...)”⁶²⁵. Entendendo a antropologia como o conhecimento inter-humano, Fróes apontava que ela deveria ser sã, livre de preconceitos, livre de influências e tendências exploradoras da política, enfim, que ela deveria se estabelecer dentro de uma autêntica democracia.

Vivenciando uma nova realidade após a 2ª Guerra Mundial este cientista friza no final dos anos 50 os novos problemas do momento, atribuindo um papel às ciências antropológicas:

Existe hoje uma antropologia aplicada ao trato de problemas sociais prementes. Problemas de solução mais ou menos urgente,

623 Refere-se aos trabalhos de Bastos de Ávila, que reafirmam as pesquisas do próprio Roquette-Pinto.

624 ROQUETTE-PINTO, E.. “Prefácio”. In: ÀVILA, J. B.. Antropologia e Desenvolvimento Físico(métodos de pesquisa de antropologia física). RJ: Vilane e Barbas, 1940. p. 6.

625 FRÕES DA FONSECA, A.. “Porque e como me interessei pela antropologia”. In: POURCHET, M. J.. Sinopse dos títulos e trabalhos do Professor Álvaro Fróes da Fonseca: comemoração dos seus 90 anos. 1980. p. 66-69.

se não quisermos que vá correndo à ruína a espécie humana, cuja ascensão se fez abrigando germes capazes de levá-la ao declínio e à autodestruição. (...) As intervenções que a civilização amoral vai operando na natureza humana não se fazem, de regra, para melhor. Representa antes uma seleção artificial de caráter negativo. Até o instinto, profundamente animal, que leva ao sacrifício do indivíduo pelo futuro da prole e garantia da conservação da espécie, se vai embotando dentro de espírito de um imediatismo absorvente. E quando sábios advertem do perigo, não os ouvem políticos que controlam o poder e para os quais o voto dos sábios nada vale em eleição. Cumpre, pois, que se crie uma consciência nacional esclarecida, em que se desenvolva e apure o senso da responsabilidade para as gerações vindouras.

Nisto, cabe à Antropologia um papel decisivo.⁶²⁶

Para o bem da ciência, Fróes da Fonseca recorre ao sociólogo R. K. Merton, assinalando que devem trabalhar juntos, “teoristas e empiristas”. Recupera a observação do biólogo T. Dobzhansky de que a evolução humana só se torna de todo inteligível como resultante da interação de forças biológicas e sociais. Condena a separação entre a Antropologia psico-somática e a Antropologia psico-social. Segundo ele, dada a premência crescente dos problemas sociais, os cultores da antropologia psico-social tendem a abstrair o homem físico, como se soma e psique pudessem viver independentes⁶²⁷.

Devido a especialização da técnica e por ordem didática a antropologia apresentou um desdobramento artificial, explicou Fróes da Fonseca. Esta divisão, segundo ele é um “desdobramento da Antropologia em Antropologia Física, Antropologia *strictu sensu*, para os que opõem Etnologia ou Antropologia psico-somática, como nos parece melhor, e Antropologia Cultural ou Etnologia também Antropologia Psico-social, como gostaríamos de sugerir”. Ressalta, porém, que a fenomenologia corporal, psíquica e social,

626 FRÖES DA FONSECA, A. “Prefácio”. In: ÁVILA, J. B.. Antropologia Física. RJ: Agir Ed., 1958. p. 21 e 22.

627 FRÖES DA FONSECA, A. “Prefácio”. In: ÁVILA, J. B.. Antropologia Física. RJ: Agir Ed., 1958. p. 23.

formam uma seqüência em que o termo precedente é indispensável para a boa compreensão do seguinte e vice-versa ⁶²⁸.

Neste sentido, percebemos que os cientistas da 4ª seção do Museu Nacional, compreendiam a Antropologia, ainda nos anos 50, fiel às suas tradições de ciência natural, e englobando tanto a antropologia dita física quanto a etnografia, a etnologia e a arqueologia.

628 Ávila, J. Bastos de. Antropologia Física. RJ: Agir Ed., 1958.pag. 32.

Conclusão:

Tempo de (re)cortes e combinações: a tradição científica da antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro

Nesta tese, com o objetivo de analisar o processo de institucionalização da antropologia no Museu Nacional, reconstruímos a prática antropológica nesta instituição. Identificamos seus cientistas, explorando as trajetórias de cada um e do próprio grupo, conhecemos o prestígio político, social e científico alcançado por eles além de seu reconhecimento profissional perante a comunidade científica. Reconhecemos seus temas e problemas e caracterizamos suas áreas de atuação.

A pesquisa nos revelou que os estudos antropológicos aparecem no século XIX associados a institutos, sociedades e museus. O Museu Nacional do Rio de Janeiro, espaço de ciência cuja atividade estava dedicada aos estudos das ciências naturais, incorporou as novas especialidades em seu quadro, em 1876, incluindo a antropologia nos estudos zoológicos e anatômicos. A análise do desenvolvimento da antropologia nos levou a precisar dois aspectos: os significados dos termos antropologia, etnografia e etnologia, conforme empregado pelos cientistas em cada época e as mudanças estruturais realizadas na instituição, que acabou por adotar uma seção própria para a área. Para limite superior da pesquisa esco-

lhemos o ano de 1939, quando Heloisa Alberto Torres, no projeto de remodelação do Museu Nacional, sugere a alteração do nome da divisão de antropologia física para biológica. Estabelecidos os marcos temporais, pudemos caracterizar dois momentos distintos que apresentaram continuidades e descontinuidades no desenvolvimento da prática. Estes momentos, apesar de suas particularidades, estão associados à gestão dos diretores da instituição: Ladislau Netto e João Batista Lacerda no séc. XIX e início do XX e Bruno Lobo, Arthur Neiva e Edgard Roquette-Pinto nos anos de 1910 e 1930.

No primeiro momento notamos uma tentativa de construir a especialização da área, de forma a demarcar seu espaço entre os ramos das ciências naturais. As mudanças de conjunturas política e social do período foram sentidas na instituição em conseqüência de regulamentos que alteraram o funcionamento das atividades científicas. Para tanto foram estabelecidas regras e concursos, elaboradas instruções de pesquisa, realizadas expedições científicas, organizadas exposições nacionais, construído laboratório de pesquisa, discutidas a origem do homem americano, a questão da raça e da mestiçagem e a inserção do Brasil entre as nações civilizadas.

No segundo momento, a partir dos anos 10, houve uma ampliação de contatos entre o Museu Nacional e outras instituições no Brasil e no mundo. As pesquisas assinalaram uma expansão do campo antropológico a outras regiões do Brasil, com a institucionalização da prática em diferentes museus regionais e mesmo particulares, em academias e institutos, e em serviços associados ao Estado. Este período promissor trouxe grande acúmulo de material para a instituição, especialmente com a Comissão Rondon, cujos objetos foram exibidos ao público em novas disposições. A preponderância do Museu Nacional do Rio de Janeiro frente a outras instituições é de novo destacada, com o serviço de antropometria do Gabinete de Antropologia e a preocupação em normatizar instrumentos e uniformizar práticas antropométricas no Brasil.

O papel educativo da instituição foi destacado, numa época em que a falta de cursos superiores em Ciências Naturais era cri-

ticada pelos pesquisadores da instituição, que se espelhavam em Museus do exterior como o Museu de La Plata na Argentina e o Smithsonian Institution nos EUA.

Sob a direção de Ladislau Netto foram instituídos cursos públicos e conferências, ampliadas posteriormente com Bruno Lobo e Edgard Roquette-Pinto, muitos deles realizados em convênio com outras instituições, como os Cursos de Especialização da Universidade do Rio de Janeiro e o Instituto Franco Brasileiro de Alta-Cultura. Destacamos os cursos de Antropologia ministrados no Museu Nacional no séc. XIX por João Batista Lacerda e no séc. XX por Edgard Roquette-Pinto e depois por José Bastos de Ávila.

As publicações científicas cresceram consideravelmente, pois além dos *Archivos do Museu Nacional*, foram criados dois outros periódicos, o *Boletim do Museu Nacional* e a *Revista Nacional de Educação*, além do *Guias das Coleções* e os Quadros Murais de História Natural.

Imprimindo a concepção moderna de Museu à instituição, Edgard Roquette-Pinto, imbuído de seus ideais de educação, aliou pesquisa e ensino na casa e fora dela. Temos como exemplo, o uso de fotografias, diapositivos, filmes e rádio transmissão para divulgação dos trabalhos da instituição, a distribuição da Revista Nacional de Educação e dos Quadros Murais de História Natural, a criação do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, a formação de pequenas coleções de História Natural montadas pelas seções e distribuídas pelo ensino secundário e superior, incentivando a construção de pequenos Museus dentro das escolas.

Observemos que um dos importantes instrumentos de pesquisa da instituição foi o laboratório. Já em 1880 o Museu Nacional utiliza os novos parâmetros de pesquisa e cria o Laboratório de Fisiologia Experimental dirigido por L. Couty e J. B. Lacerda. A antropologia também passa a adotar a atividade laboratorial, com ênfase em microbiologia e genética, cedendo objetos, compartilhando interesses, idéias e pesquisadores com outras instituições. Se o laboratório era restrito ao mundo dos especialistas, se exibia

ao grande público os objetos e instrumentos de suas pesquisas, como um moderno microscópio. Os estudos antropológicos desenvolvidos na instituição eram relativos à diversidade populacional e à diferenciação racial, mostrando como a mestiçagem e os cruzamentos no Brasil podiam ser pensados positivamente em prol do futuro da nação.

É preciso frisar a contribuição de nossas investigações para os estudos de história social das ciências, pois revelam a rede de relações entre os cientistas de vários continentes. Os intercâmbios de objetos, livros, relatórios, projetos, periódicos, convites para congressos e sociedades, somados às inúmeras correspondências pessoais, demonstram o livre trânsito das idéias e das interações científicas, que incluíam contatos não só com franceses, alemães, norte-americanos e latino-americanos, como o caso de E. Roquette-Pinto, mas com vários portugueses, como os cientistas A. A. Mendes Correa, do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e A. Germano da Silva Correa, da Faculdade de Medicina de Nova Goa (Índia) além de vários cientistas japoneses. O prestígio científico e político alcançado pelos cientistas e pela própria instituição na área antropológica pode ser medido pelas correspondências endereçadas ao Museu, solicitando referências de leituras de livros de etnografia e antropologia brasileira no Brasil e no exterior, com cartas remetidas por professores da Rússia e do Portugal além de pedidos de asilo à pesquisadores durante a 2ª Guerra Mundial.

O desenvolvimento da pesquisa nos revelou as mudanças no significado do termo e da própria prática antropológica, de antropologia para antropologia física e depois biológica. Ressaltamos que até meados da década de 1930, a Antropologia, fiel às suas tradições da história natural, era definida como a ciência do homem como um todo, considerando, nos grupos humanos, as ações e reações do indivíduo sobre o grupo e do grupo sobre o indivíduo. Abrangia portanto os aspectos físicos ou biológicos do homem que eram denominados antropologia *strictu sensu* ou antropologia física, bem

como o ponto de vista psico-social, mais tarde designada etnologia ou antropologia cultural.

Na última fase, nos anos de 1940 em diante, notamos o (re) corte entre o biológico e cultural no campo antropológico. Podemos dizer que esta separação foi influenciada pelos contatos com os discípulos de Franz Boas no Brasil. Lembremos que as contribuições dos estudos de Boas imprimiram a separação do ramo biológico do ramo cultural, demarcando assim o campo da antropologia cultural. A ênfase no trabalho de campo, tal como proposto por Boas, baseada nos estudos da língua e da cultura de um povo, e a importância do registro de material etnográfico e documental e do uso de recurso cinematográfico, podem ser sentidas nas novas orientações institucionais e na própria prática antropológica no período posterior de Heloísa Alberto Torres.

Neste processo de consolidação e institucionalização da antropologia no Museu Nacional, pudemos conhecer o percurso da atividade dentro da instituição, que ganhou importância a ponto de ter dois antropólogos indicados à direção do Museu por um largo período de tempo, Edgard Roquette-Pinto e Heloísa Alberto Torres. Esta importância não diminuiu após o desdobramento da seção, em virtude da maior especialização do conhecimento antropológico. Tanto a antropologia física quanto a etnografia permaneceram com relevância dentro da instituição nos anos subsequentes.

Observamos, porém, que tal (re)corte deixou vestígios na história do tempo presente, pois existe um esquecimento e um desconhecimento do que foi a antropologia no início do século XX, num movimento da memória que privilegia a prática científica da antropologia cultural e social. Perdeu-se a noção de que a antropologia foi estruturada numa época em que as ciências biológicas predominaram e, muitas vezes se identifica tais práticas, com o racismo científico do período.

Remarcamos que cada diretor, com seu prestígio social e político, moldava o Museu aos seus próprios projetos, valorizando áreas, especialidades e temáticas. Em período de dificuldades, pro-

curavam manter as funções da instituição como centro de pesquisa em Ciências Naturais, defendendo a tradição do Museu.

Como último aspecto, salientamos em nosso trabalho que, mais do que aceitar as idéias desenvolvidas pela ciência antropológica internacional, os estudos antropológicos desenvolvidos no Museu Nacional contribuíram com soluções próprias para os problemas nacionais, num largo processo de incorporação e adaptação de conhecimento e materiais, que permitiram a formação de uma tradição científica local. Se o problema da raça e a questão da mestiçagem aparecem em destaque nos trabalhos da instituição desde o séc. XIX, a tese do branqueamento de Lacerda procurava situar o Brasil entre as nações civilizadas, mas pressupunha a superioridade branca. Os trabalhos desenvolvidos por E. Roquette-Pinto e, posteriormente, A. Fróes da Fonseca, J. Bastos de Ávila, Heloísa Alberto Torres entre outros da casa, pressupunham a igualdade das raças e a plasticidade dos tipos, combinando raça e cultura e refutando a idéia de mestiçagem como sinal de degradação e degeneração. Separando a idéia de raça dos problemas sociais que envolviam a construção da nação, defendiam a importância de uma política sanitária e educativa pelo futuro do Brasil. Condenando aqueles que defendiam a purificação das raças, utilizavam a história zoológica como exemplo, mostrando que a espécie que se uniformiza e que se estabiliza, é a espécie que estaciona. Em defesa de uma antropologia nacional, propunham a multiplicação dos centros de pesquisas, deixando reservado ao Museu Nacional seu papel de liderança.

Construído o elo entre Museu Nacional e a Antropologia, explicitamos que o fortalecimento deste conhecimento na organização estrutural apresentou especificidades próprias que envolviam demandas sociais e políticas, garantindo autonomia e autoridade perante a comunidade científica nacional.

Iconografia

O contato com os arquivos e fontes deste trabalho levou-me a selecionar uma série de ilustrações agrupadas e numeradas aos assuntos tratados nos capítulos precedentes, visando assim explicitar ao leitor a importância do tema e do conjunto documental reunidos aqui. Desta forma, sobre o capítulo II (figuras 1-12); capítulo III (figuras 13-38 e 41); e capítulo IV (figuras 39, 40, 42-57).

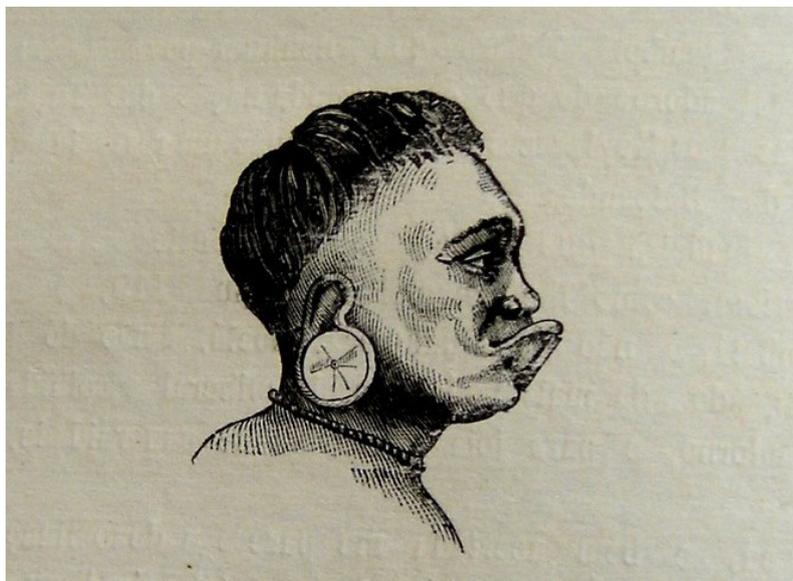


Figura 1 – Desenho de Índio Botocudo - Periódico Archivos do Museu Nacional (1877)

EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA

AVISO DE 12 DE OUTUBRO DE 1881

12-10-81

Marca para abertura da Exposição Anthropologica Brasileira e louva por este commettimento o director do Museu Nacional.

Tendo examinado a materia do officio de V. S. de 10 do mes findo, em que solicita a expedição das ordens necessarias para que de todas as partes do Imperio sejam remettidos ao Museu Nacional, com destino a uma Exposição Anthropologica Brasileira, objectos comprehendidos na relação que acompanha o citado officio de V. S., cabe-me dizer-lhe que as referidas ordens são expedidas por circular desta data, dirigidas ás presencias das provincias, nos termos da cópia inclusa.

Posto conviesse inaugurar a Exposição Anthropologica simultaneamente com a da historia do Brazil, fixada para o dia 2 de Dezembro do corrente anno, comprehende V. S. e esta mesma reflexão conta do seu officio, que não haveria tempo bastante para que a citada Exposição Anthropologica se fizesse tão completa e perfeita como deve ser. Resolveo, portanto, que a inauguração se verifique a 11 de Março do anno proximo vindouro.

Assim resp. mdo o officio de V. S., resta-me louvar em nome do Governo Imperial o zelo de que V. S. dá prova no officio que ora me propoe, e ao qual espero corresponda o patriotismo dos nossos concidadãos.

Deus guarde a V. S. — Pedro Luiz Pereira de Souza — Sr. director do Museu Nacional.

AVISO CIRCULAR DE 12 DE OUTUBRO DE 1881

Manda colligir objectos para a Exposição Anthropologica Brasileira

Illm. e Exm. Sr. — Tendo este ministerio resolveo attendar ao que solicita o director do Museu Nacional em officio de 10 do mes findo, incluso por cópia, recommendo a V. Ex. a expedição das providencias necessarias para que dessa provincia sejam remettidos áquelle estabelecimento objectos constantes da relação tambem inclusa por cópia, e destinados a figurar na Exposição Anthropologica Brasileira que se inaugurará a 14 de Março de 1882.

Não é preciso encarecer a importancia scientifica de tal certamen, nem insistir na conveniencia de acudir ao apello deste ministerio com o maior zelo e dedicacão possiveis. Conho de V. Ex. que sem demora fazeo divulgar por toda a provincia a noticia da exposicão projectada, a relação dos objectos pedidos e bem assim o empenho do governo neste negocio. Tanto as autoridades geraes e locais como os cidadãos de proximo e circumspecção podem ser incumbidos de colligir e remetter a V. Ex., ou directamente a este ministerio ou ao Museu Nacional os objectos que por parte de seus possuidores forem offerecidos á exposicão, declarando desde já o governo que, no caso de não ser exigida a devolucão, serão elles archivados nas collecções do estabelecimento com indicacão do nome do doador. Outrosim convém declarar que os documentos classificados no 7º grupo da relação inclusa, desde que adiantem os conhecimentos linguisticos, relativos aos abrigenes, serão recolhidos com particular apreço pelo governo Imperial.

Oportunamente resolveo este ministerio, quanto á concessão de premios, proposta pelo director do Museu Nacional, bastado por ora ao conhecimento de V. Ex. que ha da parte do Governo Imperial o melhor desejo de animar o commettimento o melhor desejo de realizar de modo acabado e util, e por isso mesmo alguns dos esforços de V. Ex. e do zelo de todos.

Deus guarde a V. Ex. — Pedro Luiz Pereira de Souza — Sr. presidente da provincia de...

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1881.

Illm. e Exm. Sr. — Considerando-se actualmente do mais alto interesse scientifico o estudo do homem americano, não somente quanto á sua origem anthropologica, semo tambem em relação ás evoluções phisicas e moraes por que ha passado na adaptacão aos climas e das necessidades dos paizes que habitou ou na fuzão e contacto dos varios povos que provavelmente lhe d'spartário o solo patrio em épocas anteriores á invação européa, e parecendo ser a grande açião guarano-tapy, habitante da America austrã Ciam'ina, a que maior interesse deve despertar ao mundo sciéntifico, por meos estudada que tem sido até a presente pelos americanistas, rogo a V. Ex. se digno, attendendo a que somente pelo estudo dos artefactos dos nossos abrigenes ou pelo exame de seus artefactos e idiomas é possível obter sobre taes honnens conhecimento cabal de sua natureza e de seu desenvolvimento phisico, providenciar para que de todas as provincias do Imperio, quer pelas presencias, quer directamente pelos commisionados dos diferentes ministerios, sejam remettidos ao Museu Nacional, assim de aqui figurarem em exposicão publica, como e quando V. Ex. ulteriormente resolver, todos os objectos comprehendidos nas tres secções em que me pareceo conveniente dividir o material de que se deve occupar tal exposicão.

As instracões que houverem de acompanhar esta relação deveráo declarar que todos os objectos reclamados a priori pelos seus proprietários lhe serão escrupulosamente devolvidos, e bem assim que a mais elevada estima é ligada aos documentos que vierem eselarrecer e ampliar os conhecimentos linguisticos relativos aos abrigenes.

Alguns premios poderáo ser offerecidos, conforme deliberação de um jury idoneo, aos objectos que se distinguirem pela sua perfeicão, conservacão ou valor ethnologico.

O essencial, porém, nesta exposicão deve ser toda urgencia possivel para que se possa abrir simultaneamente com a de historia do Brazil, fixada para o dia 2 de Dezembro do corrente anno, de modo a tornarse complementar desta.

Entretanto, como as provincias que mais devem concorrer para a exposicão anthropologica são as mais remotas, talvez seja convenientemente fixar para o mez de Fevereiro ou Março tal certamen, o que fizeo ao illustrado criterio de V. Ex. resolver.

Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, ministro e secretario de estado interino dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas — O director geral, *Luiz de Nello*.

Figura 2 – Instruções da Exposição Antropológica Brasileira - Arquivo do Museu Nacional (1881)



Figura 3 – Estampa com os dentes dos primitivos – Periódico Archivos do Museu Nacional (1876)

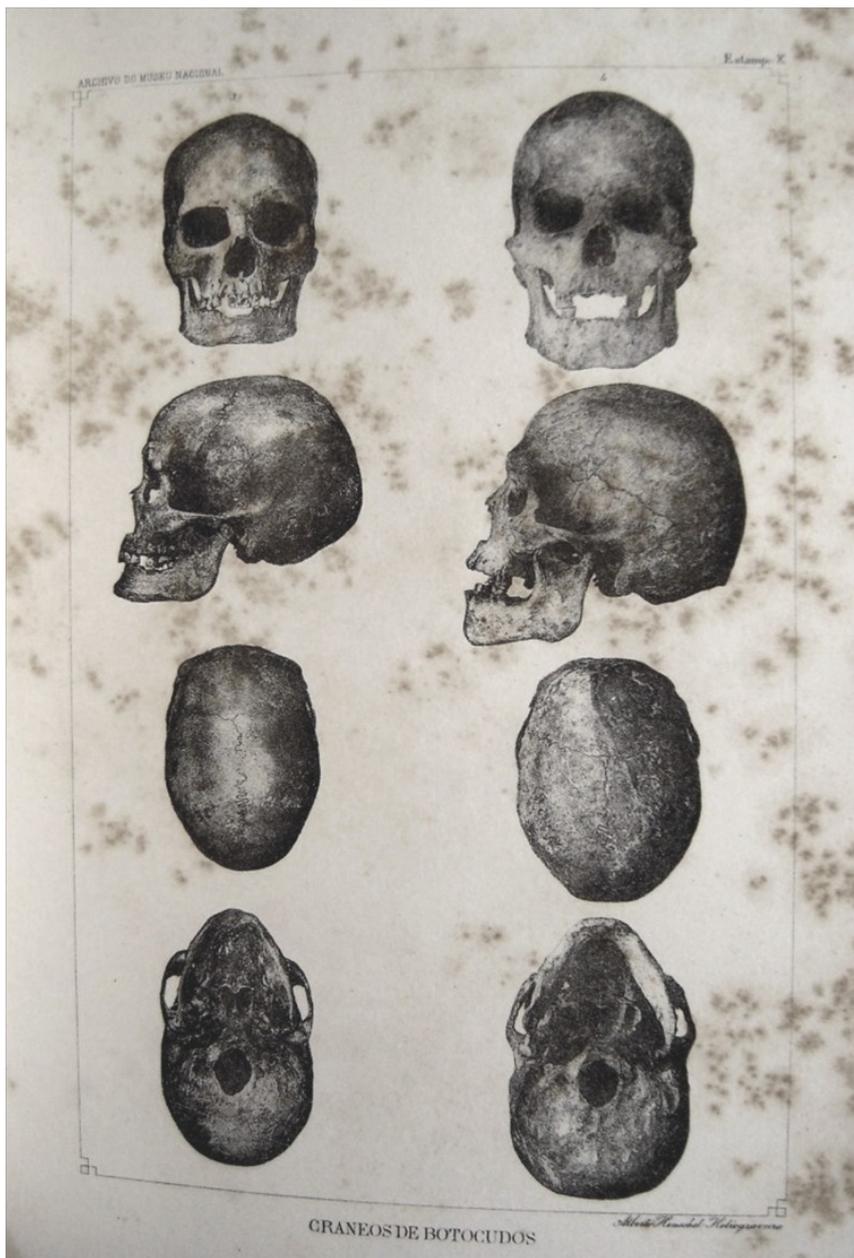
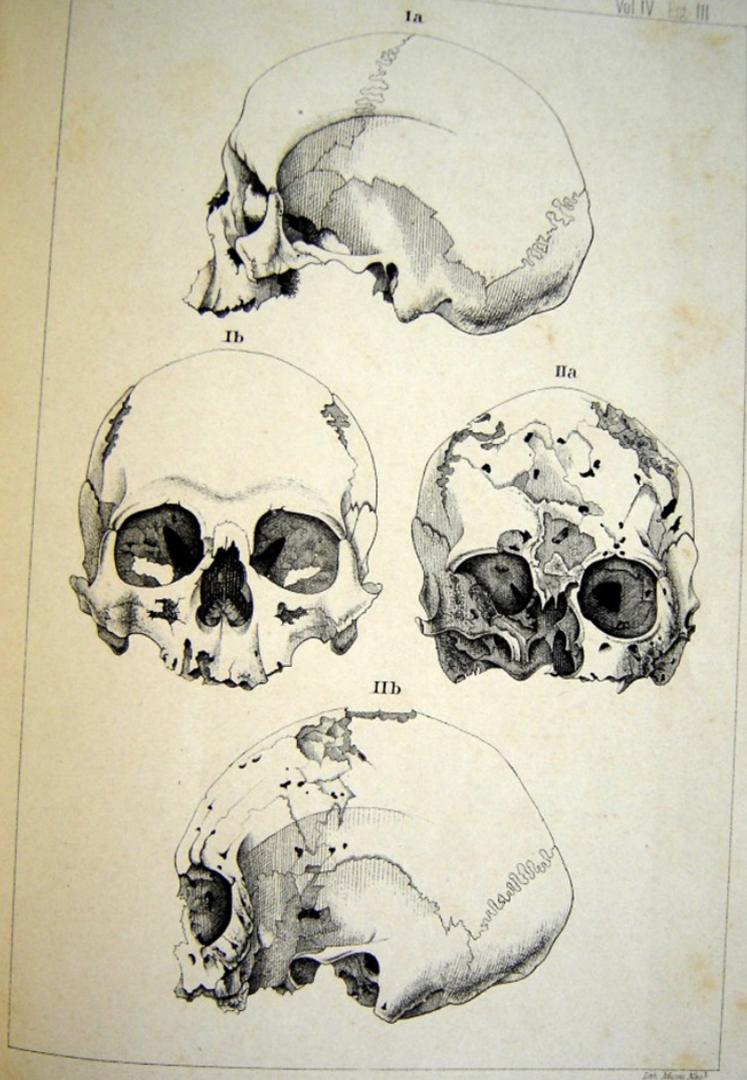


Figura 4 – Estampas com Crânios dos Botocudos – Periódico Archivos do Museu Nacional (1876)



Figura 5 – Estampas com objetos óssies – Periódico Archivos do Museu Nacional (1876)



CRANEOS DE MARACÁ (Guyana brasileira)

Figura 6 – Estampa de Crânios – Periódico Archivos do Museu Nacional (1881)

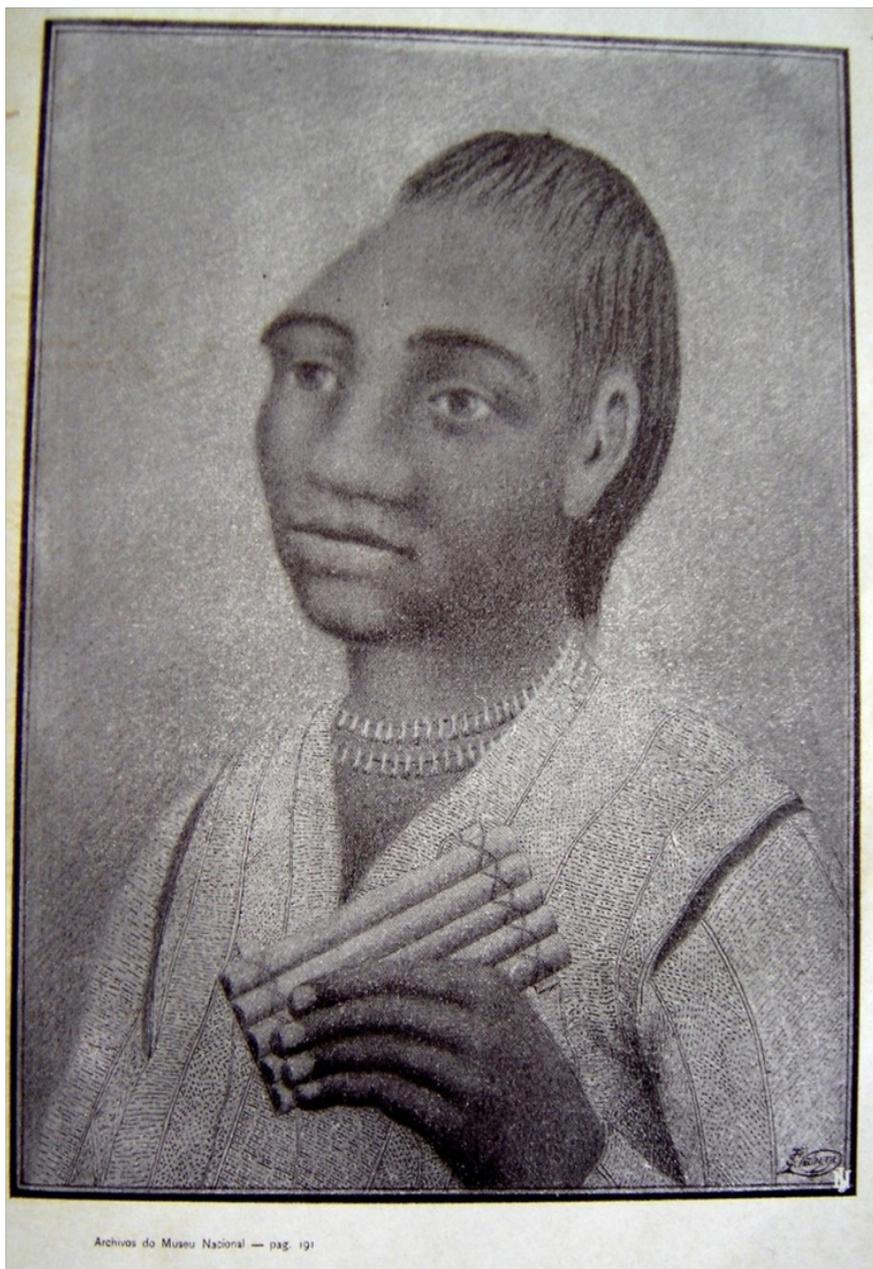


Figura 7 – Desenho de Índio por Alexandre Rodrigues Ferreira pertencente à seção de Antropologia e Etnografia – Periódico Archivos do Museu Nacional (1903)

MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO



Phot. por Yrany

1925

Figura 8 – Foto de Domingos S. de Carvalho – Periódico Boletim do Museu Nacional (1925)

Série: Produção Acadêmica Premiada - FFLCH

fst 12

18-4-1905

n.º 23.

Ilustre Senhor Doutor Director do
Museu Nacional do Rio de Janeiro

Eduardo Roquette Pinto, cidadão brasileiro,
- filho, natural desta Capital; alu-
- mo do 6º anno da Faculdade de Me-
- dicina do Rio de Janeiro; requer a
- V. Ex. nos termos do art. 4º do Regula-
- mento que baixou com o Decreto n.º 3211 de
- 11 de Fevereiro de 1899 a sua inscriçãõ no
- concurso aberto pelo Edital de 24 de
- dezembro de 1904 para provimento do
- cargo de assistente da 4ª sessão do
- Museu. (Antropologia, Ethnologia e
- Archaologia).
Junta os documentos que a lei
exige e

b. Despojamento

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1905

Eduardo Roquette Pinto



Fundo preenchido os requisitos le-
gislativos
M. N. 24 de Abril de 1905
A. Lacerda

Figura 9 - Inscriçãõ de E. Roquette-Pinto no Concurso da Seçãõ de Antropologia e Ethnografia do Museu Nacional – Arquivo do Museu Nacional (1905)

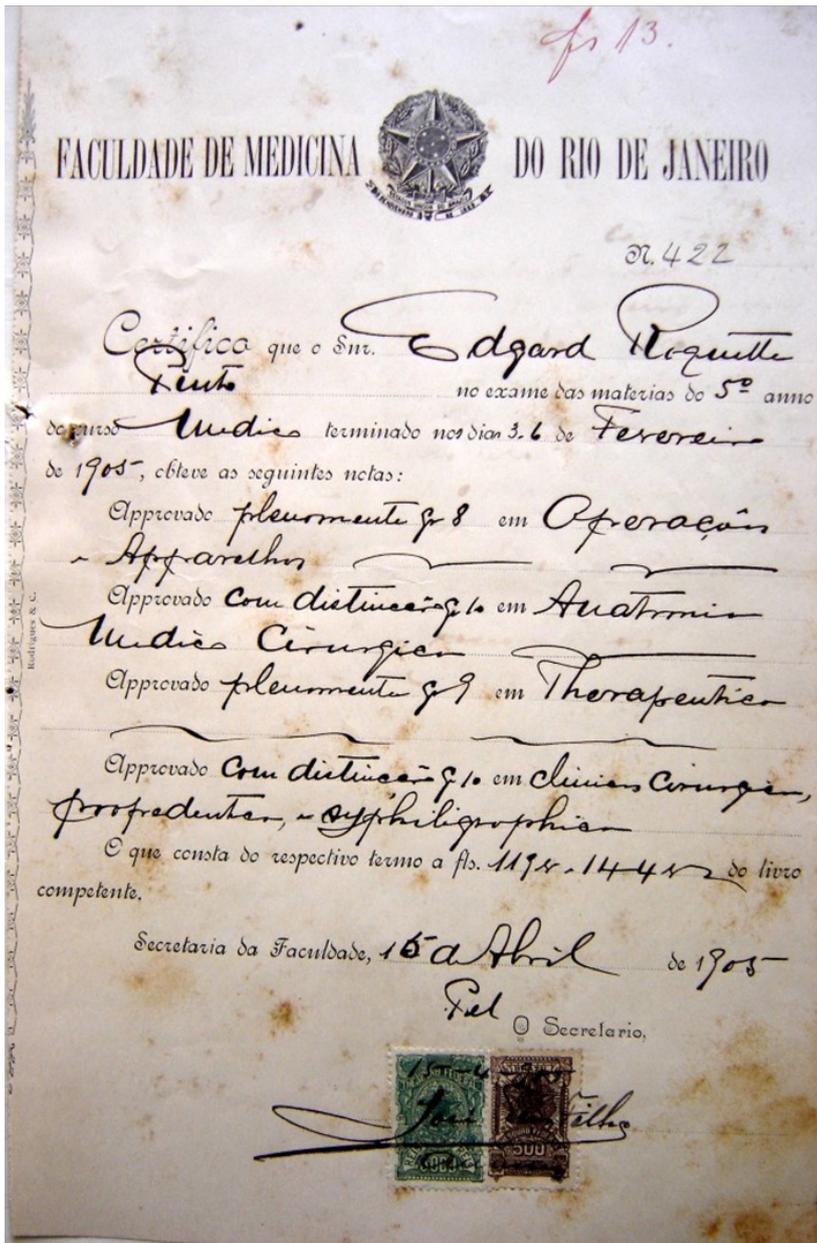


Figura 10 – Histórico de E. Roquette-Pinto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - Arquivo do Museu Nacional (1905)

No. 63.

Domingos S. Cavallini

Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Prova pratica do concurso
para o cargo de assistente
da 4ª sessão: Antropologia
Etnologia e arqueologia.
Relatório do candidato

Esgard Roquette Pinto.
em 11 de Setembro de 1905.

objecto nº 1 - Trata-se de um
craneo, provavelmente juve-
-nino pela gracilidade
dos processos. Ao primeiro
aspecto nota-se que esta caixa
ossea seppen certa deformação:
a saliência exafferada dos lissos
- os parietes, a grande
depressão do alielion, e dos
sulcos que percorrem a sutura
coronal, do hejma as pterion
fazem-me classificar a deformação
d'esse craneo na 4ª classe de juve-
-nino juve (alcados) de classifica-
-ção de Gasse: 'def. tilhada'.
Os 3 lobos são formados: um
pela extensão do frontal; outro
pela lissa parietal direita; e
o terceiro pela outra lissa
parietal.

Figura 11 – Prova Escrita de E. Roquette-Pinto no Concurso da seção de Antropologia e Etnografia – Arquivo do Museu Nacional (1905)

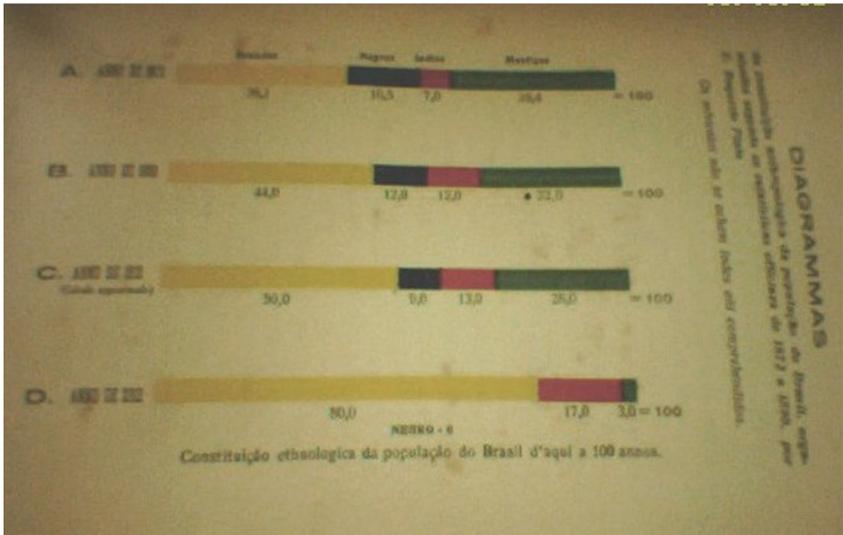


Figura 12 – Diagrama da População Brasileira de E. Roquette-Pinto apresentado no livro O Congresso Universal das Raças – Biblioteca Nacional (1912)

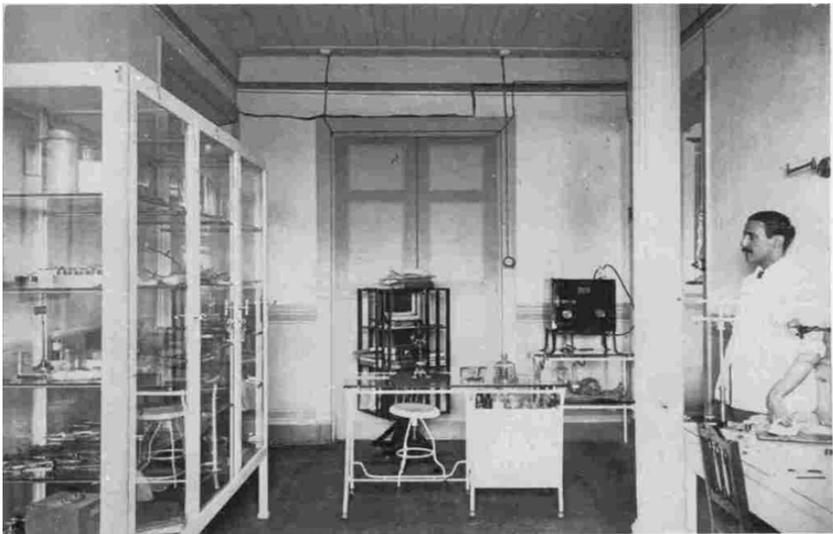


Figura 13 – E. Roquette-Pinto no Laboratório de Antropologia – Arquivo do Museu Nacional (1909)

MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ANTHROPOLOGIA

(Guia das Collecções)

POR

E. ROQUETTE PINTO



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DA DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

1915

Figura 14 – Livro Guia de Antropologia de E. Roquette-Pinto – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1915)

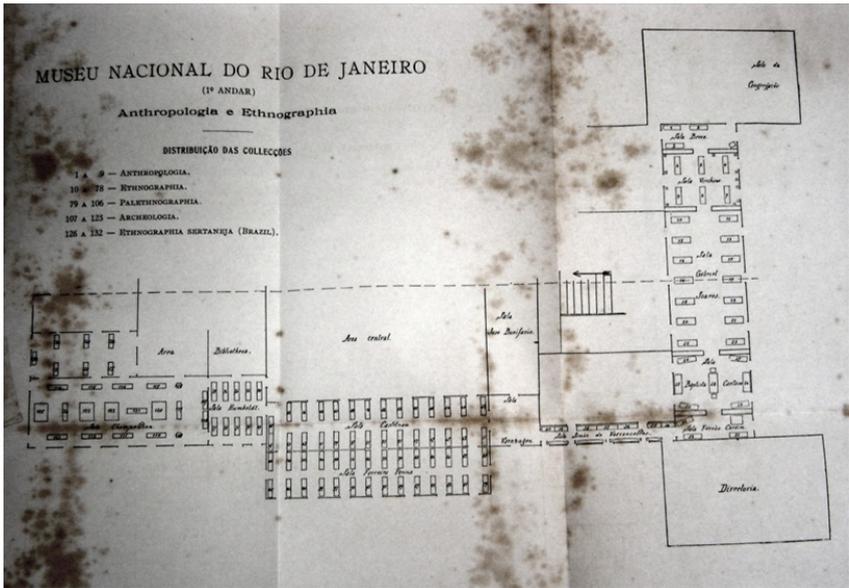


Figura 15 – Mapa da distribuição das coleções de Antropologia e Etnografia – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1915)

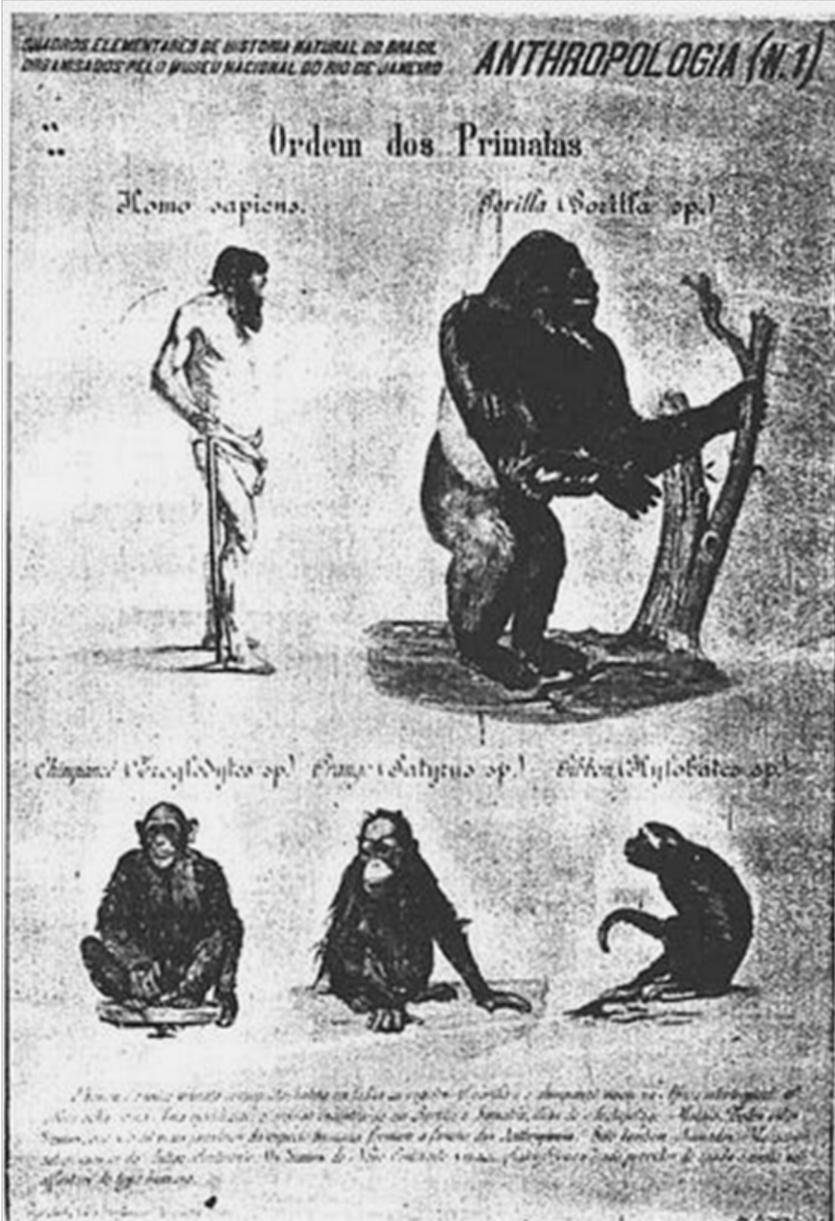
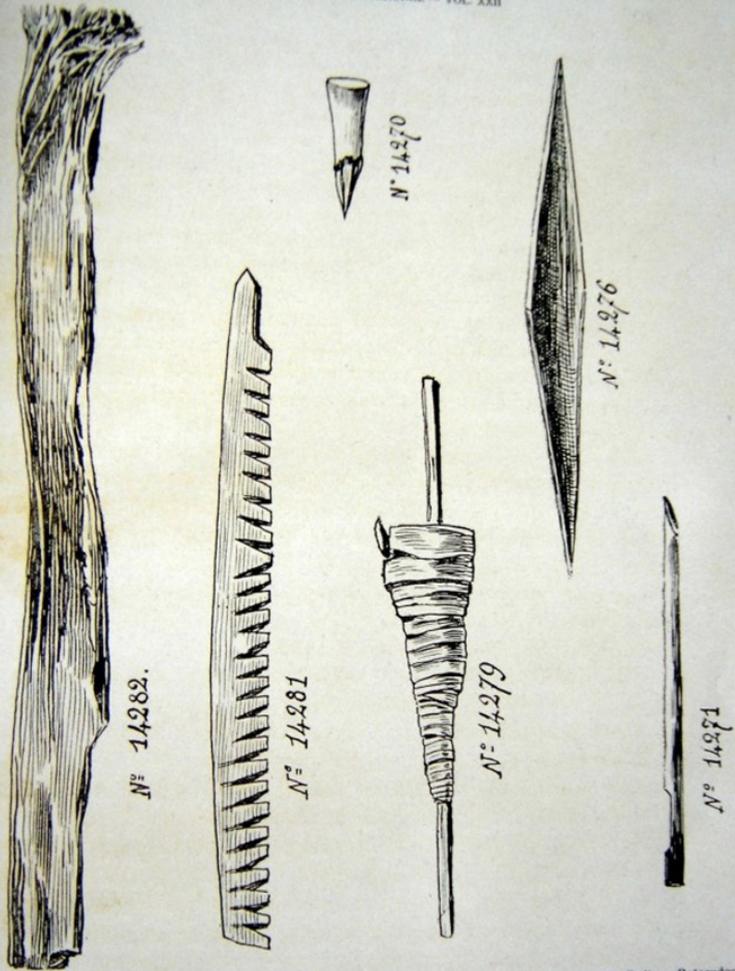


Figura 16 – Quadro Mural de Antropologia, ligando o Homem aos Macacos – Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comercio pelo Prof. B. Lobo (1923)



- N. 14270. « Botoque » de bois, pour maintenir ouvert l'orifice pratiqué dans la lèvre inférieure des enfants. (Indiens Botocudos — Rio Doce, Minas — Collection H. H. Manizer.)
- N. 14271. Stylet de « taquára » pour peindre le visage avec le suc de « genipapo » (Indiens Botocudos. — Rio Doce, Minas. — Collection H. H. Manizer.)
- N. 14276. Aiguille de « taquára », pour empêcher le passage dans la forêt. (Indiens Botocudos — Rio Doce, Minas. — Collection H. H. Manizer.)
- N. 14279. Sifflet de chasse, fait avec un morceau de feuille de palmier (Indiens Botocudos. Puncas. Espirito Santo. — Collection H. H. Manizer.)
- N. 14281. Peigne de bois (Indiens Botocudos. — Rio Doce, Minas. — Collection H. H. Manizer.)
- N. 14282. Pinceau fait d'écorce de Bombacia pour sucer les aliments liquides, bouillon, miel, etc. (Indiens Botocudos. — Rio Doce, Minas. — Collection H. H. Manizer.)

Figura 17 – Objetos coligidos por H. Manzier na 2ª Expedição Russa – Periódico Archivos do Museu Nacional (1918)

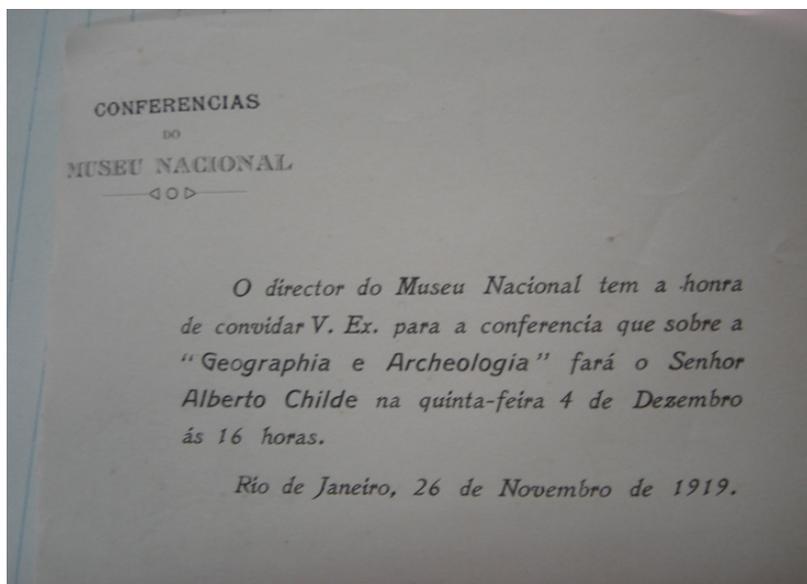


Figura 18 – Convite para as Conferências do Museu Nacional – Arquivo do Museu Nacional (1919)

TIPO ANTHROPOLOGICO DOS INDIOS PARECIS
 (Determinado pelo Methodo do Retrato Falado)

Frente: Inclinação vertical em 80%. Intermediaria em 20 %
 Altura muito pequena em 80 %. Pequena em 20 %
 Largura: pequena em 20 %. Muito pequena em 80 %
 Nariz: Profundidade da raiz: Pequena em 60 % .Muito pequena em 40%
 Dorso: Convexo em 80%. Rectilíneo em 20%.
 Base: Abaixada em 80 %. Horizontal em 20 %.
 Altura : Grande em 80%. Pequena em 20%.
 Saliencia ; Pequena em 80%. Grande em 20%
 Largura: Grande em 80%. Pequena em 20%-
 Orelha:
 Helix: Origem Pequena em 40%. Muito pequena em 40%. Grande em 20 % .
 Superior: Grande em 40% .Muito Grande em 20 % .Pequena em 20%
 Muito pequena em 20%
 Posterior: Muito pequena em 80%. Grande em 20 %
 Lobulo: Contorno: Descendente em 40%. Quadrado em 60%
 Adherencia : Separado em 80%. Fundido em 20%
 Tamanho : Grande em 40% .Muito Grande em 40%. Muito pequeno 20%
 Anti-tragus: Inclinação: Horizontal em 40%. Obliqua em 60%
 Tamanho: Pequeno em 40%. Grande em 40%. Muito pequeno em 20%
 Forma oval em 100%.

Mt = 155. Cis. th. = 0,83
P. Mh. = 158. % nasal 71, 7.

TIPO ANTHROPOLOGICO DOS INDIOS
 PARICIS

Figura 19 – Notas sobre os Tipos Antropológicos dos Parecis apresentado nas Conferências Rondon – Arquivo do Museu Nacional (1915)

N. _____

Índios Parecí-Kozárinis
(Anthropometria)

Sukitú-Azarê

Nome	Namon-suratiá	Soçôce	Zoluf-macê	Zazôce / Kamai-zalocú	
Altura total	1,57	1,49	1,56	1,62	1,51
Grande abertura	1,64	1,51	1,54	1,64	1,57
Circunferencia Thorax	0,82	0,81	0,86	0,85	0,81
<u>Cabeça</u>					
Occipito-frontal	0,182	0,167	0,182	0,184	0,169
Transverso	0,147	0,143	0,143	0,145	0,145
Frontal minimo	0,095	0,092	0,104	0,101	0,092
Bi-zygomatico	0,138	0,132	0,133	0,134	0,133
Bi-gonion	0,099	0,101	0,103	0,102	0,099
Nazo-mentoneiro	0,119	0,119	0,126	0,116	0,114
Nazo-bucal	0,076	0,073	0,078	0,075	0,078
Nazo-alveolar	0,072	0,070	0,076	0,073	0,075
<u>Mariz</u>					
Altura	0,056	0,051	0,054	0,053	0,054
Largura	0,041	0,031	0,037	0,034	0,041
Saliencia	0,018	0,016	0,017	0,015	0,019
<u>Olhos</u>					
Bi-palpebral externo	0,089	0,091	0,092	0,095	0,085
Bi-palpebral interno	0,031	0,033	0,034	0,035	0,032
<u>Orelha direita</u>					
Comprimento	0,058	0,057	0,056	0,056	0,063
Largura	0,041	0,034	0,031	0,030	0,034

Côvado esquerdo	0,44	0,42	0,42	0,43	0,48
Medio esquerdo	0,10	0,08	0,10	0,10	0,09

Figura 20 – Notas Antropométricas dos Índios Parecí-Kozárinis apresentadas nas Conferências Rondon – Arquivo do Museu Nacional (1915)

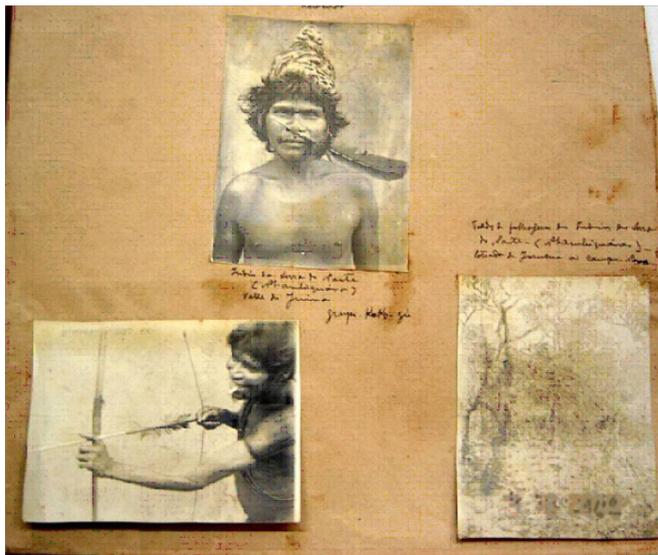


Figura 21 – Fotos dos Índios Nambiquaras-Parecis por E. Roquette-Pinto (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)

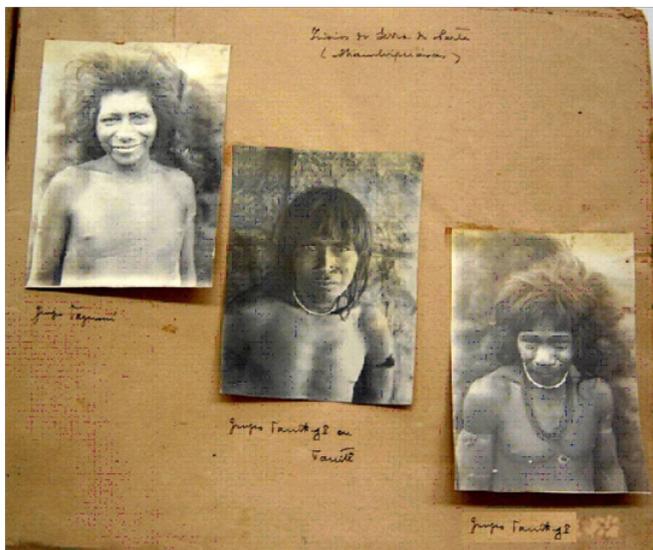


Figura 22 – Fotos dos Índios Nambiquaras-Parecis por E. Roquette-Pinto (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)

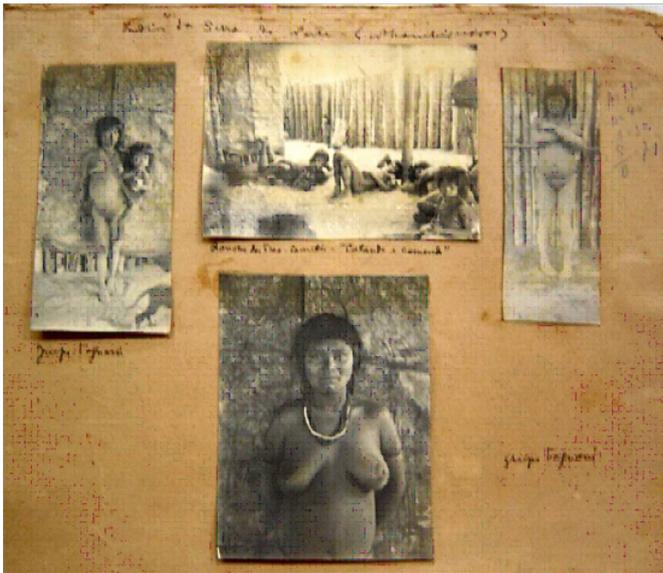


Figura 23 – Fotos dos Índios Nambiquaras-Parecis por E. Roquette-Pinto (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)



Figura 24 – Fotos dos Índios Nambiquaras-Parecis por E. Roquette-Pinto (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)

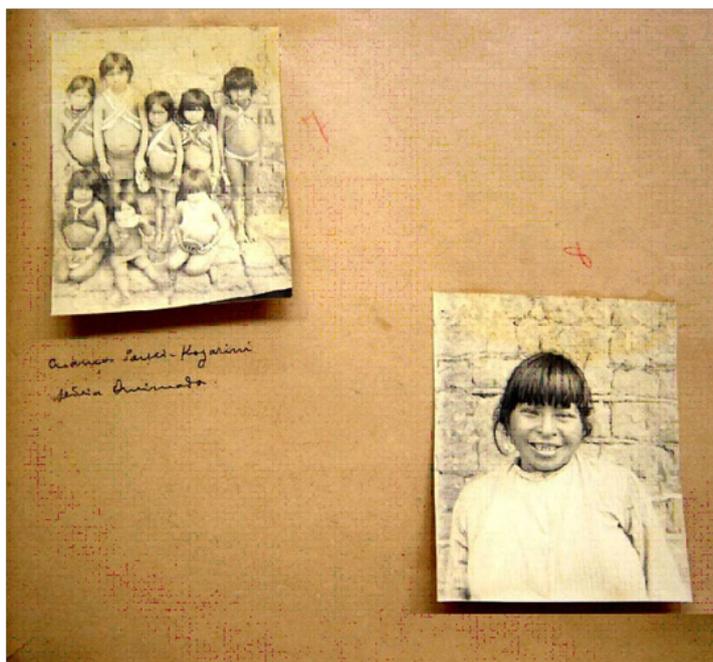


Figura 25 – Fotos dos Índios Nambiquaras-Parecis por E. Roquette-Pinto (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)

Museu Nacional do Rio de Janeiro

SECÇÃO DE ANTHROPOLOGIA

Photo N.º Ficha N.º

Tribu ou Nação *Therena*

Habitat

Nome do Individuo *Bento Lara*

Lugar da observação *Campes N.º*

Idade Sexo *M.* Condição social *Vaqueiro*

Casado? *N.* Quantos filhos? Fala português? *Sim*

Lê *N.* Escreve? *N.*

NOTAÇÃO ANTHROPOMETRICA: Altura total *1.576*

Grande abertura *1.676*; Circunferencia thoracica *0.93*

Peso; Angulo Facial (Mariani e Pratti)

Cabeça: Occipito-frontal *0.187*; Transverso *0.156*

Frontal minimo *0.103*; Bi-Zygomalico *0.152*; Bi-mastoides *0.118*

Bi-gonion *0.105* Nazo-mentoneiro *0.118*

Nazo-bucal Nazo-alveolar

Nariz: Altura *0.0545*; Largura *0.040*; Saliencia *0.0175*

Olho: Bi-palpebral ext: *0.102*; Bi-palpebral int: *0.039*

Orelha direita: Comprimento *0.059*; Largura *0.034*

Covado esq. *0.143*; Medio esq. *0.113* (Pelvimetria: B. E.)

B. C. B. Tr. S. P. Ext.) **Notação descritiva**

(Retrato falado): **Fronte:** Inclinação *2* Altura *7h*

Largura *7h* Nariz: Prof. da raiz *p* Dorso *2* Base *h*

Altura *7h* Saliencia *p* Largura *7h* Orelha: Orig. da Helix

Helix sup: *7h* Helix pos: *7h* Lobulo: Contorno

Adherencia *7h* Tamanho *7h* Anti-Tragus:

Inclinação *7h* Tamanho *p* Affastamento das orelhas *p*

Forma geral (0 1 2) Epiderma

Iris *3* Cabellos Pellos

Notação Psycho-physiologica

Observações

Figura 26 – Ficha Antropométrica de Índios (Rondônia) – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)

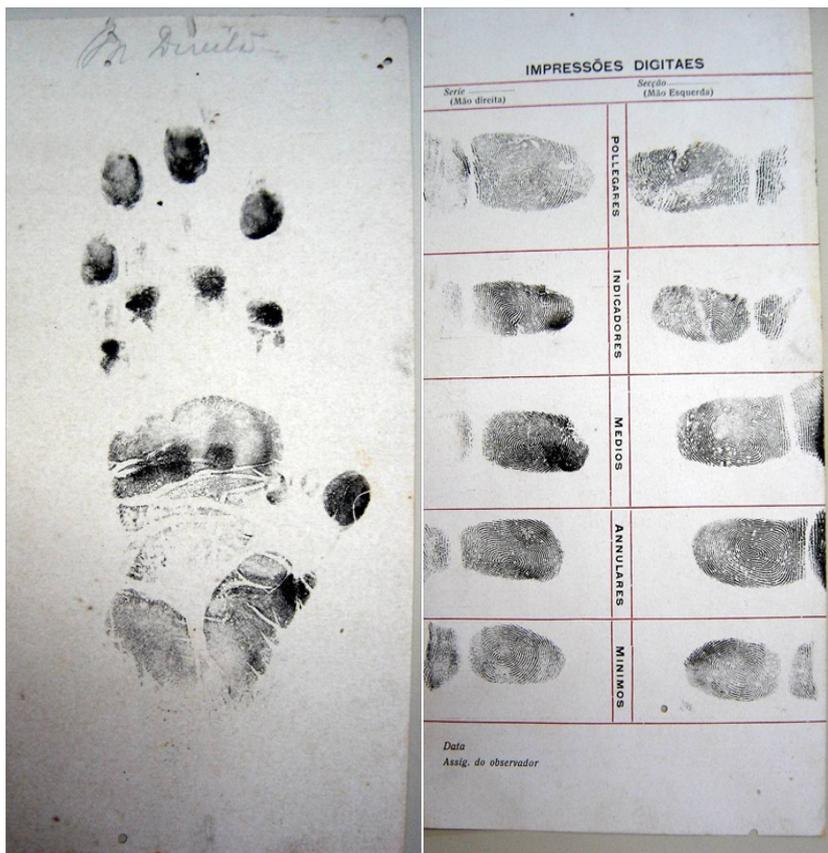


Figura 27 – Ficha datiloscópica de Índios – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (1912)



Figura 28 – Convite da Comemoração do Centenário do Museu Nacional – Arquivo do Museu Nacional (1918)



Figura 29 – Fotos ilustrativas do Centenário do Museu Nacional. Destaque da inauguração da sala Euclides da Cunha organizada por E. Roquette-Pinto - Arquivo do Museu Nacional (1918)

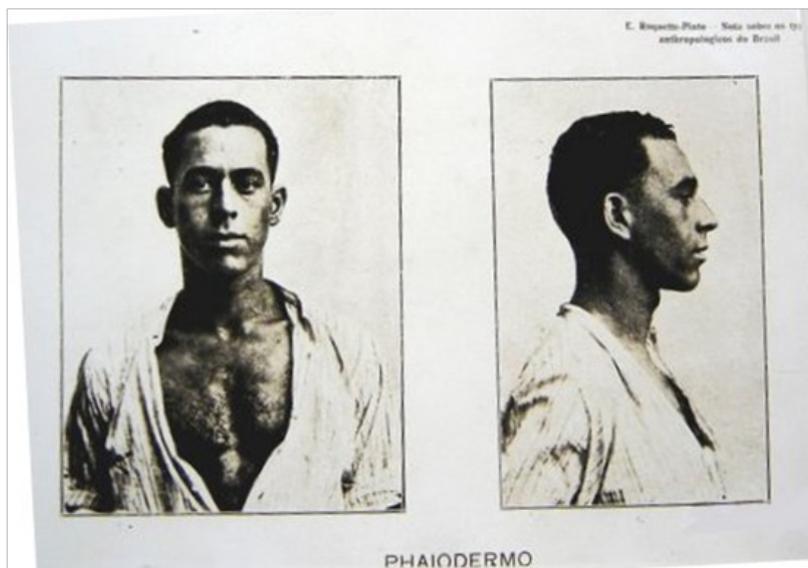


Figura 30 – Fotografia de Phaiodermo dos Tipos Antropológicos do Brasil – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (s/d)

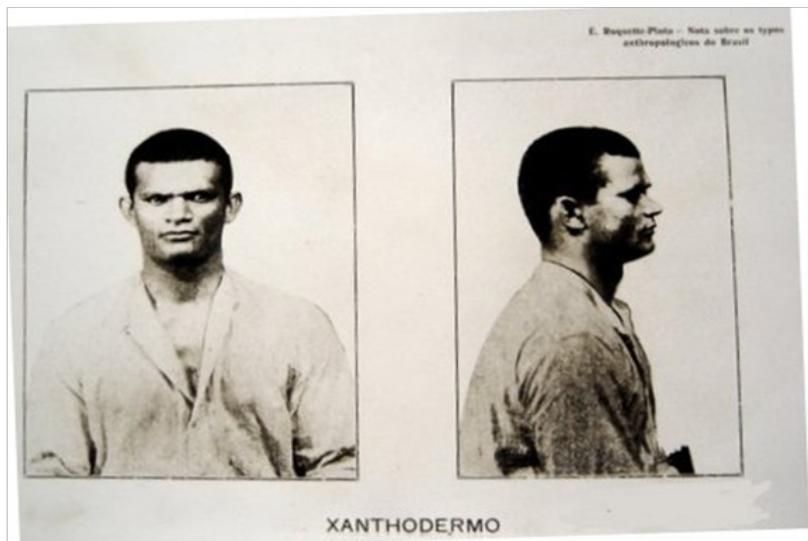


Figura 31 – Fotografia de Xanthodermo dos Tipos Antropológicos do Brasil – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (s/d)

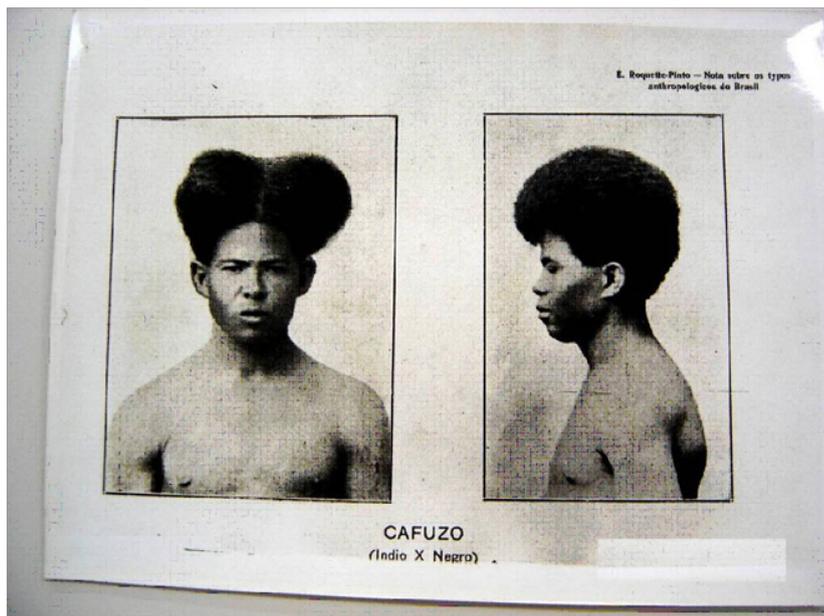


Figura 32 – Fotografia de Cafuzo dos Tipos Antropológicos do Brasil – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (s/d)



Figura 33 – Fotografia de Melanodermo dos Tipos Antropológicos do Brasil – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (s/d)



Figura 34 – Fotografia de Leucodermo dos Tipos Antropológicos do Brasil – Arquivo Roquette-Pinto Academia Brasileira de Letras (s/d)



Figura 35 – Fotografia de dissecação de índia por E. Roquette-Pinto, A. Childe e B. Baptista – Periódico Archivos do Musel Nacional (1926)

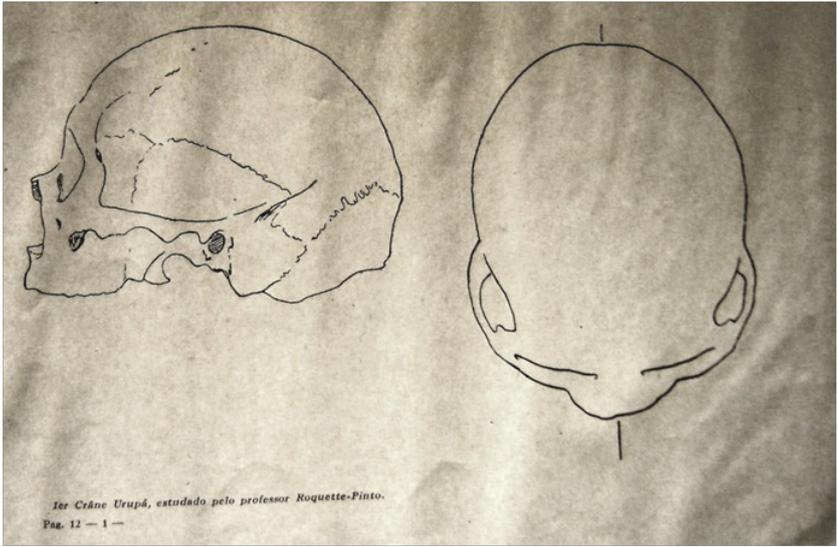
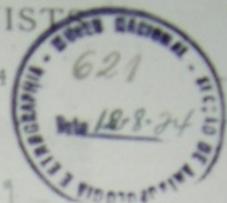


Figura 36 – Crânio Urupá estudado por E. Roquette-Pinto e desenhado por A. Childe – Periódico Archivos do Museu Nacional (1925)

TWENTYFIRST INTERNATIONAL
CONGRESS OF AMERICANISTS

FIRST PART
THE HAGUE, AUGUST 12-16, 1924



RIDDERZAAL — BINNENHOF

Figura 37 – Folheto do Congresso Internacional dos Americanistas – Arquivo do Museu Nacional (1924)



Figura 38 – Mapa da América do Sul assinado por Americanistas entre eles, K. Von den Stein e F. Boas no Congresso Internacional dos Americanistas em Gotemburgo – Arquivo do Museu Nacional (1924)

Delegados al Congreso Internacional de Americanistas



Figura 39 – Caricatura dos Delegados do Congresso Internacional dos Americanistas em La Plata. Heloísa Alberto Torres está representada pela figura nº 7 – Arquivo do Museu Nacional (1932)



Fig. 2 — Indio parikórá mostrando na face e no tronco lesões escabiosas, cicatrizes, coquelices de "chibabê", dermatite produzida pelo "Endodermaphtes raparitis" segundo O. da Fonseca. (Photo B. Rondón)

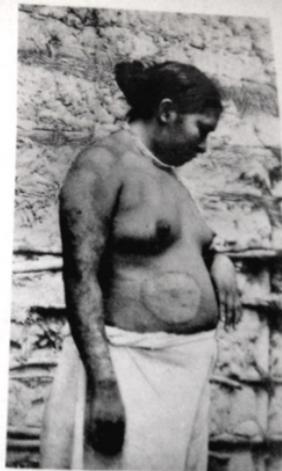


Fig. 4 — "Chibabê", índia parikórá do rio S. Miguel. A dorso tem lesões acromicas escabiosas da metade superior e do tronco. (Photo B. Rondón)

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL
Vol. VI, nº 3

Olympio da Fonseca Filho — Antropologia
Física e Cultural

Figura 40 – Pesquisa em microbiologia realizada no Laboratório de Antropologia por Olympio da Fonseca Filho – Periódico Boletim do Museu Nacional (1925)

LABORATORIO DE ANTHROPOLOGIA DO MUSEU NACIONAL			
NOME			
Idade:	Estado:	Profissão:	
Pelle:	Cabellos:	Pellos:	Olhos:
Estatura:	Envergadura	Circ. thoracia:	
Busto:	Alt. c. auditivo:	Alt. mento:	
Alt. furcula:	Alt. xiphoide:	Alt. umbigo:	
Alt. pubis	Alt. cabeça:	A. p. cephalico:	
Transverso cephal:		Circ. cephal. horizontal:	
Arco nazo-inion:	O. bi-auricular:	Seg. cerebral:	
Seg. respiratorio:	Seg. digestivo:	Bi zygomatico:	
Alt. nariz:	Larg. nariz:	Bi-orbitario int.:	
Bi-orbitario ext.:	Bi-gonion:	Nazo alveolar:	
Nazo mentoneiro:	Peso:	Dynamometro m. dir.:	

Handwritten notes in red ink:
 Proc. nº 131-A
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000

Figura 41 – Ficha do Laboratório de Antropologia do Museu Nacional organizada por E. Roquette-Pinto para a pesquisa dos Tipos Antropológicos – Arquivo do Museu Nacional (1922)

N.		Directoria Geral de Instrução Publica do Distrito Federal <i>(Laboratório de Antropologia do Museu Nacional)</i>		Data / / 192	
Nome		Nacionalidade			
Pae (inclu o estado)		Mãe (inclu o estado)			
Sexo	Idade	Pelle	Cabellos	Olhos	
Dentes					Dentes Acrotel. Ceratina
Estatura	Bi-acromial	Cephalico ant-post			
Altura da furcula	Bi-cristas il.	» transverso			
» do a xyphoide	Circumf. cabeça	Altura total ceph.			
» do umbigo	Circumf. thorax	Altura auricular ceph.			
» da symphyse	Circ. abdome	Bi-zygomatico			
» acromio dir.	Alt. do acromio esq.	Bi-goniaco			
» cotovêlo dir.	» do cotovêlo esq.	Alt. morph. face.			
» estylio dir.	» do estylio esq.	Alt. nariz			
» p. dedo med. d.	» p. dedo médio esq.	Larg. nariz			
» esp. iliaca d.	» esp. iliaca esq.	Larg. frontal min.			
» joelho d.	» do joelho esq.	Bi-orbit. int.			
» maléolo int. d.	» do maléolo int. esq.	Angulo xypho-costal			
Altura sentado	Comprim. do pé esq.	Comp. do pé dir.			

Indice cephalico	Indice facial	Indice nasal	Ind. Manouvrier	Ind Pignet	I. Buffon-Rohrer	I. P. E ² (Keup)
Espirom	Dynamometria: d. e. d. e. d. e.				Med.	PESO
Cap. cran	Typo morphol. mais proximo					
Compr. memb. sup. dir.		Compr. memb. sup. esq.	Altura andar nervoso			
» braço dir.		» braço esq.	» a. resp. face			
» antebraço dir.		» antebraço esq.	» a. digestivo.			
» mão dir.		» mão esq.	Compr. par. ant. tronco			
» memb. inf. dir.		» memb. inf. esq.	» furcula-umb.			
» coxa dir.		» coxa esq.	» umbílico-pubico			
» perna dir.		» perna esq.	» xypho-umbilical			

Observações:

Polarizer direito

Photographia

FICHA ESCOLAR (frente e verso)

Figura 42 – Ficha do Escolar (nº2) do Laboratório de Antropologia do Museu Nacional organizada por A. Fróes da Fonseca – Periódico Boletim do Museu Nacional (1927)

S. N.º		LABORATÓRIO DE ANTHROPOLOGIA										MUSEU NACIONAL		/ 193	
Sexo		Nome										Idade			
Profis.		Nacion.: dos país: ♂										♀		Peso	
												Estat.			
Altura do nasion		Pelle cabel.: t. d. c.										Compr. pé e.		d.	
» trag. d./e		Olhos, c. palp.										Compr. tibia e.		d.	
» subnasion		Cranio, n. vertic. face: n. fr.										Diam. bicristilíaco		d.	
» gnathion		Perfil: front. nariz labios										Compr. radio e.		d.	
» acrom. d./e		Orelha: hel- trag. anti-tr.										D. basith. transv.		d.	
» suprasternale		Pélos: face tron. memb.										D. biacromial		d.	
» infrasternale		Cult. Espir. Resp.										D. ceph. transv. mx		d.	
» epigastr. (V.)		Pres. s. mx. — mu. pulso										D. ceph. ant-post. mx		d.	
» radiale d./e.		Dyn. d. e. Gr. Hem.										D. bi-orbital int.		d.	
» omphalion		Ang. nas. s. fac. n. if.										D. bi-orbital ext.		d.	
» ilioep. d./e		(Envergadura)										Alt. nariz		d.	
(symphision)		(D. bi-trochanterico)										Larg. nariz		d.	
» stylion d./e.		(Diam. bi-mamillar)										D. buccal mx.		d.	
» dactyl. d./e		Perim. cephalico										Alt. bi-labial		d.	
» tibiale d./e		Perim. thoracico										Alt. orelha		d.	
» sphyr. d./e		Perim. abdome										Larg. orelha		d.	
» tronco-ceph.		Perim. panturrilha													

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL
 MODELO N.º 4
 (Versão)

Ind. nasal	Ind. bi orbital	Ind. buccal	Ind. facial (m.)	Ind. ceph. hor.	Ind. ceph. vertic.	Ind. tr.-estat.
PHOTO		PHOTO		Comp. memb. sup. e.		
				» braço esq. d.		
				» antebraço esq. d.		
				» mão esq. d.		
				» memb. inf. esq. d.		
				» coxa esq. d.		
				» perna esq. d.		
				» furculo-xyphoideo		
				» xypho-umbilical		
				» umbilico-pubico		
				Alt. segm. neural da face		
				» » nasal » »		
				» » mastigat da face		
				Abert. sub-thor.		
				<p>Obs. — As notações numericas são metricas são de referencia as tabelas syntheticas do Museu Nacional.</p> <p>Obs. suppl.</p>		
				<p>Ind. tibio-pelv. I. corp. (Kaup.) I. pond. (Oeder) Cap. cran.</p>		

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL
 MODELO N.º 4
 (Versão)

Figura 44 – Ficha (nº 4) do Laboratório de Antropologia do Museu Nacional organizada por A. Fróes da Fonseca – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

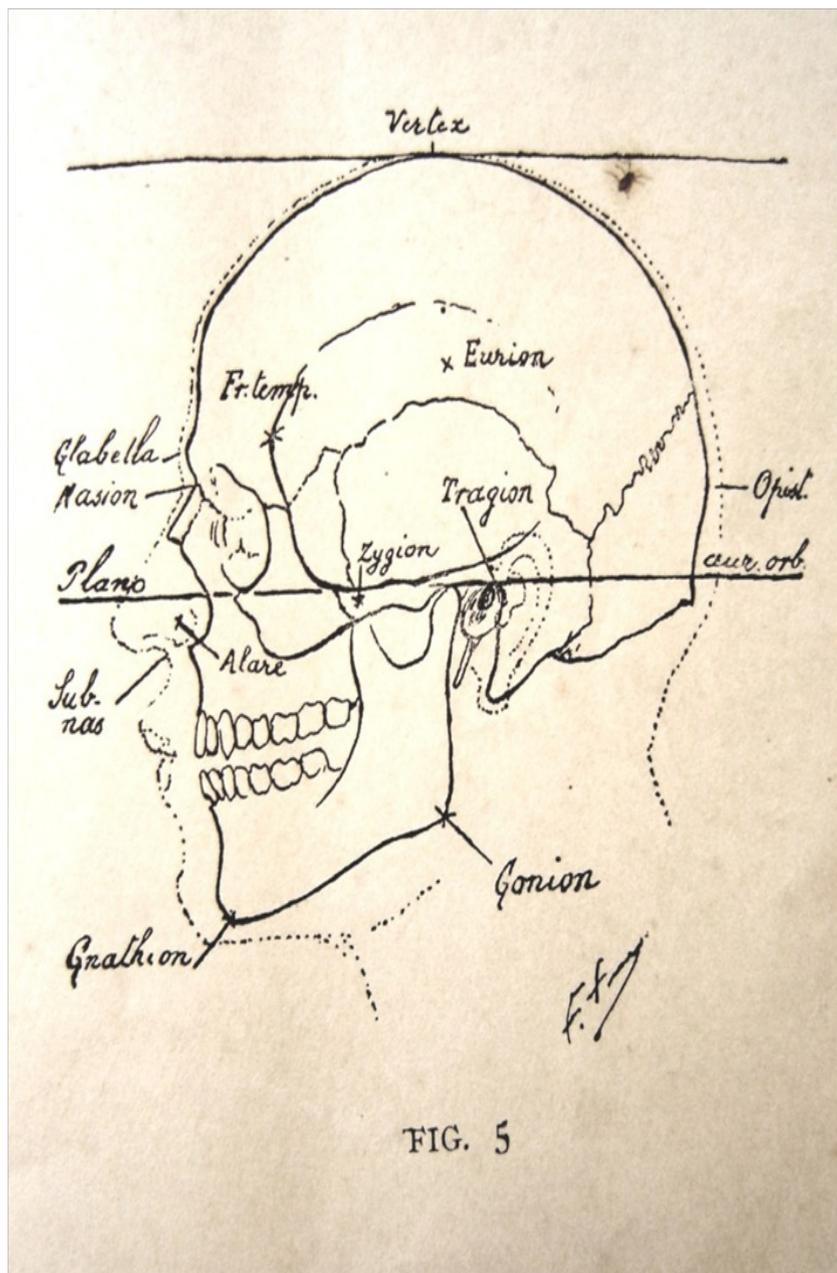


FIG. 5

Figura 45 – Pontos Antropométricos da cabeça – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

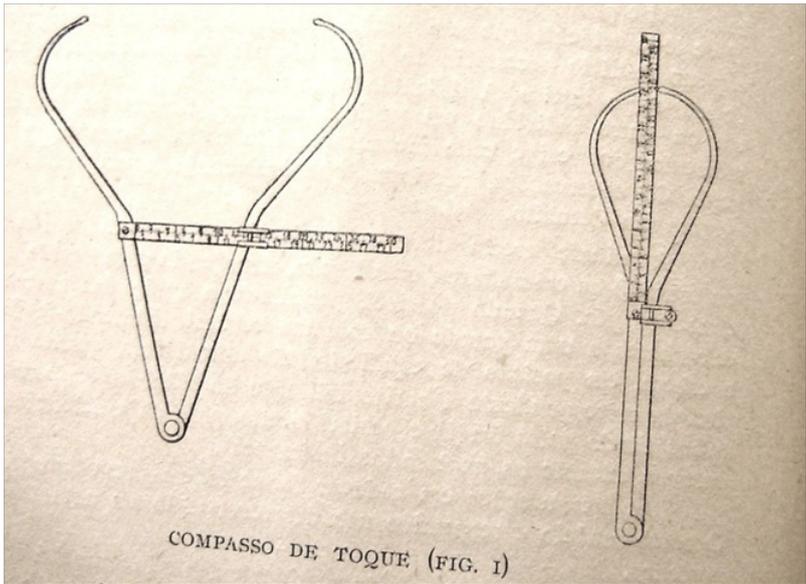


Figura 46 – Compasso de Toque: Instrumentos Antropométricos – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

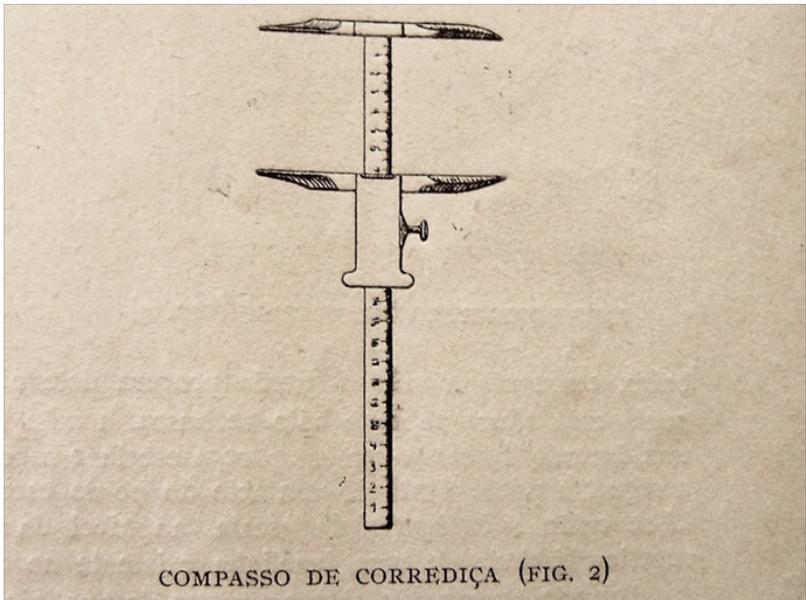


Figura 47 – Compasso de Correção: Instrumentos Antropométricos – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

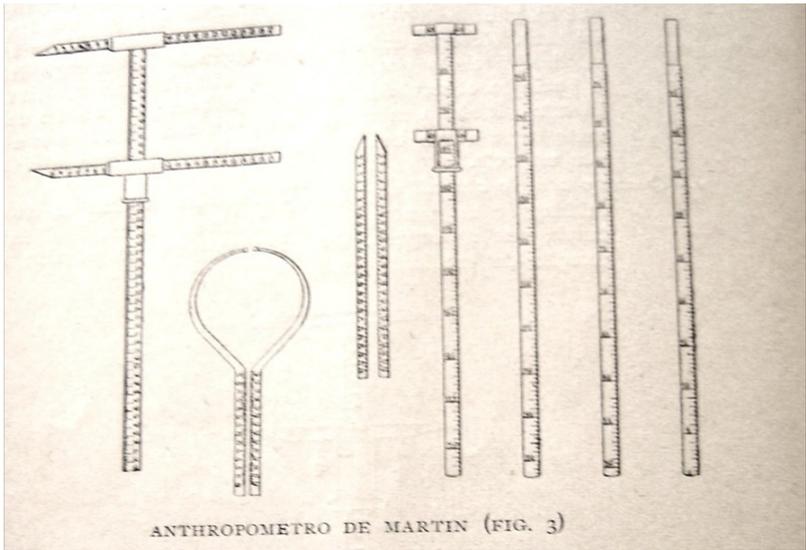


Figura 48 – Antropômetro de R. Martin: Instrumentos antropométricos – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

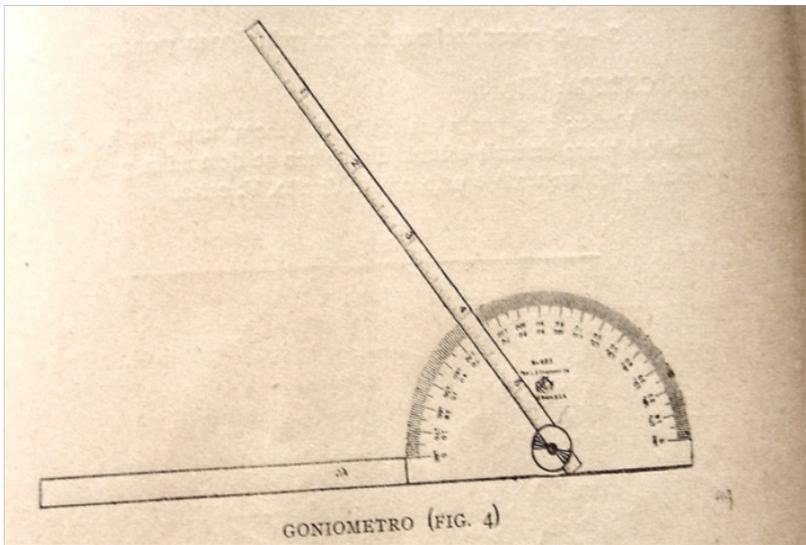


Figura 49 – Goniômetro: Instrumentos Antropométricos – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

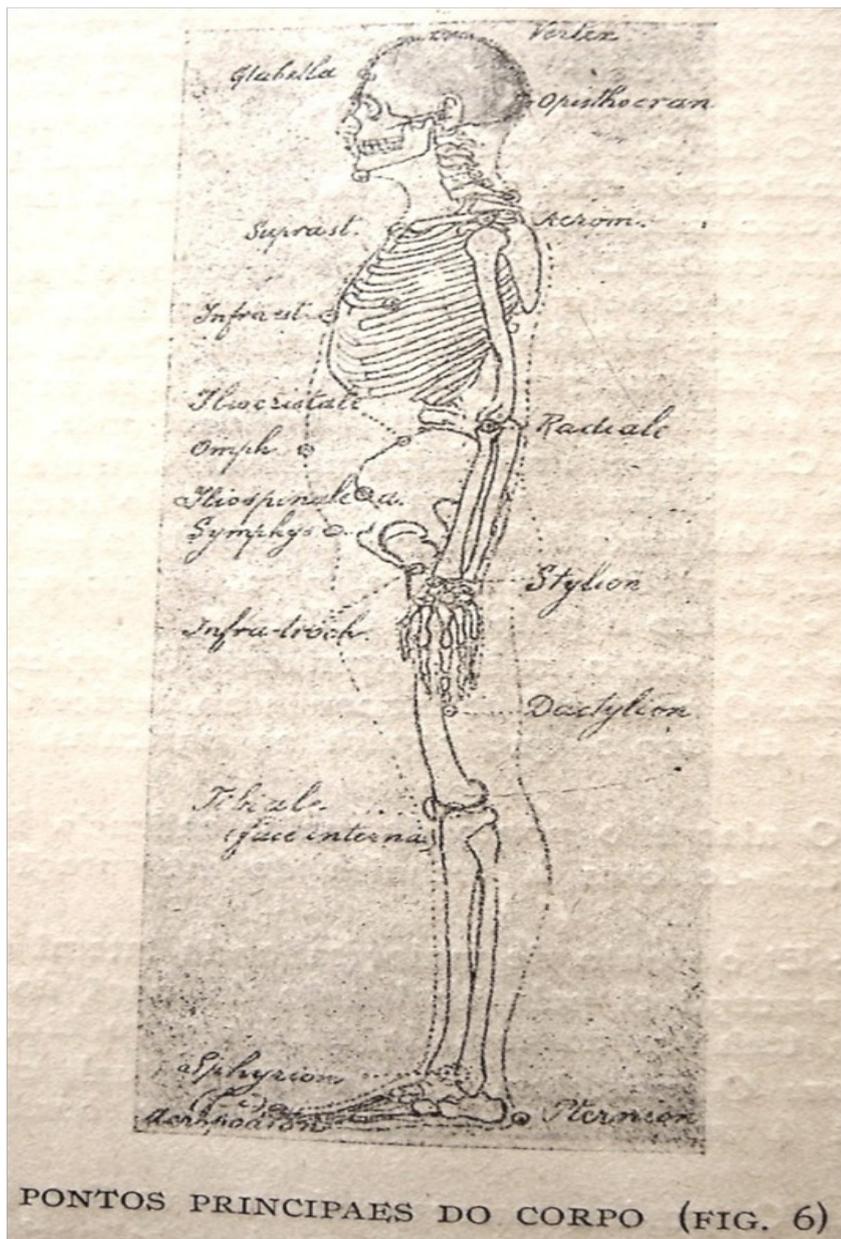


Figura 50 – Pontos Antropométricos do Corpo – Periódico Boletim do Museu Nacional (1933)

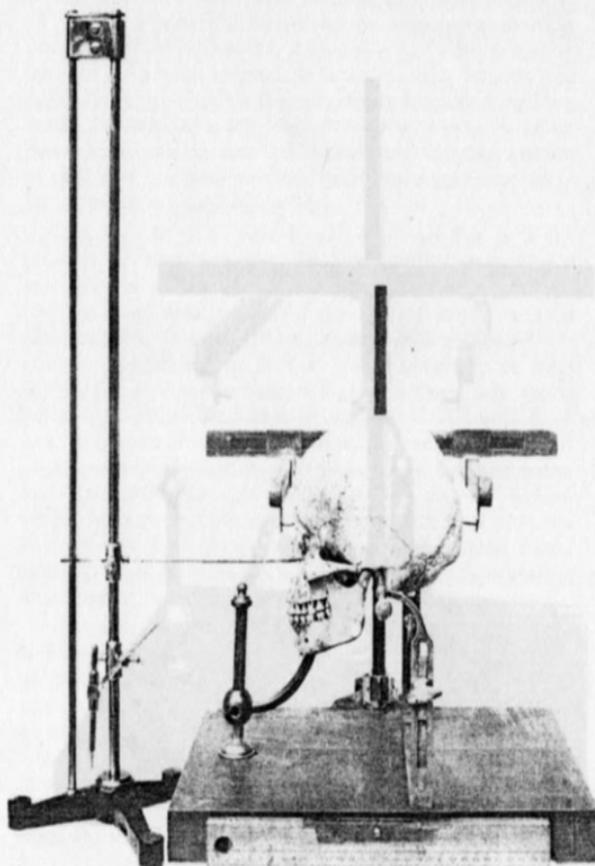


Fig. 2

Figura 51 – Instrumento Antropométrico de Roberto F. Hinrichsen construído no Laboratório do Museu Nacional – Periódico Boletim do Museu Nacional (1927)

MUSEU NACIONAL

(Archivo — Doc. 14 A — Pasta 10)

Brasil 1921 Março 9

Cara - Ilustre Sr. Dr. Netto

Nas Notas que submeto a consideração de V.ª em defe. que nomei
si o verdadeiro Jaburú sinas de longe ou em v.º. Dirigindo-se sempre
na minha informação, tratei de obter algum esclarecimento a respeito e
d'esse esclarecimento que me foram dados por 2 peções de illas pá. com
e que tinha, com mettido um erro. Vou indicá-lo aqui para salvar
a minha responsabilidade. Eis o que, por ora, tenho colhido é

Rectificação.

No Pará dá-se o nome de Jaburú a duas aves diferentes que, to-
davia, o povo em geral distingue do modo seguinte:

A maior chamão Jaburú-cilique (i. muitas vezes, Paçanão)

A menor chamão Tujuyú (i. muitas vezes, Tujujú)

Ambas tem a cabeça e pescoço completamente nus e de cor parda
como a das pernas e do bico, e um sacco. bocio ou protuberancia no
pescoço.

A 1.ª *Mysteria americana* dos Naturalistas, é muito maior do que a 2.ª e
tem o corpo e todas as pernas de cor branco-parda.

A 2.ª (Tujuyú) é muito mais alva. Tem na parte inferior do sacco de pesco-
ço um listão rubro escuro ou gola vermelha (como dizem) que falta ao Jabu-
rú-cilique, e só se vê nas maiores das azas saprotas, cor que, todavia, só
apparece quando o peção v.º ou estende as azas.

Em *Mozambique* dão tambem ao Tujuyú o nome de Cabeça de Pedra, por ter
muito grossa, aspera e dura a pelle da cabeça.

Si as Notas que mandei tiveram algum valor, peço que aguarde outras
informações que trate de colher. Ja pede mesmo alguns papiaes vivos ou um pelle
para não me corgar muito nas informações.

D. V.ª
Crd. e ass.º atto. do
D. S. Ferreira Penna

Carta do naturalista Domingos Soares Ferreira Penna,
dirigida a Ladisláo Netto

Figura 52 – O resgate da história da seção realizado por Heloísa Alberto Torres –
Periódico Boletim do Museu Nacional (1932)



Figura 55 – Capa do Livro de J. Bastos de Ávila premiado pela Academia Brasileira de Letras – Biblioteca do Museu Nacional (1933)

CURRICULUM VITÆ

— DE —

Alvaro Fróes da Fonseca



RIO DE JANEIRO

Typ. do Patronato — Rua Real Grandeza, 174

1926

Figura 56 – Livro com o Curriculum Vitae de A. Fróes da Fonseca apresentado ao Museu Nacional – Arquivo do Museu Nacional (1926)



Figura 57 – Equipe de Antropólogos do Museu Nacional e outros funcionários – Da esquerda para direita: Paulo de Miranda Ribeiro (2), Álvaro Fróes da Fonseca (3), Heloisa Alberto Torres (4), Eduardo May (5), Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (6), Benjamin Rondon (7), Edgard Roquette-Pinto (8), Júlio César Diogo (9), Alípio de Miranda Ribeiro (10), Raimundo Lopes da Cunha (11), Arthur Neiva (12) e Jorge Henrique Augusto Padberg-Drenkpol (13) – Arquivo do Museu Nacional (1927)

Referências

1. Fontes Manuscritas

1.1. Acervos

1.1.1. *Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro (SEMEAR)*

Relatórios Ministeriais 1876-1934

Relatórios da Diretoria 1876-1942

Relatórios da Seção 1876-1942

Livros de Assentamentos do Museu Nacional

Atas da Congregação do Museu Nacional

Arquivo da Diretoria do Museu Nacional (MN DR) 1876-1936

Arquivo de Heloisa Alberto Torres (MN DA HAT) cx 1-16

Arquivo da Secretaria do Departamento de Antropologia (MN DA SECRET) cx. 1-20

Arquivo da Etnologia- LACED – cx. 1-19

Arquivo Etnologia – cx. 1-24

MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.).

MNRJ. Relação de obras e publicações periódicas adquiridas por compra pelo Museu Nacional durante o ano de 1924. RJ: O Museu, 1925.

MNRJ. O Museu Nacional de História Natural: notas e informações. RJ: MN, 1927.

1.1.2. *Academia Brasileira de Letras (ABL) – Arquivo Roquette-Pinto*

Caixas 1-32

1.1.3. *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB)*

L 712- P. 46, L. 563 P.3, L. 342 P.46, L. 177 D. 69, L. 467 P. 7, L.173 doc 2, L. 171 doc. 1, L. 171 doc. 1, L. 309 P. 7, L. 172 doc. 2, L. 744 Livro 1, L. 475 P. 50, L. 486 P. 42, L. 473 P. 7, L. 493 P. 18, L. 587 P. 6, L. 680 P. 20, L. 698 P. 7, L. 474 D. 70.

1.1.4. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)*

1.1.5. *Centro Cultural de São Paulo (CCSP)- Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore*

Caixas 1-4

1.1.6. *Arquivo Particular Maria Júlia Pourchet (APMJP)– São Paulo*

2. Fontes Impressas

2.1. Periódicos

Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. RJ, 1876- 1943.

Boletim do Museu Nacional. RJ, 1923- 1934.

Revista Nacional de Educação. RJ, 1932-1934.

Publicações Avulsas do Museu Nacional. RJ, 1950 e 1956.

Journal de la Societé des Americanistes de Paris. Paris, 1895-1914.

Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. RJ, 1876-1915.

Revista da Universidade do Rio de Janeiro. RJ: Ed. Nacional, 1926-1934.

Revista da Academia Brasileira de Letras. RJ, 1930-1950.

Revista Zeitschrift für Anthropologie und Rassekunde. Berliner, 1930-1941.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RJ, 1854-1895, 1913-1946.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ, vols. XXXV, XV, XVI, LXXXIV.

2.2. Obras dos Antropólogos do Museu Nacional

ÁVILA, J. B. “A Antropologia no Brasil”. In: Zeitoschrift für Rassenkunde”. Band VII – Heift 1 / 1936.

ÁVILA, J. B. “Contribuição ao estudo antropofísico do índio brasileiro”. In: Separata do BMN. RJ, V. XIII, N, 3 e 4 set a dez, 1938.

- ÁVILA, J. B. “Contribuição ao estudo índice de Lapicque: nota prévia”. Estudos Afro-brasileiros. RJ: Ed Ariel, 1935.
- ÁVILA, J. B. “Curso de Antropologia”. In: BMN. RJ, V. IX, n 2, 1933.
- ÁVILA, J. B. “Forma e dimensão da cabeça e coeficiente de cefalização”. In: BMN. RJ, 1921.
- ÁVILA, J. B. “Noções de estatística aplicada a Biometria: resumo das aulas do curso prático de antropometria realizado no MN em junho/ago de 1932”. In: RNE. RJ, Ano 1 n° , 1932.
- ÁVILA, J. B. “O negro em nosso meio escolar”. In: Novos estudos afro-brasileiros. Biblioteca de Div Científica, 1937.
- ÁVILA, J. B. “Técnica antropométrica”. In: RNE. RJ, ano 2, n° 3, 1934.
- ÁVILA, J. B. Antropometria e desenvolvimento físico (métodos de pesquisas de antropologia física). Prefácio de R. Pinto. RJ: Vilani e Barbas, 1940.
- ÁVILA, J. B. No Pacoval do Carimbé. RJ: Calvino, 1933.
- ÁVILA, J. B. Questões de antropologia brasileira. RJ: Civ. Brasileira, 1935
- ÁVILA, J. B.. Antropologia Física. RJ, Agir, 1958.
- CARVALHO, D.S. “Cerâmica Pré-Histórica”. In: 3º Congresso Científico Americano. RJ, 1905.
- CARVALHO, D.S. “Esboço biográfico do Dr. Nicolau Moreira”. In: RIHGB. RJ, T.58, n° 91, 1895. pp. 327-340.
- CARVALHO, D.S. Tese apresentada à Imperial Escola Agrícola da Bahia. Imprensa Popular, 1887.
- CHILDE, A. ‘Como foram decifrados os hieroglifos egípcios? A pedra roseta’. In: Separata da Revista da Universidade do Rio de Janeiro. Série II – n 7. RJ, 1939.
- CHILDE, A. “Geographia e archeologia”. In: Separata dos AMN. V. 22. RJ: Imp. Nacional, 1921.
- CHILDE, A. “Razões práticas da predominância do braço direito”. In: Separata da Sociedade de Biologia de Montevidéu. (trabalho

- apresentado no Congresso Internacional de Biologia de Montevideu em outubro de 1930). 1931.
- CHILDE, A. “Relatório dos estudos anatômicos praticados pelo Dr. Eduardo Chapot Presvot sobre o monstro tóraco-xifópago Maria de Lourdes – Maria Francina; dissecação de um monstro esternópago”. In: Separata dos Anais da Faculdade de Medicina. RJ: Imprensa Nacional, 1923.
- CHILDE, A. De l’emotion en biologie et en ethnographie. RJ, Typ J. Commercio, 1918.
- CHILDE, A. Guia das coleções de arqueologia. RJ: MN, 1919.
- CHILDE, A. Segundo suplemento ao catálogo do Museu anatomo-patológico.. peças entradas em 1917. RJ: Imp. Nac, 1917.
- CHILDE, A. Suplemento ao catálogo do Museu anatomo-patológico organizado por.. (Fac Medicina RJ). RJ: Imp Nac, 1916.
- FRÓES DA FONSECA, A.. “Gilberto Freire e a antropologia – contribuição” IN: G. Freire, sua ciência, sua filosofia, sua arte. RJ: Ed José Olympio, 1962.
- FRÓES DA FONSECA, A. ‘Contribuição a anatomia do esterno’. In: O Ensino Anatômico (IX Congresso Médico Brasileiro). RJ, 1926.
- FRÓES DA FONSECA, A. “Fichas antropológicas do Museu Nacional”. In: Separata do BMN v. IX n 2. RJ: O Museu, 1933.
- FRÓES DA FONSECA, A. “Novas formas para o estudo da raça e da mestiçagem”. In: Separata da Revista de Antropologia. V. 5 n 2. SP, 1957.
- FRÓES DA FONSECA, A. “Os grandes problemas da antropologia”. In: Iº Congresso Brasileiro de Eugenia (atas e trabalhos). RJ, 1929.
- FRÓES DA FONSECA, A. “Pesquisas raciais: nota prévia apresentada à 4ª Reunião da ABA”. In: Associação Brasileira de Antropologia. Curitiba-PR, 1959.
- FRÓES DA FONSECA, A. As novas fichas antropológicas do Museu Nacional. RJ: O Museu, 1927.

FRÓES DA FONSECA, A. Sinopse dos títulos e trabalhos do professor A. Fróes da Fonseca. (Org. Maria Júlia Pourchet) – Homenagem em comemoração a seus noventa anos. RJ, 1980.

FRÓES DA FONSECA, A.. “Antropologia e Medicina Social” (conferência no Instituto de Oncologia de Lisboa). In: Jornada Médicas Luso-brsileiras, Lisboa, s/d.

GIKOVATE, M.. “Carta de Caminha e a etnografia”.In: RNE, ano 1 nº10. RJ, 1933.

GIKOVATE, M.. “Literatura Brasileira”.In: RNE. RJ, ano 1 nº 11-12, 1933.

GIKOVATE, M.. “Mounds”. In: RNE. ano 1 nº 7, RJ, 1933.

GIKOVATE, M.. “O Brasil e a Geologia”.In: RNE, ano 2, nº16-17, 1934.

GIKOVATE, M.. “Os Sambaquis”. In: RNE. Ano 1, nº 9. RJ, 1933

GIKOVATE, M.. Ensaios (pref. de H. A. Torres). RJ: MN, 1934.

GIKOVATE, M.. Índices do BMN- vol. 1 a 10. RJ: MN, 1934.

HINRICHSEN, Roberto F. “O estado atual da questão dos grupos hemáticos”. In: Iº Congresso Brasileiro de Eugenia (atas e trabalhos). RJ, 1929.

HINRICHSEN, Roberto F. Contribuição ao estudo craniométrico dos índios brasileiros: trabalho do laboratório de antropologia do Museu Nacional. (tese da faculdade de medicina) RJ: O Laboratório, 1929.

LACERDA, J. B. – Da digitalis no tratamento das moléstias dos aparelhos circulatórios e respiratórios. Tese da Fac. Medicina RJ: Typ. Do Apóstolo, 1870.

LACERDA, J. B. – Investigações experimentais sobre a ação fisiológica de cloridrato de pereirina..(laboratório do MN). RJ: Typ. Lambaerts e Cia, 1881.

- LACERDA, J. B. “Contribuição para os estudos antropológicos das raças indígenas do Brasil”. In: AMN. v1. RJ, 1876.
- LACERDA, J. B. “Craneos de Maracá”. In: AMN.V 4. RJ, 1881
- LACERDA, J. B. “Curso de Antropologia”. In: AMN. V.2. RJ, 1879.
- LACERDA, J. B. “Nota sobre a conformação dos dentes”. In: AMN. V.1. RJ, 1876.
- LACERDA, J. B. “Nota sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos”. In: AMN, v. 4, 1881.
- LACERDA, J. B. “O Homem dos sambaquis”. In: AMN. V. 6, 1885.
- LACERDA, J. B. O Congresso Universal das Raças. Londres, 1912.
- LACERDA, J. B. Sur lês méti au Brésil. Paris : Imprimerie Devouge, s/d.
- LACERDA, J. B.. Fastos do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1905.
- LEVI-STRAUSS, D. Instruções práticas para pesquisas de Antropologia Física e Cultural. SP: Col. Depto. Municipal de cultura de São Paulo, 1936.
- LIMA, Ermírio Estevam de. “Considerações em torno do índice rádio-pélvico de Lapique e túbio-pelvico de Fróes da Fonseca”. In: Iº Congresso Brasileiro de Eugenia (atas e trabalhos). RJ, 1929.
- LOPES, R. “Antropogeografia: Distribuição e níveis da cultura indígena”. In: RNE. Ano 2, nº 16-17. RJ, 1934.
- LOPES, R. “Antropogeografia: o homem em face da natureza”. In: RNE. Ano 2, nº 15. RJ, 1933
- LOPES, R. “Antropogeografia: suas origens, seu objeto, seu campo de estudo e tendências. In: Publicações Avulsas nº18. RJ, 1956.
- LOPES, R. “Os índios Urubus: resenha do resultado da viagem no Gurupi e do estudo comparativo urubu-tembés”. IN: BMN.n 8. RJ, 1932.
- LOPES, R.. “Curso de Filosofia e Letras...”. IN: RNE. Ano 1. nº 9 e 10. RJ, 1933.

- LOPES, R.. “Etnologia na arte e na educação”. IN: RNE. Ano 2. nº13-14. RJ, 1933.
- LOPES, R.. Um aparelho sintético de antropologia. RJ: Typ. Revista dos Tribunais, 1925.
- LOPES, Raimundo. “A Civilização lacustre do Brasil”. In: Separata do BMN. N 2, RJ, 1924.
- LOPES, Raimundo. “Aspectos da formação sertaneja”. In: Separata da BMN. Vol. II n 4 15 de out. 1926.
- LOPES, Raimundo. “Pontas de sílex lascado no Brasil”. In: Separata do BMN. N1, vol. III. RJ, 1927.
- LOPES, Raimundo. Discursos na Academia Maranhense - sessão de recepção do acadêmico. São Luis, 12/maio/1917.
- LOPES, Raimundo. O Torrão Maranhense. RJ: Typ Jornal do Commercio, 1916.
- LOPES, Raimundo. Os Tupis do Gurupy (XXV Congresso Internacional dos Americanistas), 1932.
- MELLO MORAES FILHO(org). Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo MNRJ a 29 de julho de 1882. RJ: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.
- MOURA, Julio Trajano de. “Do Homem Americano – Tese da Fac. Medicina de 1889”. RIHGB. T. 100. RJ, 1926.
- NETTO, L. Arqueologie Brésilienne : conference faite au Museum National en presence de L.L. M.M. Imperiales le 4 du novembre de 1884. RJ : Typographia e Lit. De Machado, 1885.
- NETTO, L.. Le Museum National de Rio de Janeiro et son influence sur les sciences natureles au Brésil. Paris : Ch. Delagrave, 1889.
- PADBERG-DRENKPOL, J.A.H. Situação histórico-cultural dos Karajás. RJ, 1926 In: Separata do BMN. V.2, nº 6.
- PADBERG-DRENKPOL, J.A.H. Um benemérito do Brasil, o dinamarques P. Lund. RJ: MN, 1927. In: Separata do BMN. V 3, nº1.

- PEIXOTO, J. R. “Novos estudos craniológicos sobre os botocudos”. In: Archivos do MN, n. 6, 1885.
- POURCHET, M. J. ‘Boas e a Antropologia Física’. In: BEALS, R. (ed.) Acta Americana. Vol. 3. Los Angeles, 1945. Apud.: MOURA, M.M. Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas. SP: Hucitec, 2004.
- POURCHET, M. J. ‘Heloisa Alberto Torres’. (1895-1977). 1977.
- POURCHET, M. J. Contribuição ao estudo antropofísico da criança de cor (Bahia – Brasil). RJ, 1939.
- POURCHET, M. J. Ensaio e pesquisas Kaingangues. SP: Ática, 1982.
- POURCHET, M. J. Índice Cefálico do Brasil (Revisão Bibliográfica). RJ, 1941.
- POURCHET, M. J. Relações entre antropologia física e cultural um tema e três mestres. Boas, Hooton e Ashley-Montagu. RJ, 1942.
- ROQUETTE-PINTO, E. (Co-autoria). Contribution à l’anatomie comparée des races humaines: dissection d’une indienne du Brésil. RJ: Pimenta de Mello & C., 1926.
- ROQUETTE-PINTO, E. “Antropologia e Etnografia do Brasil”. In: LLOYD, Reginal. Impressões do Brasil no séc. XX... Lloyd’s Greater Britain Publishing Company Ltda, 1913. vol com 1079 pags.
- ROQUETTE-PINTO, E. “Notas sobre os índios nhambiquaras do Brasil-central” (resultados etnográficos da expedição Rondon enviado ao 18º Congresso de Americanistas, Londres, 1912). In: Revista Brasileira, v.2, n. 1, sl/sd, 1912. p. 25-45.
- ROQUETTE-PINTO, E. Antropologia: guia das coleções. RJ: MN, 1915.
- ROQUETTE-PINTO, E. Conceito atual da vida. (Conferência inaugural do curso de Fisiologia da Universidade Nacional de Montevidéu). RJ: S. de Mendonça, 1922.

- ROQUETTE-PINTO, E. Discurso sobre o Centenário do Museu Nacional. RJ: Imp. Nacional, 1919.
- ROQUETTE-PINTO, E. Ensaios de Antropologia Brasileira. SP: Cia. Editora Nacional, 1933
- ROQUETTE-PINTO, E. Etnografia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América. RJ: E. Bevilacqua, 1906.
- ROQUETTE-PINTO, E. Etnografia indígena do Brasil: estado atual dos nossos conhecimentos. (trabalho apresentado no 4º Congresso Médico Latino-Americano). RJ: Imprensa nacional, 1909.
- ROQUETTE-PINTO, E. Euclides da Cunha naturalista: conferência realizada em 15 de agosto de 1917 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a 11 de abril de 1918 no Conservatório Dramático de São Paulo. RJ: s.n. 1920.
- ROQUETTE-PINTO, E. Limites Interestaduais. RJ: Imp. Nacional, 1919.
- ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre a acção fisiológica da fava tonka. RJ: Imp. Nacional, 1924.
- ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre o material anthropologico no sambaqui de Guaratiba. RJ: Imp. Nacional, 1925.
- ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre o Ñanduti do Paraguai. RJ: s.n., 1927.
- ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre os índios Nhambiquaras do Brasil Central. (XVIII Congresso de Americanistas). Londres, 1912.
- ROQUETTE-PINTO, E. Note sur la situation sociale des indiens du Bresil. Conselho Nacional de Protecção aos Índios. RJ, s.n., 1911.
- ROQUETTE-PINTO, E. O Guaraná. RJ: Imp. Nacional, 1912.
- ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da excursão ao Litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. RJ: L. Macedo, 1906.
- ROQUETTE-PINTO, E. Rondônia. SP: Cia. Editora Nacional, 1938 (4ª ed)

ROQUETTE-PINTO, E. Seixos Rolados: estudos brasileiros. RJ, 1927.

ROQUETTE-PINTO, E. Um manto real do Hawaii. RJ: Imp. Nacional, 1923.

ROQUETTE-PINTO, E. Glória sem rumor... RJ: MN, 1929

TORRES, H. A. Cerâmica de Marajó. RJ, 1929.

TORRES, H. A. Observações Antropométrica. RJ, 1950.

2.3. Teses e dissertações

BARBOSA, A. M. S. 'O pássaro dos rios nos afluentes do saber: Roquette-Pinto e a construção da universidade'. (tese de doutorado). SP: PUC-SP, 1996.

BITTENCOURT, José Neves. 'Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889)'. (tese de doutorado). RJ: UFF/ICHE, CPGH, 1997.

DOMINGUES, H. M. B. 'Ciência um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império'. (tese de doutoramento). SP: FFLCH- USP, 1995.

FARIA, Maria Angélica Pinto de. "Relatório de Bolsa - apontamentos sobre o MNRJ: um recorte do departamento de antropologia". In: Projeto de Pesquisa: a Antropologia no RJ coordenado pelo Prof.. João Pacheco de Oliveira Filho. RJ: PPGAS/MN-UFRJ. Depto. Antropologia, 1988.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 'Indigenismo e antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)'. (dissertação de mestrado). RJ: Museu Nacional, 1990.

GUALTIERI, R. C. E.. 'Evolucionismo e Ciência no Brasil. Museus, Pesquisadores e Publicações (1870-1915)'. (tese de doutorado). SP: FFLCH-USP, 2001.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Os Museus de História Natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil”. (dissertação de mestrado). RJ: PPGAS/MN-UFRJ.s/d.

MARTINS, A. T. A. ‘Festas, Memória e Identidade Nacional na Corte Imperial’ (dissertação de mestrado). Dep. História/ PUC-RIO, 1998.

NASCIMENTO, Fátima Regina. “A imagem do índio na segunda metade do séc. XIX”. (dissertação de mestrado). Pós-Graduação em Artes Visuais. RJ: Escola de Belas Artes- UFRJ. 1991.

NEWERLA, Vivian Branco. ‘Rios vistos e previstos: as expedições de exploração do sertão da comissão geográfica e geológica na história da ciência e o ensino de ciências naturais’. (dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP-IFCH, 2000.

PINHEIRO, Rachel. ‘As histórias da comissão científica de exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch Capanema’. (dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP-IG, 2002.

RAMOS, Jair de Souza. ‘O ponto da mistura: raça, imigração e nação em um debate da década de 20’. (dissertação de mestrado). RJ: PPGAS/MN-UFRJ, 1994.

REIS, José . ‘Não pensa muito que dói: um palimpsisto sobre teoria na arqueologia brasileira’. (tese de doutorado). Campinas: UNICAMP-IFCH, 2003.

REIS, José Roberto Franco. ‘Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “Regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental’ (1920-1930). (dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP-IFCH, 1994.

RIBAS, João Baptista Cintra. ‘O Brasil e os brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto’. (dissertação de mestrado). Campinas: UNICAMP, 1990.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. ‘Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de ciências e

formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro'. (tese de doutorado). RJ: UFRJ-IFCS, 2000.

SILVA, J. R.. 'Doença, fotografia e representação. Revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925'. (tese de doutorado). SP: FFLCH-USP, 2003

2.4. Livros e Artigos

ALVES, A. M. A.. O Ipiranga Apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista (1893-1922). SP: Humanitas, 2001.

ANDRADE, A. M. R. (coord). A terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano: ciência e política. RJ: MAST, 2002.

ANDREASEN, R. O. "Race: biological reality or social construct?". In: Philosophy of science. v.67, n.3, 2000.

ARBOLEDA, L. C. "Acerca del problema de la difusión en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820)". In: Quipu, vol.4, nº.1, 1987.

AZEVEDO, F. "E. Roquette-Pinto (1884-1954). In: Revista de Antropologia. Vol.2, n. 2, dez 1954. pp. 97-100.

AZEVEDO, F. A Cultura Brasileira. Brasília: UNB, 1963.

AZEVEDO, F. As ciências no Brasil. RJ, UFRJ, 1994.

AZEVEDO, T. "Os primeiros mestres de antropologia nas faculdades de filosofia". In: Anuário Antropológico, 1982.

BARNARD, A. & SPENCER, J. (ed). Encyclopedia of social and cultural anthropology. NY: Routledge, 1997.

BARNES, B. Estudios sobre sociologia de la ciencias. Alianza Editorial, 1972.

BENSAUDE-VINCENT, B.. "The increasing gap between science and the public". In: MAST Palestra. (mimeo). 24/03/2003.

BLAKE, A. V. A. Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ: Imprensa Nacional. 1883.

BLANCKAERT, C. “Lógicas da antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)”. In: Revista Brasileira de História, v.21, nº 41, 2001.

BONTE, P. & IZARD, M. (dir.) et al. Dicctionnaire de l’ethnologie et de l’anthropologie. Paris: PUF, 2000.

BOURDIEU, P. “Campo Intelectual e projeto criador” in: J. Pouillon et alli. Problemas do Estruturalismo. RJ: Zahar Ed., 1968

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas simbólicas. SP: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência- para uma sociologia clínica do campo científico. UNESP, 2004.

BREFE, A. C. F. O Museu Paulista: Affonso e Taunay e a memória nacional (1917-1945). SP: UNESP, 2005.

BURKE, P. A Cultura popular na Idade Moderna. SP: Cia. Das Letras, 1989.

CALLON, M & LATOUR, B (dir). La Science telle qu’elle se fait: anthologie de la sociologie des sciences de langue anglaise. Paris : Édition la Découverte, 1990.

CASTRO FARIA, L.. Antropologia – escritos exumados – vol. 1 e 2 . RJ: Tempo, 1998 e 2000.

CASTRO FARIA, L.. Antropologia: duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil. Organizado por H. M. B. Domingues e A. W. B. Almeida. RJ: MAST, 2006.

CASTRO FARIA, L.. Antropologia: espetáculo e excelência. RJ: Tempo, 1993.

CASTRO FARIA, L.. Oliveira Vianna: da Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. RJ: Relume-Dumará, 2002.

CASTRO FARIA, L.. Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte. RJ: Ouro Sobre Azul, 2001.

CHARTIER, R (org.). Práticas da leitura. SP: Estação Liberdade, 2000.

CHARTIER, R. História Cultural entre práticas e representações. RJ: Difel, 1989.

COELHO, V. P. (org.) Karl von den Stein: um século de Antropologia no Xingú. SP: Edusp, 1993. p. 109.

COLLIER, J.. Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa. SP: USP, 1973.

COMAS, J. Los Congressos Internacionales de Americanistas: síntese históricas e índice bibliográfico general. México: Ed. Especiales del Instituto Indigenista Inter-Americano, 1954.

CONKLIN, A. L. “Civil society, science, and empire in late republican France: the foundation of Paris’s Museum of Man”. In: OSIRIS – historical writing on American history. 2002.

CONRY, I. L. Introduction du darwinisme en France au XIX siècle. Paris : Ivry, 1974.

CORRÊA, M. “Dona Heloisa e a pesquisa de campo”. In: Revista de Antropologia. V.40 n.1. SP, 1997.

CORRÊA, M. “Patrimônio da nação: os índios & a história da antropologia”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.14, n. 40. SP, jun. 1999.

CORRÊA, M. As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. SP: CDAPH, 1999.

CORRÊA, M. As reuniões brasileiras de antropologia cinquenta anos (1953-2003). Brasília: ABA, 2003

CRAVENS, H.. “History of the Social Science”. In: OSIRIS – historical writing on American history. v. 1, 1985.

CUETO, M (ed.) Salud, cultura y sociedad en America Latina: nuevas perspectivas históricas. Lima: IEP, 1996.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. A Biblioteca do Museu Nacional do RJ (1863-1963). MN: RJ, 1966.

DANTES, M. A. M. & HAMBURGER, A. I.. “A Ciência, os Intercâmbios e a História da Ciência: Reflexões sobre a atividade científica no Brasil”. In: Amélia Império HAMBURGER, A. I. et al (org). A Ciência nas Relações Brasil França (1850-1950). SP : EDUSP, 1986.

DANTES, M. A. M. “Institutos de pesquisa científica no Brasil”. In: FERRI, m. G. & MONTROYANA, S. (coord). História das ciências no Brasil. SP: EDUSP, 1980.

DANTES, M. A. M. “Os Positivistas brasileiros no final do séc. XIX”. In: HAMBURGER, A. I & DANTES, M. A. M. & PATY, M & PETITJEAN, P (org). A Ciência nas Relações Brasil França (1850-1950). SP : EDUSP, 1986.

DANTES, M. A. M.. “Fases de implantação da ciência no Brasil”. In: Quipu. México, 5(2), 1988.

DANTES, M. A. M.. Espaços da Ciência no Brasil (1800-1930). RJ: Ed. Fiocruz, 2001.

DARNTON, R. O Grande Massacre dos Gatos. RJ: Graal, 1986.

DARWIN, C. La descendance de l’homme et la selection sexuelle. Paris: C. Reinwald, 1873-1874.

DESCOLA, P. “L’anthropologie de la nature”. In: Annales – Histoire, sciences sociales. jan-fev-2002

DESCOLA, P. “Pas-dela la nature et la culture” In: Le Débat . n.114, 2001.

DESLILE, R. G.. “The biology/culture link in Human evolution (1750-1950)”. In: Studies in History and philosophy of biological and biomedical sciences. v.316, n.4, 2000.

DOMINGUES, H. M. B. “As ciências Naturais e a construção da nação brasileira”. in: Revista Brasileira de História. nº 135. SP: Humanitas, 1996.

DOMINGUES, H. M. B. et al (orgs). A recepção do darwinismo no Brasil. RJ: Fiocruz, 2003.

DOMINGUES, H. M. B.. “A geografia e o exótico”. In: Terra Brasilis – geografia e pensamento social brasileiro. RJ:s/e, ano 1. nº 2, jul/dez. 2000.

DOMINGUES, H. M. B.. “Ciências no processo de exploração dos recursos naturais no Brasil”. In: MAST- Notas técnicos-científicas, 1997.

ÉCOLE d’Anthropologie de Paris. Paris, 1907.

EDWARDS, E. (ed.). Anthropology and Photography(1860-1920). New Haven, Yale University Press, 1992.

ERIKSEN, T. H. & NIELSEN, F.S. A History of anthropology. London: Pluto Press, 2001.

FÁVERO, M. L. & BRITTO, J. M. (org.). Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais.(2ª ed.). Ed. UFRJ/ MEC-INEP, 2002

FIGUERÔA, S. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934). SP: Hucitec, 1997.

FLETCHER, Alice C. Brief History of International Congress of Americanists. Printed for the XIX session of the Congress at Washington. Lancaster PA, 1913

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. RJ: Graal, 1979.

FOX, R. & WEISZ, G. (ed). “Introduction: the institutional basis of French science in the nineteenth century”. In: The organization of science and technology in France 1808-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1980

GAILHARD, G. Darwinisme et spiritualisme. Paris: Perrin, 1891.

GARCIA JR., A.. “Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil”. in: Actes de la Recherche em sciences sociales, nº 98, juin 1993.

GEERTZ, C. Obrasevidas: o antropólogo como autor. RJ: Ed. UFRJ, 2002.

GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. RJ: Guanabara, 1994.

GEERTZ, C.. O saber local. RJ: Vozes, 1997.

- GLICK, T. F. (ed) *The comparative reception of Darwinism*. Chicago: The Univ. Of Chicago Press, 1988.
- GLICK, T. F. et alli (eds.) *El Darwinismo em Espana e Iberoamérica*. México: Ed. Doce Callas.s/d.
- GOLDSTEIN, D. “Yours of science: the Smithsonian Institution’s correspondents and the shaped scientific community in the 19th American”. In: *ISIS*.v.85. n.4, 1994.
- GOMES, A . C.. *História e historiadores*. RJ: FGV, 1996.
- GONÇALVES, J. R. S. “O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura”. In: *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição oficial de preservação no Brasil*. RJ: IPHAN, 1995.
- GOULD, S.J.. *A falsa medida do homem*. SP: Martins Fontes, 1999.
- HAHN, R. “Nuevas tendencias en historia social de la ciencia”. In: LAFUENTE, A. & SALDAÑA, J (coord). *Historia de las Ciencias*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1987.
- HEIZER, A. & VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. RJ: Access, 2001.
- HOBBSAWN, E. & RANGER. T. *Invenção das tradições*. RJ: Paz e Terra, 1984.
- HOYT, D.. “The reanimation of the primitive: fin-de-siècle ethnographic discourse in western Europe”. In: *Histoire of science*. v. 39, n. 15, 2001.
- HUARD, P.«Paul Broca (1824-1880) avec une bibliographie des travaux de Broca par Samuel Pozzi (1846-1918) ».In : *Revue d’histoire des sciences*. t. XIV- 1, 1961.
- HUNTER, D. E. (ed.) & WHITTEN, P. *Encyclopedia of anthropology*. NY: Harper& Row Publishers, 1976.
- HUXLEY, T. *Darwiniana: essays*. NY: Appletonm. 1896.

- HUXLEY, T. Man place in nature and other anthropological essays. 1895.
- ILLOUZ, C. & VIDAL, L. “Le Brésil et les Sciences Humaines: Passé-Présent entretien avec C. Levi-Strauss’”. In: Cahier des Amériques Latines. N°28-29. 1999.
- JARDINE, N. et alli (eds). Cultures of natural history. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KARP, I. & LAVINE, S.D.. Exhibiting Cultures: the poetics and politics of Museum Display. London: Smithsonian Institution, 1991.
- KOHLER, R. E. “Science, Foundations and American University in the 1920s.” In: OSIRIS – historical writing on American history v. 3, 1987.
- KOHLSTEDT, S. G.. “Institutional History”. In: OSIRIS – historical writing on American history. v. 1, 1985.
- KREIMER, P.. “Ciencia y periferia: uma lectura sociológica”. In: MONT-SERRAT, Marcelo (org).. La ciencia em la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones. Buenos Aires: MANANTIAL, 2000.
- KUPER, A.. The invention of Primitive Society: transformation of an illusion. London: Routledge, 1988.
- KUPER, A. Cultura: a visão dos antropólogos. SP: Edusc, 2002.
- KURY, L. “Ciencia e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia.”. In: Manguinhos – História, Ciência e Saúde. RJ: Fiocruz, 1998.
- L’ESTOILE, B. & NEIBURG, F. & SIGAUD, L. (orgs). Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. RJ: Relume Dumará, 2002.
- LAFUENTE, R. “La ciencia periférica y su especialidad historiográfica “. In: SALDAÑA, J. J. & LAFUENTE, A. (ed.). El Perfil de la ciencia en America. Mexico: Ed. Cuadernos Quipu, 1986.
- LATOUR, B & WOOLGAR, S. A vida de laboratório. RJ: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, B.. Ciência em Ação: como seguir cientista e engenheiros sociedade afora. SP: Unesp, 2000.

- LÉVRE-LEBLOND, J.. “Les muses de la science”. In: *Alliage*. n.44, 2000.
- LIMA, N. T.. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. RJ: Revan, 1999.
- LOPES, M. M . “A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do sé. XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. n ° 41, 2001.
- LOPES, M. M . “Nobles rivales: estudios comparados entre el Museo Nacional de Río de Janeiro y el Museo Público de Buenos Aires”. In: MONTSERRAT, Marcelo (org.).. *La ciencia em la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones*. Buenos Aires: MANANTIAL, 2000.
- LOPES, M. M. & CORREA, M. “As aves que aqui gorjeiam...”. (mimeo.), 1995.
- LOPES, M. M. “Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica”. In: *Manguinhos - História, Ciência e Saúde*. v.8, supl. RJ: Fiocruz, 2001.
- LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais. SP: Hucitec, 1997.
- MANIZER, H. H. Os kaingang de São Paulo. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.
- MATTOS, I. R. O Tempo Saquarema:a construção do Estado Imperial. SP: Hucitec, 1986; COSTA, E. V. Da monarquia a República. SP: UNESP, 2007.
- MICELI, S. Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945). RJ: Difel, 1979.
- MICELI, S.(org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* .SP: Vértice, 1989.
- MOTA, C. G. A Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801); JANC-SÓ, I.”A sedução da liberdade’ in: Novais, F. & Souza, L. M.(orgs). *História da Vida Privada no Brasil vol. I*. SP: Cia das Letras, 1997.

- MOTA, C. G.. Ideologia da Cultura Brasileira. Ática, 1998.
- MOURA, M. M.. Memorial de livre-docência. apresentada ao Departamento de Antropologia. FFLCH-USP, 2000.
- MOURA, M. M.. O nascimento da Antrtopologia Cultural: a obra de Franz Boas. SP: Hucitec, 2004.
- NORA, P. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997.
- ORTIZ, R.. (org.). Pierre Bourdieu. SP: Ática, 1983.
- PALLARES-BURKE, Maria L. Garcia.Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos. SP: UNESP, 2005.
- SILVA, C. P. O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto (1789-1805). SP: Annablume, 2000.
- PATY, M.. “Sobre o estudos comparativo da história da difusão e da integração das ciências”. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. M. & MAIA, C. A.. História da Ciência: o mapa do conhecimento. SP: Edusp, s/d.
- PESTRE, D.. “L'étude sociale des sciences et le travail historique”. In: GUESNERIE, R. & HARTOG, F. (dir.) Des sciences et des techniques: um débat. Cahier dès annales 45, EHESS, Paris, 1998.
- PESTRE, D.. “Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”. In: Cadernos IG/UNICAMP,Campinas, vol.6, n.1, 1996.
- PETITJEAN, P. “Science and the ‘Civilizing Mission’: France and the Colonial Enterprose’. In: STUCHTEY, B. Science across the European Empires (1800-1950). Oxford: Oxford University Press (no prelo).
- PETITJEAN, P. et alli (eds.). Science and Empires. London, Kluwer Academic Publishers, 1992.
- PETITJEAN, P.. “Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-brasileiras”. In: HAMBURGER, A. I. et alli (orgs). A Ciência nas relações Brasil França (1850-1950). SP : EDUSP, 1986.

- PICKERING, A. (ed) Science as practice and culture. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1992.
- PODGORNY, I. “De la antigüedad Del hombre en Plata a la distribución de las antigüedades en el mapa: los criterios de organización de las colecciones antropológicas del Museo de La Plata entre 1897 y 1930”. In: Manguinhos - História, Ciência e Saúde. v.6, nº1, RJ: Fiocruz, 1999.
- POLANCO, X.. Naissance et développement de la science-monde: production et reproduction des communautés scientifiques en europe et en Amérique latine. Paris : Éditions de la Découverte, 1990.
- QUIJADA, M.. “Ancestros, ciudadanos, piezas de museo. Francisco P. Moreno y la articulación del indígena en la construcción nacional argentina”. In: Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. Vol. 9 – nº2 . jul-dec, 1998.
- RIVET, P. Bibliographie americaniste. 1919.
- RONDON, C. A etnografia e a etnologia do Brasil em revista. 1946.
- RONDON, C. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia do Depto. De Guerra. 1 vol. Estudos e Reconhecimentos. RJ: Papelaria Luiz Macedo, 1909.
- RUDWICK, M. S.. The meaning of fossils: episodes in the History of Paleontology.(2 ed.) NY: Science Histpry Publications.s/d.
- RUPP-EISSENREICH, B. (dir.). Histoires de l’anthropologie (XVI-XIX siècles). Paris: Klincksieck, 1984.
- SÀ, M. R. de. “O botânico e o mecenas: J. B. Rodrigues e a ciência na segunda metade do séc. XIX”. In: Manguinhos- história, ciência e saúde. RJ: Fiocruz, 2001.
- SALDAÑA, J.J. “Teatro Científico Americano”. In: Historia Social de las Ciencias en América Latina. México: UNAM, 1996.
- SANTOS, R. V.. “A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: OS Sertões e a medi-

cina-antropologia do Museu Nacional”. In: Manguinhos-História, Ciência e Saúde.vol. V (suplemento), RJ: Fiocruz, jul. 1998.

SANTOS, R. V.. “Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX”. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (org.). Raça, ciência e sociedade. RJ, Fiocruz, 1996.

SANTOS, R. V.. “Mestiçagem, Degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)”. In: PENA, S. D. J. (org.). Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socio-antropológicos da formação do povo brasileiro. SP: FUNEPEC-RP, 2002.

SANTOS, R. V.et al. Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. RJ: Museu Nacional, 2006.

SCHADEN, E.. “Os Primeiros Tempos da Antropologia em São Paulo”. In: Anuário Antropológico. 1982.

SCHADEN, E.. “A etnologia do Brasil” In: FERRI, M. G. & MONTROYAMA, S. (Coord.). História das Ciências no Brasil. SP: Edusp, 1979.

SCHUMAKER, L. “A tent with a view: colonial officers, anthropologists, and the making oh the field in Northern Rhodesia 1937-1960”. In: OSIRIS – historical writing on American history. v. 11, 1996.

SCHWARCZ, L. M.. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Barsil (1870-1930). SP; Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Min. Ciência e Tecnologia, 2001.

SCHWARTZMAN, S. Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPQ, 1982.

SEVCENKO, N.. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. SP: Brasiliense, 1993.

- STEPAN, N. L. "The Hour of Eugenics" race, gender, and nation in Latin America. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- STEPAN, N. L.. "Eugenics in Brazil – 1917-1940". In: ADAMS, M. B.. (ed). *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- STOCKING JR., G (ed). *A Franz Boas Reader: the shaping of American anthropology 1883-1911*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.
- STOCKING JR., G (ed). *Volksgeist as Method and Ethic: essays on boasian ethnography and the german anthropological tradition*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996.
- STOCKING JR., G (ed.) *Romantic Motives essays on anthropological sensibility*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1989.
- STOCKING JR., G (ed.). *Colonial situations essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1991.
- STOCKING JR., G (ed.). *Race, culture and evolution: essays in the history of anthropology*. NY: The free press, 1968.
- STOCKING JR., G (ed.). *The ethnographer's magic and the other essays in the history of anthropology*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1992.
- STOCKING JR., G(ed.). *Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1997.
- STOCKING Jr., G. *Franz Boas: a formação da antropologia americana (1883-1911) – antologia*. RJ: Contraponto, 2004.
- TATON, R.. "Las biografías científicas y su importancia en la historia de las ciencias". In: LAFUENTE, A. & SALDAÑA, J. (coord). *Historia de las Ciencias*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987.

- TOGNETTI, L. “Catedrales de las ciencias o templos del saber? Los museos de ciencias naturales de Córdoba, Argentina, a fines Del siglo XIX” In: Manguinhos- história, ciência e saúde. v.8, n.1, RJ: Fiocruz, 2001.
- URRY, J.. Before Social Anthropology: essays on the history of British Anthropology. Australia: Harwood Academic Publishers, 1993. (Studies in Anthropology and History, vol. 6).
- VAN HELDEN, A. HANKINS, T. L.. ‘Introduction: Instruments in the History of Science’. In: OSIRIS - Instruments. v. 9. 1994.
- VENTURA, R.. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia á república”. In: MOTA, C. G. (org.) Viagem incompleta: a experiência brasileira – formação: histórias. SP: Ed. Senac, 2000.
- VENTURA, R.. Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. SP: Cia das Letras, 1991.
- VESSURI, H. M. C. “Los papeles culturales de la ciencia en los países subdesarrollados”. In: SALDAÑA, JJ (ed). El Perfil de la ciencia en America. Quipo. 1986.
- WALLER, J. C.. “Ideas of heredity, reproduction and eugenics in Britain, 1800-1875”. In: Studies in history and philosophy of biological and biomedical sciences. v. 326- n.3, 2001.
- WEINGART, P. “German eugenics between science and politics”. In: OSIRIS – historical writing on American history. v.5, 1989
- WEISS, S. F. “The race hygiene movement in Germany”. In: OSIRIS – historical writing on American history. v. 3, 1987.
- ZIMMERMAN, A.. “Looking beyond History: the optics of german anthropology and the critique of Humanism”. In: Studies in history and philosophy of biological and biomedical sciences. v. 326- n.3, 2001.
- ZIMMERMAN, A.. Anthropology and Antihumanism in Imperial Germany. Chicago: Univ. Chicago Press, 2001.

Apêndice

Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional

(continua)

Período	Nome	Profissão	Função
1881 - 1882	Alexandre José de Mello Moraes (Mello Moraes Filho) - Bahia - 1843 -	Médico (Universidade de Bruxellas), poeta e memorialista	Colaborou e editou a Revista da Exposição Antropológica Brasileira. Esta revista foi fundada só com o fim de estudar os artefatos e os fósseis apresentados na exposição antropológica e assuntos relativos à origem e evolução das raças indígenas do Brasil. Esta mesma revista cessou com o encerramento da mesma exposição, aparecendo, porém, com um prefácio, escrito pelo Diretor do Museu, aumentada com um índice. É ornada com gravuras.
1864 - 1890	Ladislau de Souza Mello e Netto - Alagoas - 1838-1894	Naturalista, botânico e arqueólogo (Dr. em Ciências Naturais - França)	Ex-diretor da seção de Botânica, diretor interino e Diretor Geral do Museu Nacional. Membro da Sociedade Antropológica de Washington, da American Geology Society, da Societé Botanique de France, da Sociedade Linneana de Paris, da Sociedade de Botânica de França, da Sociedade de História Natural de Gherburgo e Ratisbona, da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto de Botânica do grão-Ducado de Luxemburgo, da Sociedade Velosiana do Rio de Janeiro, do IHGB, do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi à Europa estudar, cursou as escolas de Sorbonne e o Jardim das Plantas de Paris. Estudou com outros naturalistas, a convite da Academia de Ciências e do Ministério da Instrução Pública, a flora da Argélia. Foi representante do Brasil no Congresso de Berlin em 1888 e na Exposição Internacional de Chicago em 1892. Recebeu uma medalha honorífica do Imperador da Alemanha em 1890. Foi o realizador da Exposição Antropológica Brasileira. Realizou várias incursões ao interior do país.

Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)

Período	Nome	Profissão	Função
1875 1915	Dr. João Batista de Lacerda - 1846- 1915	Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)	Foi sub-diretor da seção em 1876, secretário em 1878/1883 e depois diretor interino da seção em 1884/1885. Assume mais tarde o Laboratório de Fisiologia do MN. É designado como diretor geral interino do Museu, na ausência de Ladislau Neto. Exonerado de suas funções assume a diretoria do Laboratório de Biologia em 1891. Em 1895 foi nomeado diretor geral do Museu. Convidado a participar do Congresso Científico Latino Americano em Paris em 1898. Foi Vice-presidente do Congresso Médico Pan-americano de Washington em 1893 e Presidente da seção de Fisiologia do mesmo Congresso. Participa do Congresso Científico Latino Americano em Montevideo em 1901, depois do Congresso Médico Latino Americano no Rio de Janeiro em 1904 e da comissão do governo do Congresso no Chile a ser realizado em 1908. Participa da Conferência Sanitária Internacional do México em 1907. Em 1911 vai à Londres ao Congresso das Raças. Foi presidente honorário do 2º Congresso Médico Latino Americano em Buenos Aires em 1904 e vice-presidente do Congresso Médico Pan-Americano em Washington em 1905. Professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago do Chile. Ex-Presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Membro correspondente da Sociedade de Antropologia de Berlim, da Sociedade de Antropologia de Paris, da Sociedade de Antropologia e Etnologia de Florença, da Sociedade de Higiene de Paris, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Médica Argentina. Premiado com a medalha de bronze na Exposição Antropológica de Trocadero em 1878 e na Exposição Universal de Chicago de 1892.
1876 1885	Dr. José Rodrigues Peixoto - Rio de Janeiro - 1849 -	Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)	Especialista das moléstias de vias urinárias se envolveu com várias empresas de comércio e indústria (casa de comissão de café, fábrica de tecidos da Estrella, diretor da Companhia de fiação e tecidos São Pedro de Alcântara). Foi membro da comissão fiscal do Banco do Comércio do Rio de Janeiro. Serviu na antiga junta central de higiene como membro da comissão sanitária da Glória. Foi sócio da Sociedade Médica do Rio de Janeiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e cavaleiro da Ordem de Cristo. Segundo Sacramento BLAKE, foi o responsável pelo catálogo dos crânios e esqueletos que figuraram na Exposição Antropológica realizada no Museu Nacional, além de traduzir um livro inédito do C. Hartt intitulado <u>Esboço de uma gramática da língua tupy moderna</u> .

1876		Daniel de Oliveira Barros d'Almeida	Foi praticante da seção e realizou excursão na ilha de Fernando de Noronha em 1876 onde coletou diversos ossos de animais e encontrou uma urna funerária.
1877		Manoel da Motta Teixeira	Foi praticante da seção.
1880		Eduardo Teixeira de Siqueira	Foi praticante da seção.
1884	1887	Ernesto Rumbelberger	Foi auxiliar do preparador da 1ª seção e depois ficou como ajudante de desenho.

Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)

Período	Nome	Profissão	Função
1884 1892	Gustavo Rumbelsperger		Foi naturalista viajante e coletou diversos materiais etnográficos e arqueológicos nas províncias do Norte para a seção de antropologia.
1887 1888	João Eduardo Beauflis		Foi ajudante de desenho do Museu Nacional e depois substituiu Ernesto Rumbelsperger e tornou-se preparador.
1887	Vicente Alves Ribeiro		Foi adjunto da seção anexa no lugar de Luis Ferreira Lagos passando depois a ser preparador.
1888 1920	Carlos Moreira – 1869 – Natural do Rio de Janeiro		Entrou como ajudante desenhista (1888), tornou-se preparador do Museu Nacional (1889) e depois substituiu interinamente o cargo de Bibliotecário (1894). Em 1895 foi naturalista ajudante da seção de etnografia e depois é transferido para a 1ª seção, onde foi naturalista, assistente da seção e sub-diretor. Tornou-se chefe de laboratório de Entomologia Agrícola em 1910. Em 1916 tornou-se professor chefe do laboratório de entomologia geral e aplicada e neste mesmo ano substituiu o diretor do Museu Nacional. Participou na Conferência Internacional de Defesa Agrícola como representante do Brasil em 1913, realizou excursão em Pernambuco e na Estrada de Ferro Oeste de Minas em 1915 e foi enviado em 1918 para os EUA pelo governo federal para a compra de sementes e produtos químicos para o preparo de inseticidas. Em 1920 foi nomeado diretor do Instituto Biológico de Defesa Agrícola.
1890 1893	Dr. Antônio de Souza de Mello e Netto	Médico	Praticante da seção em 1876/1883. Foi nomeado sub-diretor da 4ª seção em 1890 e secretário em 1892. Foi exonerado de suas funções em 1893.
1891 1908	Santos Lahera y Castillo		Entrou como preparador da seção em 1891 e em 1892 foi exonerado da função. Neste mesmo ano foi nomeado preparador e depois naturalista ajudante interino da seção de antropologia em 1896. Em 1899 foi considerado preparador de etnografia em 1899. Foi posto a disposição do Ministério do Uruguai em 1893. Em 1906 até 1908 foi novamente preparador da seção.

1887	1895	Dr. Julio Trajano de Moura	Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)	Entrou para o Museu como praticante das seções de Botânica e Zoologia em 1887. Foi subdiretor interino da seção de antropologia em 1892 e depois nomeado diretor da seção em virtude do concurso em que foi habilitado por unanimidade de votos.
1894	1904	Dr. Publio de Mello- - 1904	Médico	Foi sub-diretor da seção em 1894, diretor interino em 1898 e depois sub-diretor da seção de antropologia em 1899 por concurso. Foi designado como secretário em 1899 e mais tarde assistente da seção entre 1901-1904.
1895		Dr. José Botelho Velloso - natural da Bahia	Médico	Foi praticante da seção em 1895.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1895 - 1916	Domingos Sérgio de Carvalho 1866-1924 - natural da Bahia	Engenheiro Agrônomo (Bahia)	Iniciou a carreira como secretário interino em 1895. Depois serviu como diretor interino da seção de antropologia em 1895/1898. Foi subdiretor interino da seção de antropologia em 1895, depois foi nomeado diretor efetivo da seção em 1898, e professor de antropologia e etnografia em 1899. Foi membro da Sociedade Nacional de Agricultura, técnico interino da Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, consultor técnico do Ministério de Agricultura para as questões relativas ao ensino agrônômico, além de participar do Congresso Latino Americano em Montevideú em 1901 como representante da Soc. Nac. de Agricultura e na Exposição Interna de Aparelhos de Alcool em 1904. Inspeccionou em 1919 o ensino agrícola de Barbacena em MG. Foi diretor da revista "O Auxiliador da Industria Nacional"(1896).
1895 - 1937	Otávio da Silva Jorge- 1878 - natural do RJ		Foi preparador da seção de antropologia. Entrou no Museu Nacional em 1895 como praticante gratuito da seção de zoologia, chegando mesmo a substituir o preparador da seção de zoologia. Em 1896 até 1899 foi nomeado preparador interino da seção de antropologia. Em 1905 voltou a ser o preparador da seção de zoologia e em 1908 retornou como preparador da seção de antropologia. Neste mesmo ano substituiu inclusive o secretário do Museu. Em 1910 e em 1916 foi encarregado como preparador de etnografia. Fez parte das seguintes comissões: na Escola Venceslau Brás e no Ministério Agricultura em 1921; na Exposição do Centenário da Independência em 1921; serviu como secretário da comissão dos Centros dos Preparadores de Cavalo de Puro Sangue em 1918. Em 1923 voltou a ser preparador de etnografia no Museu. Em 1930 tornou-se preparador da seção de antropologia. Esteve a disposição do Ministério da Agricultura no período de 1931-1936 e neste mesmo ano foi secretário do diretor do Museu Nacional. Em 1937 tornou-se naturalista do Museu conforme as atribuições da lei.
1899 - 1904	Dr. Eurico Borges dos Reis	Engenheiro ou Médico	Foi secretário (1899), preparador da seção (1900) e mais tarde assistente (1905).
1905	Dr. Álvaro de Lacerda	Médico	Foi assistente interino da 4ª seção em 1905.

1905	1947	Dr. Edgard Roquette- -Pinto - 1883 - 1954 - natural do Distrito Federal (continua)	Médico (Faculdade de Medici- na do Rio de Janeiro)	Foi assistente da seção de antropologia em 1905, foi designado professor substituto da seção e depois professor chefe da mesma seção. Foi nomeado diretor interino do Museu Nacional em 1926. Voltou a ser professor chefe da seção em 1931. Foi designado naturalista e pede aposentadoria em 1947. Foi enviado em excursão ao Rio Grande do Sul em 1907 para a comissão dos sambaquis, em 1912 à Serra do Norte junto a Comissão Rondon onde pode observar e pesquisar aspectos da antropologia e etnografia dos índios. Em 1918 foi em excursão à São Paulo. Organizou em 1910 a sala histórica Pedro II no Museu Nacional, iniciando neste mesmo ano os trabalhos de pesquisa para a determinação dos tipos antropológicos do Brasil.
------	------	---	--	---

Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional (continua)

Período	Nome	Profissão	Função
1905 - 1947	Dr. Edgard Roquette-Pinto - 1883-1954 - natural do Distrito Federal (continuação)	Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)	Exerceu também o cargo de médico legista da Polícia do Distrito Federal em 1908, dirigiu a 7ª enfermaria do Hospital Deodoro durante a epidemia de gripe de 1918 a convite de Carlos Chagas, foi chefe da seção de microscópio do Laboratório de Bromatológico a pedido do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920. Foi designado para organizar e dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo em 1936. Pediu dispensa da função. Foi membro do Conselho Nacional de Proteção aos índios em 1946. Foi comissionado em 1924 pelo Ministério de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio para estudar na Europa a organização dos Museus congêneres deste instituto. Participou no Congresso Internacional das Raças em 1911 como secretário do Brasil, realizando visita nos principais centros científicos europeus, especializando-se em antropologia e em biologia geral. Participou da 5ª Conferência Internacional Americana em 1923, do 2º Congresso Científico Pan-americano em 1916, membro do Conselho Permanente do Congresso Internacional de Ciências Antropológicas, Etnológicas e Arqueologia Pré-histórica em 1934, do Congresso Nacional de Ensino Superior e Secundário da Escola Politécnica e foi representante do Ministério do Interior no Congresso de Geografia de Belo Horizonte em 1920. A convite da Universidade de Gotheborg da Suécia foi delegado no XXI Congresso de Americanistas em 1924 e neste mesmo ano a convite do Prof. F. Boas, visitou os EUA. Fez parte das seguintes comissões: examinadora do concurso para o lugar de médico da Polícia do Distrito Federal em 1916; fez parte da comissão de estudo de saneamento e higiene rural na zona marginal da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1920; por indicação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e por proposta do Prof. Dr. Aloysio de Castro foi em comissão ao Paraguai pelo Ministério do Estado de Agricultura, Indústria e Comércio a fim de realizar estudos de antropologia, colher material para as coleções do Museu Nacional, estreitar relações com os cientistas e departamentos, além de inaugurar a cadeira de fisiologia na Universidade de Assunción; atuou na comissão do Ministério do Interior no Departamento de Saúde Pública em 1920; foi presidente do Congresso Brasileiro de Eugenia no Rio de Janeiro em 1929; fez parte da comissão encarregada de representar a Academia Nacional de Medicina no Congresso Científico de Biologia em Montevidéu em 1930; foi designado para comissão examinadora dos diaristas da Inspetoria de Águas e Esgotos em 1932. Foi diretor e criador do Serviço de Censura Cinematográfica em 1932 e foi o

1º Diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo em 1936. Em 1930 foi Presidente do Comitê Brasileiro de Comercio Internacional de Cooperação Intelectual, em 1933 foi Presidente da Confederação Brasileira de Radio Difusão. Realizou viagem aos EUA e ao México em 1940, onde foi convidado a dirigir o Instituto Indígena Americano.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1913 1923	Dr. Alfredo de Moraes Coutinho Filho - natural de Pernambuco	Médico	Foi praticante gratuito da seção em 1913 auxiliando no levantamento das características da população brasileira junto com Malagueta Pontes. Em 1922 foi auxiliar da seção e no ano seguinte foi enviado ao Pará para continuar o programa de pesquisa da paleoetnologia amazônica e de antropologia fisiológica (objetivos: organizar repertório da cerâmica existente no Museu Goeldi; colher informações para a organização de uma carta das jazidas arqueológicas da Amazônia; adquirir material antropológico relativo à raça indígena principalmente de peças de embriologia). Posteriormente foi Prof. de Anatomia e Fisiologia Artística na Escola Nacional de Belas Artes.
1916	Américo Affonso do Nascimento - natural do Amazonas		Foi praticante da seção em 1916.
1916	Alfredo de Parandy Raposo		Foi auxiliar da seção e atuou na organização da bibliografia etnográfica para o Congresso de Americanistas no Rio de Janeiro.
1916	<u>Francisco Manna</u>	Desenhista calígrafo	Exerceu algumas atividades na seção. Pertencia a seção de Zoologia do Museu.
1916	Carlos Studart Filho – natural do Ceará		Foi praticante da seção em 1916.
1917	Lino da Rocha Leão		Foi praticante da seção e participou como membro do júri em 1919 na 2ª Exposição Estadual de Animais em São Paulo.
1917	Custódio Alfredo Sarandy Raposo		Funcionário do Ministério da Agricultura foi adido do Museu na seção.
1917	Francisco de Paula Alvarenga Junior		Funcionário do Ministério da Agricultura foi adido do Museu na seção.
1918 1920	Dr. Irineu Malagueta de Pontes	Médico	Foi preparador da seção de antropologia exercendo o trabalho de determinar as características antropológicas e psicológicas da população brasileira. Membro da Academia Brasileira de Ciências.

1918	Vicente Batista da Silva – natural do Pará	Foi praticante gratuito da seção em 1918.
1918	D. Marciano Alves Maurício - natural de Minas Gerais	Foi praticante gratuito da seção em 1918.
1920	Bruno Base	Foi assistente da seção.
1920	Ernesto Augusto Viana de Almeida	Esteve a serviço do museu como adido e exerceu a função de desenhista.
1921	Laura Fonseca e Silva Brandão	Foi assistente de pesquisa de E. Roquette- -Pinto nas mensurações antropométricas femininas.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1921	Emília Saldanha da Gama		Foi assistente de pesquisa de E. Roquette-Pinto nas mensurações antropométricas femininas.
1922	Noemia Alves Salles nasc 1897		Foi assistente de pesquisa de E. Roquette-Pinto nas mensurações antropométricas femininas. Foi enviada à SP para coletar dados antropométricos locais.
1921	Dr. Raul Baptista	Médico	Exerceu o cargo interino de substituto da seção durante o impedimento de Roquette-Pinto.
1921	1922	José Fernandes de Oliveira Cruz	Foi preparador interino da seção.
1921	Dr. Fábio Barros	Médico	Contratado como auxiliar dos trabalhos de determinação das características antropológicas da população brasileira, dirigido por E. Roquette-Pinto, e realizados no laboratório anexo da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina.
1921	Dr. José Lopes Ferreira Pinto	Médico	Foi contratado como preparador da seção com o objetivo de encaminhar os requerimentos de candidatos do oficialato de reserva dos Serviços de Saúde de 1ª Linha do Exército.
1921	Dr. Mário Moura Brasil do Amaral	Médico	Especialista contratado como auxiliar dos trabalhos da sessão de antropologia e etnografia em 1921 por 5 meses. Ficou incumbido de organizar /localizar informações sobre diversas tribos para a carta etnográfica sob a direção de Raul Baptista quando chefe interino da seção e depois por E. Roquette-Pinto; organizou fichas bibliográficas de trabalhos da biblioteca sobre etnografia
1921	Dr. Mario Raja Gabaglia	Médico	Auxiliou na determinação das características antropológicas da população brasileira.
1922	Angyone Costa		Foi praticante gratuito.
1922	1941	Raimundo Lopes da Cunha- 1899-1941 - natural do Maranhão	Entrou como praticante gratuito em 1922, depois como auxiliar da seção no lugar do Dr. Alfredo de M. Coutinho. Fez várias excursões no estado do Maranhão nos anos de 1926, 1927 e 1930. Representou o Museu no Instituto Pan-Americano de Geografia e História em 1932. Realizou também uma excursão pelo Nordeste em 1939. Em 1940 acompanhou um grupo para Santa Catarina. Ganhou menção honrosa em concurso da Academia Brasileira de Letras em 1928 com o trabalho "Ensaio etnológico sobre os Brasileiros". Professor do Lyceu Maranhense e membro da Academia Maranhense de Letras.

1923	Maria Álvares Salles	Foi assistente de pesquisa de E. Roquette-Pinto nas mensurações antropométricas femininas.
1923	Isabel de Oliveira	Foi auxiliar do Dr. Moura Brasil do Amaral na seção de antropologia na organização do guia etnográfico.
1923	Francisco de Paula Rocha	Foi cartógrafo e desenhista do mapa etnográfico sob a chefia de Domingos Sérgio de Carvalho.
1924	Floriano Bittencourt Bourguy de Mendonça	Admitido como praticante gratuito, foi preparador e conservador de arqueologia.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1924	João dos Santos Damin		Admitido como praticante gratuito, foi preparador e conservador de arqueologia.
1921 - 1955	Helôisa Alberto Torres - 1895-1977	Naturalista	Foi auxiliar da seção. Nomeada Prof. substituta em 1925. Em 1931 tornou-se prof. Chefe, depois vice-diretora do Museu Nacional, naturalista e diretora do Museu. Foi enviada para a excursão em Iguapé, São Paulo, em 1926; em 1928 a Magé no RJ em um jazida Tupinambá; em 1928 foi em um cemitério indígena em Campo Grande no RJ; em 1930 para Marajó no Pará e Maceió em Alagoas; à Cabo Frio, em 1955. Em 1927 proferiu a conferência o 'Povoamento da América – teorias modernas'; em 1928 discursou sobre os primeiros resultados das pesquisas sobre cerâmicas de Marajó. Participou do XXV Congresso de Americanistas na Argentina em 1932, foi convidada para membro do Advisory Council do "Latin American Institute for Race and Culture Studies" anexo à Universidade da Pensilvânia em 1934, foi delegada do Brasil à Conferência do Instituto Internacional da Hileia da Amazônia em 1947. Participou da Iª reunião da Associação Brasileira de Antropologia, juntamente com E. Roquette-Pinto, Arthur Ramos e A. Fróes da Fonseca. Coordenou o projeto de excursão à Cabo Frio em 1955 juntamente com o Dr. Fernandes Vianna.
1925	Cornélio Fernandes		Praticante da seção onde ajudou na organização da carta etnográfica do estado do Rio de Janeiro de forma a demarcar e localizar as antigas tribos, missões, sambaquis, aldeias, cemitérios, etc.
1925	Jorge H. A. Padberg Drenkpol - 1877 - Osuabreck, Alemanha	Arqueólogo	Foi auxiliar da seção desde 1925, quando prestou concurso para a seção e ficou em segundo lugar. Em 1931 tornou-se preparador da seção. Em 1932 pediu transferência para 1ª seção, tornando-se professor interino da cadeira de estratigrafia e mineralogia. Devido à recusa da congregação, voltou a ser praticante de antropologia. Em 1937 tornou-se naturalista classe J do quadro I. Foi autorizado a aceitar o convite para reger a cadeira de 'Pré-História e Etnologia' da Universidade do Distrito Federal em 1938. Foi promovido a professor catedrático de 'Língua Inglesa e Literatura Grega' da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, regendo mais tarde a cadeira de 'Língua e Literatura Alemã'. Aposentou-se em 1945. Realizou uma série de excursões à Lagoa Santa, MG, refazendo o caminho de Lund.

1926	Otto Vilman	Foi praticante gratuito da seção.
1927	Lavignia Ribeiro Lacerda	Foi datilógrafa da seção de antropologia.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1914 - 1935	Dr. Álvaro Fróes da Fonseca - 1860 - 1988 - natural do Rio Grande do Sul	Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)	Entrou como praticante gratuito da seção de zoologia em 1914, com 24 anos. Em 1919 foi empossado como professor catedrático de Anatomia médico-cirúrgica e operações da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Foi professor substituto interino da seção de antropologia e etnografia em 1926, enquanto durou o impedimento do efetivo. Neste mesmo ano tornou-se professor substituto da Faculdade de Medicina da Bahia e catedrático de anatomia médico-cirúrgica. Tornou-se catedrático também na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1930 chegou a substituir o professor e o chefe interino desta mesma seção. Em 1931 foi nomeado professor da 4ª seção do Museu Nacional de acordo com o regulamento em vigor. Prestou serviço em 1932 como juri ao governo. Em 1934 tornou-se catedrático de Anatomia na Faculdade Nacional de Odontologia. Em 1935 foi exonerado do cargo de professor de antropologia da 4ª seção. Tomou posse como diretor da Faculdade de Medicina entre 1938-45. Entre 1953-54 participou como membro da Missão Cultural Brasileira na Universidade de Assunção do Paraguai como professor de Antropologia. Foi contratado como professor de antropologia somática no Instituto de Antropologia Tropical da Faculdade de Medicina do Recife em 1961. Foi membro vitalício (até 1939) da Anatomisch Gesellschaft; ex-membro das sociedades médicas de Porto Alegre e da Bahia; membro efetivo da Sociedade Brasileira de Anatomia, da Associação Brasileira de Antropologia e da Sociedade Brasileira de Biofísica. Recebeu a comenda da Ordem do Mérito da República do Paraguai e foi professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1927	Dr. Ermírio Estevam de Lima - 1900	Médico - Faculdade de Medicina RJ	Foi assistente do Prof. A. Fróes da Fonseca na Faculdade de Medicina. Inscreveu-se como assistente voluntário da seção de antropologia por proposta do Prof. Fróes da Fonseca em 1927. Tornou-se preparador da seção na divisão de Antropologia Física em 1932 no lugar de Padberg Drenkpol. Foi posteriormente prof da Fac. de Odontologia.
1928	Silvio Fróes de Abreu		Recebeu instruções de Fróes da Fonseca sobre técnica antropométrica e realizou algumas excursões em Paraty e na Serra da Onça.

1929	Dr. Odillon da Silva Soares	Médico	Foi assistente voluntário da cadeira de antropologia.
1929	Dr. Roberto F. Hinrischen – Alemanha	Médico Faculdade de Medicina RJ	Foi praticante gratuito e depois assistente da seção em 1929.
1930	Hugo Antunes	Professor	Foi praticante gratuito em 1930.
1930	Moyses Xavier de Araujo	estudante de Medicina	Foi praticante gratuito em 1930.
1930	Sidney Martins Gomes dos Santos- natural do Distrito Federal	estudante	Foi praticante gratuito da seção em 1930.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1930 1937	Dr. José Bastos de Ávila	Médico – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Foi professor interino durante o impedimento do exercício de Fróes da Fonseca, foi posteriormente nomeado professor da seção em 1934. Tornou-se naturalista em 1937 e foi exonerado em 1938 mas recebeu o título de professor honorário do Museu pela Congregação. Foi nomeado em 1938 Superintendente de Higiene e Educação Escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal em 1937. Exerceu também a função de assistente de anatomia e antropologia na Faculdade de Medicina do RJ em 1928, bem como chefe da divisão de antropologia do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Distrito Federal. Foi também professor de Anatomia e Antropologia da Faculdade Fluminense de Medicina de Niterói, RJ em 1937.
1928	Eduardo Rio Soares		Foi auxiliar dos trabalhos de etnografia da seção.
1931	Guy José Paulo de Hollanda	estudante	Foi praticante gratuito da seção em 1931.
1931	Moyses Gikovate – Áustria – 1912-	estudante	Entrou como praticante gratuito da seção de etnografia. Coursou as cadeiras de História Natural, oferecidas na extensão universitária entre Universidade do Rio de Janeiro e Museu Nacional. Depois passou a ser secretário da Revista Nacional de Educação, contratado pela comissão cinematográfica em 1934.
1932 1938	Maria Júlia Pourchet - 1906 -1993	Prof. Primária, Antropóloga	Foi praticante gratuita da 5ª seção do Museu Nacional relativo ao Serviço de Assistência ao Ensino. Coursou todas as cadeiras (Hist. Natural) do curso de extensão universitária entre a Universidade do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. Mais tarde foi assistente de Heloisa A. Torres
1933	Odelli Castello Branco	Pintora	Foi praticante gratuito da seção em 1933.

1935		Eng. César J. Da Rocha Carneiro - natural do RJ	Engenheiro	Foi assistente voluntário do Museu em 1935.
1935		Maria de Lourdes Canejo		Foi praticante gratuita da seção em 1935.
1935		Isaac Amaral Lima	Estudante	Foi praticante da seção de Etnografia para estudar Arqueologia Clássica em 1935.
1936		Edgar Coutinho dos Reis		Foi praticante gratuito da seção em 1936.
1936		Francisco Pacheco da Rocha		Foi praticante gratuito da seção em 1936.
1936	2004	Luis de Castro Faria	Bibliotecário e Naturalista, Antropólogo	Entrou como praticante gratuito da seção de Etnografia em 1936. Em 1937 tornou-se assistente voluntário e depois naturalista interino no lugar de Padberg Drenkpol. Foi chefe da seção e diretor do MN mais tarde, empreendendo uma série de excursões, conferências, e congressos na área.
1937		Louis S. Faria	Jornalista	Foi praticante gratuito da seção em 1937.

**Tabela dos funcionários da seção de antropologia do Museu Nacional
(continua)**

Período	Nome	Profissão	Função
1938	Roger Pierre Hyppolyte Arlé – França	Naturalista	Naturalizado brasileiro, foi assistente voluntário da seção de antropologia e etnografia, transferido da seção de geologia.
1938	Alfredo Theodoro Rusins		Naturalizado brasileiro, foi praticante gratuito da seção
1939	José Bonifácio Martins Rodrigues – RJ 1915		Foi praticante gratuito da seção.